

Relatório Anual 2006



Volume 42

Relatório Anual 2006



Volume 42

ISSN 0104-3307
CGC 00.038.166/0001-05

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 42	Relatório Anual	2006	P. 1 - 251
------------------------------------	----------	-------	-----------------	------	------------

Relatório do Banco Central do Brasil

Publicação anual do **Banco Central do Brasil/Departamento Econômico (Depec)**. Os textos e os correspondentes gráficos e quadros estatísticos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

A Economia Brasileira – Consultoria de Conjuntura Econômica (Coace) (**E-mail:** coace.depec@bcbr.gov.br);

Moeda e Crédito – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**E-mail:** dimob.depec@bcbr.gov.br);

Mercados Financeiro e de Capitais – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**E-mail:** dimob.depec@bcbr.gov.br);

Finanças Públicas – Divisão de Finanças Públicas (Difin) (**E-mail:** difin.depec@bcbr.gov.br);

Relações Econômico-Financeiras com o Exterior – Divisão de Balanço de Pagamentos (Dibap)

(**E-mail:** dibap.depec@bcbr.gov.br);

A Economia Internacional – Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec) (**E-mail:** copec.depec@bcbr.gov.br)

Organismos Financeiros Internacionais – Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin)

(**E-mail:** derin@bcbr.gov.br);

Informações sobre o Boletim:

Telefone: (61) 3414-1009

Fax: (61) 3414-2036

Telex: (61) 1299 (BCBR BR)

Pedidos de assinatura: preencher a ficha que se encontra na internet, no endereço <http://www.bcb.gov.br>, anexar cheque nominal ao Banco Central do Brasil no valor de R\$375,00 (nacional) e US\$231,00 (internacional) e remeter ambos para o Controle Geral de Publicações. A assinatura anual inclui doze edições mensais do Boletim, uma edição do Relatório Anual e quatro edições do Relatório de Inflação. O Suplemento Estatístico teve sua última edição impressa em março de 1998. Após esse mês, permanece disponível apenas na internet.

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório Anual 2006, Volume 42.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil

Secre/Surel/Dimep

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º andar

Caixa Postal 8670

70074-900 Brasília – DF

Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3567

Fax: (61) 3414-3626

E-mail: editor@bcbr.gov.br

Exemplar avulso: R\$31,00

Tiragem: 750 exemplares

Convenções Estatísticas

... dados desconhecidos.

- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.

0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.

* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Outras publicações do Banco Central do Brasil

Cadastro de Documentos

Capitais Estrangeiros no Brasil – Legislação (Em português e em inglês)

Consolidação das Normas Cambiais

Consolidação das Normas Cambiais (Contrato de câmbio)

Consolidação das Normas Cambiais (Taxas flutuantes)

Consolidação das Normas Cambiais (Exportação)

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Posição das Operações de Consórcios

Manual de Crédito Agroindustrial

Manual de Crédito Rural

Manual de Normas e Instruções

Relatório de Inflação (Em português e em inglês)

Central de Atendimento ao Público

Endereço:

Secre/Surel/Diate

Edifício-Sede – 2º ss

SBS – Quadra 3 – Zona Central

70074-900 Brasília – DF

DDG: 0800 9792345

Internet:

<http://www.bcb.gov.br>

Fax: (61) 3414-2553



Sumário

	Introdução.....	11
I –	A Economia Brasileira	15
	Nível de atividade.....	15
	Produto Interno Bruto	15
	Investimentos	20
	Indicadores de produção industrial	21
	Indicadores de comércio.....	26
	Indicadores da produção agropecuária.....	27
	Pecuária	30
	Política agrícola	30
	Produtividade	31
	Energia	32
	Indicadores de emprego	33
	Indicadores de salários e rendimentos.....	35
	Indicadores de preços	36
	Índices gerais de preços.....	37
	Índices de preços ao consumidor	37
	Preços monitorados	38
	Núcleos.....	39
II –	Moeda e Crédito	43
	Política monetária.....	43
	Títulos públicos federais e operações do Banco Central no mercado aberto	44
	Agregados monetários.....	47
	Operações de crédito do sistema financeiro	52
	Sistema Financeiro Nacional	60
III –	Mercado Financeiro e de Capitais	65
	Taxas de juros reais e expectativas de mercado	65

	Mercado de capitais.....	66
	Aplicações financeiras.....	69
IV –	Finanças Públicas.....	73
	Políticas orçamentária, fiscal e tributária	73
	Outras medidas de política econômica.....	75
	Necessidades de financiamento do setor público	75
	Arrecadação de impostos e contribuições federais	80
	Dívida mobiliária federal	81
	Dívida Líquida do Setor Público.....	84
	Previdência Social	86
	Finanças estaduais e municipais.....	88
V –	Relações Econômico-Financeiras com o Exterior.....	91
	Política de comércio exterior.....	91
	Política cambial.....	99
	Movimento de câmbio.....	104
	Balanço de pagamentos.....	105
	Balança comercial	108
	Intercâmbio comercial.....	128
	Serviços.....	131
	Rendas	136
	Transferências unilaterais correntes	139
	Conta financeira.....	139
	Reservas internacionais	151
	Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional.....	154
	Dívida externa	157
	Indicadores de sustentabilidade.....	165
	Captações externas	166
	Títulos da dívida externa brasileira	168
	Posição Internacional de Investimento	170
VI –	A Economia Internacional.....	173
	Atividade econômica.....	173
	Política monetária e inflação	175
	Mercado financeiro internacional.....	178
	Comércio mundial	186

VII –	Organismos Financeiros Internacionais.....	191
	Fundo Monetário Internacional	191
	Grupo dos 20	193
	Banco de Compensações Internacionais	195
	Centro de Estudos Monetários Latino-Americano	196
VIII –	Principais Medidas de Política Econômica	199
	Emenda Constitucional	199
	Leis Complementares.....	199
	Leis	200
	Medidas Provisórias	203
	Decretos.....	207
	Resoluções do Conselho Monetário Nacional	212
	Resolução da Câmara de Comércio Exterior	225
	Resolução do Conselho Nacional de Petróleo.....	228
	Resolução do Senado Federal	228
	Circulares do Banco Central do Brasil.....	228
	Circulares da Secretaria de Comércio Exterior	231
	Comunicado do Banco Central do Brasil.....	233
	Portaria Interministerial.....	233
	Portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..	233
	Portaria do Ministério da Fazenda	233
	Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.....	234
	Portarias da Secretaria de Comércio Exterior	235
	Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal	235
	Apêndice.....	237

Quadros Estatísticos

Capítulo	I	
1.1	PIB a preços de mercado.....	16
1.2	PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal.....	17
1.3	Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto	18
1.4	Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa.....	18
1.5	PIB – Valor corrente, por componente	19
1.6	Formação Bruta de Capital (FBC)	19
1.7	Produção de bens de capital selecionados.....	20
1.8	Desembolsos do Sistema BNDES.....	21
1.9	Produção industrial.....	24
1.10	Utilização da capacidade instalada na indústria	26
1.11	Produção agrícola – Principais culturas	29
1.12	Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas	29
1.13	Estoque de grãos – Principais culturas.....	30
1.14	Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante	33
1.15	Consumo de energia elétrica	33
1.16	Emprego formal – Admissões líquidas.....	34
1.17	Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2006.....	36
1.18	Participação dos grupos no IPCA em 2006.....	38
1.19	Principais itens na composição do IPCA em 2006.....	39
1.20	Preços ao consumidor e seus núcleos em 2006.....	41
Capítulo	II	
2.1	Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios.....	49
2.2	Haveres financeiros	51
2.3	Evolução do crédito.....	53
2.4	Crédito com recursos livres.....	55
2.5	Crédito com recursos direcionados	59
2.6	Desembolsos do BNDES	60
Capítulo	III	
3.1	Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2006.....	71
Capítulo	IV	
4.1	Necessidades de financiamento do setor público	76
4.2	Resultado primário do Governo Central	77
4.3	Usos e fontes – Setor público consolidado.....	79
4.4	Arrecadação bruta de receitas federais.....	80
4.5	Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores	81
4.6	Títulos públicos federais – Posição de carteira	82
4.7	Títulos públicos federais – Participação percentual por indexador....	83

4.8	Evolução da Dívida Líquida do Setor Público	85
4.9	Dívida Líquida do Setor Público	86
4.10	Dívida líquida e bruta do Governo Geral	87
4.11	Previdência Social – Fluxo de caixa	88
4.12	Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	89
4.13	Transferências da União para os estados e municípios	90
Capítulo	V	
5.1	Movimento de câmbio contratado	105
5.2	Balanço de pagamentos	106
5.3	Balança comercial – FOB	108
5.4	Índices de preço e <i>quantum</i> de exportação	109
5.5	Índices de preço e <i>quantum</i> de importação	111
5.6	Exportação por fator agregado – FOB	114
5.7	Exportação – FOB – Principais produtos básicos	115
5.8	Exportação por fator agregado e região – FOB.....	117
5.9	Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados.....	118
5.10	Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados	119
5.11	Exportação por intensidade tecnológica – FOB.....	121
5.12	Importação – FOB.....	122
5.13	Importações – FOB – Principais produtos	124
5.14	Importações por categoria de uso e região – FOB	126
5.15	Balança comercial por países e blocos – FOB	130
5.16	Serviços	132
5.17	Viagens internacionais.....	133
5.18	Transportes	135
5.19	Outros serviços.....	136
5.20	Rendas	137
5.21	Transferências unilaterais correntes	140
5.22	Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo	141
5.23	Taxas de rolagem do setor privado.....	142
5.24	Investimentos Estrangeiros Diretos.....	143
5.25	IED – Participação no capital – Ingressos brutos – Participação por país	144
5.26	IED – Participação no capital – Ingressos brutos – Participação por setor.....	145
5.27	Investimentos estrangeiros em carteira	146
5.28	Outros investimentos estrangeiros	148
5.29	Investimentos brasileiros diretos.....	150
5.30	Investimentos brasileiros em carteira.....	150
5.31	Outros investimentos brasileiros	151
5.32	Fluxos financeiros por credor externo – Itens selecionados.....	152
5.33	Demonstrativo de variação das reservas internacionais.....	153
5.34	Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa.....	154

5.35	Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa	155
5.36	Endividamento externo bruto	157
5.37	Dívida externa registrada	158
5.38	Dívida pública externa registrada.....	160
5.39	Dívida externa registrada – Por devedor	161
5.40	Dívida externa registrada – Por credor.....	162
5.41	Prazo médio de amortização	163
5.42	Indicadores de sustentabilidade externa	164
5.43	Emissões da República	166
5.44	Dívida externa reestruturada – <i>Bradies</i> , <i>Pré-Bradies</i> e MYDFA.....	168
5.45	Posição internacional de investimento	170

Capítulo VI

6.1	Países emergentes: componentes do balanço de pagamentos	185
-----	---	-----

Gráficos

Capítulo I

1.1	Formação Bruta de Capital Fixo	20
1.2	Produção industrial.....	22
1.3	Produção industrial – Dados dessazonalizados	22
1.4	Produção industrial – Por categoria de uso	23
1.5	Utilização da capacidade instalada na indústria.....	25
1.6	Índice de volume de vendas no varejo	27
1.7	Índice de Confiança do Consumidor	28
1.8	Produção animal.....	31
1.9	Taxa média de desemprego aberto	35
1.10	Nível de emprego formal.....	35
1.11	Rendimento médio habitual real	36
1.12	Índices de preços ao consumidor	40

Capítulo II

2.1	Exposição cambial do governo	45
2.2	Leilões de títulos públicos federais – 2006 (LFT)	45
2.3	Leilões de títulos públicos federais – 2006 (LTN e NTN-F)	46
2.4	Leilões de títulos públicos federais – 2006 (NTN-B e NTN-C)	47
2.5	Prazo médio da DPMFi.....	47
2.6	Meios de pagamentos (M1) – Velocidade-renda.....	48
2.7	Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2006, dessazonalizado	48
2.8	Depósitos à vista a preço de dezembro de 2006, dessazonalizado.....	48
2.9	Base monetária e meios de pagamento	50
2.10	Haveres financeiros – Em percentual do PIB.....	51

2.11	Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro	53
2.12	Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres.....	57
2.13	Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física	57
2.14	Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica.....	58
2.15	<i>Spread</i> bancário das operações de crédito com recursos livres	58
2.16	Inadimplência das operações de crédito com recursos livres.....	59
2.17	Sistema bancário – Participação por segmentos	63
Capítulo	III	
3.1	Taxa <i>over</i> /Selic	65
3.2	Taxa <i>over</i> /Selic x dólar x <i>swap</i> 360 dias	65
3.3	Curva de juros – <i>Swap</i> DI x pré	66
3.4	Taxa <i>over</i> /Selic acumulada em 12 meses	66
3.5	Ibovespa	67
3.6	Volume médio diário negociado na Bovespa	67
3.7	Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq.....	68
3.8	Valor de mercado – Companhias abertas – Bovespa.....	68
3.9	Mercado primário – Ofertas registradas na CVM.....	68
3.10	Aplicações financeiras – Saldos	70
3.11	Rendimento dos principais ativos financeiros em 2006	70
Capítulo	IV	
4.1	Necessidades de financiamento do setor público	77
4.2	Previdência Social	79
4.3	Títulos públicos federais	83
4.4	Evolução da estrutura da dívida mobiliária.....	84
Capítulo	V	
5.1	Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de financiamento externo	107
5.2	Exportação e importação – FOB	108
5.3	Índice de termos de troca	109
5.4	Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das exportações brasileiras ..	110
5.5	Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das importações brasileiras ..	113
5.6	Exportação por fator agregado – FOB	114
5.7	Importação de matérias-primas x produção industrial	123
5.8	Importação por categoria de uso final – FOB – Bens de capital e matérias-primas	125
5.9	Importação por categoria de uso final – FOB – Bens de consumo e combustíveis e lubrificantes	128
5.10	Turismo	133
5.11	Taxas de rolagem do setor privado.....	142
5.12	Reservas internacionais	151
5.13	Prazo médio da dívida externa registrada	163
5.14	Composição da dívida externa registrada.....	164

5.15	Indicadores de sustentabilidade externa	165
5.16	Cotações de títulos brasileiros no exterior	169
5.17	Índice de risco-Brasil – Embi+ (<i>Strip spread</i>)	169
Capítulo	VI	
6.1	Crescimento do PIB	174
6.2	Taxas de desemprego	174
6.3	Taxas de juros oficiais	176
6.4	EUA: inflação	176
6.5	Japão: inflação	177
6.6	Área do Euro: inflação	177
6.7	Reino Unido: inflação	178
6.8	China: inflação – Preços ao consumidor	178
6.9	Retorno dos títulos do governo	179
6.10	Bolsas de valores – EUA	180
6.11	Bolsas de valores – Europa e Japão	180
6.12	Bolsas de valores – Mercados emergentes	181
6.13	<i>Emerging Markets Bond Index Plus</i> (Embi +)	181
6.14	Moedas dos países desenvolvidos	182
6.15	Moedas de países emergentes	183
6.16	Moedas de países emergentes – Países com déficits externos elevados	183
6.17	Câmbio real efetivo multilateral	184
6.18	Hiato de financiamento privado ao déficit externo dos EUA	184
6.19	Crescimento do comércio mundial de bens (volume)	186
6.20	Índice de preço de <i>commodities</i> em dólar dos EUA	188
6.21	Petróleo <i>U.K. Brent</i> – Mercado à vista	188



Introdução

A evolução da economia brasileira em 2006 mostrou-se consistente com os processos de consolidação do crescimento do mercado interno, bem como com a manutenção do ritmo de expansão da economia mundial, impulsionada pelo desempenho favorável da economia dos Estados Unidos da América (EUA) e pelo crescimento acelerado das principais economias emergentes. Internamente, o dinamismo econômico reflete o cenário macroeconômico benigno, que se traduz em elevação da renda real, expansão do crédito e melhora das expectativas. Some-se a esse cenário a administração fiscal responsável, manifesta por meio de sucessivos resultados superavitários, a melhora qualitativa na alocação das despesas e a redução da exposição das contas públicas aos riscos de mercado. Ainda quanto ao setor externo, registre-se a intensificação do processo estrutural de fortalecimento do balanço de pagamentos brasileiro.

O desempenho da economia brasileira evidencia a condução adequada da política monetária com vistas a assegurar a manutenção do ambiente de estabilidade de preços, que, ao reduzir as incertezas para os diversos agentes da economia, estimula ações essenciais para a consolidação do crescimento econômico sustentável.

O Comitê de Política Monetária (Copom), que considera a meta para a inflação anual estipulada em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), reduziu a meta para a taxa Selic, que orienta as intervenções de mercado aberto, em 4,75 pontos percentuais (p.p.) no decorrer das oito reuniões realizadas no ano, fixando-a em 13,25% ao ano (a.a.) em dezembro, enquanto o CMN introduziu corte de 2,9 p.p. na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que referencia as operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e reduziu-a para 6,85% a.a., no mesmo período. Assinale-se que o processo de flexibilização da política monetária brasileira foi facilitado pela trajetória declinante das expectativas de inflação para 2006, as quais, no acumulado de doze meses, passaram a situar-se em patamar inferior à meta a partir de abril. Tendência semelhante foi observada, a partir de setembro, pelas expectativas em relação aos índices de preços em 2007.

Nas três primeiras reuniões do ano, o Copom reduziu a meta da taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) em 0,75 p.p., o que diminuiu a intensidade do corte para 0,5 p.p. nas reuniões subsequentes.

Nas reuniões realizadas em janeiro e em março de 2006, o Copom avaliou que o cenário externo permanecia favorável, particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento para a economia brasileira, e que a atividade econômica consolidava uma trajetória de expansão em ritmo condizente com as condições de oferta, de modo a não resultar em pressões significativas sobre a inflação. Foi considerado, adicionalmente, que a elevação da inflação observada no início de 2006 se deveu a fatores de caráter predominantemente sazonal, que deveriam apresentar arrefecimento ao longo do tempo. Em abril, foi considerado que, embora a elevação nos preços internacionais de *commodities* relevantes introduzisse um risco adicional para a evolução dos preços domésticos, continuava se configurando um cenário benigno para a trajetória da inflação. Contudo, a preservação das importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na manutenção do crescimento econômico poderia demandar que a flexibilização adicional da política monetária fosse conduzida com maior parcimônia no decorrer do ano.

O Copom manteve a política de flexibilização monetária nas demais reuniões realizadas no decorrer do ano e promoveu cortes sucessivos de 0,5 p.p. na meta para a taxa Selic. A redução de patamar dos cortes traduziu as incertezas tanto em relação ao grau de transmissão do movimento de flexibilização da política monetária iniciado em setembro de 2005, quanto em relação aos efeitos sobre as condições de liquidez externas provenientes de alterações na condução da política monetária nos EUA.

Nesse contexto, a economia brasileira apresentou aceleração do crescimento em 2006, notadamente nos dois últimos trimestres, impulsionada pela forte demanda interna, com ênfase para o desempenho expressivo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o que evidencia a confiança dos agentes na continuidade do crescimento da economia, e o consumo das famílias. Esse componente foi impulsionado pelo crescimento da massa salarial, pelas crescentes disponibilidade e atratividade das operações de crédito e pelo nível elevado de confiança dos consumidores, que favoreceram, em especial, as vendas de bens de consumo duráveis.

O aumento de 8,7% na FBCF, terceiro resultado anual positivo consecutivo, refletiu desempenhos favoráveis tanto dos insumos da construção civil quanto da produção de bens de capital. A produção de insumos da construção civil cresceu 4,5% em 2006, ante 1,3% no ano anterior, e evidenciou os efeitos da melhora no ambiente macroeconômico, enquanto a produção de bens de capital, que apresentou crescimento generalizado em todos os segmentos, à exceção dos associados mais intensamente ao setor agropecuário e de equipamentos de transportes, elevou-se 5,7% no ano, ante 3,6% em 2005.

A evolução das operações de crédito do sistema financeiro em 2006 manteve a trajetória de expansão observada no ano anterior e refletiu, principalmente, o desempenho dos financiamentos referenciados em recursos livres. A demanda de empréstimos por parte das famílias foi influenciada pelas modalidades de crédito pessoal e de aquisição de bens duráveis, o que traduzia as condições favoráveis da renda e do emprego. No segmento

de pessoas jurídicas, o crescimento dos empréstimos foi sustentado pelo desempenho das operações com recursos domésticos, com ênfase para capital de giro, tendo em vista a crescente participação de pequenas e médias empresas no total do crédito bancário. Assinale-se que a procura por financiamentos pelas empresas de grande porte continua influenciada pelo maior acesso a fontes alternativas ao crédito bancário, com predomínio de emissões primárias de debêntures e de ações.

O superávit primário do setor público não financeiro alcançou 3,88% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2006, comparativamente a 4,35% no ano anterior. A evolução das contas do setor público resultou na manutenção da trajetória declinante da relação dívida/PIB, que deverá ser favorecida ao longo do ano pelos efeitos da flexibilização da política monetária. A melhora no perfil da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), com a redução de sua volatilidade e a ampliação de prazos de vencimento, evidencia a administração adequada dos passivos públicos e o crescimento da confiança dos agentes econômicos.

A exemplo do observado na área fiscal, o governo adotou uma série de medidas relacionadas à área externa, que visavam aumentar a resistência da economia a eventuais choques externos. Nesse sentido, o estoque de reservas internacionais experimentou expressiva elevação em 2006 e atingiu níveis recordes; a dívida externa pública permaneceu em trajetória de redução e melhoria de perfil; as colocações externas de títulos soberanos contribuíram para a construção de curvas de juros mais completas; a redução dos prêmios de risco prosseguiu de forma consistente; e as perspectivas de melhoria dos *ratings* atribuídos por agências de risco permaneceram.

A evolução dos indicadores de sustentabilidade, influenciada tanto pela elevação das exportações quanto pela expansão de ativos externos em poder da Autoridade Monetária, refletiu o quadro favorável das contas externas brasileiras e reforçou a evolução positiva dos níveis de risco do Brasil. O desempenho do comércio exterior brasileiro seguiu como o principal determinante dos resultados positivos das contas-correntes, destacando-se a ampliação do saldo comercial em contexto de elevação das importações, consistente com o processo de retomada do nível da atividade interna.



A Economia Brasileira

Nível de atividade

A economia brasileira apresentou aceleração do crescimento em 2006, notadamente nos dois últimos trimestres. Esse comportamento ocorreu de forma generalizada, em termos setoriais, e foi impulsionado pela forte demanda interna, tanto de produtos para investimento quanto para consumo. A melhora do desempenho da economia brasileira reflete a condução adequada da política monetária com vistas a assegurar a manutenção do ambiente de estabilidade de preços, que, ao reduzir as incertezas para os diversos agentes da economia, estimula gastos essenciais para a obtenção do crescimento econômico sustentável.

A análise dos componentes da demanda revela crescimento mais expressivo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em comparação com o consumo das famílias, o que sugere a confiança dos agentes na continuidade do crescimento da economia. O consumo das famílias foi impulsionado pelo crescimento da massa salarial, pelas crescentes disponibilidades e atratividade das operações de crédito e pelo nível elevado de confiança dos consumidores, que favoreceram, em especial, as vendas de bens de consumo duráveis.

A sustentação do maior dinamismo do mercado interno impactou o volume das importações de bens e serviços, que, após oito anos, cresceram a taxa superior à das exportações. Apesar dessa inversão, a balança comercial apresentou superávit recorde, favorecida pelos ganhos de preços das exportações brasileiras.

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) registrou aumento real de 3,7% em 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que configurou o décimo quarto ano consecutivo de crescimento da economia. Em valores correntes, o PIB a preços de mercado alcançou R\$2.322,8 bilhões.

O desempenho do mercado interno mostrou-se determinante para o crescimento do PIB em 2006, tendo em vista a contribuição negativa de 1,4 p.p. proporcionada pelo

setor externo. A demanda interna foi responsável por 4,8 p.p. do crescimento do PIB, e registrou-se evolução favorável em todos os setores, com destaque para a agricultura, para o setor de serviços e, no âmbito da indústria, para os segmentos extrativa mineral e construção civil.

Considerando a evolução trimestral do PIB em 2006, sempre em relação ao trimestre anterior e com base em dados dessazonalizados, registrou-se elevação de 1,6% no primeiro trimestre, resultado associado, ainda, à recuperação econômica iniciada no segundo semestre de 2005. Nessa base de comparação, o setor agropecuário apresentou crescimento de 2,2%, o que reflete as condições climáticas adequadas que favoreceram,

Quadro 1.1 – PIB a preços de mercado

Ano	A preços de 2006 (R\$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$ milhões)	População (milhões)	PIB <i>per capita</i>		
						A preços de 2006 (R\$)	Variação real (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$)
1980	1 302 591	9,2	92,1	237 772	118,6	10 986	7,0	2 005
1981	1 247 230	- 4,3	100,5	258 553	121,2	10 290	- 6,3	2 133
1982	1 257 582	0,8	101,0	271 252	123,9	10 151	- 1,3	2 190
1983	1 220 735	- 2,9	131,5	189 459	126,6	9 645	- 5,0	1 497
1984	1 286 655	5,4	201,7	189 744	129,3	9 953	3,2	1 468
1985	1 387 645	7,8	248,5	211 092	132,0	10 514	5,6	1 599
1986	1 491 579	7,5	149,2	257 812	134,7	11 077	5,4	1 915
1987	1 544 232	3,5	206,2	282 357	137,3	11 250	1,6	2 057
1988	1 543 305	- 0,1	628,0	305 707	139,8	11 038	- 1,9	2 186
1989	1 592 074	3,2	1 304,4	415 916	142,3	11 188	1,4	2 923
1990	1 522 819	- 4,3	2 737,0	469 318	146,6	10 388	- 7,1	3 202
1991	1 538 504	1,0	416,7	405 679	149,1	10 319	- 0,7	2 721
1992	1 530 141	- 0,5	969,0	387 295	151,5	10 097	- 2,2	2 556
1993	1 605 496	4,9	1 996,1	429 685	154,0	10 426	3,3	2 790
1994	1 699 464	5,9	2 240,2	543 087	156,4	10 864	4,2	3 472
1995	1 771 246	4,2	93,9	770 350	158,9	11 149	2,6	4 849
1996	1 809 337	2,2	17,1	840 268	161,3	11 216	0,6	5 209
1997	1 870 407	3,4	7,6	871 274	163,8	11 420	1,8	5 320
1998	1 871 068	0,0	4,2	843 985	166,3	11 254	- 1,5	5 077
1999	1 875 822	0,3	8,5	586 777	168,8	11 116	- 1,2	3 477
2000	1 956 599	4,3	6,2	644 984	171,3	11 423	2,8	3 766
2001	1 982 291	1,3	9,0	553 771	173,8	11 404	- 0,2	3 186
2002	2 034 982	2,7	10,6	504 359	176,4	11 537	1,2	2 859
2003	2 058 316	1,1	13,7	553 603	179,0	11 500	- 0,3	3 093
2004	2 175 893	5,7	8,0	663 783	181,6	11 983	4,2	3 655
2005	2 239 941	2,9	7,5	882 729	184,2	12 161	1,5	4 793
2006	2 322 818	3,7	4,3	1 067 325	186,8	12 437	2,3	5 715

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central do Brasil, obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio de compra.

principalmente, as culturas de milho e de soja. O produto do setor industrial aumentou 1%, tendo em vista que o relativo dinamismo apresentado pela produção de bens de consumo durável não se repetiu nas categorias de bens de capital e bens intermediários, cujas produções mantiveram-se relativamente estáveis no período. O setor de serviços cresceu 1,7% e refletiu os desempenhos dos outros setores.

A conjuntura menos favorável no segundo trimestre do ano contribuiu para que o PIB decrescesse 0,5% no período. A produção do setor industrial recuou 1,7%, enquanto as relativas aos setores agropecuário e de serviços elevaram-se 0,04% e 0,1%, respectivamente.

Quadro 1.2 – PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal

Discriminação	2006			
	I	II	III	IV
PIB a preço de mercado	1,6	- 0,5	2,6	0,9
Agropecuária	2,2	0,0	7,6	- 1,5
Indústria	1,0	- 1,7	3,1	1,2
Serviços	1,7	0,1	1,1	0,9

Fonte: IBGE

O PIB apresentou recuperação vigorosa no terceiro trimestre do ano. O aumento de 2,6% observado no período refletiu as expansões na agropecuária, 7,6%; na indústria, 3,1%; e no setor de serviços, 1,1%. A recuperação iniciada nesse trimestre manteve-se em menor escala no período subsequente, quando o PIB registrou crescimento de 0,9%, resultado de redução de 1,5% na produção do setor agropecuário, afetada, principalmente, pela lavoura de trigo; e de elevações de 1,2% no setor industrial; e de 0,9% no setor de serviços.

A análise setorial do PIB em 2006 evidenciou, mais uma vez, a disseminação do processo de crescimento. A agropecuária cresceu 4,1% no ano, décima sexta expansão anual consecutiva, com aumento de 3,6% na produção de grãos, resultante do crescimento de 8,4% na produtividade e da redução de 4,4% na área colhida.

O crescimento do setor industrial atingiu 2,8% em 2006, reflexo, mais uma vez, de desempenhos positivos em todos os subsetores. A indústria de transformação cresceu 1,6% no ano, registrando-se expansão da produção em todas as categorias de uso, especialmente em bens de consumo duráveis e em bens de capital. A indústria da construção civil cresceu pelo terceiro ano consecutivo, 4,6%; e a produção e distribuição de eletricidade, gás e água, 3,3%. Assinale-se, ainda, o aumento de 6% na indústria extrativa mineral, resultado associado, fundamentalmente, aos aumentos nas produções de minério de ferro, 10,9%; e de petróleo, 5,6%.

Quadro 1.3 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto

Percentual			
Discriminação	2004	2005	2006
PIB	5,7	2,9	3,7
Setor agropecuário	2,3	1,0	4,1
Setor industrial	7,9	2,2	2,8
Extrativa mineral	4,3	9,8	6,0
Transformação	8,5	1,1	1,6
Construção	6,6	1,2	4,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	8,4	5,0	3,6
Setor serviços	5,0	3,4	3,7
Comércio	7,5	3,5	4,8
Transporte, armazenagem e correio	5,9	4,3	3,2
Serviços de informação	5,5	4,3	2,3
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	3,7	6,5	6,1
Outros serviços	5,4	3,4	2,6
Atividades imobiliárias e aluguel	3,9	4,1	4,3
Administração, saúde e educação públicas	3,8	1,0	3,1

Fonte: IBGE

O setor de serviços cresceu 3,7% em 2006, o que traduziu desempenhos positivos em todos os seus segmentos, com ênfase para instituições financeiras, 6,1%; comércio, 4,8%; atividades imobiliárias e aluguéis, 4,3%; transporte, armazenagem e correios, 3,2%; e educação e saúde públicas, 3,1%.

Sob a perspectiva da demanda, a análise do PIB evidencia a recuperação do mercado interno, cuja contribuição para o crescimento anual do produto atingiu 4,8 p.p., ante -1,4 p.p. referente ao setor externo. O fortalecimento do mercado interno reflete o cenário macroeconômico benigno, traduzido em elevação da renda real, expansão do crédito e melhora das expectativas. Nesse contexto, o consumo das famílias aumentou 4,3%; o

Quadro 1.4 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa

Percentual			
Discriminação	2004	2005	2006
PIB	5,7	2,9	3,7
Consumo das famílias	3,8	4,7	4,3
Consumo do governo	4,1	1,9	3,6
Formação Bruta de Capital Fixo	9,1	3,6	8,7
Exportações	15,3	10,1	4,6
Importações	14,4	9,3	18,1

Fonte: IBGE

Quadro 1.5 – PIB – Valor corrente, por componente

Em R\$ milhões

Discriminação	2003	2004	2005	2006
Produto Interno Bruto a preços de mercado	1 699 948	1 941 498	2 147 944	2 322 818
Ótica do produto				
Setor agropecuário	108 619	115 194	104 556	102 891
Setor industrial	409 504	501 771	561 807	617 965
Setor serviços	952 491	1 049 293	1 185 159	1 278 771
Ótica da despesa				
Consumo final	1 382 355	1 533 895	1 727 168	1 865 142
Consumo das famílias	1 052 759	1 160 611	1 296 467	1 402 135
Consumo da administração pública	329 596	373 284	430 701	463 007
Formação Bruta de Capital	268 095	332 333	343 600	389 428
Formação Bruta de Capital Fixo	259 714	312 516	349 463	390 134
Variação de estoques	8 381	19 817	- 5 863	- 706
Exportação de bens e serviços	254 770	318 892	324 949	340 409
Importação de bens e serviços (-)	205 272	243 622	247 773	272 160

Fonte: IBGE

do governo, 3,6%; e os investimentos, 8,7%. As exportações mantiveram a trajetória crescente iniciada em 1996, elevando-se 4,6% no ano, enquanto as importações, em linha com a retomada do nível da atividade, aumentaram 18,1%.

Quadro 1.6 – Formação Bruta de Capital (FBC)

Percentual

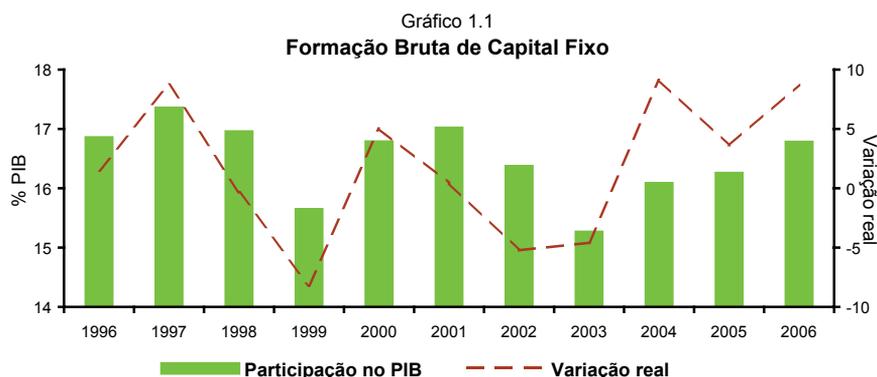
Ano	Participação na FBC			Variação de estoques	A preços correntes	
	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)				FBCF/PIB	FBC/PIB
	Construção civil	Máquinas e equipamentos	Outros			
1995	44,5	48,9	8,3	- 1,6	18,3	18,0
1996	48,2	43,5	7,3	1,0	16,9	17,0
1997	49,5	43,1	7,0	0,3	17,4	17,4
1998	51,9	40,8	6,9	0,3	17,0	17,0
1999	50,6	37,2	7,8	4,4	15,7	16,4
2000	45,7	39,3	7,1	7,9	16,8	18,3
2001	43,9	43,3	7,3	5,5	17,0	18,0
2002	47,8	44,8	8,5	- 1,2	16,4	16,2
2003	42,8	45,3	8,7	3,1	15,3	15,8
2004	41,1	45,0	7,9	6,0	16,1	17,1
2005	44,2	49,2	8,3	- 1,7	16,3	16,0
2006	16,8	16,8

Fonte: IBGE

Investimentos

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, o aumento de 8,7% na Formação Bruta de Capital (FBC), terceiro crescimento anual consecutivo, refletiu desempenhos favoráveis tanto dos insumos da construção civil quanto da produção de bens de capital. Esse ritmo de expansão, superior ao dobro do crescimento do PIB, colaborou para a elevação da participação da FBCF no PIB de 16,3%, em 2005, para 16,8%, em 2006.

A produção de insumos da construção civil cresceu 4,5% em 2006, ante 1,3% no ano anterior. Essa aceleração refletiu o desempenho da construção civil, compatível com a melhora do ambiente macroeconômico. A produção de bens de capital, outro importante indicador de investimento, elevou-se 5,7%, ante 3,6% em 2005, com destaque para o desempenho no segundo semestre do ano, quando, considerados dados dessazonalizados, registrou-se expansão de 5,5%, em relação ao semestre anterior.



Quadro 1.7 – Produção de bens de capital selecionados

Discriminação	Variação percentual		
	2004	2005	2006
Bens de capital	19,7	3,6	5,7
Industrial	18,1	-2,2	5,3
Seriados	20,2	-2,2	5,1
Não seriados	-6,6	10,4	6,9
Agrícolas	6,4	-37,7	-16,5
Peças agrícolas	-7,5	-69,0	-38,9
Construção	38,0	32,0	8,2
Energia elétrica	12,5	28,5	22,2
Transportes	25,6	6,6	-1,6
Misto	14,8	3,4	11,6

Fonte: IBGE

A produção de bens de capital apresentou crescimento generalizado em todos os segmentos, à exceção dos associados mais intensamente ao setor agropecuário e ao de equipamentos de transportes. Nesse contexto, as produções de peças e de máquinas e equipamentos agrícolas recuaram 38,9% e 16,5%, respectivamente, o que traduziu a redução da renda no setor agrícola. Em sentido inverso, as produções de bens de capital destinados aos setores de energia elétrica, construção e indústria cresceram 22,2%, 8,2% e 5,3%, respectivamente. Assinale-se, no último trimestre de 2006, a significativa elevação, na margem, da produção de bens destinados à indústria, que registrou crescimento de 5,2% em relação ao período anterior, considerados dados dessazonalizados.

O desempenho do setor industrial esteve associado, em parte, à trajetória declinante da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como indexador de financiamentos contratados junto ao Sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que recuou 2,9 p.p. em 2006 e atingiu 6,85% ao final do ano. Assinale-se que a evolução da TJLP foi resultante de reduções em todos os trimestres do ano.

Indicadores de produção industrial

A produção industrial cresceu 2,8% em 2006, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, combinando expansões de 7,4% na indústria extrativa e de 2,6% na indústria de transformação. A evolução da produção industrial em 2006, em termos trimestrais, mostrou-se relativamente homogênea, registrando-se taxas positivas de crescimento em todos os trimestres, para comparações em relação tanto ao trimestre anterior quanto ao trimestre correspondente de 2005.

Quadro 1.8 – Desembolsos do Sistema BNDES^{1/}

Em R\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006
Total	39 834	46 980	51 318
Por setor			
Indústria de transformação	15 539	23 104	25 734
Comércio e serviços	17 122	19 479	20 704
Agropecuária	6 930	4 059	3 423
Indústria extrativa	243	338	1 458

Fonte: BNDES

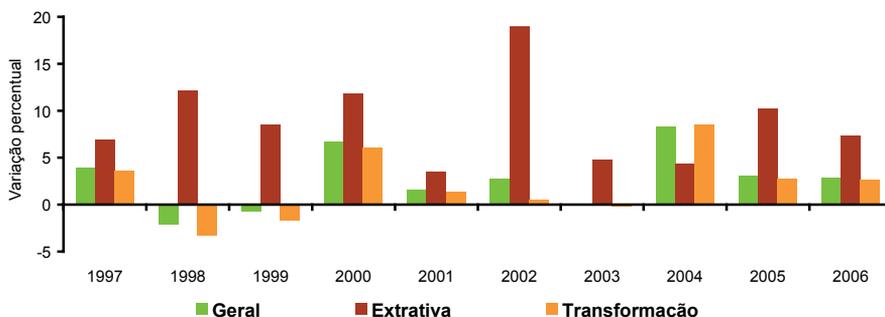
^{1/} Compreende o BNDES, a Finame e o BNDESpar.

O setor de extração de minérios ferrosos registrou expansão de 10,9% no ano, constituindo-se no principal determinante do desempenho da indústria extrativa. A extração de petróleo e de gás natural acumulou crescimento de 5,1% em 2006,

salientando-se que a inauguração de novas plataformas de petróleo ao longo do ano ampliou a capacidade produtiva do setor, com desdobramentos favoráveis sobre a oferta potencial no curto prazo.

O desempenho da indústria de transformação refletiu, por um lado, aumentos nas produções dos setores máquinas para escritório e equipamentos de informática, 51,6%; equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros, 9,4%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 8,7%; e mobiliário, 8,4%; enquanto nos segmentos madeira, vestuário e acessórios, e calçados e artigos de couro registraram-se recuos de 6,8%, 5% e 2,7%, respectivamente.

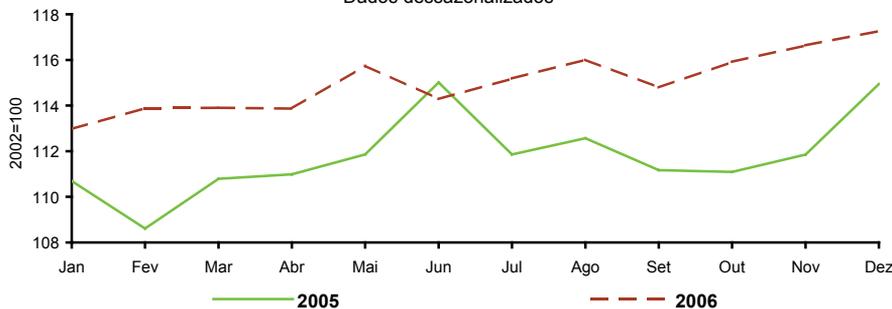
Gráfico 1.2
Produção industrial



Fonte: IBGE

O crescimento anual da atividade industrial em 2006 foi liderado pelas categorias de bens de consumo duráveis e de bens de capital, que registraram crescimentos de 5,8% e de 5,7%, respectivamente. Em relação à produção de bens de capital, assinala-se o desempenho dos setores máquinas para escritório e equipamentos de informática, e máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Adicionalmente, a produção dessa categoria destinada ao setor de energia elétrica cresceu 22,2%, enquanto a direcionada à agricultura recuou 16,9% e evidenciou tanto a redução na renda desse setor quanto a queda de 26,9% registrada nas exportações de máquinas agrícolas em 2006.

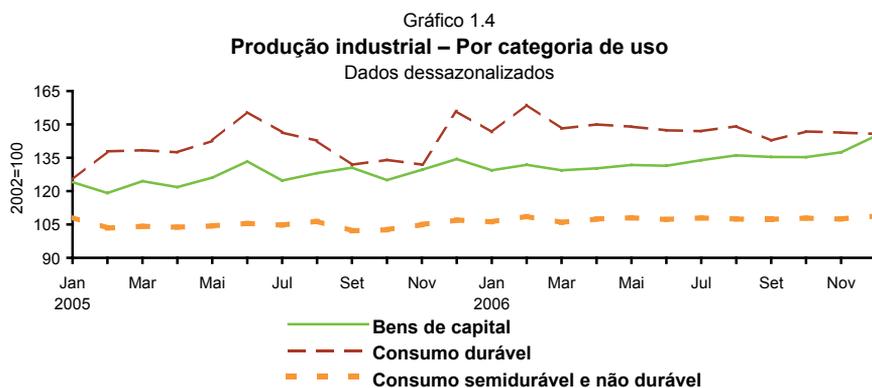
Gráfico 1.3
Produção industrial
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

A produção de bens intermediários cresceu 2,1% no ano, a despeito do bom desempenho das indústrias extrativas, e registrou reduções de 6,3% na produção do segmento produtos de metal e de 1% na de outros produtos químicos. A produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis aumentou 2,7% em 2005, com destaque para as expansões nos segmentos bebidas, 7,7%; refino de petróleo e produção de álcool, 6%; fumo, 5,3%; e farmacêutica, 5,1%.

Entre as 27 atividades pesquisadas pelo IBGE, vinte apresentaram crescimento em 2006, o que indica um processo de crescimento industrial mais homogêneo do que no ano anterior, quando se registraram elevações na produção de dezessete atividades industriais. No entanto, o padrão de crescimento da indústria segue concentrado, tendo em vista que apenas oito atividades¹, com participação de cerca de 40% na estrutura industrial brasileira, foram responsáveis por cerca de 80% da taxa de crescimento anual da produção industrial. As demais doze atividades que apresentaram expansão no ano proporcionaram contribuição modesta para o crescimento da indústria geral, enquanto a produção de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações manteve-se estável. As seis atividades que apresentaram desempenho negativo em 2006 foram responsáveis por uma redução de 0,3 p.p. na taxa de crescimento anual da produção industrial.



Fonte: IBGE

A agroindústria cresceu 1,6% em 2006, ante redução de 1% no ano anterior. Embora as condições climáticas estivessem mais favoráveis, o que contribuiu para o desempenho de setores associados à agricultura, fatores como a apreciação cambial, o fim da alíquota de importação de defensivos, além de problemas fito sanitários na pecuária bovina foram determinantes para as retrações registradas nos segmentos relativos à pecuária e, especialmente, no grupo de inseticidas, herbicidas e outros defensivos para uso agropecuário.

1/ Máquinas para escritório e equipamentos de informática; indústrias extrativas; máquinas e equipamentos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; alimentos; bebidas; metalurgia básica; e farmacêutica.

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a produção da indústria automobilística atingiu 2,6 milhões de unidades em 2006, com crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior, enquanto a produção de máquinas agrícolas recuou 12,9%. As vendas totais de autoveículos aumentaram 5,1% no ano, registrando-se aumento de 11,1% nas vendas internas e queda de 5,8% nas vendas destinadas ao exterior.

Quadro 1.9 – Produção industrial

Discriminação	Variação percentual		
	2004	2005	2006
Total	8,3	3,1	2,8
Por categorias de uso			
Bens de capital	19,7	3,6	5,7
Bens intermediários	7,4	0,9	2,1
Bens de consumo	7,3	6,0	3,4
Duráveis	21,8	11,4	5,8
Semi e não duráveis	4,0	4,6	2,7

Fonte: IBGE

Em relação ao desempenho regional da produção industrial, assinala-se a expansão anual de 14,2% registrada no Pará, liderada pelo dinamismo de produtos tipicamente de exportação. As indústrias do Ceará, impulsionadas pelos setores têxtil, produtos químicos e máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e as do Espírito Santo, que traduziram o dinamismo dos segmentos extração de petróleo e alimentos e bebidas, apresentaram o segundo e o terceiro melhores desempenhos no ano, com taxas de crescimento de 8,2% e 7,6%, respectivamente. As indústrias de Pernambuco, 4,8%; Minas Gerais, 4,5%; Bahia, 3,2%; e São Paulo, 3,2%, também apresentaram crescimento anual superior à média nacional, enquanto nos estados de Goiás, Rio de Janeiro e Santa Catarina, as taxas de crescimento atingiram 2,4%, 1,9% e 0,2%, respectivamente.

Em sentido inverso, a produção do estado do Amazonas recuou 2,2%, seguindo-se as relativas ao Rio Grande do Sul, 2%; e Paraná, 1,6%. A queda na fabricação de telefones celulares e rádios, produtos químicos e refino de petróleo e produção de álcool constituíram-se nos principais responsáveis pelo resultado negativo na indústria amazonense, enquanto o desempenho da indústria gaúcha refletiu as retrações nos segmentos máquinas e equipamentos, produtos de metal, e calçados e artigos de couro. O comportamento da indústria paranaense esteve associado ao desempenho negativo do setor de veículos automotores, decorrente, em parte, das greves nas indústrias automotivas ocorridas em setembro.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as vendas industriais reais cresceram 1,7% em 2006. Assinala-se que, em um contexto de apreciação cambial, esse

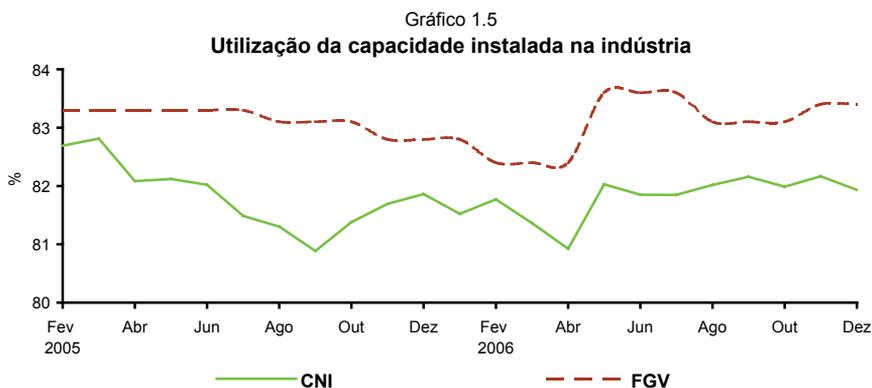
indicador deve ser considerado com cautela, haja vista que as vendas reais poderão ser subestimadas, na medida em que o valor da parcela exportada, ao ser convertido para reais, refletirá, principalmente, a variação cambial. Em relação aos indicadores associados ao mercado de trabalho na indústria, a CNI registrou aumentos de 2,2% no nível de emprego e de 1,8% nas horas trabalhadas.

Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o volume das exportações de bens semimanufaturados e manufaturados registraram crescimentos de 3,5% e de 2,1%, respectivamente, em 2006. Esse desempenho, mais modesto do que em anos anteriores – em 2005, as taxas atingiram 6,3% e 11%; e em 2004, 7,2% e 26,1%, respectivamente – refletiu, em parte, a trajetória de apreciação da taxa de câmbio em curso a partir da segunda metade de 2003.

O Nível Médio de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), mensurado pela CNI, atingiu 81,8% em 2006, mantendo-se no patamar do ano anterior. No mesmo sentido, estatísticas da Fundação Getulio Vargas (FGV) indicaram redução marginal do NUCI, de 83,5% em 2005 para 83,3% em 2006. Esses resultados sugerem a existência de risco reduzido, no curto prazo, de pressões inflacionárias associadas a limitações de oferta.

A desagregação do NUCI da FGV, de acordo com categorias de uso, revelou aumentos de 3,3 p.p. e de 0,6 p.p. no nível da utilização da capacidade instalada das indústrias de materiais de construção e de bens de capital, respectivamente. Por outro lado, registraram-se reduções de 0,9 p.p. e de 0,2 p.p. nas indústrias de bens de consumo e de bens intermediários, respectivamente.

A evolução da produção industrial em 2006 foi consistente com as expectativas em relação ao nível da atividade econômica divulgadas, em novembro de 2005, pela Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação – Quesitos Especiais, da FGV. As expectativas para 2007, captadas pela Sondagem divulgada em novembro de 2006, são mais favoráveis do que no ano anterior e sugerem a continuidade do processo de crescimento no setor industrial.



Quadro 1.10 – Utilização da capacidade instalada na indústria^{1/}

Discriminação	2004	2005	2006
Indústria de transformação	82,4	83,5	83,3
Bens de consumo finais	78,4	81,2	80,1
Bens de capital	79,3	81,4	82,0
Materiais de construção	82,3	81,8	85,1
Bens de consumo intermediários	87,3	87,5	87,3

Fonte: FGV

1/ Pesquisa trimestral. Média do ano.

Indicadores de comércio

Os indicadores da atividade varejista apresentaram resultados positivos em 2006. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE, o Índice de Volume de Vendas no Varejo cresceu 6,2% em 2006, e manteve-se a tendência de expansão anual iniciada em 2004. Assim como no ano anterior, as vendas apresentaram crescimento generalizado, à exceção das relativas a combustíveis e lubrificantes, que recuaram 8% no ano. As vendas nos segmentos móveis e eletrodomésticos, e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo aumentaram 10,3% e 7,6%, respectivamente, enquanto as relativas a automóveis, motocicletas, partes e peças, e material de construção, que não fazem parte do índice restrito, cresceram 7,2% e 4,7% respectivamente. O Índice de Volume de Vendas no Varejo Ampliado, que incorpora esse dois segmentos, aumentou 6,4% no ano.

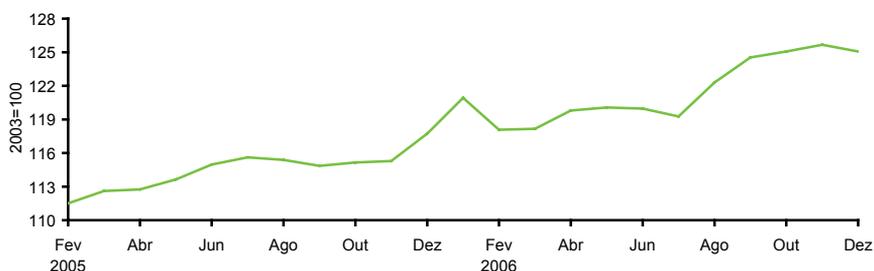
As vendas no varejo cresceram em 26 unidades da Federação, com redução apenas em Mato Grosso, de 9,9%, em contrapartida à perda de renda no setor agropecuário. As maiores elevações ocorreram em Roraima, 30,1%; Acre, 27,5%; Amapá, 23,6%; Alagoas, 18,7%; e Tocantins, 17,5%, estados onde os programas assistenciais do governo federal têm impacto maior na renda da população.

A Receita Nominal de Vendas expandiu-se 7,3% em 2006, resultado de aumentos de 6,2% no volume de vendas e de 1% nos preços dos bens comercializados no varejo. Em todos os segmentos do comércio varejista, exceto em combustíveis e lubrificantes, a variação anual da receita nominal superou a variação média de 4,2% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, com destaque para veículos, motos, partes e peças, 7,6%; móveis e eletrodomésticos, 7,3%; e tecidos, vestuário e calçados, 7,2%.

Estatísticas da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) referentes ao número de consultas ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e ao sistema Usecheque corroboram a trajetória expansionista das vendas no varejo. Esses indicadores elevaram-se 3,3% e 5,6%, respectivamente, em relação a 2005.

O aumento da inadimplência registrado em 2006, a exemplo do ocorrido no ano anterior, mostrou-se compatível com o aquecimento das vendas. O indicador que mede a relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados, de abrangência nacional, cresceu 6,5% no ano, enquanto a inadimplência na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), medida pela ACSP, atingiu 5,3%, ante 5% em 2005.

Gráfico 1.6
Índice de volume de vendas no varejo
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Os resultados de pesquisas que avaliam as expectativas dos consumidores sugerem a continuidade do crescimento das vendas do comércio em 2007. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), registrou expansão de 10,4% no último trimestre de 2006, em relação ao período correspondente do ano anterior. Esse resultado decorreu de aumentos de 7,9% no Índice de Condições Econômicas Atuais (Icea), que representa 40% do índice geral, e de 12% no Índice de Expectativas do Consumidor (IEC).

O Índice Nacional de Confiança (INC), divulgado pela ACSP, atingiu 140,8 pontos em dezembro de 2006, em uma escala que varia de zero (pessimismo absoluto) a 200 (otimismo absoluto), e superou o resultado correspondente de 2005 em 20,7%. O INC apresentou crescimento em todas as regiões, em especial no Norte/Centro-Oeste, 26,8%, e no Sudeste, 23,5%.

Indicadores da produção agropecuária

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, a safra de grãos atingiu 116,6 milhões de toneladas em 2006. O crescimento anual de 3,6% refletiu a diminuição de 4,4% na área colhida e o aumento de 8,4% na produtividade média.

A produção da região Sul cresceu 24,4%, e a da região Centro-Oeste recuou 6,4%, e passaram a representar, na ordem, 41,4% e 34% do total da safra nacional.

A produção nacional de soja situou-se em 52,2 milhões de toneladas, com crescimento anual de 2,1%. Registrou-se aumento de 6,7% no rendimento médio e recuo de 4,3% na área colhida, reflexo tanto da estiagem observada no início do ano quanto do excesso de chuvas no período da colheita, que propiciou o surgimento de focos de doenças fúngicas, como a ferrugem asiática, em importantes regiões produtoras do grão.

Gráfico 1.7
Índice de Confiança do Consumidor



A safra de milho totalizou 42,5 milhões de toneladas, com crescimento de 21% no ano. A área colhida aumentou 9,2%, e a produtividade média, que evidenciou o bom desempenho na região Sul, principalmente no que diz respeito à primeira safra, 10,2%.

A produção de arroz recuou 13% em 2006 e atingiu 11,5 milhões de toneladas. Esse resultado decorreu de redução de 24,2% na área colhida, reflexo dos preços pouco atrativos praticados no mercado, e de crescimento de 14,8% na produtividade média.

A colheita de trigo atingiu 2,4 milhões de toneladas. A redução anual de 49,1% resultou de contrações na área colhida, 34,6%, e na produtividade média, 22,1%. Esse desempenho refletiu tanto os preços pouco atrativos para os produtores e as dificuldades de comercialização das últimas safras, quanto os efeitos da falta de recursos e as adversidades climáticas nas principais regiões produtoras.

A safra de feijão cresceu 13,1% em 2006 e totalizou 3,4 milhões de toneladas, com elevações de 7% na área colhida e de 5,6% na produtividade média. As produções relativas à 1ª safra (safra das águas) e à 2ª safra aumentaram 11,2% e 26%, respectivamente, com crescimentos, na mesma ordem, de 4,2% e 12,6% na área colhida, e de 6,8% e 11,9% na produtividade média.

A produção de café atingiu 2,6 milhões de toneladas, com aumento de 21,2% no ano. A área colhida manteve-se praticamente inalterada, e a produtividade média elevou-se em 20,8%, resultado associado tanto à bianualidade da cultura (ano de safra plena) quanto às condições climáticas favoráveis e ao nível atraente das cotações da *commodity* no mercado internacional, que estimularam os investimentos.

Quadro 1.11 – Produção agrícola – Principais culturas

Milhões de toneladas

Produtos	2005	2006
Grãos	112,6	116,6
Caroço de algodão	2,3	1,8
Arroz (em casca)	13,2	11,5
Feijão	3,0	3,4
Milho	35,1	42,5
Soja	51,1	52,2
Trigo	4,7	2,4
Outros	3,1	2,8
Varição da safra de grãos (%)	- 5,6	3,6
Outras culturas		
Banana	6,8	6,9
Batata-inglesa	3,1	3,1
Cacau (amêndoas)	0,2	0,2
Café (beneficiado)	2,1	2,6
Cana-de-açúcar	422,9	458,0
Fumo (em folhas)	0,9	0,9
Laranja	17,9	18,1
Mandioca	25,7	26,7
Tomate	3,4	3,3

Fonte: IBGE

A safra de cana-de-açúcar apresentou crescimento de 8,3% em 2006 e totalizou 458 milhões de toneladas. O rendimento médio e a área plantada aumentaram 1,4% e 6,8%, respectivamente, incentivados tanto pela evolução do preço internacional do açúcar quanto pela expansão na demanda pelo álcool combustível.

Quadro 1.12 – Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas

Variação percentual

Produtos	Produção		Área		Rendimento médio	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Grãos	- 5,6	3,6	1,2	- 4,4	- 6,8	8,4
Algodão (caroço)	- 3,4	- 21,3	9,2	- 28,6	- 10,1	10,2
Arroz (em casca)	- 0,4	- 13,0	5,0	- 24,2	- 5,1	14,8
Feijão	1,6	13,1	- 4,9	7,0	6,8	5,6
Milho	- 16,0	21,0	- 6,6	9,2	- 10,6	10,2
Soja	3,3	2,1	6,5	- 4,3	- 3,0	6,7
Trigo	- 18,6	- 49,1	- 15,5	- 34,6	- 2,6	- 22,1

Fonte: IBGE

Pecuária

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, divulgada pelo IBGE, a produção de carne bovina alcançou 6,9 milhões de toneladas em 2006, com expansão de 8,1% em relação ao ano anterior. Foram produzidos 8,1 milhões de toneladas de aves e 2,3 milhões de toneladas de suínos, com aumentos anuais de 3,4% e 6,6%, respectivamente.

Quadro 1.13 – Estoque de grãos – Principais culturas

Mil toneladas

Produtos	2003/2004	2004/2005	2005/2006
Grãos			
Arroz (em casca)			
Início do ano	332,7	1 507,2	2 183,2
Final do ano	1 507,2	2 183,2	1 112,4
Feijão			
Início do ano	264,5	169,7	113,6
Final do ano	169,7	113,6	355,3
Milho			
Início do ano	8 553,6	7 801,7	3 235,4
Final do ano	7 801,7	3 235,4	3 417,6
Soja			
Início do ano	4 255,0	4 135,2	2 030,1
Final do ano	4 135,2	2 030,1	1 144,0
Trigo			
Início do ano	399,5	412,0	1 234,1
Final do ano	412,0	1 234,1	497,4

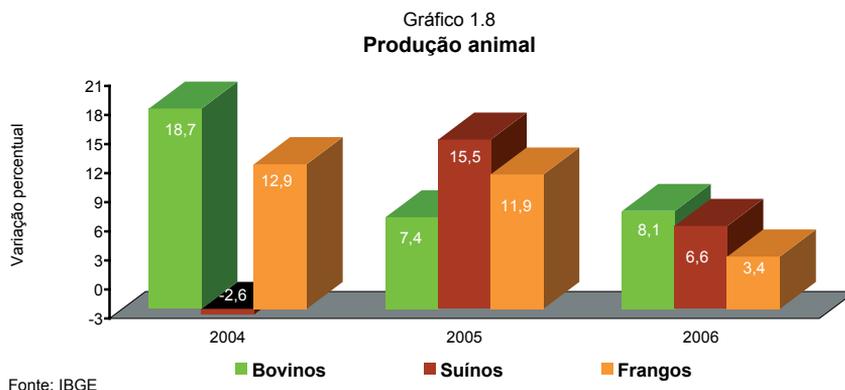
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações de bovinos alcançaram 1,2 milhão de toneladas, com elevação de 12,9% em relação a 2005. As vendas externas de aves e de suínos totalizaram 2,6 milhões e 484,2 mil toneladas, respectivamente, com reduções de 6,4% e de 16,4% em relação a 2005.

Política agrícola

De acordo com o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2006/2007, divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a disponibilidade de recursos para o crédito rural atingiu R\$60 bilhões, o que representa crescimento de 12% em relação ao plano agrícola anterior. Desse total, R\$50 bilhões foram direcionados à agricultura comercial e R\$10 bilhões à agricultura familiar.

Em relação à agricultura comercial, os recursos destinados às áreas de custeio e comercialização totalizaram R\$41,4 bilhões, valor 25% superior ao contemplado no plano anterior, dos quais R\$30,1 bilhões eram relativos a recursos pactuados a taxas de juros monitorados, e R\$11,3 bilhões a taxas de juros livres. O crédito destinado a investimentos somou R\$8,6 bilhões, com decréscimo de 23% em relação a 2005. Desse total, R\$6,4 bilhões deverão atender a programas financiados com recursos do BNDES, o que representa redução anual de 30,1%.



No âmbito dos programas do BNDES, assinala-se tanto a inclusão, no Programa de Modernização de Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), de linha de crédito para o financiamento de máquinas agrícolas usadas, como a redução das taxas de juros nesse programa e no Finame Agrícola Especial (Finame – Agência Especial de Financiamento Industrial). Adicionalmente, foi incluída linha de crédito de investimento específica no Programa de Integração Lavoura/Pecuária (Prolappec), com o objetivo de apoiar a implementação de projetos de sistemas de integração da agricultura com a pecuária, no valor de R\$200 milhões.

Ressalte-se ainda que o PAP 2006/2007 previu a manutenção da política de preços mínimos dos principais produtos agrícolas, assim como ampliações dos novos títulos financeiros do agronegócio e do programa de seguro rural.

Produtividade

A produtividade industrial, definida como a razão entre o índice de produção física do setor, divulgado pelo IBGE, e o indicador de horas pagas na produção, disponibilizado pela CNI, aumentou 0,7% em 2006, ante recuo de 1,9% no ano anterior. Observou-se decréscimo em sete dos doze estados pesquisados, que atingiu 5,3% no Amazonas, 3,6% no Rio de Janeiro, 3,1% no Paraná e 2,8% na Bahia, enquanto os crescimentos mais representativos ocorreram no Ceará, 8%; Espírito Santo, 7,5%; e Minas Gerais, 5%.

A produtividade média do setor agrícola, compreendida como a relação entre a produção de grãos e a área cultivada, cresceu 8,4%. Esse resultado refletiu, em parte, o crescimento de 3,1% na demanda total por fertilizantes agrícolas que, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), recuara 19,5% no ano anterior. Contribuiu ainda para a elevação da produtividade o desempenho das vendas internas de máquinas agrícolas impulsionadas, segundo estatísticas da Anfavea, pela expansão de 15,3% nas vendas de tratores de rodas. As vendas de máquinas cultivadoras e colheitadeiras recuaram 21,4%, no ano.

Energia

Em 2006, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção de petróleo, incluindo Líquido de Gás Natural (LGN), aumentou 5,6%, ante 11,3% no ano anterior. Esse resultado representou a décima quarta elevação da produção desde 1992, registrando-se, apenas em 2004, recuo de 0,9%. A produção atingiu 1.809 mil barris/dia, ante 1.712 mil barris/dia em 2005, e apresentou o maior nível diário, de 1.875 mil barris, em dezembro, e o menor, de 1.716 mil barris, em junho. A produção de gás natural cresceu 0,04% em 2006 e atingiu 305 mil barris/dia.

O total de óleo processado nas refinarias cresceu 0,4% em 2006, o que totalizou 1.705 mil barris/dia, registrando-se elevação de 0,3 p.p. na participação do petróleo nacional, que se situou em 78,8%. As importações de petróleo cresceram 0,9% no ano e alcançaram 358,4 mil barris/dia, enquanto suas exportações elevaram-se 34%, para 366,5 mil barris/dia, o que evidenciou o aumento da produção de óleo pesado acima da capacidade interna de refino.

As vendas de derivados de petróleo no mercado interno decresceram 1,4% em 2006, registrando-se aumentos nos segmentos gasolina, 7,1%; Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), 1,4%; e querosene de aviação, 0,8%. Em sentido inverso, as vendas de gasolina de aviação recuaram 6,7%; as de óleo diesel, 6,2%; e as de óleos combustíveis, 2,2%. O consumo geral de álcool aumentou 5,2%, resultante da elevação de 29,2% nas vendas de álcool hidratado e da queda de 13,7% nas relativas a álcool anidro, misturado à gasolina. As vendas de automóveis com tecnologia bicombustível desempenharam, mais uma vez, papel relevante no aumento do consumo de álcool.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), o consumo nacional de energia elétrica cresceu 3,4% em 2006, registrando-se expansões nos segmentos comercial, 4,4%; residencial, 3,8%; e industrial, 2,7%. O consumo de outros segmentos não listados, entre eles iluminação pública, serviços e poderes públicos e o setor rural, cresceu 3,7%.

Quadro 1.14 – Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante

Média diária (1.000 b/d)

Discriminação	2004	2005	2006
Petróleo	1 338	1 347	1 328
Óleos combustíveis	93	90	88
Gasolina	295	304	326
Óleo diesel	674	674	632
Gás liquefeito	201	200	203
Demais derivados	75	78	79
Álcool carburante	173	182	191
Anidro	98	101	88
Hidratado	75	80	104

Fonte: ANP

Indicadores de emprego

Mesmo com menor dinamismo que nos dois anos anteriores, o mercado de trabalho apresentou resultados positivos em 2006, e foi registrado aumento do emprego formal e recuperação dos rendimentos. O nível de emprego continuou a crescer, embora a criação de novas vagas não tenha suprido o crescimento da oferta do trabalho, o que contribuiu para a ligeira elevação assinalada na taxa de desemprego média do ano.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, que incorpora as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, a taxa média de desemprego atingiu 10% em 2006 e superou a registrada em 2005 em 0,2 p.p. Esse resultado evidenciou crescimentos de 2,4% da População Economicamente Ativa (PEA) e de 2,3% do número de ocupados, comparativamente a 1,1% e 3%, respectivamente, em 2005. Assinale-se que o aumento da PEA esteve associado tanto à elevação da demanda por trabalho registrada na época das eleições quanto, especialmente, à redução do número de desalentados, característica em períodos de retomada da atividade econômica e de ganhos reais de rendimentos.

Quadro 1.15 – Consumo de energia elétrica^{1/}

GWh

Discriminação	2004	2005	2006
Total	317 425	335 905	347 322
Por setores			
Comercial	49 606	52 979	55 312
Residencial	78 462	82 722	85 881
Industrial	142 318	150 243	154 315
Outros	47 039	49 961	51 814

Fonte: EPE

^{1/} Não inclui autoprodutores.

Considerando as categorias de posição na ocupação, o emprego cresceu mais acentuadamente no segmento de empregados com carteira assinada e repetiu o desempenho do ano anterior. A expansão de 4,8% registrada no ano contribuiu para que a participação dos empregados com carteira no total dos ocupados passasse de 44,3%, no início de 2005, para 46,1% ao final de 2006. O emprego no segmento ocupados por conta própria cresceu 1% no ano, enquanto, em sentido inverso, registraram-se taxas negativas em empregados sem carteira, 0,9%, e empregadores, 1,5%.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), revelou redução de 1 p.p., para 15,9%, na taxa de desemprego da RMSP em 2006. A taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário recuou 0,9 p.p., para 3,9%, e a taxa de desemprego aberto decresceu 0,1 p.p., para 10,4%.

Segundo dados de abrangência nacional do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criadas 1.229 mil vagas em 2006, ante 1.254 mil em 2005 e 1.523 mil em 2004. O maior número de ocupações foi criado no setor de serviços, 522 mil vagas, seguindo-se o comércio e a indústria de transformação, com 337 mil e 250 mil novas vagas, respectivamente. Assinale-se que, a exemplo do observado em 2005, a maior taxa de expansão do emprego ocorreu na construção civil, 7,3%, o que representou a geração de 86 mil novas vagas.

Quadro 1.16 – Emprego formal – Admissões líquidas

Em mil

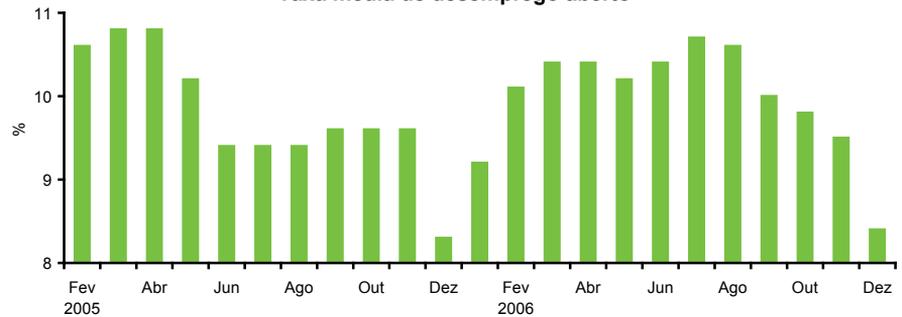
Discriminação	2004	2005	2006
Total	1 523,3	1 254,0	1 228,7
Por setores			
Indústria de transformação	504,9	177,5	250,2
Comércio	403,9	389,8	336,8
Serviços	470,1	569,7	588,6
Construção civil	50,8	85,1	85,8
Agropecuária	79,3	- 12,9	6,6
Serviços industriais de utilidade pública	4,6	13,5	7,4
Outros ^{1/}	9,7	31,2	- 46,6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

O emprego industrial, apurado pela CNI em doze estados da Federação (Amazonas, Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cresceu 2,2% em 2006, comparativamente a 5,2% em 2005 e a 4% em 2004.

Gráfico 1.9
Taxa média de desemprego aberto



Fonte: IBGE

Gráfico 1.10
Nível de emprego formal
Variação percentual em 12 meses



Indicadores de salários e rendimentos

O rendimento médio real habitual da população ocupada nas seis regiões metropolitanas consideradas na PME do IBGE atingiu R\$1.045,75 em 2006, com elevação de 4,3% em relação ao ano anterior. Nas regiões metropolitanas de Recife e de São Paulo, o aumento foi superior a 5%.

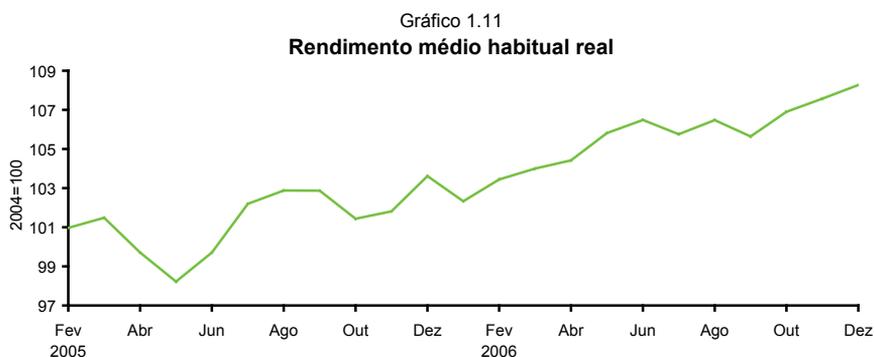
Registraram-se ganhos de poder de compra em todas as categorias de posição na ocupação, que alcançou 5% no segmento de trabalhadores por conta própria, 4% no de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e 3,8% no de trabalhadores com carteira assinada. A massa de rendimentos dos ocupados cresceu 6,7% no ano, resultado de aumentos de 4,3% nos rendimentos e de 2,3% na ocupação.

Segundo a PED, do Seade/Dieese, o rendimento médio real dos ocupados na RMSP cresceu 1,3% em 2006, após recuo de 0,4% em 2005. A massa real de rendimento dos ocupados elevou-se 3,3%, o que refletiu, também, o crescimento de 2% no nível de ocupação.

Indicadores de preços

As taxas de inflação recuaram em 2006, relativamente ao ano anterior, em cenário de desaceleração dos preços monitorados e dos preços livres. A variação do IPCA, do IBGE, alcançou 3,14%, situando-se no intervalo para a inflação estabelecido pelo CMN.

O comportamento favorável dos preços dos produtos agrícolas foi determinante para a menor variação dos preços livres no ano. A queda de preços de itens como frango, pão francês, feijão, e alimentos *in natura*, por exemplo, exerceu influência significativa para a redução da variação dos preços no grupo alimentação no ano.



Fonte: IBGE

A apreciação da taxa de câmbio também contribuiu para a menor variação dos preços e favoreceu tanto a desaceleração mais acentuada dos preços dos produtos comercializáveis internacionalmente, em comparação com os preços dos bens não comercializáveis, quanto a redução do custo associado a insumos importados na cadeia produtiva.

Quadro 1.17 – Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2006

Variação percentual

Discriminação	Nominal	Real ^{1/}
Total	7,6	4,3
Posição na ocupação		
Com carteira	7,0	3,8
Sem carteira	7,2	4,0
Conta própria	8,3	5,0
Por setor		
Setor privado	7,8	4,5
Setor público	9,7	6,3

Fonte: IBGE

^{1/} Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A desaceleração dos preços do grupo monitorados refletiu, fundamentalmente, as menores elevações nos preços das tarifas de energia elétrica e da gasolina e a queda nos preços das tarifas de telefone fixo. O comportamento das tarifas de energia elétrica e telefonia refletiu, entre outros, a expressiva redução na variação dos índices gerais registrada em 2005. Adicionalmente, o preço da gasolina não foi reajustado pela Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) em 2006, enquanto no anterior registrara-se elevação de 16,5%.

Índices gerais de preços

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela FGV, e correspondente à média ponderada do Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI), do Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-Br) e do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente, registrou variação de 3,79% em 2006. Essa taxa foi a terceira menor desde o início da série, em 1944, e situou-se acima apenas das registradas em 2005 e em 1998.

O IPA-DI cresceu 4,29% no ano e refletiu elevações de 6,92% nos preços dos produtos agrícolas e de 3,46% nos industriais, ante queda de 6,32% e aumento de 0,88%, respectivamente, no ano anterior. O IPC-Br elevou-se 2,05%, ante alta de 4,93% em 2005 e o INCC, 5,04%, resultado associado, fundamentalmente, à elevação de 6,02% nos custos com mão-de-obra.

Índices de preços ao consumidor

O IPCA, utilizado como referência para o regime de metas para a inflação, variou 3,14% em 2006, comparativamente a 5,69% no ano anterior. Os preços livres cresceram 2,58%, ante 4,32% em 2005, com ênfase para as pressões exercidas pelos itens açúcar, 15,39%; cigarro, 11,26%; empregado doméstico, 10,75%; condomínio, 7,02%; e cursos, 6,79%. Os preços monitorados aumentaram 4,28% em 2006, ante 8,98% no ano anterior.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, atingiu 2,81% em 2006, ante 5,05% no ano anterior. Esse indicador difere do IPCA no que se refere à população-objetivo, que corresponde às famílias que percebem renda mensal entre 1 e 8 salários mínimos, enquanto no IPCA é considerada renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos. A menor variação do INPC no ano, em relação à do IPCA, resulta do maior peso atribuído aos preços comercializáveis na estrutura de ponderação.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que abrange famílias com rendimento entre 1 e 20 salários mínimos na RMSP, situou-se em 2,54% em 2006, ante 4,53% no ano anterior.

Preços monitorados

Os preços monitorados² cresceram 4,28% em 2006, ante 8,98% em 2005, o que representou 1,38 p.p. da variação do IPCA. Os itens que exerceram as pressões mais significativas foram remédios, plano de saúde, gasolina, gás de bujão e tarifas de ônibus urbano, de ônibus intermunicipal e de água e esgoto, responsáveis por aproximadamente 95% da variação anual desses preços.

A redução na variação anual dos preços monitorados esteve associada ao comportamento tanto das tarifas de telefonia fixa e de energia elétrica residencial como dos preços da gasolina.

Os reajustes das tarifas de telefonia fixa são autorizados anualmente às concessionárias pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com base na variação de uma cesta de índices de preços e em um fator de ganho de produtividade das empresas. Em 2006, a queda das tarifas alcançou, em média, 0,83%.

Quadro 1.18 – Participação dos grupos no IPCA em 2006

Variação percentual

Grupos	IPCA				
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada em 2005	Variação acumulada em 2006	Contribuição acumulada em 2006	Participação no índice ^{2/}
IPCA	100,0	5,69	3,14	3,14	100,0
Alimentação e bebidas	20,9	1,99	1,23	0,26	8,2
Habituação	15,1	6,44	3,07	0,46	14,8
Artigos de residência	5,0	2,71	-2,71	-0,14	-4,4
Vestuário	6,0	7,10	5,07	0,30	9,6
Transportes	21,7	8,07	3,02	0,66	20,9
Saúde e cuidados pessoais	10,7	6,20	6,01	0,64	20,4
Despesas pessoais	9,3	6,98	7,26	0,68	21,5
Educação	6,0	7,17	6,24	0,38	12,0
Comunicação	5,2	6,45	-0,24	-0,01	-0,4

Fonte: IBGE

1/ Média de 2006.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

Em 2006, a média dos reajustes das tarifas de energia elétrica atingiu 0,27%, com variações de -7,5%, em Brasília, a 6,45%, em Goiânia, com queda nos preços das tarifas

2/ Entende-se por preços monitorados aqueles que são direta ou indiretamente determinados pelos governos federal, estadual ou municipal. Em alguns casos, os reajustes são estabelecidos por contratos entre produtores/fornecedores e as agências de regulação correspondentes, como nos casos de energia elétrica e de telefonia fixa.

em cinco das onze regiões pesquisadas. Os reajustes seguem cronograma definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que determina o período de reajuste anual para cada uma das concessionárias, e baseiam-se nos custos gerenciáveis, sobre os quais incide, principalmente, um fator de ganho de produtividade das empresas e o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), da FGV, acumulado nos doze meses anteriores à data do reajuste, e nos custos não gerenciáveis, como energia comprada e custos de transmissão.

Núcleos

As três medidas de núcleo de inflação do IPCA calculadas pelo Banco Central apresentaram, em 2006, as menores taxas de variação desde 1998, acompanhando a desaceleração do índice cheio.

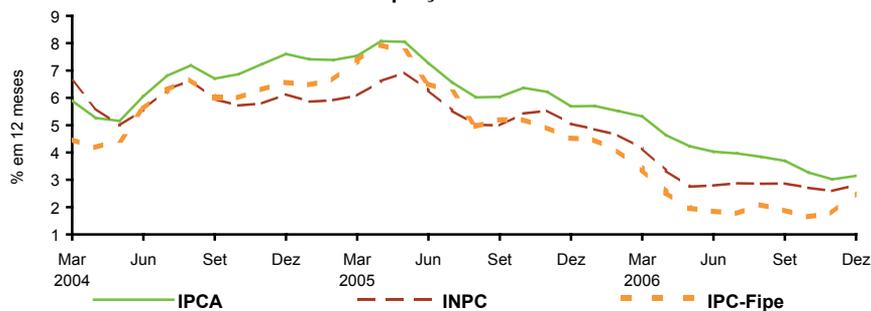
Quadro 1.19 – Principais itens na composição do IPCA em 2006

Discriminação	IPCA			
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada em 2005	Variação acumulada em 2006	Contribuição acumulada em 2006
Índice (A)	100,0	5,69	3,14	3,14
Preços livres	67,7	4,32	2,58	1,74
Preços monitorados	32,3	8,98	4,28	1,38
Itens monitorados – Selecionados				
Plano de saúde	3,0	12,03	12,29	0,37
Ônibus urbano	4,4	10,44	8,12	0,36
Água e esgoto	1,8	13,42	4,99	0,09
Remédios	3,5	6,02	4,62	0,16
Gasolina	4,6	7,76	2,94	0,14
Gás de bujão	1,4	0,24	7,49	0,10
Energia elétrica	4,3	8,07	0,27	0,01
Telefone fixo	3,6	6,68	- 0,83	- 0,03
Passagem aérea	0,5	28,10	- 9,62	- 0,05

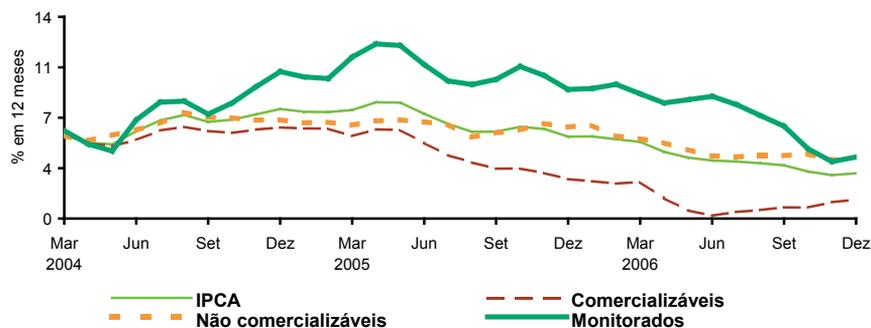
Fonte: IBGE

1/ Média de 2006.

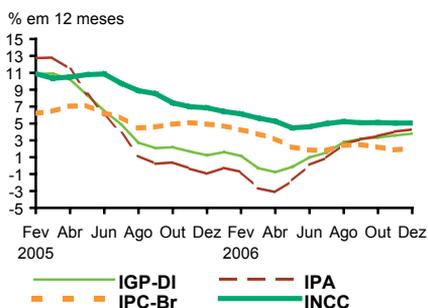
Gráfico 1.12
Índices de preços ao consumidor



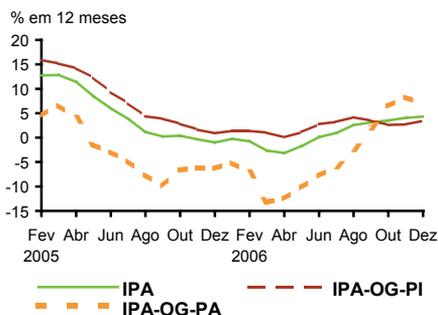
IPCA



IGP-DI e seus componentes



IPA segundo a origem



Fontes: IBGE, Fipe e FGV

O núcleo por exclusão variou 3,56%, ante 5,55% no ano anterior. O núcleo por médias aparadas sem suavização apresentou desaceleração mais acentuada do que o IPCA em 2006, e recuou de 5,3%, em 2005, para 2,76%. O núcleo pelo método de médias aparadas com suavização³ acumulou alta de 4,63% no ano, e permaneceu

3/ Com a mudança da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IPCA em julho de 2006, o item cursos foi decomposto, e foi criado o item cursos diversos. Com isso, para efeitos de cálculo, o novo item cursos diversos herdou as variações do antigo subitem com o mesmo nome, e o item cursos foi recalculado a fim de se evitar dupla contagem de cursos diversos.

em patamar mais elevado do que os demais índices de inflação. Esse desempenho esteve associado à própria concepção do indicador, que carrega variação defasada de alguns itens. Dentre os itens suavizados que concorreram destacadamente para a desaceleração do IPCA no ano, assinalem-se transporte público, energia elétrica residencial, combustíveis e comunicação.

O núcleo do IPC-Br, calculado pelo método de médias aparadas com suavização de determinados itens, variou 2,82% em 2006 ante 5,07% em 2005, segundo dados da FGV.

Quadro 1.20 – Preços ao consumidor e seus núcleos em 2006

Variação percentual				
Discriminação	2005	2006		
		1º sem	2º sem	No ano
IPCA (cheio)	5,69	1,54	1,58	3,14
Exclusão	5,55	2,15	1,38	3,56
Médias aparadas				
Com suavização	6,76	2,75	1,83	4,63
Sem suavização	5,30	1,84	0,91	2,76
IPC-Br	4,93	0,62	1,43	2,05
Núcleo IPC-Br	5,07	1,57	1,23	2,82

Fontes: IBGE e FGV



Moeda e Crédito

Política monetária

Em 2006, a condução da política monetária teve como objetivo assegurar os ganhos inerentes à manutenção do ambiente de estabilidade de preços. O Comitê de Política Monetária (Copom), considerando a meta para a inflação anual estipulada em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), reduziu a meta para a taxa Selic, que orienta as intervenções de mercado aberto, em 4,75 p.p. no decorrer do ano, fixando-a em 13,25% a.a. na última reunião de 2006, realizada em dezembro; enquanto o CMN introduziu corte de 2,9 p.p. na TJLP, que referencia as operações de crédito do BNDES, reduzindo-a para 6,85% a.a., no mesmo período. Ressalte-se que foram realizadas oito reuniões do Copom em 2006, em linha com as alterações promovidas pela Circular 3.297 e pelo Comunicado 13.821, ambos de 31 de outubro de 2005, que estabeleceram intervalos de seis semanas entre as reuniões.

Nas três primeiras reuniões do ano, o Copom reduziu a meta da taxa Selic em 0,75 p.p., o que diminuiu a intensidade do corte para 0,5% p.p. nas reuniões subseqüentes. Essa redução refletiu incertezas em relação tanto ao grau de transmissão do movimento de flexibilização da política monetária iniciado em setembro de 2005, quanto sobre as condições de liquidez externas provenientes de alterações na condução da política monetária nos EUA.

O processo de flexibilização da política monetária brasileira foi facilitado pela trajetória declinante das expectativas de inflação para 2006, que, no acumulado de doze meses, passaram a situar-se em patamar inferior à meta a partir de abril. Tendência semelhante foi observada, a partir de setembro, pelas expectativas em relação aos índices de preços em 2007.

Adicionalmente, a conjunção de fatores como a evolução da taxa de câmbio, que contribuiu para aumentar a concorrência interna no segmento de bens comercializáveis; os processos de acumulação das reservas internacionais e de resgate antecipado de papéis da dívida denominada em moeda estrangeira, que exerceram influência positiva sobre as condições de financiamento externo, reduzindo os prêmios de risco nas captações realizadas no exterior; e a própria redução do risco-Brasil, que calculado pelo *Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+) alcançou níveis históricos abaixo de 200 pontos-base (p.b.), sedimentaram um ambiente benigno para a redução dos níveis inflacionários.

Nesse contexto, o IPCA, utilizado como referência para o sistema de metas para a inflação, cresceu 3,14% no ano, ante 5,69% no ano anterior, situando-se, pela primeira vez desde a implantação desse sistema, em 1999, abaixo da meta estabelecida para o ano.

Títulos públicos federais e operações do Banco Central no mercado aberto

Em um cenário macroeconômico de maior estabilidade, amplia-se o grau de previsibilidade dos agentes econômicos, com desdobramentos positivos sobre as decisões de alocação de capital. Nesse contexto, os prazos das operações compromissadas foram estendidos e contribuíram para aumentar a eficácia da gestão de liquidez empreendida pelo Banco Central.

Ao longo de 2006, o Banco Central atuou no mercado aberto via operações compromissadas com instituições *dealers*, tomando ou doando recursos conforme as necessidades momentâneas para operacionalização da meta fixada para a taxa Selic.

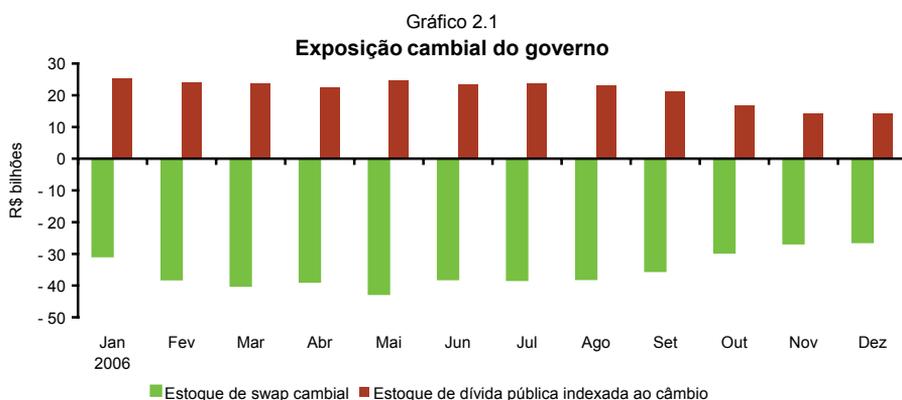
Em linha com sua competência de administrar as condições de liquidez da economia, o Banco Central promoveu operações de venda com compromisso de recompra de papéis com vencimentos mais curtos, o que aumentou a eficácia da gestão de liquidez. Essas transações foram realizadas até setembro e somaram R\$33,3 bilhões, com concentração em Letras do Tesouro Nacional (LTN). Adicionalmente, o saldo médio diário das operações compromissadas com três meses de prazo totalizou R\$2,5 bilhões em dezembro de 2006, ante R\$25,4 bilhões no mesmo mês de 2005. Em sentido contrário, as transações com cinco meses para maturação elevaram-se de R\$23,4 bilhões para R\$30,8 bilhões no mesmo período, enquanto as operações com sete meses, iniciadas em setembro, encerram dezembro com média diária de R\$23,7 bilhões. Foram utilizadas nessas transações tanto as LTN como as Notas do Tesouro Nacional – Séries B e F (NTN-B e NTN-F).

A média diária da posição líquida de financiamento de títulos públicos federais, que reflete as condições de liquidez da economia, elevou-se para R\$68,1 bilhões, ante R\$39,7 bilhões no fechamento do ano anterior. Esse crescimento esteve vinculado, basicamente, ao processo de esterilização das compras de moeda estrangeira realizadas pelo Banco Central, que durante 2006 despendeu R\$74,4 bilhões em operações dessa natureza, bem como realizou ajustes de margem de operações com *swaps* cambiais da ordem de R\$5,4 bilhões. Em sentido contrário, a operacionalização da Conta Única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos públicos, resultou em movimento contracionista da base monetária no montante de R\$59,5 bilhões.

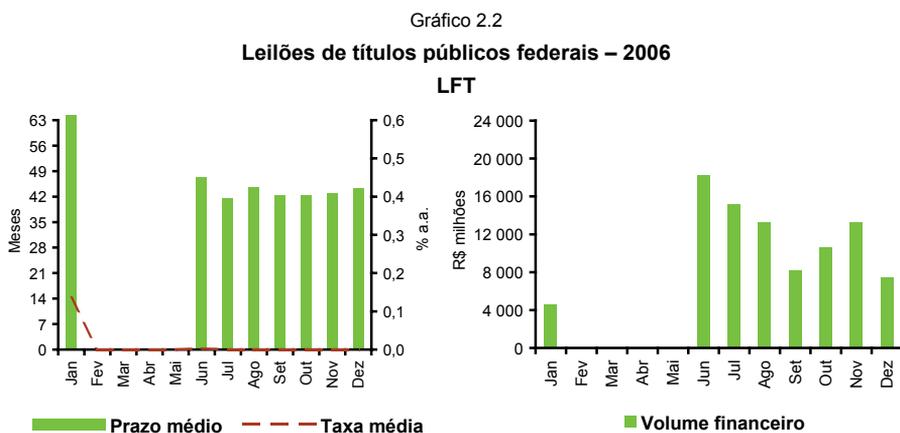
O Banco Central assumiu posição ativa em câmbio no mercado futuro, registrando-se a oferta de US\$18,7 bilhões em *swaps* cambiais reversos no decorrer do ano. Apenas em junho registraram-se ofertas de *swaps* com ponta passiva em câmbio pelo Banco

Central, que somaram US\$798 milhões. Como reflexo dessas operações, a exposição cambial do governo, que considera títulos públicos e derivativos, inverteu-se e ficou negativa em R\$12,1 bilhões em dezembro. No que se refere à maturação dos instrumentos cambiais, ao longo de 2006 venceram US\$5 bilhões em títulos públicos indexados ao câmbio, US\$726 milhões em *swaps* e US\$13,5 bilhões em *swaps* reversos.

O impacto monetário das operações com títulos públicos realizadas pelo Tesouro Nacional (TN) foi expansionista em R\$21,6 bilhões e refletiu colocações de R\$357,6 bilhões, vencimentos de R\$352,2 bilhões e resgates antecipados de R\$27 bilhões. No ano, as operações de troca alcançaram R\$112,8 bilhões, dos quais 55,8% em NTN-B.



Seguindo as diretrizes do Plano Anual de Financiamento (PAF) do TN para 2006, as colocações priorizaram papéis com remuneração prefixada, LTN e NTN-F, que representaram 67,4% das emissões. A oferta de títulos indexados a índices de preços, NTN-B e Notas do Tesouro Nacional – Série C (NTN-C), responderam por 14,3% do total negociado. Acompanhando a trajetória da taxa básica de juros, as emissões de papéis com remuneração determinada pela taxa Selic, Letras Financeiras do Tesouro (LFT), apresentaram redução significativa em 2006, com participação de 18,2% no total

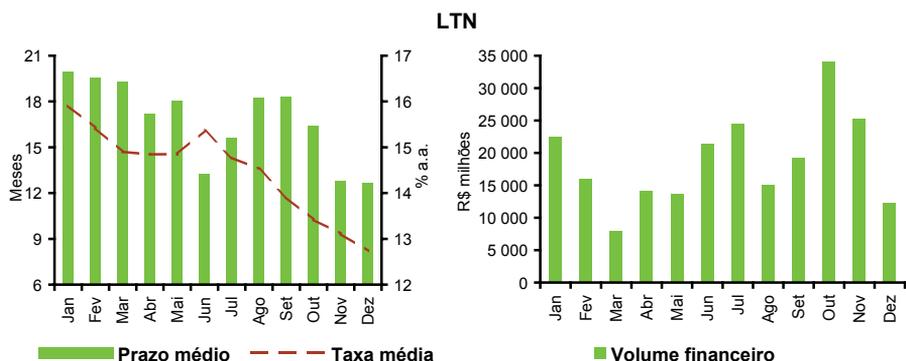


de recursos captados. Cabe observar, ainda, a redução do prêmio de risco embutido em sua taxa de remuneração média que, seguindo a tendência de queda delineada em anos anteriores, tornou-se nula a partir de fevereiro de 2006. Os vencimentos estiveram concentrados em títulos com rentabilidade associada à taxa Selic, 48,7%, e em títulos prefixados, 42% do total.

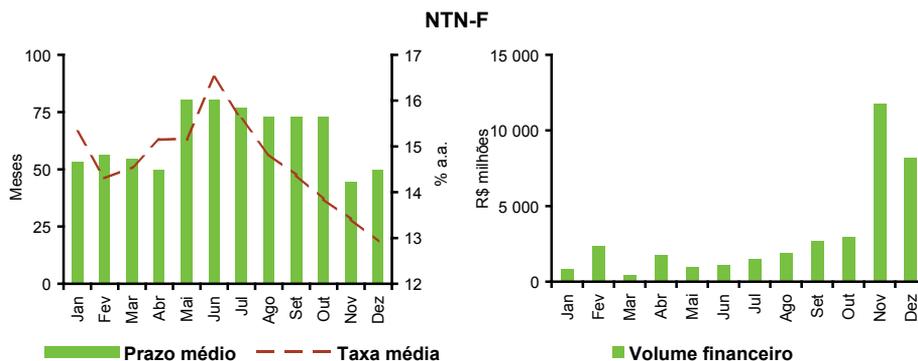
Em função dessa recomposição, as participações dos papéis prefixados e daqueles atrelados a índices de preços na Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) cresceram de 27,8% e 15,5%, respectivamente, em dezembro de 2005, para 36,1% e 22,5%, no mesmo mês de 2006. Em sentido contrário, a representatividade dos títulos atrelados à taxa Selic recuou de 51,8% para 37,8%, no período. O prazo médio da DPMFi atingiu 31 meses em dezembro, ante 27,4 em igual período do ano anterior.

Gráfico 2.3

Leilões de títulos públicos federais – 2006



Leilões de títulos públicos federais – 2006



Ressalte-se, ainda, a evolução da participação dos investidores estrangeiros no mercado de títulos públicos, de 0,66%, em dezembro de 2005, para 2,64%, resultado associado, em parte, à edição da Medida Provisória 281, que isentou os investidores não residentes do imposto de renda cobrado nesse tipo de aplicação.

Gráfico 2.4

Leilões de títulos públicos federais – 2006

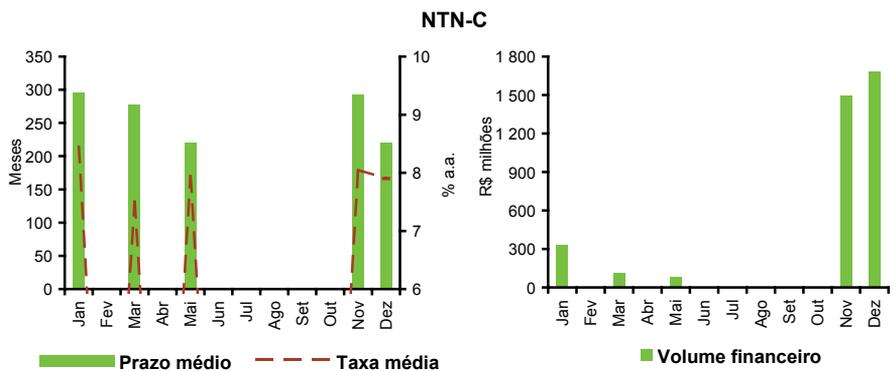
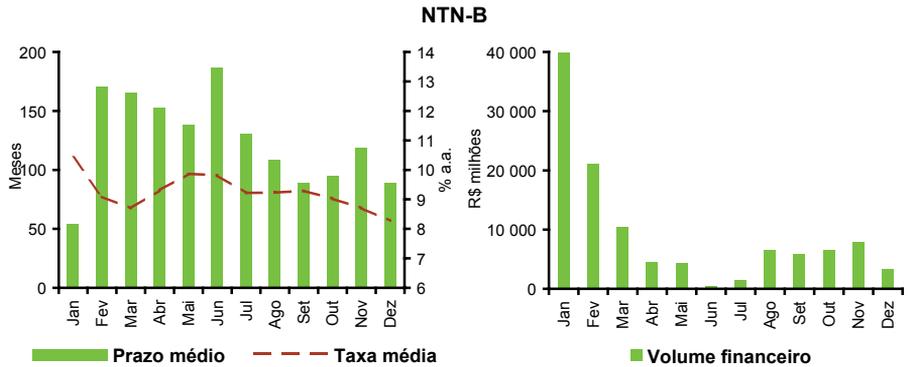
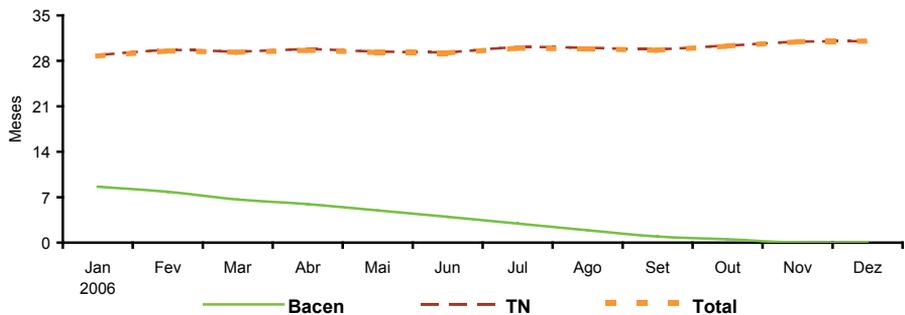


Gráfico 2.5

Prazo médio da DPMFi



Agregados monetários

O comportamento dos agregados monetários em 2006 refletiu a retomada do nível da atividade econômica, com ênfase tanto na elevação da demanda por empréstimos do sistema financeiro, que evidenciou o ambiente de redução da taxa básica de juros, a estabilidade

do câmbio e a melhora das condições de renda e emprego, como para o ingresso de moeda estrangeira, decorrente dos resultados recordes registrados no setor externo.

Nesse contexto, a média dos saldos diários dos meios de pagamento, em seu conceito restrito (M1), atingiu R\$167,2 bilhões em dezembro. O aumento anual de 17,4% resultou de elevações de 17,6% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de 17,2% nos depósitos à vista. Compatível com esse comportamento, a velocidade-renda do M1, definida como a razão entre o PIB e esse agregado monetário, manteve-se relativamente estável, situando-se, em dezembro, em patamar ligeiramente inferior ao observado em 2005. Quando considerados dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o

Gráfico 2.6
Meios de pagamento (M1) – Velocidade-renda^{1/}



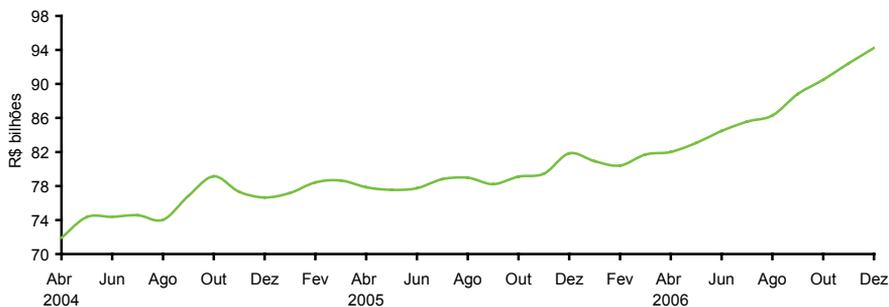
^{1/} Definida como a razão entre o PIB acumulado de doze meses e valorizado pelo IGP-DI e o saldo médio do agregado monetário.

Gráfico 2.7
Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2006, dessazonalizado^{1/}



^{1/} Índice de preço: IPCA.

Gráfico 2.8
Depósitos à vista a preço de dezembro de 2006, dessazonalizado^{1/}



^{1/} Índice de preço: IPCA.

M1 cresceu 14,8% no ano, desempenho consistente com o crescimento real do salário mínimo e com o volume de recursos destinados ao custeio das eleições, bem como aos programas de transferência direta de renda do governo federal.

Quadro 2.1 – Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios

Em percentual

Período	Recursos à vista ^{1/}	Depósitos a prazo ^{1/}	Depósitos de poupança ^{1/}	Operações de crédito	FIF curto prazo	FIF 30 dias	FIF 60 dias
Anterior ao							
Plano Real	50	-	15	-	-	-	-
1994 Jun	100 ^{2/}	20	20	-	-	-	-
Ago	" ^{2/}	30	30	-	-	-	-
Out	" ^{2/}	"	"	15	-	-	-
Dez	90 ^{2/}	27	"	"	-	-	-
1995 Abr	" ^{2/}	30	"	"	-	-	-
Mai	" ^{2/}	"	"	12	-	-	-
Jun	" ^{2/}	"	"	10	-	-	-
Jul	83	"	"	"	35	10	5
Ago	"	20	15	8	40	5	0
Set	"	"	"	5	"	"	"
Nov	"	"	"	0	"	"	"
1996 Ago	82	"	"	"	42	"	"
Set	81	"	"	"	44	"	"
Out	80	"	"	"	46	"	"
Nov	79	"	"	"	48	"	"
Dez	78	"	"	"	50	"	"
1997 Jan	75	"	"	"	"	"	"
1999 Mar	"	30	"	"	"	"	"
Mai	"	25	"	"	"	"	"
Jul	"	20	"	"	"	"	"
Ago	"	"	"	"	0	0	"
Set	"	10	"	"	"	"	"
Out	65	0	"	"	"	"	"
2000 Mar	55	"	"	"	"	"	"
Jun	45	"	"	"	"	"	"
2001 Set	"	10	"	"	"	"	"
2002 Jun	"	15	"	"	"	"	"
Jul	"	"	20	"	"	"	"
2003 Fev	60	"	"	"	"	"	"
Ago	45	"	"	"	"	"	"

1/ A partir de agosto/2002 começou a vigorar recolhimento adicional sobre os recursos à vista (3%), depósitos a prazo (3%) e depósitos de poupança (5%). A partir de outubro/2002, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre os recursos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança passaram para 8%, 8% e 10%, respectivamente.

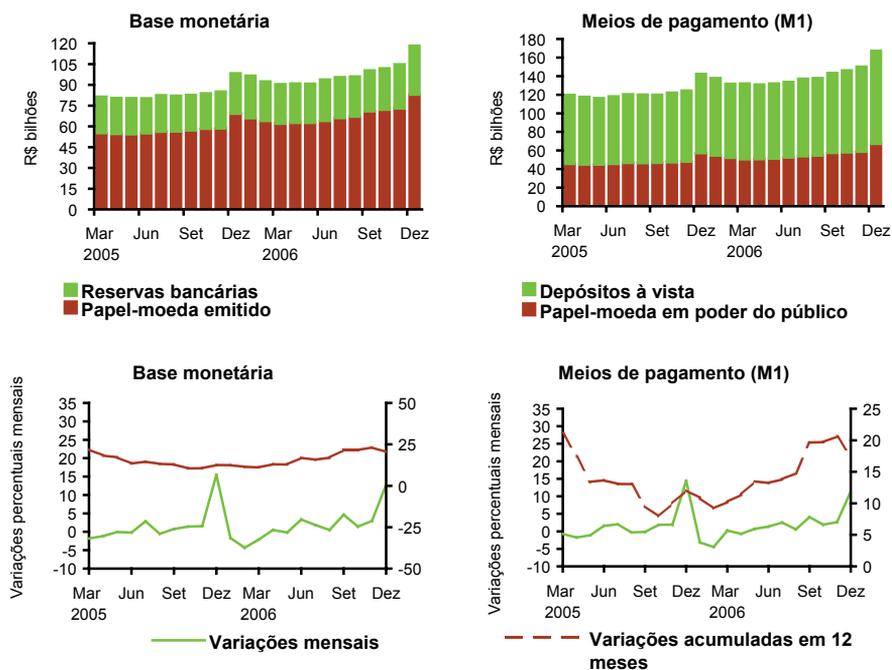
2/ No período de junho/1994 a junho/1995 as alíquotas de 100% e de 90% referem-se ao acréscimo em relação ao período-base apurado entre 23 e 30 de junho de 1994. A partir de julho de 1995, a incidência do compulsório refere-se exclusivamente à média aritmética dos saldos diários de cada período de cálculo.

Em linha com a demanda por M1, a base monetária, no conceito de média dos saldos diários, alcançou R\$118,3 bilhões em dezembro. O crescimento anual de 20,3% refletiu aumentos de 19,9% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 21,5% nas reservas bancárias. A alíquota de recolhimento compulsório sobre recursos à vista permaneceu inalterada em 45%.

Em relação às fontes de emissão primária de moeda, as operações do setor externo, que evidenciaram as compras líquidas de divisas efetuadas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio, e os ajustes nas operações com derivativos mediante *swap* cambial determinaram impactos expansionistas de R\$74,4 bilhões e R\$5,4 bilhões, respectivamente, em 2006. Em sentido inverso, o movimento na conta única do TN, exclusive as operações com títulos, apresentou contração de R\$59,5 bilhões, reflexo, em parte, da arrecadação tributária recorde de R\$385,4 bilhões.

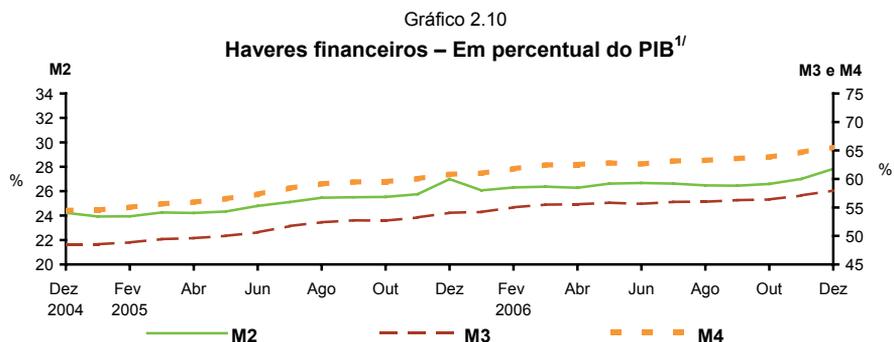
Gráfico 2.9
Base monetária e meios de pagamento

Média dos saldos diários



A base monetária ampliada, que inclui a base monetária restrita, os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do Banco Central, encerrou 2006 com saldo de R\$1,3 trilhão e registrou elevação de 15,8% em relação ao ano anterior. O principal determinante desse desempenho foi a atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado, que respondeu por 13,2 p.p. da variação observada.

No conceito M2, os meios de pagamentos se expandiram 13,6% no ano, com destaque para os crescimentos de 11% no saldo das cadernetas de poupança e de 10,6% no relativo aos títulos privados. Esses resultados refletiram captações líquidas de R\$6,5 bilhões nas cadernetas de poupança e resgates líquidos de R\$7,9 bilhões nos depósitos a prazo.



1/ PIB dos últimos doze meses, a preços do mês assinalado (deflador: IGP-DI centrado), com base na publicação do IBGE.

Quadro 2.2 – Haveres financeiros

Saldos em final de período		R\$ bilhões			
Período		M1	M2	M3	M4
2005	Jan	118,8	489,1	992,6	1 115,0
	Fev	117,8	492,6	1 005,8	1 132,3
	Mar	116,8	502,6	1 024,2	1 152,7
	Abr	113,7	503,1	1 031,3	1 162,3
	Mai	115,8	504,3	1 036,4	1 170,8
	Jun	116,9	512,5	1 046,8	1 184,4
	Jul	116,7	518,1	1 067,3	1 205,0
	Ago	117,0	526,6	1 083,7	1 223,5
	Set	117,4	532,5	1 101,3	1 241,5
	Out	119,7	539,2	1 113,0	1 257,4
	Nov	126,5	549,5	1 136,1	1 280,6
	Dez	144,8	582,5	1 166,5	1 312,4
2006	Jan	130,0	567,3	1 179,5	1 327,2
	Fev	131,1	574,9	1 202,2	1 349,7
	Mar	128,7	578,8	1 217,8	1 370,8
	Abr	127,5	579,7	1 225,5	1 379,3
	Mai	130,9	594,0	1 245,9	1 401,1
	Jun	132,1	600,4	1 252,5	1 409,3
	Jul	133,6	604,8	1 271,6	1 434,7
	Ago	136,3	607,0	1 283,7	1 450,3
	Set	143,1	611,9	1 301,9	1 471,3
	Out	145,0	622,4	1 320,2	1 493,8
	Nov	151,9	637,7	1 348,1	1 527,4
	Dez	174,3	661,5	1 377,7	1 558,6

Os meios de pagamentos elevaram-se 18,1% no conceito M3, em 2006. Entre seus componentes, as cotas de fundos de investimento cresceram 22,3% e registraram captações líquidas de R\$39,3 bilhões. O conceito M4 registrou expansão de 18,8% e atingiu R\$1,6 trilhão no final de 2006, com ênfase para o crescimento de 24,8% no saldo dos títulos federais em mercado.

Operações de crédito do sistema financeiro

A evolução das operações de crédito do sistema financeiro em 2006 manteve a trajetória de expansão observada no ano anterior, reflexo, principalmente, do desempenho dos financiamentos referenciados em recursos livres. Nesse contexto, a demanda de empréstimos por parte das famílias foi influenciada pelas modalidades de crédito pessoal e de aquisição de bens duráveis, o que traduziu as condições favoráveis da renda e do emprego. No segmento de pessoas jurídicas, o crescimento dos empréstimos foi sustentado pelo desempenho das operações com recursos domésticos, com ênfase para capital de giro, tendo em vista a crescente participação de pequenas e médias empresas no total do crédito bancário. Assinale-se que a procura por financiamentos pelas empresas de grande porte continua influenciada pelo maior acesso a fontes alternativas ao crédito bancário, com predomínio de emissões primárias de debêntures e de ações.

Ao mesmo tempo, o desempenho dos financiamentos contratados com recursos direcionados, a exemplo do ocorrido no ano anterior, continuou vinculado às operações realizadas pelo BNDES, que representam a parcela mais expressiva desse segmento. Assinale-se, também, a expansão dos empréstimos destinados ao setor habitacional, cuja intensificação vem sendo impulsionada pelo avanço das medidas institucionais implementadas nos anos recentes. Essa evolução foi estimulada, ainda, pela consolidação de ambiente macroeconômico favorável, importante fator condicionante para a sustentabilidade das operações de longo prazo. Em relação ao setor rural, a maior demanda por crédito refletiu a recuperação gradual da atividade agropecuária, tendo em vista o desempenho desfavorável observado nos anos anteriores, decorrente, sobretudo, das adversidades climáticas.

Nessa conjuntura, as operações de crédito contratadas pelo sistema financeiro, que englobam recursos livres e direcionados, alcançaram R\$732,6 bilhões em dezembro de 2006 e registraram crescimento de 20,7% no ano. Em decorrência, o volume total dos empréstimos atingiu 30,8% do PIB, ante 28,1% em dezembro de 2005.

Com respeito à classificação do crédito conforme o controle de capital das instituições financeiras, os empréstimos dos bancos privados nacionais somaram R\$302,3 bilhões em dezembro, com expansão de 22,1% no ano, o que representou 41,3% do total concedido pelo sistema financeiro, com relevância para as operações destinadas às pessoas físicas, à indústria e ao comércio. As carteiras de crédito das instituições públicas

Quadro 2.3 – Evolução do crédito

Discriminação	R\$ bilhões			
	2004	2005	2006	Variação %
Total	498,7	607,0	732,6	20,7
Recursos livres	317,9	403,7	498,3	23,4
Direcionados	180,8	203,3	234,3	15,2
Participação %:				
Total/PIB	24,5	28,1	30,8	
Rec. livres/PIB	15,6	18,7	21,0	
Rec. direc./PIB	8,9	9,4	9,9	

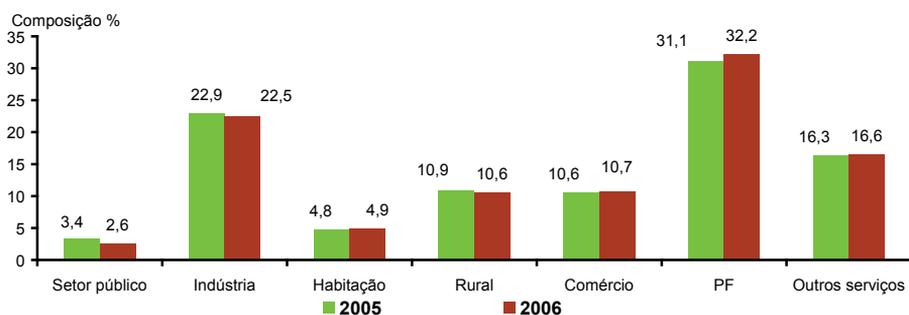
atingiram R\$268,6 bilhões, que corresponderam a 36,7% do total dos empréstimos, com crescimento anual de 20,3%, destacando-se as operações que envolveram os setores industrial e outros serviços. Os financiamentos contratados com as instituições estrangeiras aumentaram 18,8% no ano, com saldo de R\$161,7 bilhões, o que revelou maior demanda de recursos por parte de pessoas físicas, outros serviços e comércio.

As operações de crédito destinadas ao setor privado, que incluem recursos livres e direcionados, considerada a classificação por segmento de atividade econômica, somaram R\$713,7 bilhões em dezembro, com aumento de 21,7% em relação a 2005. Os empréstimos contratados com pessoas físicas apresentaram elevação anual de 24,9%, com destaque para as carteiras de crédito pessoal e de financiamentos para aquisição de veículos.

Os financiamentos concedidos à indústria totalizaram R\$164,6 bilhões, com expansão de 18,4% no ano, com destaque para os setores de mineração, energia e alimentício, notadamente, produção de açúcar e álcool. Os empréstimos direcionados ao comércio totalizaram R\$78,4 bilhões, elevando-se 21,6% no ano, especialmente as operações relacionadas aos setores de supermercados, automóveis, eletrodomésticos e distribuição de combustíveis. As operações com o segmento outros serviços totalizaram R\$121,5 bilhões e acumularam expansão de 22,5% no período, com destaque para os desembolsos aos ramos de telecomunicações, transportes e energia.

Gráfico 2.11

Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro



O volume de empréstimos ao setor habitacional totalizou R\$35,7 bilhões em dezembro, com crescimento anual de 22,7%. O fluxo das operações com recursos da caderneta de poupança destinados a pessoas físicas e a cooperativas habitacionais atingiu R\$9,2 bilhões, ante R\$4,6 bilhões em 2005. A aquisição de novas unidades correspondeu a 52,7% do total desembolsado em 2006, e o restante coube à construção de imóveis o restante. Por encargos financeiros, os financiamentos contratados com taxas de juros sob a égide do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) somaram R\$8,7 bilhões, enquanto os formalizados com taxas de mercado atingiram R\$474 milhões. As aplicações provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinadas à habitação popular acumularam R\$6,8 bilhões em 2006, aumento de 33,7% em relação ao ano anterior.

A dinamização do setor de construção civil reflete as medidas implementadas pelo governo federal nos anos recentes e visa, em especial, ao aperfeiçoamento do arcabouço jurídico e à ampliação da oferta de financiamentos voltados para o segmento imobiliário. Nesse sentido, destacou-se a aplicação do fator de multiplicação de 1,5 no cumprimento da exigibilidade relativa às aplicações em imóveis com valores entre R\$80 mil e R\$100 mil. Essa sistemática, anteriormente restrita aos financiamentos do SFH, foi estendida, a partir de 2006, às operações concedidas a taxas de mercado, desde que adotado o regime do patrimônio de afetação.

Adicionalmente, novo conjunto de medidas foi introduzido no segundo semestre do ano, com destaque para: i) faculdade de utilização de taxa prefixada na contratação de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). O limite máximo da taxa de juros prefixada foi estabelecido na Resolução 3.409, de 28.9.2006; ii) concessão de financiamento para aquisição de imóveis residenciais com desconto de prestações em folha de pagamento, cujos contratos são celebrados no âmbito do SFH; iii) desoneração tributária do segmento de construção civil, com ênfase para a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais de construção destinados à população de baixa renda; e iv) inclusão de empresas de construção civil na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Os empréstimos concedidos ao setor rural expandiram-se 17,8% no ano e somaram R\$77,7 bilhões. Por modalidade, as operações para investimento agrícola, efetuadas sobretudo com repasses de fundos e programas oficiais, cresceram 14,1%, observando-se a retomada das concessões de recursos ao amparo do Moderfrota, que atingiram R\$1,3 bilhão. As operações de custeio cresceram 16,6%, e as de comercialização, 55,6%, salientando-se que as aplicações obrigatórias corresponderam às principais fontes dos recursos bancários utilizados nessas modalidades.

Assinale-se que a demanda por crédito bancário do setor agrícola em 2006 esteve condicionada, em parte, pela implementação de medidas governamentais que visaram preservar a renda e a liquidez do produtor rural, destacando-se a reprogramação de

parcelas vencidas e a concessão de prazo para pagamento de parcelas vincendas, em 2006, de operações de custeio e de investimento agropecuário.

Os financiamentos destinados ao setor público totalizaram R\$18,9 bilhões, e a redução de 8,2% observada no ano evidenciou a menor demanda do setor de energia. Os financiamentos contratados pelas esferas estaduais e municipais somaram R\$14,7 bilhões, com retração de 8,2%, decorrente, principalmente, de securitização de dívida de empresa estatal. A dívida bancária do governo federal recuou 8% no período, reflexo do processo de amortizações de contratos dos ramos de gás e de eletricidade.

Considerando-se a origem dos recursos bancários, as operações referenciadas em recursos livres representaram 68% do total de crédito do sistema financeiro e atingiram R\$498,3 bilhões em dezembro de 2006, com expansão de 23,4% em relação ao ano anterior. Esse desempenho refletiu aumentos anuais de 24,8% nos empréstimos destinados ao segmento de pessoas físicas, que totalizaram R\$238 bilhões, e de 17,8% nos empréstimos realizados pelas cooperativas, que somaram R\$9,8 bilhões. Os financiamentos para as pessoas físicas, contratados sob a forma de arrendamento mercantil, cresceram 64,7% em 2006, total de R\$13,9 bilhões, com destaque para o desempenho das operações de *leasing* destinadas ao segmento de veículos.

A parcela mais significativa dos empréstimos do segmento de pessoas físicas, que corresponde ao crédito referencial para taxas de juros, atingiu R\$191,8 bilhões em 2006. O aumento anual de 23,6% refletiu, a exemplo do ocorrido em 2005, expansões das carteiras de crédito pessoal, sustentada pelo aumento dos empréstimos consignados em folha de pagamento, e de aquisição de bens, cujos saldos cresceram 25,9% e 21,9%,

Quadro 2.4 – Crédito com recursos livres

Discriminação	R\$ bilhões			
	2004	2005	2006	Variação %
Total	317,9	403,7	498,3	23,4
Pessoa jurídica	179,4	213,0	260,3	22,2
Recursos domésticos	133,1	164,9	207,7	26,0
Referencial ^{1/}	111,9	137,3	165,0	20,2
<i>Leasing</i>	8,8	12,8	20,6	61,2
Rural	1,6	2,1	1,4	-32,4
Outros	10,8	12,7	20,7	63,4
Recursos externos	46,2	48,1	52,6	9,4
Pessoa física	138,6	190,7	238,0	24,8
Referencial ^{1/}	113,3	155,2	191,8	23,6
Cooperativas	7,0	8,3	9,8	17,8
<i>Leasing</i>	4,3	8,4	13,9	64,7
Outros	14,0	18,8	22,5	19,5

^{1/} Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular 2.957, de 30.12.1999.

respectivamente. O volume conjunto dessas duas modalidades de crédito representou 80,4% do total do segmento de pessoas físicas, ante 80,1% no ano anterior.

O saldo dos empréstimos consignados em folha de pagamento atingiu R\$48,1 bilhões em dezembro, elevação anual de 51,9% em 2006, ante 84,9% no ano anterior. Como resultado, a participação relativa dessa modalidade no total da carteira de crédito pessoal elevou-se 9,5 p.p. no ano, para 54,3%. Relativamente às operações de crédito consignado realizadas com aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), foram formalizados 14,2 milhões de contratos até dezembro de 2006, ante 6,8 milhões até o final do ano anterior, o que corresponde a desembolsos de R\$20,2 bilhões e R\$11,5 bilhões, respectivamente.

As operações de crédito a pessoas jurídicas no segmento de recursos livres somaram R\$260,3 bilhões em 2006, com aumento anual de 22,2%. O resultado refletiu o crescimento de 26% das carteiras referenciadas em recursos domésticos, cujo volume atingiu R\$207,7 bilhões. Desse total, R\$165 bilhões representaram a parcela referente ao crédito considerado referencial para taxa de juros, cujo saldo expandiu-se 20,2% em relação ao ano anterior e evidenciou o desempenho positivo da carteira de capital de giro, que apresentou evolução anual de 31,7%. As operações de arrendamento mercantil totalizaram R\$20,6 bilhões, com aumento de 61,1% no período. O saldo dos financiamentos lastreados em moeda estrangeira apresentou crescimento anual de 9,4%, e atingiu R\$52,6 bilhões.

O custo médio do crédito referencial para taxas de juros mostrou-se consistente com a flexibilização da política monetária iniciada em setembro de 2005. A taxa média de juros relativa ao crédito livre referencial recuou 6,1 p.p. no ano, para 39,8% a.a., menor nível da série histórica iniciada em junho de 2000, com reduções tanto no segmento de pessoas físicas quanto no de pessoas jurídicas.

Nas operações prefixadas para pessoas físicas, a taxa média apresentou redução de 7,2 p.p. no ano e situou-se em 52,1% a.a., a menor taxa observada desde o início da série, em julho de 1994. Esse resultado refletiu a redução generalizada no custo dos empréstimos, sobretudo crédito pessoal, além das alterações no perfil da carteira de crédito que envolve maior participação de operações com taxas mais reduzidas, a exemplo dos financiamentos para a aquisição de bens.

O custo médio dos financiamentos realizados por empresas, em linha com a trajetória da taxa básica de juros, apresentou retração anual de 5,5 p.p. e atingiu 26,2% a.a. em dezembro. Esse movimento foi determinado pela redução generalizada nos contratos pactuados com juros prefixados, pós-fixados e flutuantes. Destaque-se a redução de 6 p.p. nos contratos com juros flutuantes, referenciados principalmente na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) ou na taxa Selic, cuja taxa média alcançou 21,1% a.a. Adicionalmente, o custo dos contratos com encargos prefixados recuou 4,7 p.p., 36,9% a.a., a menor taxa desde março de 2001.

Gráfico 2.12
Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres

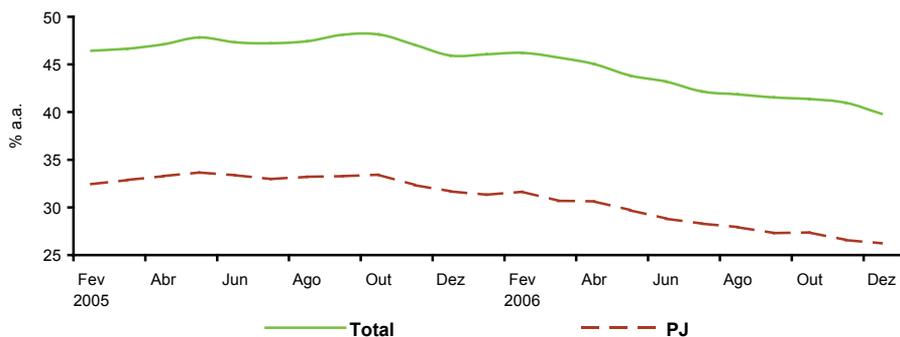
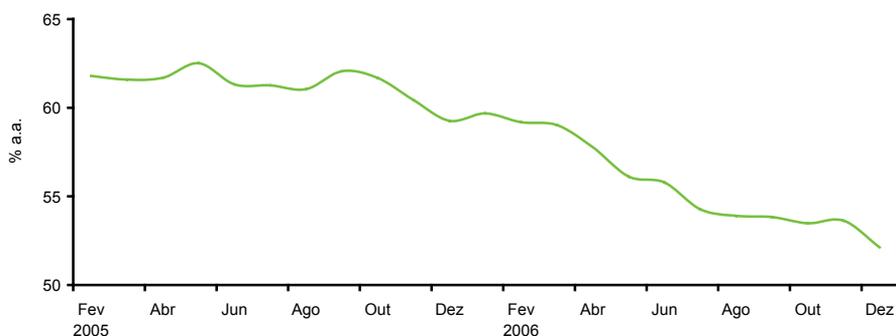


Gráfico 2.13
Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física



O *spread* bancário das operações de crédito manteve, no primeiro trimestre do ano, a trajetória de expansão observada ao longo de 2005. A partir de abril, contudo, verificou-se reversão desse movimento, que se estendeu até dezembro de 2006, quando o *spread* atingiu 27,2 p.p., o que representou queda de 1,4 p.p. no ano. Essa variação resultou das reduções de 3 p.p. no *spread* do segmento de pessoa física e de 0,3 p.p. no relativo à pessoa jurídica.

O prazo médio da carteira de crédito referencial para a taxa de juros atingiu 296 dias em dezembro, o maior da série histórica, com ampliação de 32 dias comparativamente a dezembro de 2005. O prazo médio relativo às carteiras de pessoas físicas alcançou 368 dias e traduziu o aumento das operações vinculadas a modalidades de prazos mais dilatados, como o crédito pessoal e os financiamentos para aquisição de bens. No segmento de pessoas jurídicas, o prazo médio apresentou alta de dezesseis dias, e atingiu 234 dias.

A taxa de inadimplência do crédito referencial para taxas de juros, considerados os atrasos superiores a noventa dias, atingiu 5% em dezembro de 2006, com aumento de 0,8 p.p. em relação ao ano anterior. Por segmento, a inadimplência de pessoas físicas cresceu 0,9 p.p. e alcançou 7,6%, e a de pessoas jurídicas aumentou 0,7 p.p. e situou-se em 2,7%.

Gráfico 2.14
Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica

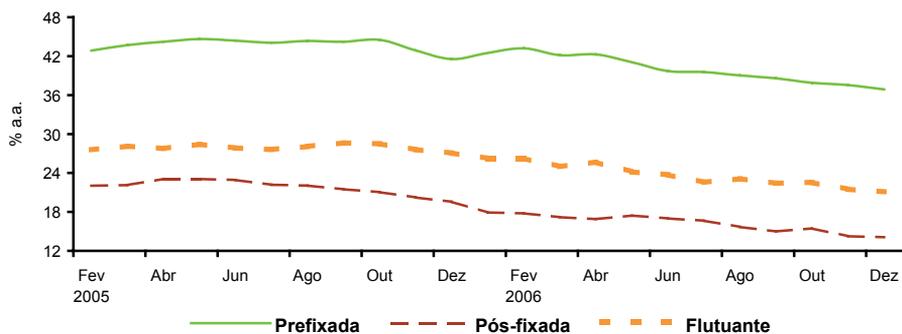
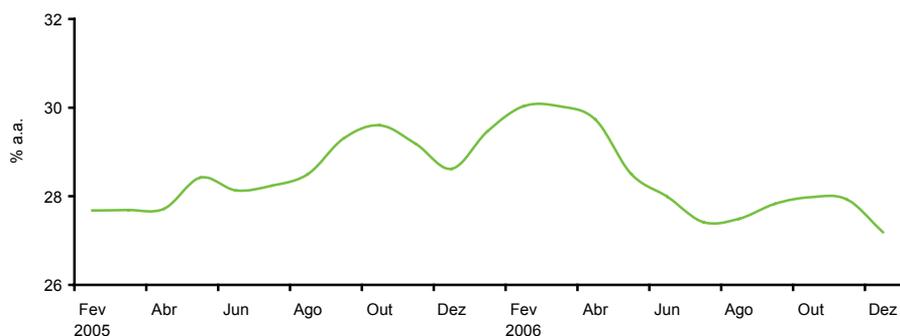


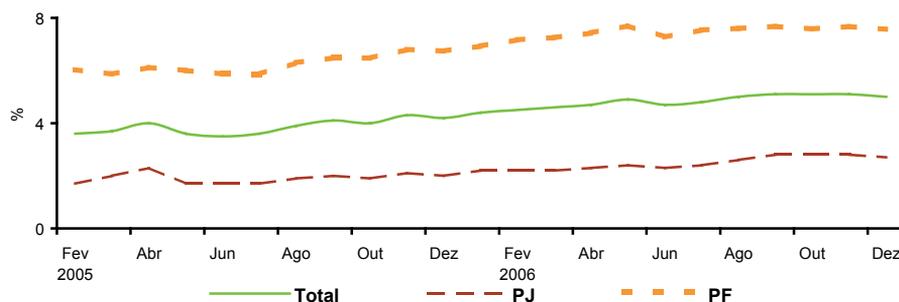
Gráfico 2.15
Spread bancário das operações de crédito com recursos livres



A parcela de crédito referente aos recursos direcionados totalizou R\$234,3 bilhões ao final de 2006, com aumento de 15,2% no ano. Esse desempenho esteve condicionado pelas operações de crédito realizadas pelo BNDES, que aumentaram 12% no ano – R\$139 bilhões –, e concentraram-se em financiamentos contratados mediante repasses de instituições financeiras. Contribuíram também para o resultado do segmento os crescimentos de 22,6% e de 20,5%, respectivamente, nos financiamentos destinados aos setores habitacional e rural, cujos estoques somaram R\$34,5 bilhões e R\$54,4 bilhões ao final do ano.

Os desembolsos concedidos pelo BNDES somaram R\$51,3 bilhões em 2006, com expansão de 9,2% em relação ao ano anterior. Em termos setoriais, os empréstimos à indústria cresceram 16%, com relevância para os ramos de refino de petróleo, coque e álcool, celulose e papel e extração mineral, enquanto os destinados ao segmento comércio e serviços elevaram-se 6,3%, evidência da maior demanda dos setores relacionados ao transporte terrestre e ao comércio e reparação de veículos. Os desembolsos à atividade agropecuária recuaram 15,7%, e os contratados junto às micro, pequenas e médias empresas, que corresponderam a 22% do total de desembolsos do BNDES, decresceram 5% em relação a 2005.

Gráfico 2.16

Inadimplência das operações de crédito com recursos livres^{1/}

1/ Percentual da carteira com atraso superior a 90 dias.

As consultas formuladas ao BNDES, que correspondem a potenciais desembolsos para investimentos do setor produtivo, alcançaram R\$106,1 bilhões em 2006, com aumento de 17% no ano. Esse resultado foi determinado, basicamente, pelo crescimento de 65,1% nas solicitações do segmento de comércio e serviços, cujo volume atingiu R\$52 bilhões, com ênfase para os setores de telecomunicações, transporte aquaviário e energia. Em sentido inverso, os pedidos da indústria recuaram 9,2%, para R\$49,6 bilhões, influenciados, especialmente, pela retração do segmento vinculado a outros equipamentos de transportes, que inclui exportações do setor aeronáutico. As consultas relativas ao setor agropecuário mantiveram-se estáveis e atingiram R\$4,4 bilhões.

As provisões constituídas pelo sistema financeiro alcançaram R\$45,8 bilhões em dezembro de 2006, com expansão anual de 18,5%, compatível com o crescimento de 20,7% da carteira de crédito. Esse comportamento foi explicado, em sua maior parte, pelo aumento de 20,9% no saldo dos créditos inadimplentes, notadamente em operações com as pessoas físicas, e sua participação na carteira total permaneceu em 3,7%. De igual modo, a relação entre os montantes aprovisionados e o crédito total situou-se em 6,2%, com recuo de 0,2 p.p. no ano. As provisões das instituições privadas nacionais e estrangeiras aumentaram 28,3% e 27,6%, respectivamente, e as efetuadas pelo sistema financeiro público, 6,1%.

Quadro 2.5 – Crédito com recursos direcionados

Discriminação	2004	2005	2006	R\$ bilhões
				Variação % 2006/2005
Total	180,8	203,3	234,3	15,2
BNDES	110,0	124,1	139,0	12,0
Direto	59,3	66,3	71,7	8,2
Repasses	50,7	57,8	67,3	16,3
Rural	40,7	45,1	54,4	20,5
Bancos e agências	39,3	43,3	51,9	19,8
Cooperativas	1,4	1,8	2,4	38,4
Habituação	24,7	28,1	34,5	22,6
Outros	5,4	6,0	6,4	7,8

Quadro 2.6 – Desembolsos do BNDES

Discriminação	R\$ milhões		
	Jan-dez		Variação
	2005	2006	(%)
Total	46 980	51 318	9,2
Indústria	23 442	27 191	16,0
Refino petróleo, coque e álcool	171	1 311	666,7
Extração	338	1 458	331,4
Celulose e papel	1 415	2 315	63,6
Prod. alimentício e bebidas	2 898	3 730	28,7
Metalurgia básica	1 368	2 161	58,0
Veículo automotor	4 717	5 184	9,9
Outros equip. transporte ^{1/}	6 044	4 223	-30,1
Comércio/Serviços	19 479	20 704	6,3
Transporte terrestre	5 879	7 198	22,4
Comércio e reparação de veículos	963	1 899	97,2
Correio e telecomunicações	1 670	2 135	27,8
Eletricidade e gás	6 394	4 790	-25,1
Agropecuária	4 059	3 423	-15,7

Fonte: BNDES

^{1/} Inclui indústria automobilística e de aviação.

Sistema Financeiro Nacional

A consolidação do cenário macroeconômico benigno no decorrer do ano favoreceu o processo de flexibilização da política monetária, com impactos sobre a alocação dos recursos financeiros. A crescente hígidez do sistema, consubstanciada no fortalecimento das instituições, por sua vez, possibilitou o aperfeiçoamento da regulamentação vigente e promoveu ganhos de eficiência sem detrimento da autonomia, segurança e credibilidade sistêmica.

As reduções nas taxas de juros concorreram para a promoção de uma nova dinâmica de realocação das captações e das aplicações do sistema bancário. Conforme tendência delineada nos últimos três anos, a distribuição dos ativos do sistema evidenciou maior alocação dos recursos para operações de crédito, em contrapartida à redução da carteira de títulos e valores mobiliários.

Nesse sentido, ao final de 2006, as operações de crédito representavam 30,8% do total dos ativos do sistema bancário, ante 28,6% em 2003, e a parcela de títulos e valores mobiliários, 27,8%, ante 28,1% em 2003. Quanto à composição da carteira de títulos, a participação dos títulos públicos reduziu-se e alcançou 70,2% em dezembro de 2006, ante 84,1% ao final de 2003, trajetória compatível com o crescimento da emissão de instrumentos privados, com destaque para as debêntures.

Assinale-se a publicação, em janeiro, da Resolução 3.339, que objetivou estimular a liquidez do mercado de títulos de renda fixa privados e ampliou o rol de títulos aceitos em operações compromissadas mediante a inclusão de instrumentos voltados para a securitização de créditos. Ademais, foi permitida a contratação de operações compromissadas com pessoas físicas e jurídicas não financeiras que tenham por objeto os títulos privados.

Acompanhando a realocação das operações ativas, as receitas provenientes das operações de crédito e arrendamento mercantil prosseguem superiores às referentes a aplicações em títulos. Esse movimento contribuiu para o crescimento na participação das receitas com créditos no total da intermediação financeira, que evoluiu de 50,4% em 2005 para 54,3% em 2006, enquanto foi reduzida a parcela de rendas com títulos, de 43,2% para 40,7%, nas mesmas datas.

Com relação às principais fontes de financiamento para as atividades de intermediação, ao contrário do movimento verificado em 2004 e 2005, registrou-se redução na parcela dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). O estoque desses depósitos no total da exigibilidade do sistema bancário passou de 18%, ao final de 2005, para 16,1%. Por outro lado, observou-se crescimento na participação de outras fontes, como depósitos interfinanceiros e operações compromissadas com títulos da carteira própria que, somados, evoluíram de 22,5% para 26,5%, no período.

Como forma de impulsionar a atividade realizada pelas Cooperativas de Crédito, a Resolução 3.399 incluiu essas entidades no rol de instituições financeiras aptas a receber e efetuar depósitos interfinanceiros. Tal medida se estendeu igualmente às Companhias Hipotecárias e autorizou ainda que as Sociedades Corretoras de Câmbio realizassem esse tipo de depósito. Dessa forma, permitiu-se a ampliação das possibilidades de gerenciamento de liquidez dos segmentos de menor porte, observados os limites de exposição por cliente aplicáveis a cada uma dessas instituições.

Em relação à política de microcrédito destinada à população de baixa renda e a microempreendedores, a Resolução 3.422 buscou aprimorar o arcabouço vigente, com ampliação dos limites das operações de crédito. Nesse contexto, o limite para concessão a pessoas físicas passou de R\$600,00 para R\$1.000,00. No caso de operações destinadas a empreendimentos produtivos, o limite foi ampliado de R\$1.500,00 para R\$3.000,00, e, no âmbito das operações do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, instituído pela Lei 11.110, de R\$5.000,00 para R\$10.000,00.

Com a finalidade de viabilizar a canalização de recursos ao setor produtivo privado em condições favoráveis, a Resolução 3.382 facultou aos bancos comerciais, aos bancos de investimento, aos bancos múltiplos com carteira comercial ou de investimento, aos bancos de desenvolvimento e às caixas econômicas o acolhimento de empréstimos, em reais, de organismo financeiro multilateral autorizado a captar recursos no mercado

brasileiro. Tal medida complementou a Resolução 2.845, que autorizou a *International Finance Corporation* (IFC) a emitir, no mercado local, obrigações em moeda local, desde que os recursos assim captados fossem destinados para empreendimentos produtivos em território brasileiro.

Nos últimos anos, a Autoridade Monetária aprimorou os instrumentos adotados para controle dos riscos a que estão submetidas as instituições financeiras. Nesse contexto, observou-se a continuidade do processo de transferência de responsabilidade no gerenciamento de riscos para as instituições financeiras, assim como a adaptação das normas prudenciais emanadas do Comitê Basileia à estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

No que se refere ao gerenciamento do risco operacional, a Resolução 3.380 estabeleceu que, até 31 de dezembro de 2007, as instituições financeiras deverão dispor de estrutura própria capaz de identificar, monitorar, controlar e mitigar a sua exposição. O risco operacional é definido como a probabilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Trata-se de medida que visa à implementação no Brasil do Novo Acordo da Basileia (Basileia II), que estabelece requerimentos de capital não somente para risco de crédito e de mercado, como também para o risco operacional.

O avanço da regulamentação prudencial nos últimos anos, que reduziu a possibilidade de ocorrência de crises sistêmicas, permitiu, em 2006, o aperfeiçoamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Por intermédio da Resolução 3.400, ampliou-se o valor máximo da garantia proporcionada pelo FGC, de R\$20 mil para R\$60 mil, bem como foi autorizado ao conselho de administração desse Fundo a redução do percentual da contribuição mensal devida pelas instituições associadas, de 0,025% para 0,0125%. O aumento do teto de cobertura para R\$60 mil, além de ter retratado uma atualização que não ocorria desde 1995, ampliou o universo de depósitos garantidos, elevou o grau de confiança dos clientes e promoveu a melhoria das condições de concorrência entre as instituições financeiras.

Quanto à segmentação do sistema bancário brasileiro segundo a origem do capital, observou-se a manutenção da trajetória de crescimento do percentual de ativos detidos pelos bancos privados nacionais, que passou de 45,2% em 2005 para 49,8% ao final de 2006. Esse movimento foi influenciado pelos processos de aquisições de instituições estrangeiras por bancos de varejo nacionais durante o ano. Nesse sentido, a participação dos bancos estrangeiros no total de ativos reduziu-se de 21,8% para 20,1% no mesmo período. Com relação aos bancos públicos, verificou-se também a redução da representatividade nos ativos, de 32,9% em 2005 para 30,1% ao final de 2006.

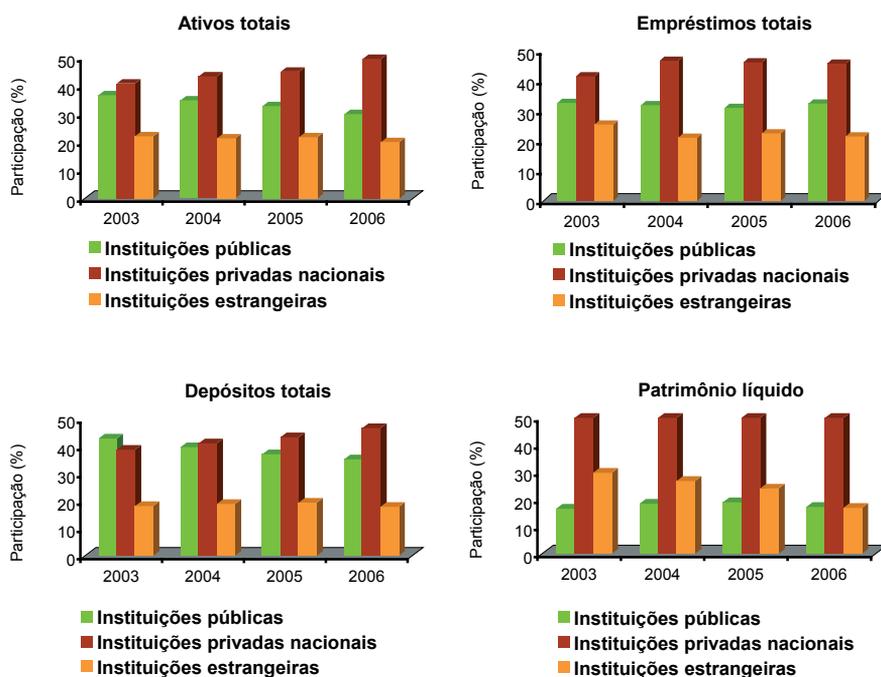
Diante do acúmulo de saldos positivos no mercado cambial desde 2003, prosseguiu, em 2006, o processo de flexibilização de regras aplicáveis às operações das instituições

financeiras nesse mercado. A partir de dezembro, a Circular 3.333 elevou de 30% para 60% o limite de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, o que favoreceu o aumento da alavancagem com essas operações.

Ainda no âmbito do mercado de câmbio, a Resolução 3.426 permitiu importante evolução institucional, ao estabelecer a criação de bancos especializados em operações cambiais. Aos bancos de câmbio foi facultada a realização de operações de compra e venda de moeda estrangeira, transferência de recursos com o exterior, bem como o financiamento do comércio externo. A criação dessa modalidade de banco visa estimular a competição nas transações com moeda estrangeira, visto que a exigência de capital para a sua constituição é inferior àquela requerida para os tradicionais bancos múltiplos autorizados a operar em câmbio. Adicionalmente, poderá contribuir para aumentar a oferta de serviços financeiros destinados a pequenos empreendedores que se iniciam no comércio exterior.

Gráfico 2.17

Sistema bancário – Participação por segmentos^{1/}



^{1/} Apresenta dados somente das instituições bancárias, sem consolidar, portanto, as posições dos conglomerados financeiros.

Com relação à atribuição de supervisão e saneamento, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial de dois consórcios ao longo de 2006. Ao final desse ano, permaneciam em processo de regime especial setenta instituições, ante 76 em 2005 e 85 em 2004.



Mercado Financeiro e de Capitais

Taxas de juros reais e expectativas de mercado

A flexibilização monetária iniciada em setembro de 2005 manteve-se em 2006, e foi registrada, no decorrer do ano, redução de 4,75 p.p. na meta para a taxa básica de juros, que atingiu 13,25% ao final de dezembro. Considerando a meta para a taxa Selic ao final de dezembro e a expectativa do mercado em relação ao IPCA para os próximos doze meses, expressa na pesquisa realizada pelo Banco Central, a taxa de juros real *ex-ante* alcançou 9,1% ao final de 2006, com redução de 3,8 p.p. em relação ao ano anterior.

Gráfico 3.1
Taxa over/Selic

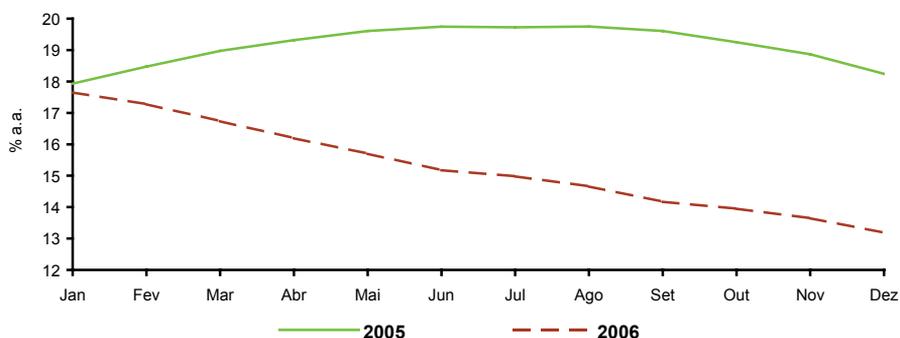
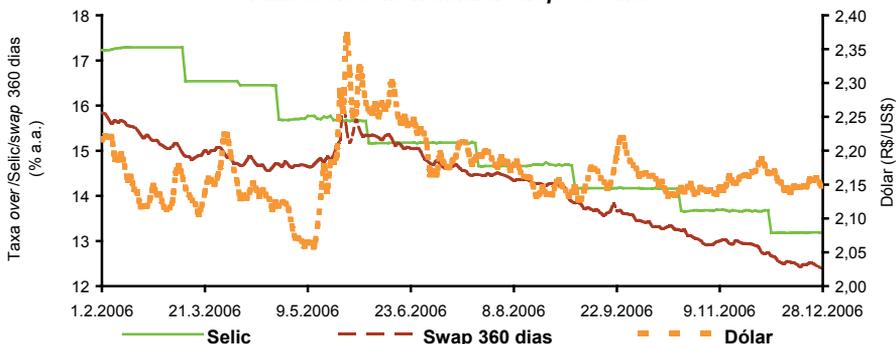


Gráfico 3.2
Taxa over/Selic x dólar x swap 360 dias



No mercado de derivativos, os contratos de *swaps* DI x pré de 360 dias estiveram em linha com o processo de redução da taxa básica de juros. Ao final de 2006, esses contratos foram negociados a 12,4% a.a., o que representa queda de 4 p.p. em relação às taxas praticadas no fim do ano anterior. A estrutura a termo das taxas de juros também refletiu o cenário de estabilidade de preços. As curvas de juros observadas ao final de cada trimestre apresentaram inclinação descendente e mantiveram-se em patamar decrescente em relação à curva observada no trimestre anterior.

Gráfico 3.3
Curva de juros – Swap DI x pré
Média trimestral

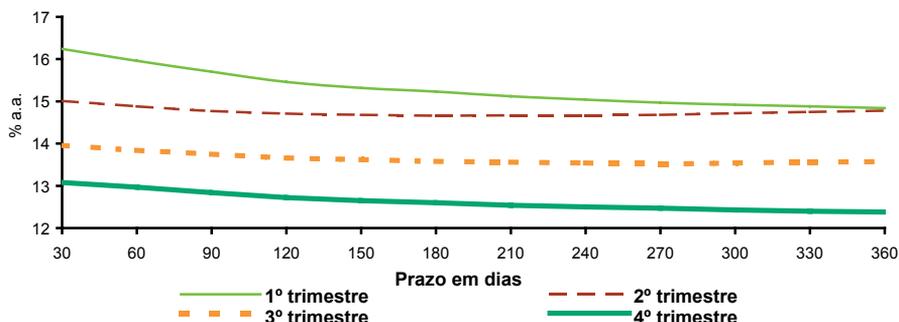
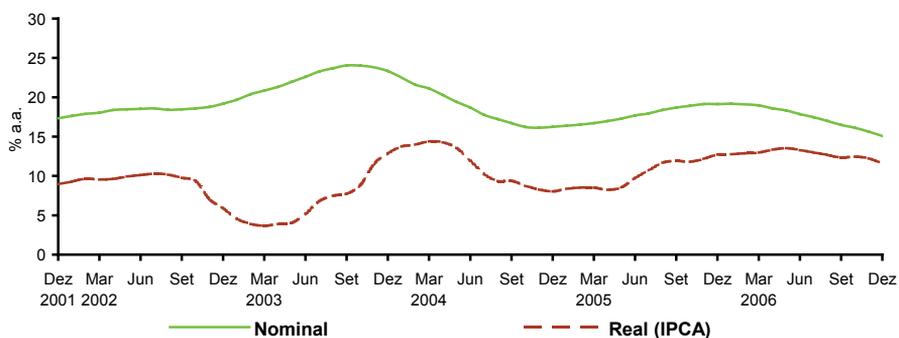


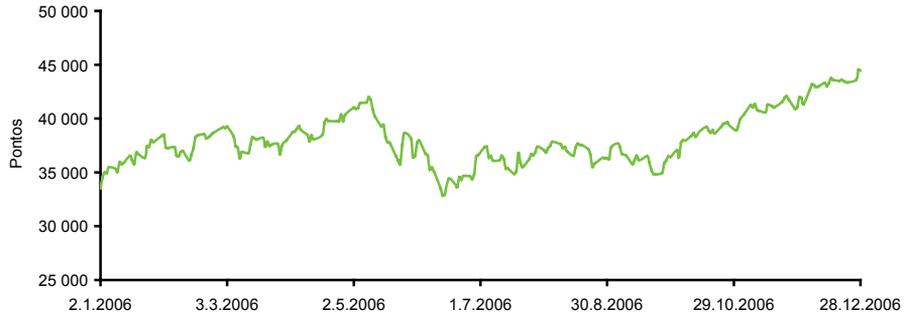
Gráfico 3.4
Taxa over/Selic acumulada em 12 meses



Mercado de capitais

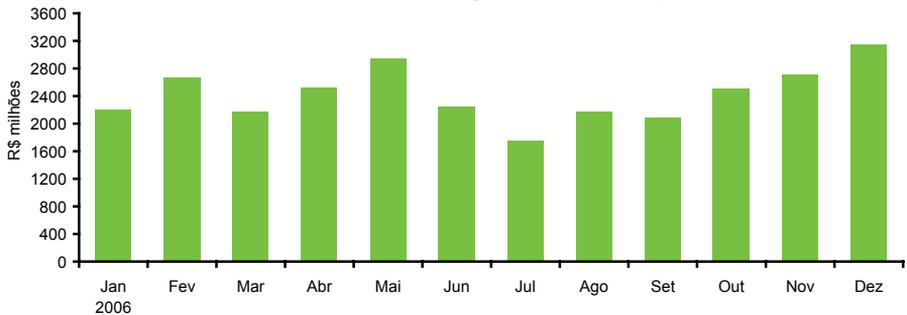
O comportamento do mercado de capitais, em continuidade ao desempenho vigoroso iniciado em 2002, mostrou-se favorável em 2006. O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) alcançou o recorde histórico de 44,5 mil pontos ao final de 2006, e registrou rentabilidade de 32,9% em relação ao ano anterior e de 295% comparativamente ao índice de final de 2002. O volume médio diário dos negócios realizados na Bovespa atingiu o valor recorde de R\$2,4 bilhões, aumento de 50,1% no ano e de 334% em comparação com a média diária registrada em 2002. Adicionalmente, a participação relativa dos investidores estrangeiros nesse mercado situou-se em 35,5%, ante 32,8% no ano anterior.

Gráfico 3.5
Ibovespa



Fonte: Broadcast

Gráfico 3.6
Volume médio diário negociado na Bovespa



Fonte: Bovespa

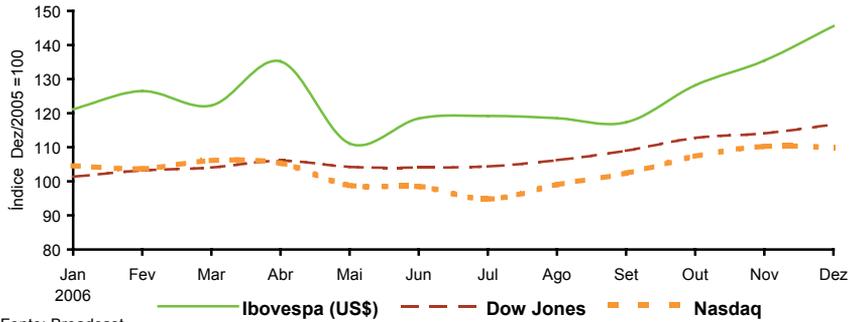
As incertezas relativas à evolução dos indicadores da economia americana e seu reflexo sobre a economia mundial acarretaram, em maio, movimento de saída de capitais, o que implicou curto período de baixa do Ibovespa. Esse movimento, porém, foi neutralizado tanto pela evolução favorável dos indicadores de inflação doméstica como pela consolidação do cenário macroeconômico interno benigno, com recuperação do índice no segundo semestre.

A rentabilidade do Ibovespa expressa em dólares superou a das bolsas americanas de forma significativa. O índice da bolsa brasileira valorizou 45,5% no ano, ante ganhos anuais de 16,6% do índice Dow Jones e de 10% do Nasdaq.

Nesse contexto, o valor de mercado das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) atingiu o recorde de R\$1,5 trilhão ao final de 2006, com valorização de 36,9% em relação ao valor registrado em dezembro de 2005.

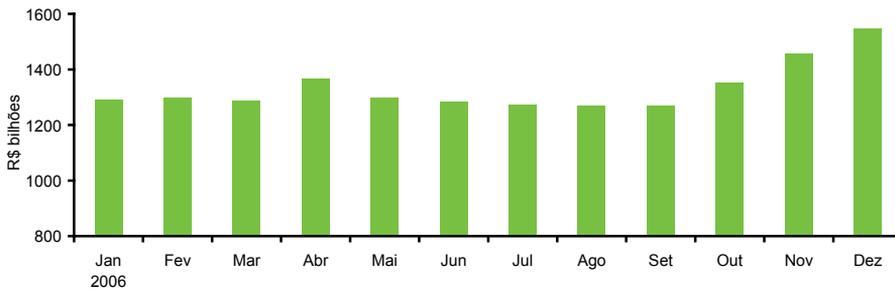
No mercado primário, o volume de ofertas de ações, debêntures e notas promissórias atingiu R\$89 bilhões em 2006, com elevação de 83,3% no ano, conforme estatísticas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Assinale-se o aumento de 67,2% nas colocações de debêntures, que totalizaram R\$69,5 bilhões, 78,1% do total das emissões

Gráfico 3.7
Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq



Fonte: Broadcast

Gráfico 3.8
Valor de mercado
Companhias abertas – Bovespa

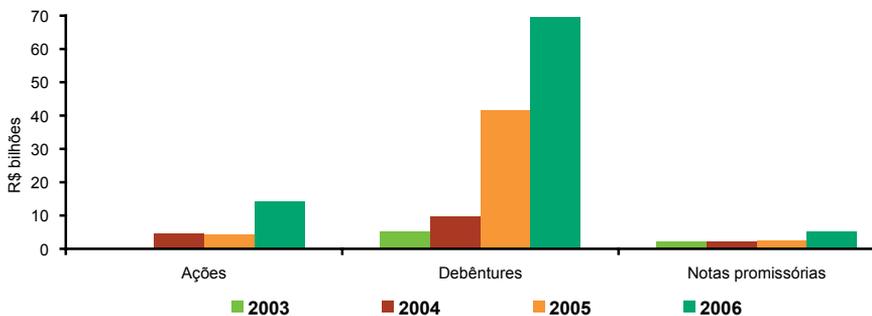


Fonte: Bovespa

primárias, assim como o crescimento de 226% nas novas ofertas de ações, que totalizaram R\$14,2 bilhões.

Adicionalmente, resalte-se que 26 empresas realizaram ofertas públicas pela primeira vez em 2006, número superior ao acumulado nos dez anos anteriores, período em que registraram-se apenas vinte eventos dessa natureza, conforme dados divulgados pela Bovespa. As captações realizadas por essas empresas, que consideram tanto emissões

Gráfico 3.9
Mercado primário – Ofertas registradas na CVM



Fonte: CVM

primárias quanto secundárias, totalizaram R\$15,2 bilhões em 2006, com crescimento de 180% em relação ao ano anterior.

As emissões de cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) mantiveram trajetória ascendente em 2006, total de R\$12,8 bilhões, com crescimento anual de 48,9%. Esse resultado ganha relevância se considerarmos que, em 2005, já havia ocorrido desempenho significativo, com colocações de R\$8,6 bilhões.

Os segmentos de governança corporativa continuaram ganhando destaque em 2006. Considerando os segmentos de Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, ocorreram 94 registros de empresas em 2006, ante 65 no ano anterior, com crescimento anual de 45%. Adicionalmente, as empresas com níveis diferenciados de governança representaram aproximadamente 60% do total da capitalização de mercado das empresas listadas na Bovespa. O Índice de Governança Corporativa (IGC), composto somente por empresas que adotam essas práticas, refletiu a maior demanda do investidor por empresas com *disclosure* de informações mais elevado, uma vez que sua valorização em 2006 atingiu 41,3% e superou a apresentada pelo Ibovespa.

Aplicações financeiras

O saldo das aplicações financeiras, considerados os fundos de investimento, os depósitos a prazo e as cadernetas de poupança, atingiu R\$1,3 trilhão em dezembro de 2006, com acréscimo de 19,6% no ano.

O patrimônio líquido consolidado dos fundos de investimento totalizou R\$906,2 bilhões, com aumento anual de 23,5%. O saldo relativo aos segmentos de fundos de investimento de renda fixa, multimercado, referenciado, curto prazo e cambial alcançou R\$794,9 bilhões ao final de dezembro, enquanto os fundos de investimento extramercado somaram R\$23,2 bilhões, expansões anuais de 21,6% e de 13,7%, respectivamente.

Os fundos regulamentados pela Instrução 409 da CVM apresentaram elevação generalizada do patrimônio líquido em 2006. Ressalte-se, entretanto, que a expectativa de queda da taxa básica de juros, em cenário de elevação da confiança dos agentes no mercado de capitais, favoreceu o aumento da participação relativa de fundos multimercados, de 21,1%, em 2005, para 23,8%, enquanto as participações dos fundos de renda fixa e dos referenciados recuaram de 52% e 23,4% para 51,7% e 21,3%, respectivamente. As captações líquidas dos fundos multimercados totalizaram R\$25 bilhões e as dos fundos de renda fixa, R\$19,7 bilhões, e responderam por, respectivamente, 63,8% e 50,2% do total, enquanto as demais classes de fundos registraram retiradas líquidas de R\$5,5 bilhões em 2006, com ênfase para o resultado negativo de R\$4,3 bilhões nos fundos referenciados.

Gráfico 3.10
Aplicações financeiras – Saldos

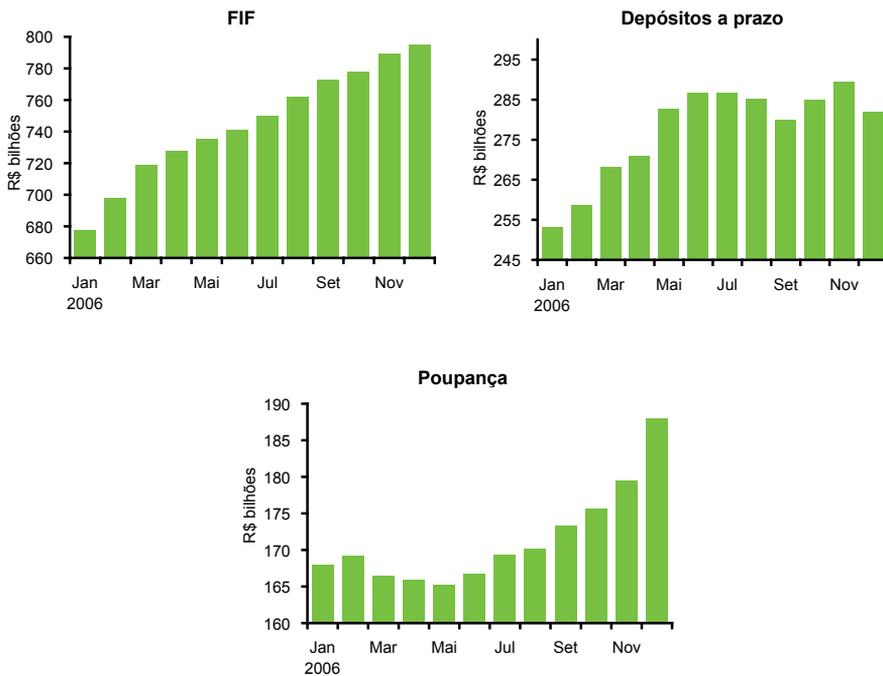
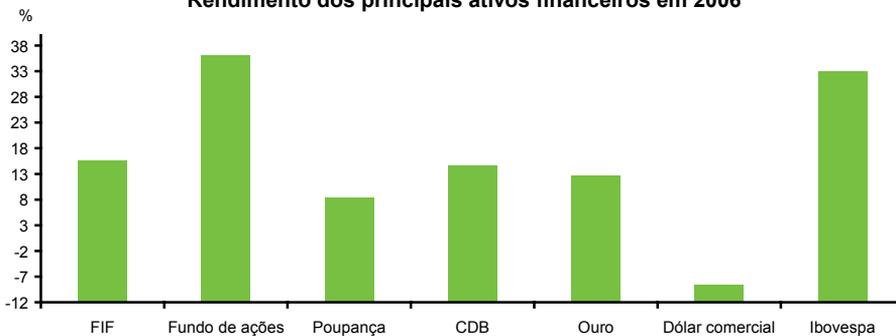


Gráfico 3.11
Rendimento dos principais ativos financeiros em 2006



Fontes: Banco Central do Brasil e Broadcast

A carteira consolidada desses fundos era formada, em dezembro, por 60,9% de títulos públicos, ante 66,3% no ano anterior. Dentre os títulos emitidos pelo TN, assinalem-se os crescimentos das participações dos prefixados, de 33,3% para 40,3%, e dos títulos indexados a índices de preços, de 14,5% para 19,8%, enquanto a representatividade dos demais títulos pós-fixados e dos atrelados ao câmbio recuou de 51,3% e 0,9%, respectivamente, para 39,8% e 0,1%. A posição em operações compromissadas representou 17,3% da carteira, e a dos títulos privados, 16,5%, com expansões anuais de 3,7% e 0,8%, respectivamente.

O saldo dos fundos de investimento extramercado, responsáveis pela administração dos recursos de propriedade da administração pública federal indireta, atingiu R\$23,2 bilhões. O aumento anual de R\$2,8 bilhões no seu patrimônio refletiu, fundamentalmente, o rendimento de suas aplicações, uma vez que os resgates líquidos no segmento foram da ordem de R\$267,3 milhões no ano.

O patrimônio dos fundos de investimento em ações somou R\$88,2 bilhões, elevando-se 47,2% em relação ao ano anterior. O saldo dos Fundos Mútuos de Privatização (FMP-FGTS) e dos Fundos Mútuos de Privatização – Carteira Livre (FMP-FGTS-CL) atingiram R\$11 bilhões, reflexo da valorização das ações da Petrobras e, principalmente, da Companhia Vale do Rio Doce. Os demais fundos de ações captaram R\$6,7 bilhões e registraram, em dezembro, patrimônio líquido de R\$77,1 bilhões. No ano, o rendimento dos fundos de ações atingiu 36,1%, e constituiu-se, em linha com o bom desempenho do índice da Bovespa, na aplicação mais rentável do mercado financeiro em 2006.

Quadro 3.1 – Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2006

Discriminação													%	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2006	Memo: 2005
FIF	1,71	1,36	1,30	0,94	0,67	1,29	1,30	1,04	1,13	1,30	1,20	1,28	15,53	17,73
Fundo de ações	11,06	-1,02	-1,30	4,81	-4,29	-1,07	1,06	-1,71	8,89	4,28	4,85	6,91	36,14	16,81
Poupança	0,73	0,57	0,71	0,59	0,66	0,69	0,68	0,74	0,65	0,69	0,63	0,65	8,33	9,18
CDB	1,39	1,11	1,39	1,05	1,25	1,18	1,15	1,21	1,02	1,06	0,99	0,95	14,64	18,53
Ouro	5,70	-4,17	3,07	9,18	12,73	-13,31	3,49	-1,80	-5,03	1,69	7,23	-3,87	12,69	2,93
Dólar comercial	-5,33	-3,63	1,73	-3,83	10,11	-5,92	0,55	-1,72	1,66	-1,44	1,11	-1,33	-8,66	-11,82
Ibovespa	14,73	0,59	-1,71	6,36	-9,50	0,27	1,22	-2,28	0,60	7,72	6,80	6,06	32,93	27,71

Fontes: Banco Central do Brasil, CVM, Bovespa e BM&F

Em relação às demais aplicações financeiras, os saldos da caderneta de poupança e dos depósitos a prazo totalizaram R\$188 bilhões e R\$282 bilhões, respectivamente, ao final de 2006, com aumentos anuais de 11,4% e de 11,8%, respectivamente.

A captação líquida das cadernetas de poupança atingiu R\$6,5 bilhões em 2006, enquanto os depósitos a prazo apresentaram resgates líquidos de R\$7,9 bilhões. O aumento das captações líquidas da poupança resultou de sua rentabilidade relativa frente às outras aplicações, notadamente a partir de setembro. Em 2006, a Taxa Básica Financeira, que mede a rentabilidade média dos 30 maiores conglomerados emissores de CDB/Recibo de Depósito Bancário (RDB) de 30 a 35 dias, atingiu 14,6%, enquanto a caderneta de poupança, com vencimento no primeiro dia do mês, rendeu 8,3%. Observe-se que a caderneta de poupança é isenta de imposto de renda, independentemente do prazo de aplicação, e de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para aplicações com prazo superior a 90 dias.

Ressaltem-se as mudanças de metodologia no cálculo do redutor da Taxa Referencial (TR), introduzidas pela Resolução 3.354 do CMN, que alterou a referência do gradiente do parâmetro b , o qual passou a variar conforme o valor da própria Taxa Básica Financeira (TBF) do dia de referência, em vez de se referir à meta Selic. Essa medida objetivou eliminar distorções provenientes de possíveis descolamentos entre a TBF e a meta Selic, tendo em vista as expectativas de redução na taxa básica de juros.



Finanças Públicas

Políticas orçamentária, fiscal e tributária

A Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2006, aprovada em maio (Lei 11.306, de 16 de maio de 2006), ensejou a adoção de medidas de natureza preventiva, com vistas a assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o setor público consolidado. Nesse sentido, foi editado, em 8 de fevereiro de 2006, o Decreto 5.698, que estabeleceu cronograma para a execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Executivo, até que a LOA fosse aprovada, e, em cumprimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), fixou as metas quadrimestrais de superávit primário do governo federal. Após a sanção da LOA, foi editado o Decreto 5.780, de 19 de maio de 2006, que fixou novo cronograma de desembolso para o exercício e o contingenciamento de R\$14,2 bilhões, considerando o montante de gastos autorizados pelo Congresso Nacional. No decorrer do exercício, à medida que as previsões de receitas foram se confirmando, os limites das despesas discricionárias foram ampliados.

Após dois anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O Estatuto contempla um sistema diferenciado de tributação denominado Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). O sistema unificou seis tributos da União – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), IPI, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Programa de Integração Social (PIS)/ Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e a contribuição patronal para o INSS – com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência dos estados, e com o Imposto sobre Serviços, de competência dos municípios. Ressalte-se que o Simples Federal (Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996), em vigor desde 1997, não era obrigatório para os estados e municípios, pois abrangia apenas a simplificação do pagamento de tributos federais.

Para efeito de enquadramento nesse novo sistema de tributação, as empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$240 mil são consideradas microempresas, e aquelas com faturamento anual de R\$240 mil a R\$2,4 milhões, empresas de pequeno

porte. A Lei também instituiu mecanismos destinados a facilitar o acesso ao crédito empresarial, a reduzir a burocracia na abertura e no encerramento de empresas, e a criar condições favoráveis para participação em licitações públicas. Devido às necessidades operacionais da Secretaria da Receita Federal (SRF), a Lei só entrará em vigor em 1º de julho de 2007.

Para atender à solicitação dos estados em relação à arrecadação do ICMS, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar 122, de 12 de dezembro de 2006, que prorrogou por quatro anos, até 1º de janeiro de 2011, a entrada em vigor de dispositivo da Lei Complementar 87/1996 (Lei Kandir) que permitiu às empresas abaterem, do ICMS a pagar, a parcela do tributo embutida no preço das mercadorias adquiridas para uso e consumo próprio, inclusive material de escritório e de limpeza, e nas contas de energia e telefone. Atualmente, só geram crédito tributário de ICMS as aquisições de matérias-primas e insumos, ou seja, produtos que entram diretamente no processo produtivo. No caso da energia elétrica, só pode ser considerada aquela consumida no processo de industrialização.

Com a edição da Medida Provisória 340, de 29 de dezembro de 2006, foram promovidas as seguintes alterações na legislação referente ao Imposto de Renda e às contribuições de competência da União:

- a) correção, em 4,5%, da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2007, bem como dos valores referentes às deduções com dependentes e aos gastos com educação. Além disso, foram divulgadas as tabelas que passarão a ser adotadas nos exercícios de 2008 a 2010, todas elas corrigidas em 4,5% em relação aos valores vigentes no exercício precedente;
- b) ampliação do prazo, de 2006 para 2008, de utilização do crédito relativo à CSLL, à razão de 25% sobre a depreciação contábil de máquinas e equipamentos novos incorporados ao ativo imobilizado e utilizados em processo industrial do adquirente;
- c) redução para zero da alíquota da CPMF nas operações de crédito destinadas à liquidação antecipada de dívida e simultânea abertura de nova linha de crédito, em instituição financeira distinta; e na movimentação das chamadas contas-salário, criadas exclusivamente para recebimento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;
- d) modificações na Lei 6.194/1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), de modo a vincular o valor da indenização a ser paga ao valor da cobertura vigente à época da ocorrência do sinistro;
- e) prorrogação, até 31 de dezembro de 2007, do prazo para que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) possa utilizar recursos federais na recuperação de rodovias transferidas aos estados;
- f) instituição do parcelamento de débitos relativos à taxa de fiscalização cobrada pela CVM, o que permite redução de 30% nas multas e nos juros legalmente exigíveis; e

- g) prorrogação, de 8 de janeiro de 2007 para 8 de janeiro de 2012, da não-incidência do Adicional de Frete da Marinha Mercante sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado nas regiões Norte e Nordeste do País, para as navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre.

Outras medidas de política econômica

Mediante a aprovação da Emenda Constitucional 53, de 19 de dezembro de 2006, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), previsto para vigorar no período de 2007 a 2020, em substituição ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), autorizado pela Emenda Constitucional 14, de 12 de setembro de 1996, para ser aplicado nos exercícios de 1997 a 2006. O Fundeb deverá beneficiar 48,1 milhões de alunos da rede pública, ante 30 milhões beneficiados pelo Fundef, que contemplava somente os alunos do curso fundamental. A inclusão dos alunos da pré-escola e do ensino médio ocorrerá de forma gradativa, à razão de 1/3 a cada ano, e só alcançará a plenitude em 2009. O financiamento do programa ocorrerá por meio das receitas vinculadas ao Fundef (Fundos de Participação dos Estados e Municípios, ICMS e IPI-exportação) e pela incorporação de recursos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) e do Imposto Territorial Rural (ITR). A estimativa é que, no primeiro ano de execução do Fundeb, sejam despendidos R\$43,1 bilhões, dos quais R\$2 bilhões corresponderiam à participação da União. A partir do quarto ano de execução do programa, o volume de recursos deverá se estabilizar em R\$55,8 bilhões, atualizados monetariamente a cada ano, e o aporte de recursos da União atingirá 10%.

Necessidades de financiamento do setor público

O superávit primário do setor público não financeiro alcançou R\$90,1 bilhões em 2006, 3,88% do PIB, comparativamente a R\$93,5 bilhões, 4,35% do PIB, no ano anterior.

A diminuição anual de 0,47 p.p. do PIB refletiu recuos nos resultados do Governo Central, 0,39 p.p. do PIB, e dos governos regionais, 0,14 p.p., e elevação de 0,5 p.p. do PIB no superávit das empresas estatais. A redução do superávit do Governo Central, que inclui governo federal, Previdência Social e Banco Central, evidenciou tanto o aumento do déficit do INSS, que alcançou R\$42,1 bilhões, 1,81% do PIB, como a dinâmica de crescimento das despesas do TN.

O Governo Central, os governos regionais e as empresas estatais apresentaram superávit primário de R\$51,4 bilhões, R\$19,7 bilhões e R\$19,1 bilhões, respectivamente, em 2006, o que representou, na mesma ordem, 2,21%, 0,85% e 0,82% do PIB.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	2003		2004	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	79 032	4,6	47 144	2,4
Governo Central ^{2/}	62 153	3,7	27 033	1,4
Governos estaduais	22 936	1,3	27 497	1,4
Governos municipais	4 067	0,2	6 485	0,3
Empresas estatais	- 10 123	-0,6	- 13 872	-0,7
Primário	- 66 173	-3,9	- 81 112	-4,2
Governo Central ^{2/}	- 38 744	-2,3	- 52 385	-2,7
Governos estaduais	- 11 916	-0,7	- 16 060	-0,8
Governos municipais	- 1 906	-0,1	- 1 422	-0,1
Empresas estatais	- 13 608	-0,8	- 11 245	-0,6
Juros nominais	145 205	8,5	128 256	6,6
Governo Central ^{2/}	100 896	5,9	79 419	4,1
Governos estaduais	34 851	2,1	43 558	2,2
Governos municipais	5 973	0,4	7 906	0,4
Empresas estatais	3 484	0,2	- 2 626	-0,1

(continua)

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

Discriminação	2005		2006	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	63 641	3,0	69 883	3,0
Governo Central ^{2/}	73 284	3,4	74 475	3,2
Governos estaduais	4 755	0,2	13 740	0,6
Governos municipais	661	0,0	2 867	0,1
Empresas estatais	- 15 060	-0,7	- 21 199	-0,9
Primário	- 93 505	-4,4	- 90 144	-3,9
Governo Central ^{2/}	- 55 741	-2,6	- 51 352	-2,2
Governos estaduais	- 17 194	-0,8	- 16 370	-0,7
Governos municipais	- 4 129	-0,2	- 3 345	-0,1
Empresas estatais	- 16 440	-0,8	- 19 077	-0,8
Juros nominais	157 146	7,3	160 027	6,9
Governo Central ^{2/}	129 025	6,0	125 827	5,4
Governos estaduais	21 949	1,0	30 110	1,3
Governos municipais	4 790	0,2	6 212	0,3
Empresas estatais	1 381	0,1	- 2 121	-0,1

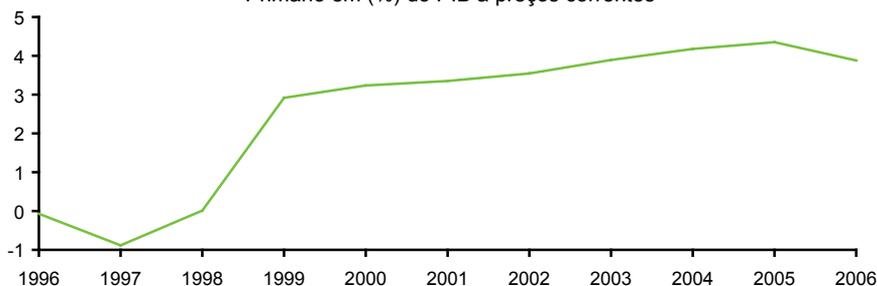
1/ Preços correntes.

2/ Governo federal, Banco Central e INSS.

As receitas do Governo Central totalizaram R\$543,3 bilhões, e as despesas, R\$493,5 bilhões, com crescimentos anuais de 11,2% e 13,3%, respectivamente. As receitas registraram elevação de 0,7 p.p. do PIB para 23,4%, e as despesas, de 0,9 p.p. para 21,2%.

As receitas do TN cresceram 10,5%, e as despesas, 13,3%. A elevação mais moderada das receitas refletiu, ainda, o processo de desoneração dos investimentos produtivos iniciado em 2005, o que contribuiu para a redução do fluxo de arrecadação de alguns tributos, em especial do IPI e da Cofins. Ressalte-se que o desempenho das receitas não tributárias contribuiu para que a capacidade arrecadatória da União se mantivesse

Gráfico 4.1
Necessidades de financiamento do setor público
 Primário em (%) do PIB a preços correntes



Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

R\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	419 615	488 376	543 253	16,4	11,2
Tesouro Nacional	324 612	378 550	418 161	16,6	10,5
Previdência Social	93 765	108 433	123 521	15,6	13,9
Banco Central	1 237	1 393	1 571	12,6	12,8
Despesa total	370 250	435 561	493 450	17,6	13,3
Tesouro Nacional	242 925	287 844	326 123	18,5	13,3
Transferências a estados e municípios	67 559	83 938	92 779	24,2	10,5
Pessoal e encargos sociais	83 655	92 231	105 031	10,3	13,9
Outras despesas corrente e de capital	91 088	111 121	127 616	22,0	14,8
Fundo de Amparo ao Trabalhador	9 881	11 900	15 298	20,4	28,6
Subsídios e subvenções econômicas	5 564	10 333	9 550	85,7	-7,6
Loas/RMV	7 502	9 253	11 639	23,3	25,8
Outras despesas de capital	68 141	79 635	91 129	16,9	14,4
Transferências do Tesouro ao Banco Central	623	554	697	-11,1	25,8
Previdência Social	125 751	146 010	165 586	16,1	13,4
Banco Central	1 574	1 707	1 741	8,5	2,0
Resultado do governo central ^{1/}	49 365	52 815	49 803	7,0	-5,7
Tesouro Nacional	81 688	90 706	92 038	11,0	1,5
Previdência Social	-31 986	-37 577	-42 065	17,5	11,9
Banco Central	- 336	- 314	- 170	-6,7	-45,9
Resultado primário/PIB – %	2,5	2,5	2,1	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ (+) = superávit; (-) = déficit.

em níveis semelhantes aos registrados em 2005, com destaque, nesse grupo, para as elevações tanto na arrecadação relativa a *royalties* sobre a extração de petróleo, de R\$15,1 bilhões para R\$18,6 bilhões, quanto no ingresso de recursos a título de dividendos, de R\$4,9 bilhões em 2005 para R\$9,7 bilhões em 2006, o que evidenciou maior lucratividade

das empresas estatais. Adicionalmente, a arrecadação decorrente do Pagamento e Parcelamento Excepcional (Paex) – novo programa de recuperação de débitos em atraso, aprovado pela Medida Provisória 303/2006 – alcançou R\$2,4 bilhões no ano.

As expansões mais acentuadas nas despesas do Tesouro concentraram-se nos itens pessoal e encargos sociais, 13,9%, e custeio e capital, 14,8%. A elevação das despesas com pessoal e encargos, que passaram de 4,3% do PIB em 2005 para 4,5%, esteve associada ao crescimento vegetativo da folha salarial, à concessão de reajustes diferenciados para algumas carreiras estratégicas do setor público federal e à admissão de novos servidores. Os gastos com custeio, que passaram de 5,2% do PIB para 5,5%, refletiram crescimentos de 28,1% nas dotações orçamentárias destinadas ao seguro desemprego e demais programas custeados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e de 26,4% nos gastos realizados com benefícios assistenciais amparados pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

O superávit anual registrado no âmbito dos governos regionais decorreu de contribuições de 0,7 p.p. do PIB dos governos estaduais e de 0,14 p.p. do PIB dos governos municipais. Adicionalmente, o resultado primário das empresas estatais, expresso em participação do PIB, constituiu-se no mais significativo desde 2001.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$160 bilhões, 6,89% do PIB, em 2006, comparativamente a R\$157,1 bilhões, 7,32% do PIB, no ano anterior. A redução de 0,43 p.p. do PIB foi influenciada pela trajetória decrescente da taxa Selic acumulada em doze meses, que recuou 4 p.p. em 2006, para 15,1%.

Observe-se, no entanto, que a queda dos juros nominais apropriados ocorreu em ritmo menor do que a redução da taxa Selic. Essa trajetória esteve associada, fundamentalmente, a três fatores: mudança no perfil da dívida líquida, com o aumento relativo da participação da dívida prefixada, que incorpora por mais tempo as taxas de juros passadas; redução de juros sobre os ativos financeiros do setor público; e resultado das operações de *swap*. Nesse cenário, os efeitos da redução da taxa Selic tendem a ser intensificados no futuro próximo e permitem que, juntamente com a melhora no perfil dos passivos, prossiga a evolução favorável da relação dívida/PIB.

O déficit nominal do setor público não financeiro alcançou 3,01% do PIB em 2006, comparativamente a 2,96% em 2005. Por segmentos, o déficit do Governo Central totalizou 3,21% do PIB, o que reflete a incorporação de juros nominais e o déficit primário registrado no INSS; seguindo-se os relativos aos governos estaduais, 0,59% do PIB, e aos governos municipais, 0,12% do PIB. As empresas estatais apresentaram superávit nominal de 0,91% do PIB em 2006.

O déficit da Previdência Social cresceu 0,06 p.p. do PIB em 2006. Foram registradas elevações tanto nas receitas, em linha com a evolução favorável do mercado de trabalho,

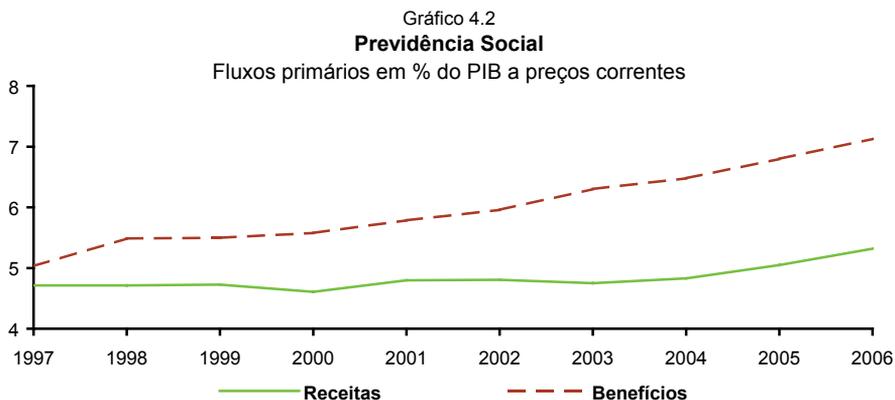
Quadro 4.3 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2005		2006	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos	63 641	3,0	69 883	3,0
Primário	- 93 505	- 4,4	- 90 144	- 3,9
Juros internos	143 219	6,7	152 116	6,5
Juros reais	132 412	6,2	117 290	5,0
Atualização monetária	10 807	0,5	34 825	1,5
Juros externos	13 927	0,6	7 911	0,3
Fontes	63 641	3,0	69 883	3,0
Financiamento interno	136 366	6,3	183 364	7,9
Dívida mobiliária	157 016	7,3	155 060	6,7
Dívida bancária	- 34 967	- 1,6	7 765	0,3
Renegociações	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-
Demais	14 318	0,7	20 540	0,9
Relacionamento TN/Bacen	-	-	-	-
Financiamento externo	- 72 726	- 3,4	- 113 482	- 4,9
PIB em 12 meses ^{1/}	2 147 944		2 322 818	

1/ PIB a preços correntes.

como nos benefícios, o que evidenciou o reajuste do salário mínimo e a elevação na quantidade média mensal de benefícios pagos.

Em relação às fontes de financiamento internas do setor público, registraram-se aumentos de R\$155,1 bilhões na dívida mobiliária, equivalente a 6,7% do PIB, de R\$7,8 bilhões na dívida bancária e de R\$20,5 bilhões nas demais fontes internas. As fontes de financiamento externas apresentaram contração de R\$113,5 bilhões, equivalente a 4,9% do PIB.



Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação de impostos e contribuições de competência da União, exceto as contribuições previdenciárias a cargo do INSS, totalizou R\$392,5 bilhões em 2006, ante R\$360,7 bilhões no exercício anterior, crescimento real de 4,5% no ano, considerado o IPCA como deflator.

Os recolhimentos relativos ao Imposto de Renda registraram aumento real de 6% em relação a 2005, total de R\$137,4 bilhões, dos quais R\$72,7 bilhões associados a retenções na fonte. A arrecadação relativa aos rendimentos do trabalho cresceu R\$3,5 bilhões, seguidas das relativas a rendimentos do capital, R\$1,5 bilhão; remessas ao exterior, R\$1,3 bilhão; e a outros rendimentos, R\$446 milhões. O acréscimo verificado na retenção sobre remessas ao exterior refletiu, principalmente, arrecadações atípicas de R\$326 milhões relacionadas a rendimentos remetidos a residentes ou domiciliados no exterior, em setembro de 2006, e pagamentos de juros remuneratórios sobre o capital próprio, no valor de R\$385 milhões, em outubro de 2006.

As arrecadações do IRPJ e da CSLL aumentaram R\$5 bilhões e R\$1,9 bilhão, respectivamente, em relação ao exercício anterior, evidência da retomada de seu pagamento regular, interrompido em 2005 em função de demanda judicial por parte das empresas do setor financeiro.

Quadro 4.4 – Arrecadação bruta de receitas federais

R\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda	101 386	124 520	137 375	22,8	10,3
Imposto sobre Produtos Industrializados	22 695	26 428	28 188	16,4	6,7
Imposto de Importação	9 201	9 080	10 036	-1,3	10,5
Imposto sobre Operações Financeiras	5 228	6 103	6 786	16,7	11,2
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social	77 918	87 615	92 340	12,4	5,4
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	19 957	26 199	28 116	31,3	7,3
Contribuição para o PIS/Pasep	19 704	22 014	24 277	11,7	10,3
Contribuição Provisória sobre					
Movimentação Financeira	26 397	29 273	32 090	10,9	9,6
Contribuição de Intervenção no Domínio					
Econômico	7 668	7 681	7 818	0,2	1,8
Outros tributos	28 193	21 769	25 516	-22,8	17,2
Total	318 347	360 682	392 542	13,3	8,8

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

A arrecadação do IPI alcançou R\$28,2 bilhões, com crescimento real de 2,4% no ano. Esse desempenho esteve associado, fundamentalmente, aos aumentos de 9,8% no volume de vendas de automóveis no mercado interno e de 24,4% no valor em dólar das importações sujeitas ao recolhimento do tributo.

Quadro 4.5 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda	101 386	124 520	137 375	22,8	10,3
Pessoas físicas	6 136	7 369	8 536	20,1	15,8
Pessoas jurídicas	37 710	51 225	56 177	35,8	9,7
Entidades financeiras	5 575	7 299	9 194	30,9	26,0
Demais empresas	32 135	43 926	46 983	36,7	7,0
Retido na fonte	57 540	65 926	72 662	14,6	10,2
Rendimentos do trabalho	31 420	35 642	39 173	13,4	9,9
Rendimentos do capital	17 161	19 853	21 322	15,7	7,4
Remessas para o exterior	5 562	6 160	7 450	10,8	20,9
Outros rendimentos	3 397	4 271	4 717	25,7	10,4
Imposto sobre Produtos Industrializados	22 697	26 428	28 188	16,4	6,7
Fumo	2 305	2 304	2 397	0,0	4,0
Bebidas	1 988	2 336	2 618	17,5	12,1
Automóveis	2 939	3 727	4 290	26,8	15,1
Outros	10 290	12 773	12 692	24,1	-0,6
Vinculado à importação	5 175	5 288	6 191	2,2	17,1

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Os recolhimentos referentes à Cofins atingiram R\$92,3 bilhões em 2006, aumento real de 1,3% no ano. A arrecadação a cargo das entidades financeiras recuou 13,1%, e a proporcionada pelas demais empresas cresceu 2,5%.

A arrecadação relativa ao item outros tributos cresceu 17,2%, no ano e somou R\$25,5 bilhões, com ênfase para o aumento de R\$3,5 bilhões nos *royalties* sobre extração de petróleo, que totalizaram R\$18,6 bilhões.

Dívida mobiliária federal

A dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$1.093,5 bilhões ao final de 2006, 46% do PIB, comparativamente a R\$979,7 bilhões, 45,4% do PIB, no ano anterior. A elevação de 0,6 p.p. do PIB refletiu, por um lado, a incorporação de juros de R\$142,4 bilhões, e por outro lado, resgates líquidos totais de R\$26,4 bilhões e o efeito financeiro de R\$2,2 bilhões decorrente da apreciação do real frente ao dólar.

Os títulos de responsabilidade do TN totalizaram R\$1.390,7 bilhões em dezembro de 2006, dos quais R\$297,2 bilhões estavam em poder do Banco Central e R\$1.093,5 no mercado. Os títulos emitidos pelo Banco Central, que em dezembro de 2005 totalizavam R\$6,8 bilhões, foram resgatados em sua totalidade até novembro de 2006.

Relativamente à distribuição dos títulos por indexador no total da dívida mobiliária, a participação dos títulos prefixados elevou-se de 27,9% do total, em dezembro de 2005, para 36,1%, em dezembro de 2006, reflexo das emissões líquidas de LTN e NTN-F. A participação dos títulos indexados à taxa Selic reduziu-se de 51,8% para 37,8%, em linha com os resgates líquidos de LFTs. A parcela dos títulos vinculados à taxa de câmbio recuou de 2,7% para 1,3%, em razão da continuidade dos resgates de Notas do Banco Central do Brasil – Série Especial (NBCE) e de Notas do Tesouro Nacional – Série D (NTN-D), e da apreciação do real em relação ao dólar. A participação dos títulos indexados à TR passou de 2,1% para 2,2%, e a dos títulos atrelados a índices de preços, de 15,5% para 22,5%, como reflexo das emissões líquidas de NTN-B.

Quadro 4.6 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R\$ milhões

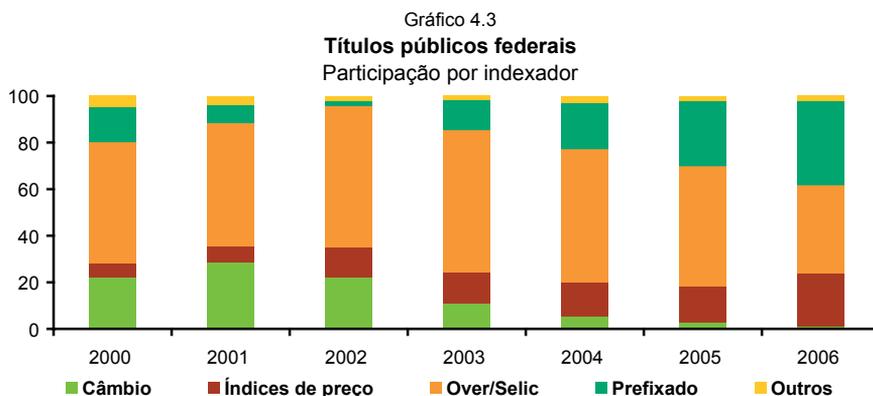
Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Responsabilidade do TN	687 329	838 796	978 104	1 099 535	1 252 510	1 390 694
Carteira do Banco Central	189 442	282 730	276 905	302 855	279 663	297 198
LTN	27 970	45 775	101 376	126 184	119 323	164 989
LFT	114 986	145 614	99 646	117 405	120 270	72 737
NTN	44 943	89 664	74 026	57 275	36 823	59 472
Créditos securitizados	1 543	1 678	1 857	1 990	3 247	0
Fora do Banco Central	497 887	556 066	701 199	796 680	972 847	1 093 495
LTN	48 791	13 596	91 055	159 960	263 436	346 984
LFT	322 153	372 584	443 180	457 757	504 653	412 034
BTN	67	100	74	62	48	39
NTN	87 488	127 399	126 721	133 700	167 379	296 598
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	19 367	19 215	18 237	17 344	15 800	14 533
Créditos securitizados	16 044	15 406	15 001	21 103	16 555	17 793
Dívida agrícola	1 689	5 761	4 879	4 345	1 529	1 302
TDA	2 276	2 005	2 052	2 411	3 448	4 213
CDP	11	1	1	0	0	0
Responsabilidade do Banco Central	126 198	67 125	30 659	13 584	6 815	0
LBC	-	-	-	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-	-	-	-
NBCE	124 707	67 125	30 659	13 584	6 815	-
NBCF	1 490	-	-	-	-	-
NBCA	-	-	-	-	-	-
Total fora do Banco Central	624 084	623 191	731 858	810 264	979 662	1 093 495
Em % do PIB	45,7	35,7	42,0	39,8	45,4	46,0

Quadro 4.7 – Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total – R\$ milhões	624 084	623 191	731 858	810 264	979 662	1 093 495
Câmbio	28,6	22,4	10,8	5,2	2,7	1,3
TR	3,8	2,1	1,8	2,7	2,1	2,2
IGP-M	4,0	7,9	8,7	9,9	7,5	6,0
Over/Selic	52,8	60,8	61,4	57,1	51,8	37,8
Prefixado	7,8	2,2	12,5	20,1	27,9	36,1
TJLP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	3,0	3,1	2,4	1,8	1,1	0,9
INPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCA	-	1,5	2,4	3,1	6,9	15,6
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A alteração na estrutura da dívida pública evidenciou a estratégia adotada pelo governo com objetivo de reduzir a exposição das contas públicas aos riscos de mercado em geral, e ao risco cambial em particular. Nesse sentido, as participações dos títulos prefixados e indexados à taxa de câmbio passaram de 2,2% e 22,4%, respectivamente, ao final de 2002, para 36,1% e 1,3% ao final de 2006.

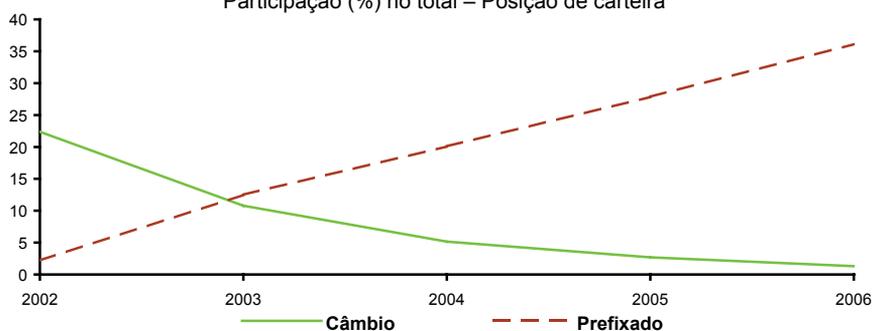


Em 2006, as operações de *swap* do Banco Central continuaram expandindo a exposição no sentido reverso e atingiram R\$26,2 bilhões, em dezembro, ante R\$14,8 bilhões no final do ano anterior. No triênio 2002–2004, o estoque das operações de *swap* traduziu a demanda do mercado para cobertura de riscos de depreciação cambial e somou R\$38,3 bilhões em 2004, após totalizar R\$91,1 bilhões em 2002. Considerando o critério de caixa, o resultado acumulado das operações de *swap* em 2006, equivalente à diferença entre a rentabilidade do DI e a variação cambial mais cupom, foi desfavorável ao Banco Central em R\$5,4 bilhões.

Dívida Líquida do Setor Público

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) não financeiro alcançou R\$1.067,4 bilhões em 2006, equivalente a 44,9% do PIB, comparativamente a R\$1.002,5 bilhões, 46,5% do PIB, ao final do ano anterior. O recuo da relação DLSP/PIB evidenciou, por um lado, as contribuições de 3,8 p.p. do PIB proporcionadas pelo superávit primário e o efeito de 4,3 p.p. associado ao crescimento do PIB valorizado. Em sentido inverso, a apropriação dos juros nominais e o ajuste de paridade das moedas que compõem a dívida externa líquida determinaram aumentos de 6,7 p.p. e de 0,1 p.p. do PIB, respectivamente, na relação.

Gráfico 4.4
Evolução da estrutura da dívida mobiliária
Participação (%) no total – Posição de carteira



Em termos de composição da DLSP, assinalem-se tanto a redução de 5 p.p. do PIB da dívida externa líquida como o aumento de 3,5 p.p. do PIB da dívida interna líquida. A dívida externa líquida passou a registrar saldo credor.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que inclui o governo federal, a Previdência Social e os governos regionais, atingiu R\$1.556,5 bilhões, 65,5% do PIB, em 2006, ante R\$1.453,6 bilhões, 67,4% do PIB, em 2005. A dívida líquida do Governo Geral passou de R\$1.010,2 bilhões, 46,8% do PIB, para R\$1.091,3 bilhões, 45,9% do PIB, no mesmo período.

Quadro 4.8 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2003		2004	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	913 145	52,4	956 996	47,0
Dívida líquida – Var. ac. ano	32 037	1,9	43 851	-5,4
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano): ^{1/}	32 037	1,8	43 851	2,2
Necessidade de financiamento do setor público	79 032	4,5	47 144	2,3
Primário	- 66 173	-3,8	- 81 112	-4,0
Juros nominais	145 205	8,3	128 256	6,3
Ajuste cambial ^{2/}	- 64 309	-3,7	- 16 193	-0,8
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	- 22 715	-1,3	- 3 335	-0,2
Dívida externa	- 41 594	-2,4	- 12 858	-0,6
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	16 710	1,0	7 137	0,4
Reconhecimento de dívidas	604	0,0	6 516	0,3
Privatizações	0	0,0	- 753	0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		0,1		-7,5
PIB em R\$ milhões ^{5/}	1 744 124		2 036 737	

(continua)

Quadro 4.8 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (continuação)

Discriminação	2005		2006	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 002 485	46,5	1 067 363	44,9
Dívida líquida – Var. ac. ano	45 488	-0,5	64 879	-1,5
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano) ^{1/}	45 488	2,1	64 879	2,7
Necessidade de financiamento do setor público	63 641	2,9	69 883	2,9
Primário	- 93 505	-4,3	- 90 144	-3,8
Juros nominais	157 146	7,3	160 027	6,7
Ajuste cambial ^{2/}	- 18 202	-0,8	- 4 881	-0,2
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	- 4 554	-0,2	- 2 222	-0,1
Dívida externa	- 13 648	-0,6	- 2 659	-0,1
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	- 2 258	-0,1	2 302	0,1
Reconhecimento de dívidas	3 262	0,2	- 375	0,0
Privatizações	- 954	0,0	- 2 049	-0,1
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-2,6		-4,3
PIB em R\$ milhões ^{5/}	2 158 072		2 376 513	

1/ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula:
 $(\sum \text{Fatores Condicionantes} / \text{PIB}_{12\text{MesesValorizado}}) * 100$. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

2/ Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

3/ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

4/ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula:
 $\text{Dt-1} / (\text{PIBMesAtual} / \text{PIBMesBase}) - \text{Dt-1}$.

5/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Quadro 4.9 – Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2005		2006	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (G=E-F)	763 347	35,4	833 230	35,1
Ajuste metodológico s/dívida interna (F)	121 472	5,6	119 249	5,0
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	884 819	41,0	952 479	40,1
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	80 080	3,7	79 723	3,4
Ajuste patrimonial (C)	103 021	4,8	102 646	4,3
Ajuste de privatização (B)	- 65 436	-3,0	- 67 485	-2,8
Dívida líquida total (A)	1 002 485	46,5	1 067 363	44,9
Governo federal	660 186	30,6	727 319	30,6
Banco Central do Brasil	4 038	0,2	8 481	0,4
Governos estaduais	305 714	14,2	316 864	13,3
Governos municipais	44 341	2,1	47 073	2,0
Empresas estatais	- 11 794	-0,5	- 32 373	-1,4
Dívida interna	952 185	44,1	1 130 902	47,6
Governo federal	488 154	22,6	591 211	24,9
Banco Central do Brasil	129 277	6,0	191 592	8,1
Governos estaduais	292 734	13,6	304 318	12,8
Governos municipais	42 191	2,0	45 139	1,9
Empresas estatais	- 171	0,0	- 1 359	-0,1
Dívida externa	50 300	2,3	- 63 538	-2,7
Governo federal	172 032	8,0	136 108	5,7
Banco Central do Brasil	- 125 238	-5,8	- 183 111	-7,7
Governos estaduais	12 979	0,6	12 545	0,5
Governos municipais	2 150	0,1	1 934	0,1
Empresas estatais	- 11 623	-0,5	- 31 015	-1,3
PIB em R\$ milhões ^{1/}	2 158 072		2 376 513	

1/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Previdência Social

Em 2006, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$42,1 bilhões, 1,81% do PIB, ante R\$37,6 bilhões em 2005, 1,75% do PIB.

As receitas líquidas da Previdência, excluídas as transferências a terceiros, elevaram-se 13,9% em 2006 e atingiram R\$123,5 bilhões, 5,3% do PIB. O crescimento anual de 0,3 p.p. do PIB evidenciou tanto o aumento, de 40% para 60%, da participação da Previdência nas receitas do Simples, a partir de 1º de janeiro de 2006, quanto os efeitos da expansão do mercado de trabalho formal sobre as contribuições relativas à folha de pagamento.

Quadro 4.10 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral^{1/}

Discriminação	2005		2006	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida do setor público consolidado	1 002 485	46,5	1 067 363	44,9
Dívida líquida do governo geral	1 010 241	46,8	1 091 255	45,9
Dívida bruta do governo geral	1 453 608	67,4	1 556 476	65,5
Dívida interna	1 262 915	58,5	1 405 889	59,2
Dívida externa	190 692	8,8	150 587	6,3
Governo federal	175 563	8,1	136 108	5,7
Governos estaduais	12 979	0,6	12 545	0,5
Governos municipais	2 150	0,1	1 934	0,1
Créditos do governo geral	- 443 367	- 20,5	- 465 221	- 19,6
Créditos internos	- 439 836	- 20,4	- 465 221	- 19,6
Disponibilidades do governo geral	- 229 630	- 10,6	- 247 406	- 10,4
Aplic.da Previdência Social	- 347	0,0	- 231	0,0
Arrecadação a recolher	- 882	0,0	- 1 204	- 0,1
Depósitos à vista (inclui ag. descentral.)	- 5 533	- 0,3	- 5 528	- 0,2
Disponibilidades do governo federal no Bacen	- 208 476	- 9,7	- 226 047	- 9,5
Aplicações na rede bancária (estadual)	- 14 393	- 0,7	- 14 396	- 0,6
Aplicações de fundos e programas financeiros	- 60 729	- 2,8	- 56 090	- 2,4
Créditos junto às estatais	- 23 180	- 1,1	- 20 421	- 0,9
Demais créditos do governo federal	- 23 271	- 1,1	- 18 654	- 0,8
Recursos do FAT na rede bancária	- 103 026	- 4,8	- 122 650	- 5,2
Créditos externos	- 3 531	- 0,2	0	0,0
Governo federal	- 3 531	- 0,2	0	0,0
Governos estaduais	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-
Dívida líquida do Banco Central	4 038	0,2	8 481	0,4
Dívida líquida das empresas estatais	- 11 794	- 0,5	- 32 373	- 1,4
PIB em R\$ milhões ^{2/}	2 158 072		2 376 513	

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Bacen.

2/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$165,6 bilhões, 7,1% do PIB, aumento de 13,4% em relação a 2005. O acréscimo anual de 0,3 p.p. do PIB refletiu tanto o crescimento de 8,4% no valor médio dos benefícios, que atingiu R\$545,90, efeito do reajuste do salário mínimo e do crescimento de 5% dos benefícios com valores acima do piso; quanto o aumento de 2,7% no número total dos benefícios pagos, que atingiu 24,2 milhões em 2006.

O valor dos benefícios de natureza assistencial cresceu 6% no ano, com ênfase para as expansões na Loas para idosos, 12,9%, e para portadores de deficiência, 7,3%. As aposentadorias por idade, invalidez e tempo de contribuição aumentaram 3,4% no ano.

Assinale-se que o benefício assistencial ao idoso passou a apresentar crescimento mais acelerado após a redução da idade-limite para enquadramento, de 67 para 65 anos, instituída pelo Estatuto do Idoso.

Finanças estaduais e municipais

A arrecadação do ICMS registrou crescimento real de 8,6% em 2006, considerado o IGP-DI como deflator, total de R\$171,7 bilhões. Desse total, 64,5% concentraram-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, responsáveis, na seqüência, pelas arrecadações mais significativas no ano.

Quadro 4.11 – Previdência Social – Fluxo de caixa

R\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receitas	160 000	172 713	201 757	7,9	16,8
Arrecadação	101 126	115 954	133 016	14,7	14,7
Outras receitas	2 610	882	1 368	- 66,2	55,1
Antecipação de receitas – TN	6 885	10 324	- 359	-	-
Transferências da União	49 380	45 553	67 732	- 7,7	48,7
Despesas	151 742	171 796	200 507	13,2	16,7
Benefícios previdenciários	125 751	146 009	165 585	16,1	13,4
Benefícios não previdenciários	8 168	10 001	12 332	22,4	23,3
Outras despesas	10 463	8 267	13 097	- 21,0	58,4
Transferências a terceiros	7 360	7 519	9 493	2,2	26,3
Saldo operacional	8 259	917	1 250
Saldo previdenciário	- 31 985	- 37 574	- 42 062

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

A arrecadação do ICMS no estado de São Paulo, maior arrecadador do tributo, somou R\$57,8 bilhões, com crescimento real de 13,3% em relação a 2005. Esse desempenho foi favorecido pelas arrecadações associadas aos setores de produção e distribuição de combustíveis, energia elétrica, serviços de comunicação e industrial. Adicionalmente, registre-se a contribuição proporcionada pelo maior aquecimento da demanda doméstica, principalmente do consumo das famílias, reflexo das condições econômicas favoráveis.

No estado do Rio de Janeiro, a arrecadação do tributo atingiu R\$14,8 bilhões em 2006, com aumento real de 8,5% no ano. As taxas de crescimento mais representativas ocorreram nas atividades de supermercados varejistas e atacadistas, 26,4%; distribuição de energia elétrica, água e gás, 13,3%; têxtil e vestuário, 12,1%; e serviços de comunicação, 8,8%, que, em conjunto, responderam por 39,7% da arrecadação do tributo no estado.

As transferências para os estados e municípios cresceram 10,5% em 2006, total de R\$92,8 bilhões, 4% do PIB. Os fatores determinantes para o aumento anual de 0,1 p.p. do PIB constituíram-se no reduzido impacto, sobre o volume de repasses, das desonerações tributárias ocorridas no período; no aumento de R\$1,9 bilhão nas transferências realizadas a título de *royalties* de petróleo, como reflexo dos elevados níveis de preço do produto no mercado internacional e da elevação da produção nacional; e no crescimento de R\$6,8 bilhões dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, proporcionado pelo aumento na sua base de cálculo, composta pela arrecadação do Imposto de Renda e do IPI.

Quadro 4.12 – Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Discriminação	2004	2005	2006	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
São Paulo	45 922	51 001	57 788	11,1	13,3
Rio de Janeiro	13 052	13 396	14 805	2,6	10,5
Minas Gerais	13 222	15 638	17 018	18,3	8,8
Rio Grande do Sul	9 638	11 383	11 813	18,1	3,8
Paraná	7 824	8 760	9 264	12,0	5,8
Bahia	7 133	7 831	8 604	9,8	9,9
Santa Catarina	5 258	5 829	6 169	10,9	5,8
Goiás	3 978	4 224	4 699	6,2	11,2
Pernambuco	3 667	4 314	4 864	17,6	12,8
Espírito Santo	3 732	4 636	5 092	24,2	9,8
Demais estados	24 511	27 807	31 553	13,4	13,5
Total	137 938	154 818	171 669	12,2	10,9

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

Quadro 4.13 – Transferências da União para os estados e municípios

R\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Transferências constitucionais (IPI, IR e outras)	51 138	63 756	70 628	24,7	10,8
Fundo de Comp. das Exportações (LC 87/1996)	4 295	4 757	4 343	10,8	-8,7
Transferências da Cide (EC 42/2003)	1 109	1 776	1 781	60,1	0,3
Demais ^{1/}	11 015	13 648	16 028	23,9	17,4
Total	67 557	83 937	92 780	24,2	10,5

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

^{1/} Contribuição do Salário Educação, do Fundef, de *royalties* petróleo e de outras transferências.



Relações Econômico-Financeiras com o Exterior

Política de comércio exterior

A política de comércio exterior observou, em 2006, de maneira geral, as mesmas linhas de atuação fixadas e executadas desde 2003. Nesse sentido, destacou-se a implementação de novas medidas relacionadas à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que consolidaram novo ambiente institucional para a política industrial brasileira. Além disso, foram mantidas as ações oficiais voltadas ao fomento das exportações, dirigidas pela Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), com resultados favoráveis em relação à sua ampliação e diversificação em termos de pauta e de mercados de destino. Relativamente às ações de simplificação e desburocratização de procedimentos das operações de comércio exterior, a mudança mais significativa foi a flexibilização das regras de cobertura cambial, tendo em vista a impropriedade dos procedimentos burocráticos de tal controle sobre os custos financeiros das transações, assinalando-se que o cumprimento das novas regras passou a ser exercido pela SRF.

Agenda relativa às negociações externas evoluiu pouco em 2006. Em julho, a Organização Mundial do Comércio (OMC) anunciou a suspensão da Rodada de Doha para liberalização do comércio internacional. O principal ponto do impasse foi a exigência dos EUA em obter maior acesso ao mercado agrícola europeu, para compensar a desmontagem do seu programa de subsídios agrícolas. Em setembro, ao final do encontro entre ministros do G-20 e de outros grupos de países em desenvolvimento com os representantes dos EUA, da União Européia (UE) e do Japão, no Rio de Janeiro, o diretor-geral da OMC fixou março de 2007 como o prazo-limite para a retomada das negociações da Rodada de Doha. Esse prazo considerou a necessidade de acomodação da política interna norte-americana após as eleições parlamentares em novembro, o fim do *fast track* nos EUA em 2007 e a divulgação da Lei Agrícola daquele país, que definiria o pacote de subsídios para 2007. Assim, como em anos anteriores, os processos negociadores do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e do Mercosul-União Européia mantiveram-se praticamente paralisados, enquanto aguardavam a evolução das negociações no âmbito multilateral da OMC. Ressalte-se a renovação, até 31.12.2008, do Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano, positiva para o Brasil, que utiliza o SGP em aproximadamente 15% das exportações destinadas aos EUA. Em dezembro, a UE mostrou interesse em retomar e acelerar, em 2007, a negociação do acordo de livre comércio com o Mercosul.

O Brasil assumiu a presidência *pro-tempore* do Mercosul no segundo semestre de 2006, em momento especialmente delicado do processo de integração. Nesse sentido, assinalam-se o questionamento da união aduaneira e as divergências entre países membros e associados, como a disputa entre Argentina e Uruguai, relacionada à instalação de fábrica de papel e celulose neste último país; a desnacionalização de refinarias da Petrobras na Bolívia e o aumento do preço de venda do gás natural importado pelo Brasil; e o descontentamento de Paraguai e Uruguai com os resultados econômicos associados ao processo de integração, o que reacendeu a busca de arranjos comerciais bilaterais com os EUA.

A criação do Mecanismo de Adaptação Competitiva para regular as relações comerciais entre Brasil e Argentina, em fevereiro de 2006, foi importante para acomodar as relações bilaterais entre os dois sócios do bloco naquele momento. Ao final de novembro, na última reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Argentina, já havia sinais evidentes do clima de melhor entendimento entre os dois países, alcançado a partir da solução da maioria das divergências comerciais, como nos segmentos de têxteis e calçados. Nesse caso, o acordo de restrição voluntária, que limitava as exportações brasileiras em 13 milhões de pares de calçados por ano, não foi renovado. Do mesmo modo, o acordo de restrição voluntária, firmado com a Argentina em 2004, que envolvia o setor de linha branca (geladeira, fogão e máquina de lavar), não foi renovado, tendo em vista as evidências de que seu objetivo de favorecer o crescimento do parque industrial argentino não estava sendo atendido, na medida em que os produtos brasileiros foram substituídos por mercadorias provenientes de outros países.

A partir da não-implementação do livre comércio automotivo em 1º de janeiro de 2006, Brasil e Argentina prorrogaram, por sessenta dias contados a partir daquela data, a vigência do acordo bilateral existente. Um acordo provisório, com vigência de 2 de março a 30 de junho, implementado pelo Decreto 5.716, de 9.3.2006, regulou o comércio automotivo entre os dois países até que fosse negociado, pelo Grupo de Trabalho Automotivo, o acordo definitivo. O novo Acordo Automotivo Brasil-Argentina, instituído pelo Decreto 5.835, de 6.7.2006, terá duração de 24 meses, com vigência a partir de 1º de julho de 2006, e não prevê data para o início do livre comércio. Durante sua vigência, será mantido um coeficiente de desvio sobre as exportações de 1,95, que pode variar até 2,1, o que significa que, para cada US\$100 exportados, pode-se importar até US\$195 dólares sem Imposto de Importação (II). Assim, se a Argentina exportar para o Brasil US\$1 bilhão, poderá importar do Brasil até US\$1,95 bilhão livres da tarifa de importação. Além disso, em 30.11.2006, foi anunciado o livre comércio para automóveis e veículos leves entre Brasil e México, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007. Os dois países mantiveram, em 2006, cotas de intercâmbio comercial de 210 mil veículos leves, com alíquota zero de importação. Com o novo acordo, a alíquota permanece zero, mas não há cota anual de veículos. O livre comércio de veículos pesados, como ônibus e caminhão, foi postergado de julho de 2011 para julho de 2020. Foi igualmente ajustado que os sócios do Mercosul deverão negociar com o

México um programa de abertura gradual desse segmento, até dezembro de 2009, que entrará em vigor um ano após sua aprovação, e alcançará o livre comércio de veículos pesados entre Mercosul e México em 2020.

Outro marco no processo de integração regional do Mercosul foi a adesão, em 4.7.2006, da Venezuela como membro pleno do bloco. Os prazos para o livre comércio, estipulados em janeiro de 2010 para a entrada de produtos venezuelanos no Brasil e em janeiro de 2012 para acesso de produtos brasileiros ao mercado venezuelano, representam um ganho para o Brasil em relação aos prazos fixados no Acordo Mercosul-Comunidade Andina, em vigor desde fevereiro de 2005. Os produtos considerados sensíveis pelos países poderão adequar-se até janeiro de 2014. De acordo com a tradição do bloco, a Venezuela terá quatro anos para adotar a Tarifa Externa Comum (TEC).

O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), iniciativa lançada pelo Paraguai durante o exercício da presidência *pro tempore* em 2005, e que objetiva financiar programas para promover a integração entre os países e reduzir as assimetrias estruturais e institucionais, foi aprovado pela Decisão do Conselho Mercado Comum (CMC) 18/2005 e promulgado pelo Decreto 5.969, de 23.11.2006. O Focem será mantido por contribuições anuais dos sócios do Mercosul, no total de US\$100 milhões, dos quais 70% serão de responsabilidade do Brasil, 27% da Argentina, 2% do Uruguai e 1% do Paraguai. O Programa de Convergência Estrutural, previsto para os primeiros quatro anos de funcionamento do Focem, dará prioridade ao Paraguai, que receberá 48% dos recursos globais do Fundo.

Com relação à TEC, a Decisão CMC 37/2005, que trata da livre circulação intrabloco de produtos que tenham TEC zero, ou 100% da margem de preferência para terceiros países, foi regulamentada pelo Decreto 5.738, de 30.3.2006. Os produtos enquadrados passaram a ser tratados como originários dos países do Mercosul. Essa decisão correspondeu à primeira etapa da Política Tarifária Comum, e foi criado Grupo *ad hoc* para apresentar, no primeiro semestre de 2007, Projeto de Código Aduaneiro do Mercosul para viabilizar a implementação da segunda etapa dessa Política Tarifária, que compreenderá a eliminação da dupla cobrança da TEC e a distribuição da renda aduaneira. Novos avanços nos instrumentos da união aduaneira exigirão a discussão do Código Aduaneiro do Mercosul e dos Regimes Especiais de Importação.

A cobrança de II diferente do estabelecido na TEC por meio de regimes especiais de tributação tem sido uma das principais dificuldades para a implementação da união aduaneira. Os *ex-tarifários* são um exemplo de regime especial de importação brasileiro, pois permitem a redução da alíquota *ad valorem* do II de bens de capital, de informática e telecomunicação sem similar nacional para 2%, no caso de haver produção em algum país do Mercosul, e para zero, caso não haja. Seu objetivo é estimular investimentos voltados à ampliação e reestruturação do parque produtivo nacional de bens e serviços. A Câmara de Comércio Exterior (Camex) editou, em 2006, 22 resoluções relacionadas

ao regime. Pela Resolução Camex 35, de 22.11.2006, foi alterada a política de concessão de *ex-tarifários*. Além da consolidação de informações vigentes, foram realizados alguns ajustes no processo de obtenção de novos *ex-tarifários*, o que conferiu maior celeridade ao processo. Houve simplificação do procedimento para renovação, que não necessitará de novo exame da SRF, desde que mantida a redação aprovada originalmente. A Resolução Camex 43, de 22.12.2006, publicou toda a TEC, com as adaptações da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) às mudanças introduzidas pela IV Emenda ao Sistema Harmonizado, inclusive em relação às listas de exceção, enquanto, por meio da Resolução Camex 42, de 19.12.2006, foi aumentada, de 7% para 9%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, a alíquota do Imposto de Exportação (IE) incidente sobre as vendas externas de couros e peles (*wet blue*), e revogada a Resolução Camex 42, de 6.12.2005.

Desde o anúncio da PITCE, em novembro de 2003, várias ações previstas foram implementadas, como a Lei de Inovação, que colocou em vigência todos os mecanismos de incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica; a regulamentação da Lei de Biossegurança; as medidas de desoneração do investimento produtivo, de estímulo ao setor de *software* e de inclusão digital aprovadas pela Lei 11.196, também conhecida por Lei do Bem; a adoção de novo modelo de gestão integrada dos fundos setoriais; a regulamentação definitiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; as linhas de financiamento do BNDES, como o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq), encerrado em setembro de 2006, e o Programa Finame de Modernização da Indústria Nacional e dos Serviços de Saúde (Finame-Modermaq); a instituição do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes); a criação do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap); o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto); e a institucionalização do Programa Nacional de Apoio Tecnológico à Exportação (Progex).

A exemplo de anos anteriores, foram adotadas medidas destinadas à simplificação das operações de comércio exterior, o que representa redução de custos para as empresas. Além das medidas na área cambial, descritas no item seguinte deste capítulo, foram simplificadas, pela Instrução Normativa SRF 650, de 12.5.2006, as regras para habilitação das empresas que desejam operar no comércio exterior, com o objetivo de, sem renunciar à segurança aduaneira, conferir maior rapidez no trâmite das exportações e das importações. A norma estabeleceu quatro modalidades de habilitação – simplificada, especial, ordinária e restrita. A mudança mais significativa envolveu a modalidade de habilitação simplificada, que passou a enquadrar automaticamente as pessoas jurídicas com operações de até US\$150 mil no período de seis meses, o que corresponde a aproximadamente 19.000 empresas, 49% do total. A SRF estimou que 60% das empresas poderão solicitar habilitação simplificada, cujo prazo de análise foi reduzido de 30 para 10 dias. As principais vantagens traduzem-se em: aumentos da rapidez na tramitação do pedido e da facilidade de acesso à SRF, pois o pedido poderá ser apresentado em

qualquer unidade aduaneira; e ampliação da segurança jurídica concedida ao contribuinte habilitado, tendo em vista a limitação da suspensão da autorização para a realização de operações no comércio exterior. Assinale-se, ainda, a concessão por tempo indeterminado da habilitação a produtores rurais, artesãos, artistas e assemelhados, que antes precisava ser concedida a cada operação.

Na mesma linha de simplificação das operações de comércio exterior, a SRF, pela Instrução Normativa 680, de 2.10.2006, consolidou os principais atos administrativos que disciplinam o despacho aduaneiro de importação e definiu, de forma clara e objetiva, a rotina que envolve o procedimento para autorização de entrega da mercadoria ao importador. Além disso, o MDIC/Secex, pela Portaria 35, de 24.11.2006, consolidou toda a legislação referente a procedimentos administrativos de importação e exportação. Foram adequados à nova legislação cambial os prazos das operações de exportação em consignação; a margem não sacada, destinada a feiras e exposições; a comissão de agente; e os financiamentos em relação ao Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais. Ressalte-se, ainda, a aprovação da Lei Complementar 123, de 14.12.2006, que instituiu o Supersimples e o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, no qual foi inserido o projeto de criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). Vários órgãos envolvidos no processo de registro e legalização de empresas passarão a atuar em rede, com a meta de reduzir o atual prazo médio para abertura de uma empresa de 39 para, no máximo, quinze dias.

Com relação à estratégia de promoção comercial, a Apex-Brasil deu continuidade à iniciativa de internacionalização das empresas exportadoras brasileiras com a inauguração dos Centros de Distribuição (CDs) de Frankfurt (Alemanha), Lisboa (Portugal) e Dubai (Emirados Árabes). Existem ainda quatro CDs em processo de instalação na Polônia, no Panamá, na África do Sul e na China. Por esse sistema, a Apex-Brasil aluga o espaço total, subloca partes desse espaço às empresas de pequeno e médio porte que já possuem cultura exportadora e obtém ganhos de escala para essas empresas. Foram realizadas várias missões oficiais e empresariais em países considerados estratégicos: no Japão, com o objetivo de apresentar o potencial brasileiro na produção e no fornecimento de etanol, e de discutir futuras parcerias na área de semicondutores; na Irlanda, na Inglaterra e na Áustria, com vistas ao cumprimento de compromissos relacionados à cooperação na área de Política Industrial, que culminou com a assinatura de acordo de cooperação entre Brasil e Irlanda para o desenvolvimento de políticas industriais em áreas estratégicas de tecnologia; e na África do Sul, principal economia da África, cuja demanda por produtos brasileiros tem sido crescente, e onde trinta empresas brasileiras de seis setores participaram de rodadas de negócios e seminários.

Dentre os principais eventos de promoção comercial organizados pela Apex-Brasil, destaca-se a campanha promocional Alemanha 2006, que explorou semelhanças e diferenças entre os dois países nos âmbitos esportivo e econômico, com o objetivo de

ressaltar a diferença dos produtos brasileiros e conferir personalidade à marca comercial do Brasil no ano da Copa do Mundo. Além disso, 150 empresas brasileiras participaram do Salão Internacional da Alimentação em Paris, maior feira de alimentos do mundo, que se realiza a cada dois anos, e trinta empresas brasileiras do setor de autopeças participaram da maior feira do setor, que se realizou em Frankfurt, em setembro daquele ano. Adicionalmente, como resultado das reuniões do Grupo de Agronegócio Brasil-Alemanha, a Resolução Camex 13, de 8.6.2006, criou uma classificação especial para os produtos orgânicos dentro do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), com o objetivo de identificar os principais produtos exportados e seus destinos. Trata-se de uma tentativa de mensurar esse mercado, cujo potencial de crescimento anual médio atinge cerca de 25% em razão da forte demanda do Japão, dos EUA e da UE.

A defesa sanitária foi, novamente, tema de grande relevância na agenda de comércio exterior em 2006. Medida importante nessa área, a Norma Operacional do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), aprovada em julho, por meio da Instrução Normativa 17, do Mapa, passou a vigorar em 13.9.2006. O Sisbov objetiva identificar, registrar e monitorar os bovinos nascidos no País e os importados, e aplica-se às fases de produção, de transformação, de distribuição e dos serviços agropecuários. A adesão dos produtores ao Sisbov, que se encerrará em 31.12.2007, é facultativa, mas atende à demanda crescente dos principais mercados internacionais, uma vez que, sem a certificação oficial, não haverá garantia de acesso aos principais mercados importadores em médio prazo. Em fevereiro, o governo brasileiro suspendeu, temporariamente, as autorizações para importação de carne com osso e de animais vivos suscetíveis à febre aftosa da Província de Corrientes, na Argentina, como resposta à descoberta de foco da doença na região. Também foram proibidas as importações de sêmen e de carne não submetida a processo de maturação e de outros produtos não submetidos a processos que permitam a destruição do vírus, como os lácteos não pasteurizados.

Na esfera da defesa comercial, ressalte-se a assinatura do acordo de autolimitação das exportações de produtos têxteis chineses para o Brasil, que se elevaram cerca de 300% entre 2003 e 2006, com vigência a partir de 3.4.2006. O Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação em Comércio e Investimento entre os dois países foi publicado em 7.4.2006, e foi adotada a limitação voluntária de exportações chinesas, até 2008, de oito categorias de produtos têxteis e de vestuário para o Brasil, total de 76 posições tarifárias e de 60% das importações de têxteis. Esse Memorando estabeleceu, ainda, que o controle dessas exportações chinesas será feito pelos dois países, que concordaram com a criação de um grupo de coordenação bilateral, com objetivo de trocar informações sobre estatísticas, metodologias e listas de produtos.

Adicionalmente, foi firmado, em agosto, acordo entre fabricantes de brinquedos do Brasil e exportadores da China, que estabeleceu a participação dos produtos chineses no mercado brasileiro em 40%, patamar de 2005. Esse acordo sobre Critérios de

Cooperação, celebrado entre a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), a Câmara Chinesa do Comércio e a *China Toy Association*, no âmbito do Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação em Comércio e Investimentos, foi publicado pela Circular Secex 87, de 22.12.2006. É importante ressaltar que esse entendimento ocorreu depois do fim da aplicação das medidas de salvaguardas, que protegeram por dez anos a indústria de brinquedos nacional.

Quanto às linhas de apoio à exportação, os desembolsos do BNDES-Exim alcançaram o recorde de US\$6,4 bilhões, ante US\$5,9 bilhões em 2005, o que evidenciou o desempenho das exportações de bens de capital, que responderam por 62% dos desembolsos. Os recursos destinados às linhas de pré-embarque (tradicional, ágil e especial) representaram 70,8% do total liberado no âmbito desse programa, e os direcionados à linha de pós-embarque, 29,2%, comparativamente a 54% e 46%, no ano anterior. O crescimento da demanda nas linhas de pré-embarque evidenciou as alterações que tornaram a modalidade mais ágil e competitiva, com redução de custos administrativos para o exportador. O financiamento da linha pré-embarque ágil foi lançado em abril e seu público-alvo eram as empresas produtoras de bens de consumo e de capital seriados, com mais de um ciclo de produção por ano e freqüentes embarques. A nova linha financia até 30% do valor da exportação por um período de 6 a 12 meses e simplifica a comprovação por meio eletrônico. Sua grande vantagem reside na dispensa do envio de documentos comprobatórios, como ocorre nas linhas convencionais.

Com relação às modalidades pré-embarque tradicional e pré-embarque especial, não houve alterações em suas condições de financiamento, mas foram adotadas simplificações operacionais. No primeiro caso, foi adotado esquema de amortização do empréstimo com data fixa de vencimento e pagamento em parcela única ou em até cinco parcelas mensais e consecutivas; na modalidade pré-embarque especial, o prazo do período-base utilizado como referência para determinar a meta de aumento das exportações da empresa beneficiada passou de 12 para 36 meses.

Outro aperfeiçoamento anunciado pelo BNDES-Exim, com o objetivo de garantir a competitividade da indústria nacional e atrair novos investimentos ao setor automobilístico, foi a ampliação do apoio às exportações de veículos leves de passageiros. As alterações no âmbito da modalidade BNDES-Exim pré-embarque automóveis incluíram o aumento do financiamento, de 30% para 55%, do compromisso de exportação assumido pela montadora, e a redução, de 4,5% para 3,8% a.a., no *spread* básico da operação, desde que a montadora exportadora assumia o compromisso de aumentar ou manter o nível de emprego nas suas unidades industriais no decorrer do período de vigência do compromisso de exportação.

Outro programa no âmbito da linha de pré-embarque, lançado em fevereiro, objetivou aumentar a competitividade das exportações do setor calçadista, prejudicadas pela concorrência chinesa. Esse programa, cujo orçamento inicial de US\$70 milhões foi

duplicado no ano, restringe-se a pequenas e médias empresas, e registrou, em 2006, desembolsos de US\$95 milhões, com benefício a doze empresas do setor.

Em 2006, as operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) totalizaram US\$4 bilhões, crescimento de 6,5% em relação ao ano anterior, especialmente como resultado do desempenho da linha equalização das taxas de juros, cujas operações atingiram US\$3,6 bilhões, comparativamente a US\$3,3 bilhões em 2005. Na modalidade financiamento, o valor exportado declinou de US\$492,3 milhões para US\$437,2 milhões, com reduções de US\$429,1 milhões para US\$382,8 milhões nos desembolsos; de 1.746 para 1.391 no número de operações; e de 452 para 337 na quantidade de exportadores.

O percentual de participação das micro, pequenas, médias e grandes empresas no âmbito do Proex, seja em termos de valor exportado ou de desembolsos realizados, manteve-se, em 2006, no patamar observado no ano anterior, e atingiu, respectivamente, 4%, 10%, 16% e 70% do valor exportado e 4%, 11%, 17% e 68% dos desembolsos. Foram registrados, entretanto, recuos do número tanto de operações quanto de exportadores, em todos os segmentos empresariais; as grandes empresas apresentaram a maior redução proporcional na quantidade de operações, de 41, em 2005, para 29, em 2006, e as microempresas, a redução mais acentuada no número de exportadoras, de 78 para 41.

Os principais setores econômicos que utilizaram o Proex-Financiamento em 2006 foram serviços, 56% do total; máquinas e equipamentos, 23%; têxtil, couros e calçados, 7%; agronegócio, 7%; e produtos minerais, 1%. Os países da África adquiriram 68% das exportações efetivadas por meio dessa modalidade do Proex, com destaque para as compras de Angola, que responderam por 67% das aquisições; seguindo-se a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), 11%; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), 8%; a UE, 7%; e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), 2%.

Repetindo o patamar do ano anterior, foram realizadas 1.716 operações de equalização da taxa de juros em 2006, que envolveram 32 exportadores, somando cerca de 90% do valor total das operações cursadas no âmbito do Proex. Desse total, 72% referiram-se a exportações do setor de transporte, seguindo-se as relativas a máquinas e equipamentos, 25%, e a serviços, 2,6%. O Nafta foi destino de 41% dessas exportações, enquanto as destinadas à Aladi e à UE representaram 18% e 8% do total, respectivamente. A exemplo de anos anteriores, ocorreu concentração acentuada de operações que envolveram grandes empresas, e que responderam por 70% do número das operações e por 87% do valor exportado na modalidade.

As operações de comércio exterior cursadas pelo Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) proporcionaram saldo credor de US\$2 bilhões, 56,6% superior ao registrado em 2005, com as exportações atingindo US\$2,1 bilhões e as importações,

US\$68,5 milhões. A exemplo do ano anterior, a Venezuela constituiu-se no principal parceiro no âmbito do Convênio, 75,3% das exportações brasileiras, seguindo-se as aquisições do Peru, 6,8%; do Equador, 4,8%; e da Argentina, 4,7%. As importações brasileiras cursadas no Convênio elevaram-se 59,3% em relação ao ano anterior, com ênfase nas provenientes do Chile, da Argentina e do Uruguai, que representaram, em conjunto, 95% das importações brasileiras amparadas pelo CCR.

Política cambial

A consolidação das estratégias tanto de redução da exposição cambial do setor público quanto de acumulação das reservas constituiu-se no elemento central da política cambial brasileira em 2006. Assinale-se, ainda, a atuação consistente do Banco Central, que envolveu a flexibilização e a simplificação de procedimentos operacionais e de registro cambiais, como a exigência de cobertura cambial nas exportações, tendo em vista as condições favoráveis determinadas pela solidez do balanço de pagamentos.

O ambiente externo, caracterizado por liquidez acentuada nos mercados financeiros, por crescimento da economia mundial e por menor aversão ao risco por parte dos investidores externos, e o desempenho favorável da economia brasileira, que, pelo quarto ano consecutivo, apresentou superávit nas transações correntes, favoreceram a continuidade da implementação de medidas destinadas a aumentar a capacidade da economia em resistir a choques externos. O Banco Central manteve a estratégia de ampliar o estoque de reservas internacionais, em observância ao princípio de atuação baseada em condições adequadas de mercado a cada momento, com objetivo de não adicionar volatilidade ao mercado cambial nem de interferir na tendência de flutuação da taxa de câmbio, sem quaisquer compromissos com seu nível. O TN manteve a política de adquirir recursos no mercado de câmbio para servir sua dívida externa e avançou, em parceria com o Banco Central, no programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, com redução da necessidade de financiamento externo de curto prazo.

As atuações do Banco Central e do TN foram possíveis em razão da significativa ampliação do superávit no mercado de câmbio, que passou de US\$18,8 bilhões, em 2005, para US\$37,3 bilhões em 2006. O aumento nos ingressos líquidos, em especial no segmento financeiro, foi favorecido, entre outros fatores, pelas mudanças na legislação tributária implementadas pela Medida Provisória 281, de 15.2.2006, convertida na Lei 11.312, de 27.6.2006, que reduziu de 15% para zero a alíquota do Imposto de Renda dos investidores não residentes nas aplicações em títulos públicos federais e em fundos de investimento em empresas emergentes, assim como isentou a cobrança de CPMF nas operações de ofertas públicas de ações de empresas no mercado de balcão, uma vez que a legislação em vigor já previa a não-incidência desse tributo nas transações realizadas em bolsa de valores.

No ano, as compras líquidas do Banco Central no mercado de câmbio somaram US\$34,3 bilhões e ocorreram em todos os meses do ano, exceto em junho. Além disso, com o objetivo de reduzir a exposição cambial do setor público, o Banco Central manteve os leilões de *swap* cambial reverso, nos quais assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxa de juros doméstica. No ano, o resgate líquido de instrumentos cambiais acumulou US\$10,1 bilhões. Quanto às compras do TN em mercado, foram liquidados US\$12,3 bilhões no ano, com concentração de US\$9,2 bilhões no primeiro semestre.

Em 9.2.2006, o Banco Central e o TN anunciaram a intenção de exercer a opção de amortização antecipada (*call*) para todos os *bradies*, títulos da dívida externa brasileira lastreados em papéis do Tesouro dos EUA emitidos durante a renegociação da dívida externa em 1992, bem como a possibilidade de recomprar, parcial e antecipadamente, bônus com vencimento até 2010, prazo que posteriormente, em 4.9.2006, foi ampliado até 2012. Essa iniciativa veio somar-se a outras antecipações já ocorridas desde julho de 2005, como a troca dos *bradies C-Bonds* pelos *A-Bonds*, o exercício de *call* para o estoque remanescente de *C-Bonds*, então o principal título da dívida renegociada em mercado, o pagamento antecipado ao Fundo Monetário Internacional (FMI), de US\$5 bilhões em julho de 2005 e de US\$15,5 bilhões em dezembro de 2005, e ao Clube de Paris, cuja quitação, no montante de US\$2,6 bilhões, foi anunciada em dezembro de 2005 e efetivada no período de janeiro a maio de 2006.

No ano, as recompras de títulos no mercado secundário, com vencimentos entre 2006 e 2024, entre as quais se incluem as aquisições de US\$434 milhões em *bradies* realizadas de janeiro a março, totalizaram US\$6 bilhões em valor de face, equivalentes a US\$7,1 bilhões de financeiro, acrescidos de juros e ágios. O Programa de Recompra gerou economia de juros de US\$2,5 bilhões. O principal objetivo do Programa foi reduzir a necessidade de financiamento externo de curto prazo e contribuiu para melhorar a percepção do risco-Brasil.

Em relação à recompra dos *bradies*, em 23.3.2006, o TN anunciou o exercício do seu direito de *call*, compra antecipada do estoque em mercado, o qual foi realizado em 15.4.2006, no total de US\$5,8 bilhões. O exercício do *call* e a amortização já prevista para abril, de US\$609 milhões, perfizeram recompras de US\$6,5 bilhões ao par. Ainda com o objetivo de intensificar as ações voltadas para a redução do endividamento e a ampliação dos prazos de vencimento da dívida soberana, em 5 e 8 de junho, foram realizados leilões de recompras parciais de papéis da dívida externa brasileira denominadas em dólar e euro, com vencimento até 2030. O resultado dessa operação, denominada *Tender Offer*, totalizou recompras, pelo valor de face, de US\$1,3 bilhão, equivalentes a US\$1,6 bilhão em valor financeiro.

O cenário macroeconômico benigno e a redução da vulnerabilidade externa do País favoreceram o aperfeiçoamento da estratégia de administração da dívida externa. Em 22.8.2006, o TN anunciou o abandono de metas para a emissão de títulos no exterior,

que passaram a ter caráter qualitativo e a ser utilizadas para melhorar o perfil da dívida soberana, com o alongamento de prazos e redução de juros. A ausência de metas para emissão de títulos no exterior conferiu maior flexibilidade ao TN na administração da dívida externa. No ano, as emissões de dívida soberana perfizeram US\$5,5 bilhões, incluídas as operações de troca do *Global 30* por *Global 34*, de US\$198 milhões, e a *Exchange Offer* na troca pelo *Global 37*, no total de US\$500 milhões.

Em 28.8.2006, o Banco Central aumentou o limite de antecipação das contratações de dólares pelo TN, de 180 para 360 dias, em relação à data de sua liquidação.

Nesse contexto, de melhora dos fundamentos macroeconômicos e dos indicadores de sustentabilidade, de valores recordes tanto das reservas internacionais quanto do comércio externo e dos fluxos de divisas para o País, solidificaram-se as condições para que as principais agências de risco internacional melhorassem a classificação de risco soberano do Brasil, aproximando-a do grau de investimento. Nessa mesma linha, o *spread* medido pelo Embi+, calculado pelo JP Morgan, manteve, ao longo do ano, trajetória declinante, e passou de 311 pontos, no final de dezembro de 2005, para 192 pontos no mesmo período de 2006. Coincidentemente, esses foram, respectivamente, os valores máximos e mínimos do Embi+ registrados nesse período. Ao longo do ano, a taxa de câmbio seguiu padrão semelhante ao da flutuação do Embi+. A cotação mínima, R\$2,0586/US\$, foi registrada em 10.5.2006, início do período de relativa turbulência no mercado financeiro internacional, em razão do aumento da taxa de juros pelo *Federal Reserve* (Fed), e a máxima, R\$2,3711/US\$, em 24.10.2006, na seqüência desse ciclo de instabilidade financeira.

A cotação do dólar recuou pelo quarto ano consecutivo, em relação ao real, atingiu R\$2,138/US\$, com base na taxa Ptax-venda do final do ano, e registrou depreciação de 8,7% em relação ao ano anterior. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo IPA-DI e pelo IPCA, mostraram apreciação do real em 2006 de, respectivamente, 0,3% e 1,3%. Essa situação favorável do setor externo da economia brasileira possibilitou que o Banco Central ampliasse, de 30% para 60%, o limite de exposição dos bancos em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, e revogasse, pela Circular 3.333, de 5.12.2006, restrição implementada em 2002.

Na esfera normativa, foram implementadas modificações representativas na legislação cambial brasileira. O ajuste do setor externo favoreceu a flexibilização das normas cambiais, o que significa redução dos custos das empresas exportadoras e ganhos de eficiência para a economia. A Medida Provisória 315, de 3.8.2006, convertida na Lei 11.371, de 29.11.2006, conferiu maior segurança jurídica ao processo de simplificação do registro das operações cambiais, como a flexibilização da exigência de cobertura cambial nas exportações, regra que obriga as empresas a trocarem por reais a moeda estrangeira recebida no exterior, cuja implementação exigia mudança na Lei.

As principais modificações implementadas pela Lei 11.371 foram:

- I) Flexibilização da exigência de cobertura cambial nas exportações, cujos recursos em divisas poderão ser mantidos em instituições financeiras no exterior, observados os limites fixados pelo CMN. A Resolução CMN 3.389, de 4.8.2006, fixou em no máximo 30% da receita de exportação o valor que os exportadores brasileiros de mercadorias e de serviços podem manter no exterior. A parcela restante fica sujeita à obrigatoriedade de ingresso no Brasil, sob regras mais flexíveis, e à aplicação da CPMF, com alíquota de 0,38%. Caso haja interesse na manutenção de recursos no exterior acima do limite de 30%, o exportador tem a faculdade de celebrar, de forma simplificada, operações simultâneas de câmbio, com a mesma instituição bancária e à mesma taxa de câmbio, sem emissão ou recepção de ordens de pagamento para e do exterior, mas com pagamento da CPMF à alíquota de 0,38%. Essa Resolução foi regulamentada pela Circular do Banco Central do Brasil 3.325, de 24.8.2006, que também ampliou o prazo de liquidação dos contratos de câmbio de exportação de até 210 para até 360 dias, enquanto nas operações de câmbio de importação foi mantido o prazo máximo de 360 dias entre a contratação e a liquidação dos contratos. Além disso, a Circular previu o uso dessas disponibilidades mantidas em banco no exterior para realizar pagamentos externos em nome do próprio titular da conta, ressalvadas as especificidades previstas na Lei 11.371, de 29.11.2006, para esses pagamentos; eliminou os limites na contratação de câmbio simplificado de importação e de exportação, quando realizada com instituição bancária; equiparou em US\$20 mil o limite das operações de câmbio simplificado de exportação e de importação, quando realizadas pelas demais instituições integrantes do SFN autorizadas a operar no mercado de câmbio; e definiu os procedimentos para contratação simultânea de câmbio simplificado de exportação para fins de constituição de disponibilidades no exterior e eliminou a obrigatoriedade da vinculação dos contratos de câmbio de exportação e de importação de curto prazo aos respectivos registros no Siscomex.
- II) O Banco Central do Brasil se responsabilizará pela manutenção do registro das operações de câmbio e fornecerá à SRF os dados referentes a esses registros na forma estabelecida em ato conjunto, conforme fixado pela Portaria Conjunta SRF/Banco Central do Brasil 1.064, de 26.10.2006. A Receita Federal, a partir dessas informações e de outras que detém em seus registros, efetuará os acompanhamentos sobre recebimentos de exportação e, nas situações cabíveis, adotará procedimentos administrativos pertinentes, com aplicação das sanções previstas na legislação de natureza tributária.
- III) O uso de formulário de contrato de câmbio na forma definida pelo Banco Central do Brasil passou a ser facultativo nas operações até três mil dólares dos Estados Unidos, ou do seu equivalente em outras moedas.
- IV) Registro no Banco Central do Brasil, até 30.6.2007, do capital estrangeiro contabilizado em empresas no País em 31.12.2005, ainda não registrado e não sujeito a outra forma de registro no Banco Central. Em tese, esses capitais já deveriam estar registrados no Banco Central, pois já são tributados; no entanto, por não atenderem

às condições formais para sua efetivação, como a ausência de ingresso efetivo de moeda estrangeira no País, na forma exigida pela Lei 4.131/1962, encontravam-se impossibilitados de registro.

- V) Fim da multa sobre as operações de importação brasileira, por atraso ou não-contratação da respectiva operação de câmbio.
- VI) Pagamento em reais facultativo nas compras de produtos adquiridos em lojas francas, autorizadas a funcionar em zona primária de portos e aeroportos no País, com isonomia no tratamento entre moeda estrangeira e nacional.

Em setembro, dando prosseguimento ao processo de reorganização e simplificação do mercado de câmbio, o CMN, pela Resolução 3.412, de 27.9.2006, eliminou a restrição ainda existente para investimentos no exterior em mercado de capitais e derivativos por parte de pessoas físicas e jurídicas em geral. Para tanto, foram revogadas as Resoluções 1.968, de 1992 (aplicações em bolsa no Mercosul); 2.356, de 1997 (*Depositary Receipts – DR*); e 2.763, de 2000 (*Brazilian Depositary Receipts – BDR*), que tratavam de aplicações no mercado de capitais e de derivativos de forma diferenciada. Quanto às transferências financeiras relativas a aplicações no exterior, a Resolução manteve a necessidade de observância das disposições do CMN e de regulamentação específica do Banco Central do Brasil e da CVM. A matéria foi regulamentada pela Circular Banco Central do Brasil 3.328, de 10.10.2006.

Adicionalmente, o CMN, pela Resolução 3.417, de 27.10.2006, ampliou para 750 dias o prazo máximo entre a contratação e a liquidação dos contratos das operações de câmbio. A Resolução definiu, ainda, regras e mecanismos para o envio de dados de liquidação de contratos de câmbio de exportação à SRF, para fins de controle dos recursos dispensados de cobertura cambial. Ainda com base nessa Resolução, o Banco Central, pela Circular 3.330, de 31.10.2006, estabeleceu que, nas operações de câmbio de exportação, o prazo máximo para liquidação do contrato de câmbio é o último dia útil do 12º mês subsequente ao do embarque da mercadoria ou da prestação de serviços. A contratação prévia foi mantida em 360 dias antes do embarque ou da prestação de serviços.

Ainda com o objetivo de reorganizar e simplificar o mercado de câmbio, o CMN autorizou, pela Resolução 3.426, de 22.12.2006, a constituição e o funcionamento de instituições financeiras especializadas na realização de operações de câmbio direcionadas a clientes pessoas físicas e micro e pequenas empresas, que operem com pequenos valores e com contratos simplificados de exportação e importação. O patrimônio líquido mínimo exigido para instituições de perfil diferenciado foi fixado em R\$7 milhões, enquanto para a constituição de bancos múltiplos que atuem na área de câmbio manteve-se exigência de patrimônio mínimo em R\$24 milhões. A medida buscou incentivar a concorrência entre as instituições ao ampliar as oportunidades de acesso dos agentes ao mercado de câmbio.

Movimento de câmbio

As contratações no mercado de câmbio registraram ampliação acentuada em 2006 e permitiram a compatibilização da aceleração das aquisições de divisas pelo Banco Central com a continuidade da política do TN de aquisição de recursos em mercado para servir sua dívida externa.

O superávit do mercado de câmbio totalizou o recorde de US\$37,3 bilhões em 2006, ante US\$18,8 bilhões em 2005. Os ingressos líquidos no segmento comercial atingiram US\$57,6 bilhões, ante US\$51,8 bilhões em 2005, melhor resultado da série, com aumentos de 17,4% nas exportações e de 21,8% nas importações. A parcela mais representativa da expansão do superávit cambial traduziu o desempenho do segmento financeiro, cujas contratações resultaram em saídas líquidas de US\$20,3 bilhões, inferiores em US\$12,1 bilhões às de 2005, com crescimentos de 62,5% nas compras de moeda estrangeira e de 41,3%, nas vendas.

A elevação dos fluxos direcionados a investimentos diretos e em carteira e a ocorrência de taxas de rolagem do setor privado superiores a 200% constituíram-se nos principais determinantes da redução do déficit nas contratações de câmbio no segmento financeiro. Os expressivos ingressos dirigidos a títulos de renda fixa evidenciaram tanto os incentivos fiscais associados à Lei 11.312 como a elevação da confiança dos investidores internacionais, refletida na forte demanda por ações de companhias brasileiras.

A ampliação do superávit cambial permitiu que o Banco Central elevasse suas compras líquidas de US\$21,5 bilhões, em 2005, para US\$34,3 bilhões em 2006. O excedente do superávit cambial não adquirido pelo Banco Central foi absorvido pelo setor financeiro, conforme evidenciado pela redução da posição de câmbio vendida dos bancos no mercado à vista, de US\$4,1 bilhões, ao final de 2005, para US\$2 bilhões, em dezembro de 2006.

Quadro 5.1 – Movimento de câmbio contratado

US\$ milhões

Período	Operações com clientes no País						Oper. c/ instit. no exterior ^{1/} (líq.) (D)	Saldo global (E) = (C) + (D)	
	Comercial			Financeiro					Saldo (C) =(A)+(B)
	Exporta- ções	Importa- ções	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)			
2003	73 203	44 848	28 355	72 118	98 094	-25 976	2 379	-1 661	718
2004	93 466	56 794	36 672	84 622	109 369	-24 747	11 925	-5 563	6 362
2005									
Jan	7 409	5 410	2 000	6 537	6 757	- 221	1 779	- 440	1 340
Fev	7 963	4 444	3 519	8 691	8 271	420	3 939	4	3 943
Mar	10 264	5 707	4 557	10 018	11 489	-1 470	3 086	- 56	3 030
Abr	8 846	5 339	3 507	8 396	11 372	-2 976	531	0	531
Mai	10 284	6 026	4 258	6 893	11 961	-5 069	- 811	0	- 811
Jun	11 369	6 059	5 310	10 059	14 640	-4 581	728	0	728
Jul	11 274	5 723	5 552	11 432	14 949	-3 518	2 034	0	2 034
Ago	11 122	6 249	4 873	10 387	15 267	-4 880	- 7	0	- 7
Set	9 764	6 741	3 023	9 693	14 015	-4 322	-1 298	0	-1 298
Out	11 926	6 268	5 658	9 265	11 137	-1 872	3 786	0	3 786
Nov	10 429	7 112	3 317	11 853	12 400	- 548	2 769	0	2 769
Dez	12 370	6 172	6 199	17 019	20 445	-3 426	2 773	0	2 773
Ano	123 021	71 248	51 772	120 241	152 703	-32 462	19 310	- 492	18 819
2006									
Jan	9 410	6 261	3 149	13 631	14 831	-1 200	1 949	0	1 949
Fev	10 582	5 647	4 935	16 813	13 998	2 815	7 750	0	7 750
Mar	12 334	6 797	5 537	17 252	14 797	2 456	7 993	0	7 993
Abr	10 116	6 792	3 325	11 128	13 844	-2 715	609	0	609
Mai	14 080	6 750	7 330	17 372	17 199	174	7 504	0	7 504
Jun	11 144	7 568	3 575	16 689	22 940	-6 251	-2 676	0	-2 676
Jul	11 831	7 036	4 795	11 575	13 878	-2 303	2 492	0	2 492
Ago	12 379	8 554	3 824	14 410	16 944	-2 533	1 291	0	1 291
Set	12 522	7 022	5 501	14 516	14 882	- 366	5 134	0	5 134
Out	11 690	8 955	2 735	28 589	28 137	452	3 187	0	3 187
Nov	12 751	7 661	5 090	17 319	16 909	410	5 500	0	5 500
Dez	15 537	7 734	7 802	16 086	27 352	-11 265	-3 463	0	-3 463
Ano	144 376	86 778	57 598	195 382	215 710	-20 328	37 270	0	37 270

1/ Movimentações relacionadas com transferências internacionais em reais.

Balço de pagamentos

O processo estrutural de fortalecimento do balanço de pagamentos brasileiro observado em 2006 foi favorecido pelas medidas destinadas a aumentar a resistência da economia a eventuais choques externos. O estoque de reservas internacionais passou por expressiva elevação e atingiu níveis recordes; a dívida externa pública permaneceu em trajetória de redução e melhoria de perfil; as colocações externas de títulos soberanos contribuíram para a construção de curvas de juros mais completas; prosseguiu de forma consistente a

redução dos prêmios de risco; e permaneceram as perspectivas de melhoria dos ratings atribuídos por agências de risco.

Quadro 5.2 – Balanço de pagamentos

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	19 649	25 054	44 703	19 386	26 688	46 074
Exportações	53 677	64 631	118 308	60 900	76 569	137 470
Importações	34 028	39 577	73 606	41 515	49 881	91 396
Serviços	-3 556	-4 753	-8 309	-4 066	-5 343	-9 408
Receitas	7 513	8 535	16 047	9 134	10 304	19 438
Despesas	11 069	13 287	24 356	13 199	15 647	28 847
Rendas	-12 528	-13 440	-25 967	-14 563	-12 881	-27 444
Receitas	1 609	1 586	3 194	3 644	2 839	6 483
Despesas	14 136	15 025	29 162	18 208	15 720	33 927
Transferências unilat. correntes	1 683	1 874	3 558	2 036	2 270	4 306
Receitas	1 893	2 157	4 051	2 279	2 568	4 847
Despesas	- 210	- 283	- 493	- 243	- 298	- 541
Transações correntes	5 249	8 736	13 985	2 793	10 735	13 528
Conta capital e financeira	4 367	-13 831	-9 464	5 782	11 495	17 277
Conta capital ^{1/}	399	264	663	430	439	869
Conta financeira	3 968	-14 095	-10 127	5 353	11 055	16 408
Investimento direto (líquido)	6 732	5 817	12 550	2 883	-11 352	-8 469
No exterior	-1 782	- 735	-2 517	-4 502	-22 749	-27 251
Participação no capital	-1 847	- 847	-2 695	-4 525	-17 937	-22 462
Empréstimos intercompanhias	66	112	178	23	-4 812	-4 789
No país	8 514	6 552	15 066	7 385	11 397	18 782
Participação no capital	6 050	8 995	15 045	5 376	9 998	15 373
Empréstimos intercompanhias	2 464	-2 442	21	2 010	1 399	3 409
Investimentos em carteira	4 501	383	4 885	- 719	9 341	8 622
Ativos	-1 044	- 727	-1 771	1 034	-1 463	- 429
Ações	- 708	- 123	- 831	- 387	-1 480	-1 867
Títulos de renda fixa	- 336	- 604	- 940	1 421	17	1 438
Passivos	5 545	1 111	6 655	-1 753	10 804	9 051
Ações	2 510	3 941	6 451	4 141	3 575	7 716
Títulos de renda fixa	3 034	-2 830	204	-5 894	7 229	1 335
Derivativos	190	- 229	- 40	219	165	383
Ativos	363	145	508	270	212	482
Passivos	- 173	- 375	- 548	- 52	- 47	- 99
Outros investimentos ^{2/}	-7 455	-20 066	-27 521	2 970	12 902	15 872
Ativos	503	-5 538	-5 035	-3 039	- 126	-3 165
Passivos	-7 958	-14 528	-22 486	6 009	13 028	19 036
Erros e omissões	16	- 217	- 201	- 416	180	- 236
Resultado do balanço	9 632	-5 312	4 319	8 160	22 409	30 569
Memo:						
Transações correntes/PIB	1,21	1,94	1,58	0,54	1,96	1,27
Amort. médio e longo prazos ^{3/}	16 896	16 365	33 261	12 146	20 807	32 953

1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

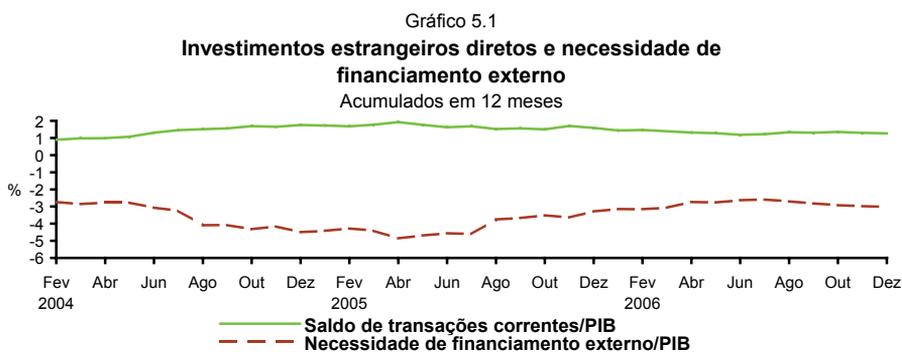
3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior. Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

A evolução dos indicadores de sustentabilidade, influenciada tanto pela elevação das exportações quanto pela expansão de ativos externos em poder da Autoridade Monetária, refletiu o quadro favorável das contas externas brasileiras, o que reforçou a evolução positiva dos níveis do risco-Brasil. O desempenho do comércio exterior brasileiro seguiu como o principal determinante dos resultados positivos das contas-correntes, com destaque para a ampliação do saldo comercial em contexto de elevação das importações, consistente com o processo de retomada do nível da atividade interna.

O aumento nos ingressos líquidos de divisas no País registrado em 2006, em relação ao ano anterior, refletiu resultados positivos tanto da balança comercial cambial, como dos fluxos do mercado à vista de câmbio relativos às contas financeiras, destinados aos investimentos diretos e em carteira.

O superávit do balanço de pagamentos totalizou US\$30,6 bilhões em 2006, sexto resultado anual positivo em seqüência e maior valor já registrado. O excedente de financiamento externo, definido como o somatório do superávit em transações correntes e dos fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos, atingiu US\$32,3 bilhões no ano, 3,03% do PIB, ante US\$29,1 bilhões no ano anterior, quando representou 3,29% do PIB.

O resultado em conta-corrente do balanço de pagamentos foi superavitário pelo quarto ano consecutivo e acumulou, em 2006, saldo positivo de US\$13,5 bilhões, equivalente a 1,27% do PIB. A ampliação das remessas líquidas nas contas de serviços e rendas, de US\$34,3 bilhões, em 2005, para US\$36,9 bilhões, foi compensada pelos resultados comerciais e das transferências unilaterais. As contas capital e financeira foram positivas em US\$17,3 bilhões em 2006.



Obs.: Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro líquido

Balança comercial

A balança comercial apresentou superávit pelo sexto ano consecutivo em 2006. O resultado positivo totalizou US\$46,1 bilhões, 3,1% superior ao de 2005, quarto recorde anual registrado em seqüência. As exportações alcançaram US\$137,5 bilhões, 16,2% a mais do que em 2005, e completaram sete anos de seguidos recordes, enquanto as importações somaram US\$91,4 bilhões, com elevação anual de 24,2%, quatro anos de crescimento e terceiro recorde anual consecutivo. A corrente de comércio elevou-se 19,3% no ano e atingiu US\$228,9 bilhões, o maior nível já observado.

Quadro 5.3 – Balança comercial – FOB

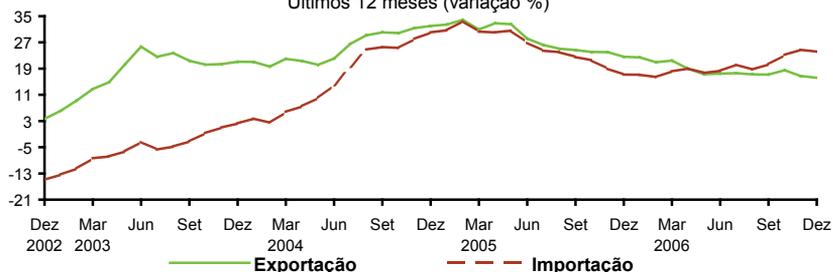
US\$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Fluxo de comércio
2005	118 308	73 606	44 703	191 914
2006	137 470	91 396	46 074	228 865
Varição %	16,2	24,2	3,1	19,3

Fonte: MDIC/Secex

A taxa de crescimento das exportações acumuladas em doze meses manteve, em 2006, a tendência declinante iniciada em fevereiro de 2005, quando atingiu 33,9%. Em sentido inverso e consistente com o ambiente macroeconômico benigno representado pelos aumentos na produção industrial, no emprego e na renda, a taxa de crescimento das importações acumuladas em doze meses seguiu em trajetória expansionista, passou de 16,2%, em fevereiro de 2006, para o máximo de 24,8% em novembro de 2006 e encerrou o ano em 24,2%.

Gráfico 5.2
Exportação e importação – FOB
Últimos 12 meses (variação %)^{1/}

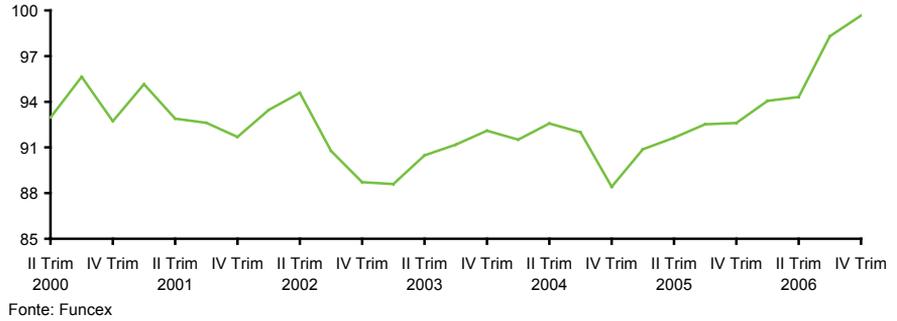


Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

A significativa melhora dos termos de troca ao longo de 2005 e, principalmente, em 2006, pode ser apontada como fator importante para a obtenção de superávits comerciais crescentes. O índice de termos de troca apresentou ampliação contínua desde o quarto trimestre de 2004 e atingiu, ao final de 2006, seu maior valor desde outubro de 1997.

Gráfico 5.3
Índice de termos de troca
1996 = 100



A exemplo do registrado em 2005, o aumento de 12,5% nos índices de preços foi fator preponderante para o crescimento das exportações brasileiras em 2006. O índice de *quantum* cresceu 3,3%, comparativamente a 9,3% em 2005.

Considerando as exportações por fatores agregados, registraram-se aumentos mais significativos nos índices de preços das categorias de bens semimanufaturados, 18,1%, e manufaturados, 12,3%. O índice relativo a produtos básicos, que em 2005 apresentara a elevação mais representativa, cresceu 9,4%, e refletiu aumentos de preços nos itens petróleo, minérios de ferro, carne de bovino e minérios de cobre, e recuos nos relativos a soja e carne de frango.

Quadro 5.4 – Índices de preço e *quantum* de exportação

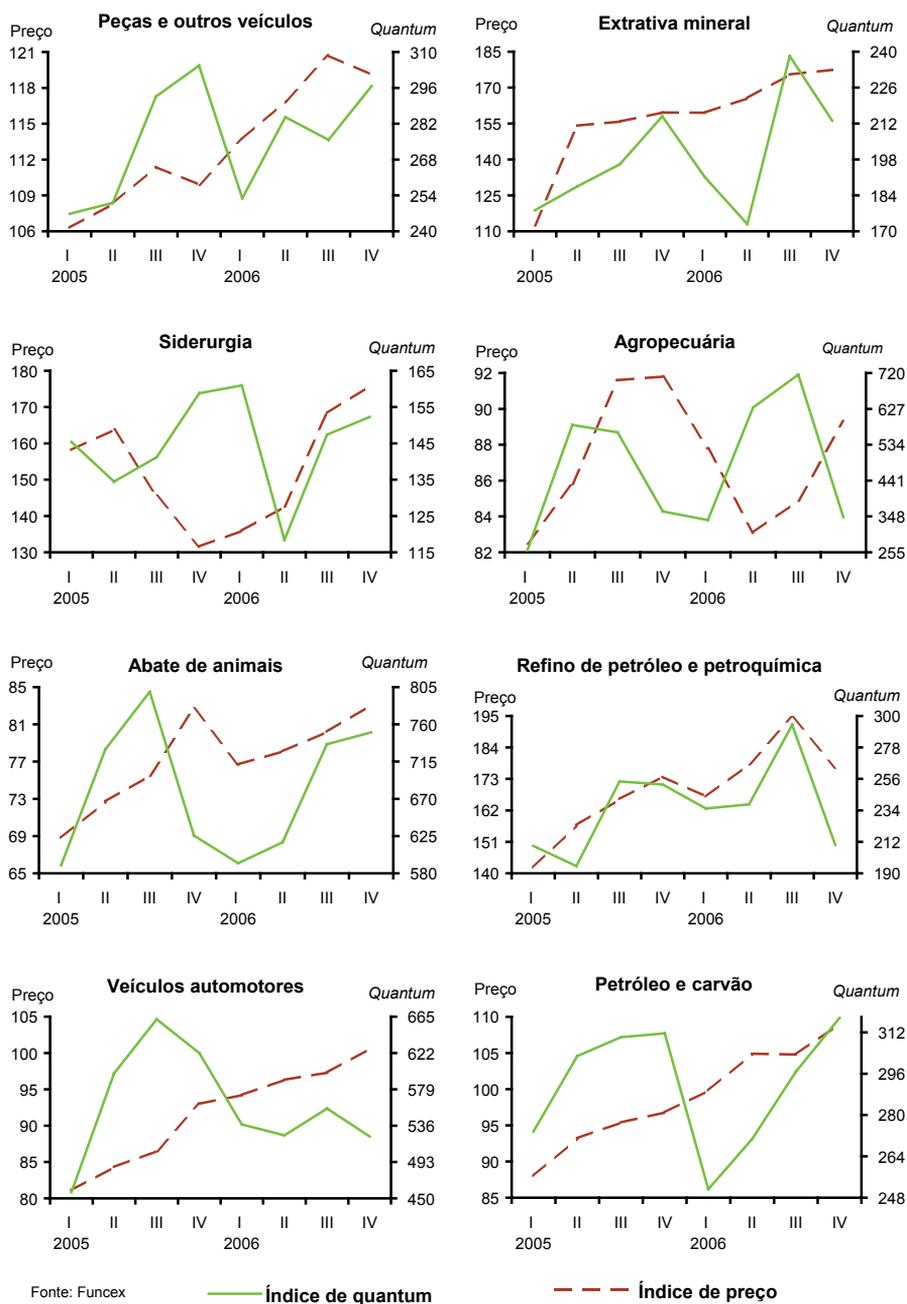
Variação % sobre o ano anterior

Discriminação	2005		2006	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	12,2	9,3	12,5	3,3
Básicos	14,2	6,6	9,4	6,0
Semimanufaturados	11,8	6,3	18,1	3,5
Manufaturados	10,9	11,0	12,3	2,1

Fonte: Funcex

Em relação aos produtos semimanufaturados, ocorreram elevações substanciais nos preços dos principais itens da pauta, com ênfase para açúcar em bruto e *commodities* metálicas, em especial alumínio em bruto, catodos de cobre e zinco. Apenas os preços de manteiga, gordura e óleo de cacau recuaram em 2006. A evolução dos preços dos itens manufaturados também refletiu crescimentos na maioria dos principais produtos, com destaque para açúcar refinado, álcool etílico, aparelhos transmissores e receptores e automóveis de passageiros.

Gráfico 5.4
Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras
 1996 = 100



O índice de *quantum* relativo a produtos básicos aumentou 6% em 2006, ante 6,6% em 2005, enquanto nas categorias de bens semimanufaturados e de bens manufaturados, as taxas de crescimento recuaram de 6,3% para 3,5% e de 11% para 2,1%, respectivamente.

Dentre os produtos básicos, assinalam-se as elevações na quantidade exportada de petróleo, milho, minério de ferro e soja em grão, e as reduções em farelo de soja, carne de frango e carne de suíno. O desempenho da quantidade exportada de bens semimanufaturados refletiu crescimentos nas vendas de couros e peles, açúcar em bruto, celulose e catodos de cobre, e reduções nas relativas a óleo de soja, ferro fundido e ferro *spiegel* e madeira serrada. Dentre os produtos manufaturados, destacaram-se os aumentos das exportações de itens não tradicionais na pauta, como álcool etílico e óxidos e hidróxidos de alumínio, em conjunto com óleos combustíveis e laminados planos. Em sentido inverso, reduziram-se as quantidades exportadas de aparelhos transmissores e receptores, automóveis de passageiros e açúcar refinado.

Entre os oito principais setores de exportação, apenas na agropecuária registrou-se declínio nos preços relativamente a 2005. A maior elevação, de 16,5%, ocorreu no setor de extração de mineral, evidência do aumento nos preços do minério de ferro, principal item da pauta em 2006. Nos setores de refino de petróleo e petroquímica, veículos automotores e de petróleo e carvão, registraram-se elevações superiores a 12%, seguindo-se autopeças, 7,9%; abate de animais, 6,1%; e siderurgia, 3,9%.

Do ponto de vista das quantidades exportadas, o setor de agropecuária apresentou a maior variação de *quantum*, 14,6%, seguindo-se refino de petróleo e petroquímica, 7,3%; extrativa mineral, 5%; e peças e outros veículos, 1,3%. Registraram-se redução no *quantum* exportado nos setores veículos automotores, 8,5%; petróleo e carvão, 5,1%; e abate de animais, 1,8%; e estabilidade na siderurgia.

Quadro 5.5 – Índices de preço e *quantum* de importação

Variação % sobre o ano anterior

Discriminação	2005		2006	
	Preço	<i>Quantum</i>	Preço	<i>Quantum</i>
Total	11,1	5,4	7,0	16,1
Bens de capital	6,2	21,4	0,8	24,0
Bens intermediários	7,3	6,0	3,5	15,7
Bens de consumo duráveis	2,0	35,7	5,3	73,5
Bens de consumo não duráveis	9,2	9,5	13,1	14,0
Combustíveis e lubrificantes	35,3	-12,6	24,6	4,6

Fonte: Funcex

Ao contrário do observado nas exportações, a quantidade importada exerceu papel preponderante para o crescimento das compras externas em 2006, com elevação de 16,1%, ante aumento de 7% nos preços. Esse desempenho foi uniforme em todas as categorias de uso final, com exceção de combustíveis e lubrificantes, na qual o aumento de 24,6% nos preços esteve associado à trajetória crescente das cotações do petróleo em 2006. O *quantum* importado de combustíveis e lubrificantes elevou-se em 4,6% no ano.

A quantidade importada de bens de consumo duráveis aumentou 73,5% em 2006 e apresentou, como no ano anterior, o maior crescimento entre as categorias de uso final. Esse resultado esteve associado às elevações nas importações de automóveis de passageiros, 116%, e de máquinas e aparelhos de uso doméstico, 47%, movimentos consistentes com o cenário de apreciação da taxa de câmbio e de ganhos de renda real. Os preços dessa categoria de uso elevaram-se 5,3%, influenciados, especialmente, pela evolução dos preços de automóveis de passageiros.

O *quantum* importado de bens de capital aumentou 24% em 2006, ante expansão de 0,8% nos preços, com destaque para as compras de maquinaria industrial e máquinas e aparelhos de escritório e de serviço científico, itens favorecidos por incentivos tributários.

A quantidade importada de matérias-primas e produtos intermediários cresceu 15,7%, ante 6% em 2005, enquanto seus preços elevaram-se 3,5%, comparativamente a 7,3% no ano anterior. Assinalem-se os aumentos nas quantidades importadas de produtos minerais, partes e peças, produtos agropecuários não alimentícios e produtos alimentícios, enquanto, por outro lado, apenas as compras de acessórios de equipamento de transporte recuaram no ano. Nessa categoria, apenas os preços de partes e peças e outras matérias-primas para agricultura recuaram em 2006.

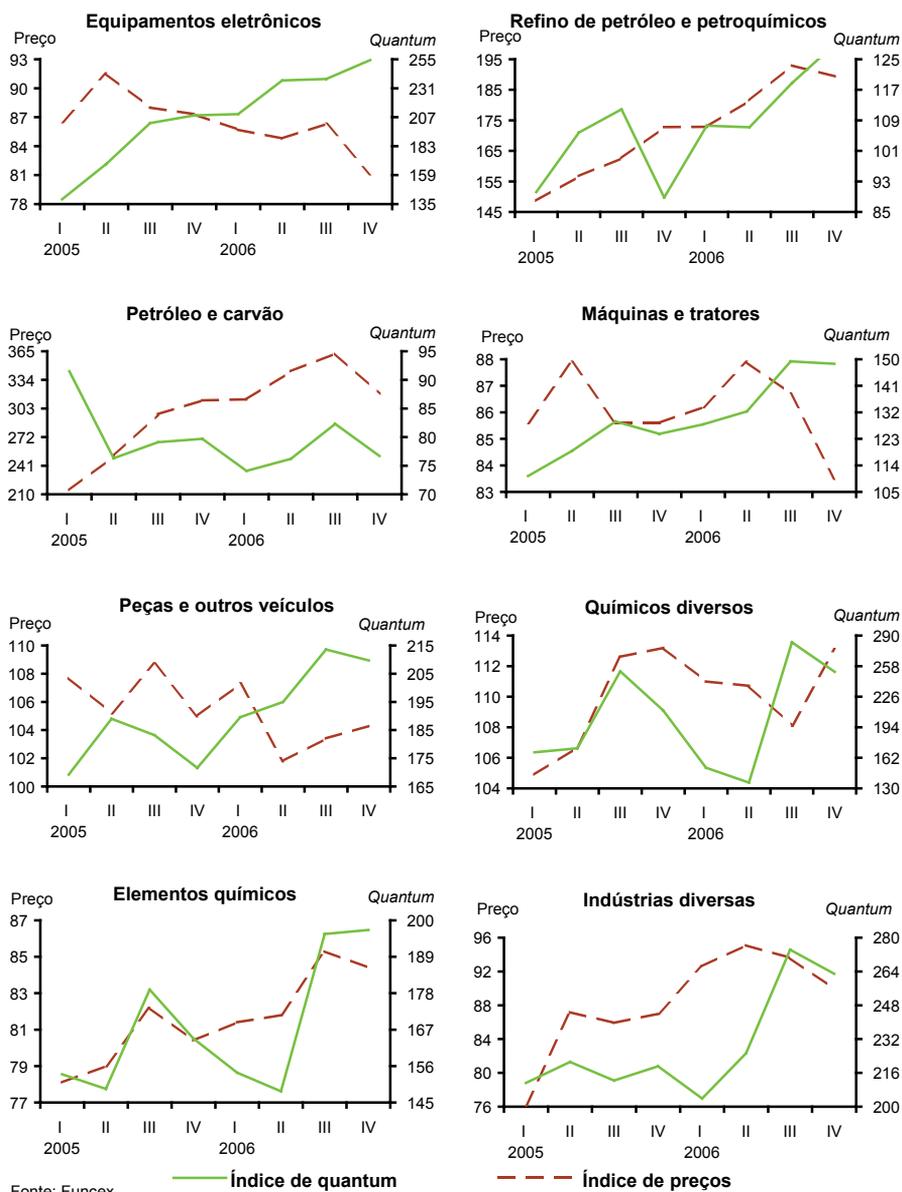
Os preços de importação relativos a bens de consumo não duráveis cresceram 13,1% em 2006, e sua quantidade importada, 14%. A variação dos preços foi mais significativa nos itens farmacêuticos e alimentícios, os dois principais da categoria, enquanto o aumento na quantidade importada mostrou-se mais relevante em vestuários e outras confecções têxteis e em bebidas e tabacos.

Considerando os principais setores industriais de origem dos produtos importados, os maiores crescimentos nos preços, em 2006, ocorreram em petróleo e carvão, 24,5%, e no refino de petróleo e produtos petroquímicos, 15%, influenciados pelo crescimento dos preços do petróleo, principal insumo nesses setores. Adicionalmente, os preços aumentaram 4,1% e 1,3%, respectivamente, nos setores elementos químicos e químicos diversos, e apresentaram reduções mais acentuadas nos setores indústrias diversas, 11,3%, e equipamentos eletrônicos, 4,4%.

Com relação à evolução do *quantum* importado nos oito principais setores das importações, apenas o volume de petróleo e carvão decresceu em 2006, 5,3%. Os crescimentos mais representativos ocorreram nas quantidades importadas nos setores indústrias diversas, 38,9%; equipamentos eletrônicos, 31%; refino de petróleo e petroquímica, 16,6%; e máquinas e tratores, 15,6%.

Gráfico 5.5
Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras

1996 = 100



O crescimento das exportações por fator agregado revelou sensível redução tanto nas vendas externas dos produtos básicos, cuja expansão passou de 21,8%, em 2005, para 16%, em 2006, quanto nas relativas a bens manufaturados, de 23% para 14,7%. As exportações de semimanufaturados, após registrarem aumento de 18,8% em 2005, elevaram-se 22,3%, em 2006, taxa semelhante às assinaladas em 2003 e 2004.

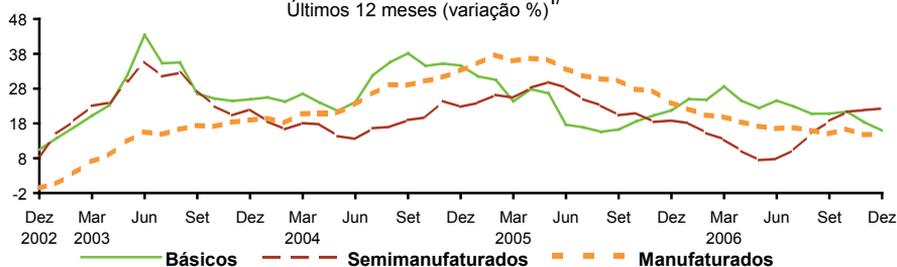
Quadro 5.6 – Exportação por fator agregado – FOB

US\$ milhões

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006
Total	60 362	73 084	96 475	118 308	137 470
Produtos básicos	16 952	21 179	28 518	34 722	40 273
Produtos industrializados	41 965	50 597	66 379	81 105	94 216
Semimanufaturados	8 965	10 944	13 431	15 961	19 520
Manufaturados	33 000	39 653	52 948	65 144	74 696
Operações especiais	1 446	1 308	1 579	2 482	2 981

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.6
Exportação por fator agregado – FOB
Últimos 12 meses (variação %) ^{1/}



Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

As exportações de produtos básicos, que somaram US\$40,3 bilhões em 2006, com média diária de US\$161,7 milhões, elevação de 16,9% em relação a 2005, concentraram-se em cinco principais produtos – minérios de ferro, petróleo, soja, carne de bovino e café, que responderam por 68,5% das vendas classificadas nessa categoria. Esses produtos, exceto soja, cujos preços recuaram 4,8% no ano, apresentaram expansão tanto do índice de preços quanto da quantidade exportada.

Os países da UE adquiriram 32,6% das exportações brasileiras de produtos básicos, o que totalizou média diária de US\$52,7 bilhões, com aumento anual de 5,4%. Esse total representou 43,3% das aquisições de básicos pelo bloco em 2006. Os principais itens adquiridos pela UE foram minérios de ferro, soja, café, farelo de soja, e petróleo. Assinale-se que a média diária das exportações de petróleo a esses países cresceu 51,9%, e as de milho, que se tornou o décimo terceiro produto básico mais importante da pauta para a UE, mais de 1.000%.

Os principais importadores de produtos básicos nesse bloco foram Países Baixos, com 19,7% do total; Alemanha, 19,4%; Itália, 12%; França, 10,7% e Espanha, 9%. A média diária das exportações destinadas a Portugal elevou-se 66,2% no ano e fez com que este país fosse o sétimo maior comprador dos produtos básicos destinados ao bloco, logo atrás do Reino Unido, com 7,3%.

Quadro 5.7 – Exportação – FOB – Principais produtos básicos

Variação % de 2006 sobre 2005 – média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Minérios de ferro e seus concentrados	23,6	13,4	9,1	22,2
Óleos brutos de petróleo	66,9	23,5	35,2	17,1
Soja mesmo triturada	6,8	- 4,8	12,1	14,1
Carne de bovino	30,6	14,8	13,8	7,8
Café cru em grãos	17,3	6,6	10,0	7,3
Carne e miúdos de frango	- 11,4	- 6,1	- 5,6	7,3
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	- 14,9	- 1,3	- 13,8	6,0
Fumo em folhas e desperdícios	2,8	11,1	- 7,4	4,2
Carne de suíno	- 11,1	5,5	- 15,8	2,5
Minérios de cobre e seus concentrados	72,6	82,4	- 5,4	1,3
Milho em grãos	301,9	8,3	271,0	1,2
Algodão em bruto	- 24,2	- 3,4	- 21,5	0,8
Caulim e outras argilas caulínicas	20,6	3,1	17,0	0,7
Mármore e granitos	28,9	3,5	24,5	0,5
Minérios de alumínio e seus concentrados	- 14,6	19,9	- 28,7	0,5
Castanha de caju	1,0	- 3,0	4,1	0,5
Camarão congelado	- 18,7	7,1	- 24,1	0,4
Tripas e buchos de animais	9,8	14,2	- 3,9	0,3
Uvas frescas	11,3	- 9,2	22,5	0,3
Carne e miúdos de peru	- 32,8	- 5,7	- 28,8	0,3
Demais produtos básicos	13,6	-	-	4,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos básicos.

As médias diárias das vendas de produtos básicos aos países da Ásia somaram US\$49 milhões em 2006, com elevação de 25,2% em relação ao ano anterior. Esse total representou 30,3% das exportações da categoria e 58,7% das vendas externas brasileiras a esses países, principalmente em minérios de ferro, soja, petróleo, carne de frango, e farelo de soja. A exemplo do observado no comércio com a UE, as exportações de petróleo e milho apresentaram crescimento acentuado, de 73,9% e 365%, respectivamente.

Os principais destinos na região foram China, que adquiriu 50,9% das exportações brasileiras de básicos; Japão, 17,4%; Coréia do Sul, 9,9%; e Hong Kong, 4,7%. A média diária das exportações de básicos destinadas à Índia, impulsionada pelas vendas de petróleo e de minérios de ferro, cresceu 183% no ano e transformou este país no sétimo principal destino na região.

A média diária das exportações de básicos destinadas aos EUA aumentou 69,3% em 2006, total de US\$14 milhões. Esse total significou 8,8% das exportações brasileiras da categoria e 14,3% do total de produtos brasileiros importados pelos EUA, concentrando-se em petróleo, com crescimento anual de 186%; café, fumo em folhas, e minérios de ferro.

Os países da Aladi constituíram-se no destino de 6,9% das exportações brasileiras de produtos básicos, média diária total de US\$11 milhões, com aumento anual de 54,4%. Desse total, equivalente a 8,9% das exportações brasileiras para a região, 23,4% destinaram-se aos países parceiros do Mercosul, com ênfase para as elevações nas vendas de petróleo, 145%; minérios de ferro, 16,6%; carne de frango, 5,7%; e café, 3%. Os principais países de destino foram Chile, com 42,9% do total adquirido pela região; Argentina, 19,3%; Peru, 13,6%; Venezuela, 8,6%, e México, 5,9%.

As exportações de produtos básicos direcionadas aos demais países atingiram média diária de US\$35 milhões, 3,3% superiores às de 2005. Esse total representou 28,4% das vendas a esses países e 21,4% do total das exportações de básicos, com destaque para o desempenho dos itens carne de bovino, de frango e de suíno, minérios de ferro e petróleo.

As exportações de bens semimanufaturados somaram US\$19,5 bilhões em 2006 e sua média diária, que cresceu 23,3% em relação ao ano anterior, US\$78 milhões. Os principais produtos exportados nessa categoria foram açúcar em bruto, celuloses, produtos semimanufaturados de ferro ou aços, couros e peles, e ferro fundido e ferro *spiegel*. De maneira geral, os preços dos produtos classificados nessa categoria elevaram-se no ano, em especial os de zinco, 113%. A expansão dos índices de *quantum* apresentou maior volatilidade, com elevações nas vendas de couros e peles, 25,5%; e de celulose, 13,4%; e recuo nas relativas a produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 2,9%; e ferro fundido e ferro *spiegel*, 11,1%.

A média diária das exportações brasileiras de bens semimanufaturados destinadas à Ásia cresceu 7,6% em 2006, para US\$18 milhões, 23,5% das exportações da categoria e 22,1% do total exportado para a região. Destacaram-se as vendas de couros e peles, celulose, alumínio, açúcar em bruto e de produtos semimanufaturados de ferro ou aços, que, mesmo com recuo de 43,5% no ano, representaram 10,6% do total adquirido pela região. Os principais destinos das exportações da categoria foram China, 27,8% do total destinado à região; Japão, 25,6%; Coreia do Sul, 9,5%; e Malásia, 9,2%; com destaque para o aumento de 90,7% nas vendas para a Malásia.

As exportações de semimanufaturados destinadas aos países da UE aumentaram 41,3% em 2006, média diária total de US\$17 milhões. Esse total significou 22,3% das exportações brasileiras da categoria e 14,3% do total de produtos brasileiros importados pela região, principalmente celulose, couros e peles, alumínio em bruto, produtos semimanufaturados de ferro ou aços, que elevaram-se em 163% no ano, e catodos de cobre, que não haviam sido exportados para a região em 2005. Os principais países de destino foram Países Baixos, 31,7% do total; Itália, 21,8%; e Bélgica-Luxemburgo, 18%.

Quadro 5.8 – Exportação por fator agregado e região – FOB

US\$ milhões – Média diária

Região/produto	2005		2006		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2005	Participação %	
				No total	No bloco
Total	471	552	17,1	100,0	-
Básicos	138	162	16,9	29,3	-
Semimanufaturados	64	78	23,3	14,2	-
Manufaturados	260	300	15,6	54,3	-
Operações especiais	10	12	21,1	2,2	-
Aladi	101	126	24,4	22,8	100,0
Básicos	7	11	54,4	2,0	8,9
Semimanufaturados	4	5	38,3	0,9	4,0
Manufaturados	90	109	21,3	19,7	86,3
Operações especiais	1	1	38,0	0,2	0,7
Mercosul	47	56	19,9	10,1	100,0
Básicos	2	3	19,5	0,5	4,7
Semimanufaturados	1	2	30,8	0,3	3,3
Manufaturados	43	51	19,6	9,3	91,7
Operações especiais	0	0	14,8	0,0	0,3
EUA ^{1/}	91	99	9,4	18,0	100,0
Básicos	8	14	69,3	2,6	14,3
Semimanufaturados	17	17	-0,3	3,1	17,1
Manufaturados	65	67	4,4	12,2	68,0
Operações especiais	1	1	-11,2	0,1	0,5
União Européia	105	122	15,6	22,1	100,0
Básicos	50	53	5,4	9,6	43,3
Semimanufaturados	12	17	41,3	3,2	14,3
Manufaturados	43	52	20,0	9,3	42,3
Operações especiais	0	0	16,1	0,0	0,1
Ásia	74	84	13,0	15,1	100,0
Básicos	39	49	25,2	8,9	58,7
Semimanufaturados	17	18	7,6	3,3	22,1
Manufaturados	17	16	-9,4	2,9	19,0
Operações especiais	0	0	55,5	0,0	0,3
Demais	100	122	21,5	22,0	100,0
Básicos	33	35	3,3	6,3	28,4
Semimanufaturados	13	20	52,5	3,7	16,8
Manufaturados	45	56	25,8	10,2	46,4
Operações especiais	8	10	21,4	1,8	8,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui Porto Rico.

Os EUA foram o destino de 21,6% das exportações de semimanufaturados em 2006, com média diária de US\$17 milhões, 17,1% dos produtos brasileiros adquiridos pelo país, mantendo-se estável em relação ao ano anterior. Destacaram-se as vendas de ferro fundido e ferro *spiegel*, ouro em formas semimanufaturadas, que cresceram 53,8% no ano, produtos semimanufaturados de ferro ou aço e celulose.

Quadro 5.9 – Exportação – FOB – Principais produtos semimanufaturados

Variação % de 2006 sobre 2005 – Média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Açúcar de cana em bruto	66,5	49,4	11,5	20,2
Pastas químicas de madeira	22,9	8,3	13,4	12,7
Produtos semimanufaturados, de ferro/aço	-0,4	2,5	-2,9	11,7
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	35,3	7,8	25,5	9,6
Ferro fundido bruto e ferro <i>spiegel</i>	-8,8	2,5	-11,1	8,4
Alumínio em bruto	47,8	34,1	10,2	7,7
Madeira serrada/fendida longitud. >6mm	-3,4	10,4	-12,4	4,3
Ferro-ligas	18,7	27,0	-6,6	4,3
Óleo de soja em bruto	-18,3	6,3	-23,1	4,2
Ouro em formas semimanuf., uso não monetário	44,7	32,8	8,9	3,4
Ligas de alumínio, em bruto	56,1	30,1	20,0	3,0
Catodos de cobre	234,7	94,9	71,7	1,9
Borracha sintética e borracha artificial	3,7	6,6	-2,7	1,6
Catodos de níquel	26,7	47,5	-14,1	1,1
Zinco em bruto	122,9	112,6	4,8	1,1
Manteiga, gordura e óleo de cacau	-7,2	-1,4	-5,9	0,7
Madeira em estilhas ou em partículas	5,9	18,4	-10,6	0,5
Mates de níquel	33,9	39,5	-4,0	0,5
Madeira laminada	2,3	14,6	-10,7	0,4
Ceras vegetais	10,9	2,3	8,5	0,2
Demais produtos semimanufaturados	11,9	-	-11,0	2,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos semimanufaturados.

A média diária das exportações de semimanufaturados destinadas aos países da Aladi aumentou 38,3% em 2006, com total de US\$5 milhões. Esse total significou 6,5% das exportações brasileiras da categoria e 4% do total de produtos brasileiros importados pelo bloco, principalmente ferro ou aço, ferro fundido e ferro *spiegel*, borracha sintética e borracha artificial, ferro-ligas e açúcar em bruto, que se elevaram 607% no ano. Os países do Mercosul foram responsáveis por 36,1% das exportações à Aladi, com crescimento anual de 30,8%, enquanto os principais países de destino na região foram México, 30,4% do total; Argentina, 29,9%; Colômbia, 10,9%; e Venezuela, 9,3%, com destaque para os significativos aumentos anuais, de 126% e de 164%, respectivamente, nas aquisições destes dois últimos países.

Os países não incluídos nos blocos mencionados foram o destino de 26,1% das exportações de semimanufaturados, com elevação de 52,5% da média diária de US\$20 milhões, em relação ao ano anterior. As vendas dessa categoria representaram 16,8% do total exportado para esse grupo de países, com maior concentração na Rússia, 24,8% do total; no Irã, 12,7%; no Canadá, 10,2%; na Suíça, 10,1%; e no Egito, 6,2%; com destaque para os aumentos nas exportações para estes dois últimos países, de 116% e 126%, respectivamente. Os

principais itens adquiridos por esse grupo de países foram açúcar em bruto, 63,8% do total, com crescimento anual de 84%; óleo de soja em bruto, produtos semimanufaturados de ferro ou aço, e alumínio em bruto.

Quadro 5.10 – Exportação – FOB – Principais produtos manufaturados

Variação % de 2006 sobre 2005 – Média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Automóveis de passageiros	5,4	12,7	-6,5	6,2
Aviões	3,1	-7,9	12,0	4,3
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	20,9	18,1	2,4	4,0
Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	6,9	29,3	-17,3	3,9
Motores para veículos automóveis e suas partes	21,6	10,8	9,7	3,7
Produtos laminados planos de ferro ou aço	15,0	-0,8	15,9	3,6
Óleos combustíveis (óleo diesel, <i>fuel-oil</i> etc.)	44,4	17,9	22,4	3,0
Açúcar refinado	46,4	57,3	-6,9	3,0
Calçados, suas partes e componentes	-0,3	7,5	-7,2	2,6
Veículos de carga	12,0	13,1	-0,9	2,5
Álcool etílico	111,3	59,6	32,4	2,1
Máquinas e aparelhos p/terraplanagem, perfuração etc.	17,6	-1,1	19,0	1,9
Polímeros de etileno, propileno e estireno	37,5	11,5	23,3	1,8
Bombas, compressores, ventiladores, etc. e suas partes	13,5	-3,7	17,9	1,8
Motores, geradores e transformadores elétr. e suas partes	48,1	14,0	30,0	1,8
Tratores	0,8	10,4	-8,7	1,7
Gasolina	13,4	18,7	-4,5	1,6
Óxidos e hidróxidos de alumínio	94,0	33,1	45,7	1,5
Suco de laranja congelado	32,1	42,7	-7,4	1,4
Chassis com motor e carroçarias p/veículos automóveis	11,2	16,3	-4,4	1,4
Pneumáticos	23,6	13,3	9,1	1,4
Fio-máquina e barras de ferro ou aço	-7,6	12,4	-17,7	1,3
Móveis e suas partes, exceto médico-cirúrgicos	-3,6	5,6	-8,7	1,3
Papel e cartão, para escrita, impressão ou fins gráficos	4,6	11,7	-6,4	1,0
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios	35,7	19,8	13,3	0,9
Obras de mármore e granito	36,5	12,3	21,5	0,9
Hidrocarbonetos e seus derivados halogenados etc.	12,8	14,5	-1,5	0,9
Carne bovina em preparações e conservas	25,7	9,6	14,6	0,9
Madeira compensada ou contraplacada e semelhantes	-16,5	6,1	-21,3	0,9
Rolamentos e engrenagens, partes e peças	8,1	14,2	-5,3	0,8
Demais produtos manufaturados	12,2	-	3,4	35,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos manufaturados.

As exportações de produtos manufaturados somaram US\$74,7 bilhões em 2006, com a média diária de US\$300 milhões elevando-se 15,6% em relação a 2005, o menor crescimento entre as categorias de fator agregado. Entre os dez principais itens da

categoria que, ao representarem 36,8% do total evidenciaram a elevada diversificação da pauta, apenas o valor das vendas de calçados recuou no ano, 0,3%. Considerando variações de preços, registraram-se perdas nos itens aviões, 7,9%, e laminados planos, 0,8%, enquanto reduziram-se as quantidades exportadas de automóveis de passageiros, 6,5%; aparelhos transmissores ou receptores, 17,3%; açúcar refinado, 6,9%; e calçados, 7,2%. As exportações de automóveis de passageiros representaram 6,2% das vendas da categoria; seguidas de aviões, 4,3%; autopeças, 4%; aparelhos transmissores e receptores, 3,9%; motores de automóveis, 3,7%; laminados planos, 3,6%; e óleos combustíveis, 3%. Ressaltem-se os crescimentos do valor exportado de álcool etílico, 111%; açúcar refinado, 46,4%; e óleos combustíveis, 44,4%.

Os países da Aladi foram o principal destino das exportações brasileiras de manufaturados. A média diária de US\$109 milhões aumentou 21,3% em relação a 2005, o que significa 86,3% do total exportado para o bloco e 36,3% do total de produtos manufaturados exportados em 2006, com maior concentração em automóveis de passageiros, aparelhos transmissores e receptores, autopeças, e veículos de carga. As vendas aos países do Mercosul, que cresceram 19,6% no ano, representaram 47,2% do total adquirido pelo bloco, enquanto, considerados países isoladamente, as vendas à Argentina foram responsáveis por 39,7% do total à região, seguindo-se as direcionadas ao México, 14,4%; à Venezuela, 11,5%; e ao Chile, 9,7%.

A média diária das vendas de produtos manufaturados aos EUA atingiu US\$67 milhões em 2006, com crescimento anual de 4,4%. Esse valor representou 68% do total exportado aos EUA e 22,5% das exportações brasileiras da categoria, com destaque para os itens aviões, motores de automóveis, álcool etílico, calçados, e autopeças. As exportações de álcool etílico aos EUA cresceram mais de 1.000% no ano e representaram 55% das vendas desse produto, evidência da sua crescente importância no cenário mundial como combustível alternativo ou consorciado aos derivados de petróleo.

As exportações de produtos manufaturados para a UE somaram US\$52 milhões diários, com crescimento anual de 20%. Esse total representou 42,3% das vendas brasileiras ao bloco e 17,2% da destinação final das exportações de bens manufaturados do País, direcionado, especialmente, para Alemanha, 21,6%; Países Baixos, 13,8%; Reino Unido, 13,4%; Bélgica-Luxemburgo, 10,3%; e Itália, 10,2%. Os principais produtos manufaturados exportados para o bloco foram motores de automóveis, laminados planos, aviões, automóveis de passageiros e suco de laranja. As exportações de óleo de soja refinado para a UE expandiram-se 529% no ano e passaram a representar 2,6% das vendas de manufaturados brasileiros àquele bloco.

A média diária das vendas de produtos manufaturados à Ásia alcançou US\$16 milhões, com redução anual de 9,4%. Esse total, que representou 5,3% do valor das manufaturas exportadas em 2006, concentrou-se em óleos combustíveis, açúcar refinado, laminados planos e suco de laranja, ressaltando-se que, diferentemente das demais regiões, as exportações de álcool etílico para a Ásia reduziram-se 50,9% em 2006. Os principais

países de destino na região foram China, 22,2% do total; Cingapura, 17,7%; Japão, 14,8%; Índia, 9,6%; e Coréia do Sul, 8,1%.

As exportações de manufaturados direcionadas aos demais países totalizaram média diária de US\$56 milhões, com crescimento de 25,8% em relação a 2005. Esse valor representou 46,4% do total exportado para esse grupo de países e 18,8% do total das exportações de produtos manufaturados, com ênfase para as vendas destinadas ao Canadá, 11,1% do total; à África do Sul, 8,2%; à Nigéria, 7,5%; às Bahamas, 5,4%; e à Angola, 5,4%. Os principais produtos manufaturados adquiridos por esses países foram açúcar refinado, aviões, gasolina, óxidos e hidróxidos de alumínio e óleos combustíveis.

Quadro 5.11 – Exportação por intensidade tecnológica – FOB

US\$ milhões – Média diária

Discriminação	2005	2006		
		Valor	Var.%	Part.%
Total	471	552	17,1	100,0
Produtos industriais	366	421	14,9	76,2
Alta tecnologia	35	38	7,8	6,8
Aeronáutica e aeroespacial	15	15	1,9	2,7
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	13	14	8,3	2,6
Outros	7	8	19,4	1,5
Média-alta tecnologia	115	130	13,0	23,6
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	51	57	11,4	10,3
Máquinas e equipamentos mecânicos não elétrico	30	33	10,0	6,0
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	24	27	14,5	4,9
Outros	10	13	26,4	2,3
Indústria de média-baixa tecnologia	83	100	20,8	18,1
Produtos metálicos	56	68	20,9	12,3
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	12	15	27,9	2,7
Outros	15	17	14,9	3,1
Indústria de baixa tecnologia	133	153	14,8	27,7
Alimentos, bebidas e tabaco	82	96	17,9	17,5
Madeira e seus produtos, papel e celulose	26	29	12,1	5,3
Têxteis, couro e calçados	20	22	9,6	4,0
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	5	5	0,5	1,0

Fonte: MDIC/Secex. Elaboração: Depec/Dibap

As exportações de produtos industriais atingiram US\$105 bilhões em 2006, com elevação da média diária de US\$421 milhões, 14,9% em relação ao ano anterior. Desagregados segundo a complexidade tecnológica, os produtos classificados como de baixa tecnologia representaram 27,7% do total das vendas externas brasileiras, com média diária de US\$153 milhões. As médias diárias das exportações de produtos considerados de média-alta, média-baixa e alta tecnologias somaram US\$130 milhões,

US\$100 milhões e US\$38 milhões, respectivamente, equivalentes a 23,6%, 18,1% e 6,8% do total das exportações brasileiras.

O maior dinamismo nas exportações de produtos industriais ocorreu no segmento de média-baixa tecnologia e evidenciou o desempenho dos setores derivados de petróleo, sobretudo óleos combustíveis, e, mais recentemente, álcool etílico. Adicionalmente, as exportações de produtos metálicos seguiram em expansão acentuada, impulsionadas pela manutenção da conjuntura internacional favorável. As vendas da indústria de alta tecnologia, a mais dinâmica no mercado internacional, apresentaram a menor taxa de crescimento no ano, reflexo da lenta recuperação da indústria aeronáutica e do desempenho modesto da indústria de equipamentos de comunicação, que em anos anteriores apresentara dinamismo acentuado.

Quadro 5.12 – Importação – FOB

US\$ milhões

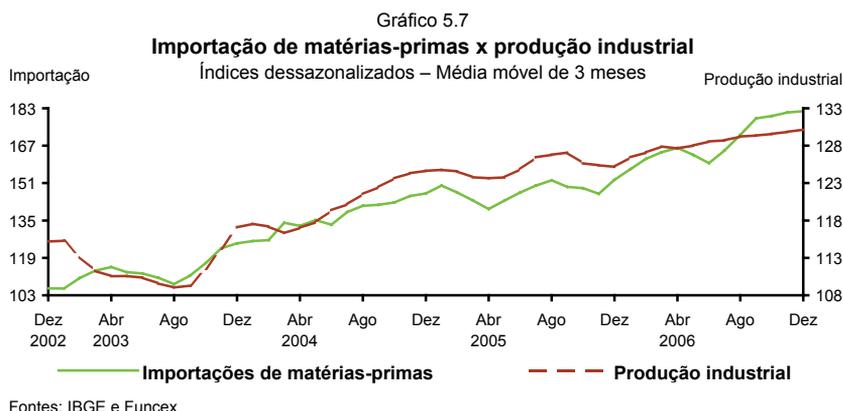
Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006
Total	47 237	48 305	62 813	73 606	91 396
Bens de capital	11 643	10 351	12 133	15 387	18 912
Matérias-primas e produtos intermediários	23 446	25 825	33 503	37 804	45 286
Bens de consumo	5 908	5 538	6 861	8 484	11 996
Duráveis	2 508	2 417	3 188	3 928	6 078
Não duráveis	3 400	3 121	3 673	4 556	5 919
Combustíveis e lubrificantes	6 240	6 591	10 315	11 931	15 201

Fonte: MDIC/Secex

As importações apresentaram, pelo terceiro ano consecutivo, crescimento em todas as categorias de uso final, assinalando-se que apenas as compras de bens de capital cresceram a taxa inferior do que a observada em 2005. A evolução das compras tanto de matérias-primas e produtos intermediários, que representaram cerca de metade das importações realizadas em 2006, quanto de bens de capital evidenciou a trajetória de crescimento da produção da indústria de transformação. Adicionalmente, as importações de bens de consumo não duráveis e de duráveis, impulsionadas pelo câmbio mais apreciado, apresentaram o maior dinamismo no ano. Assinale-se que o desempenho das compras de bens de capital, de matérias-primas e produtos intermediários e de bens de consumo duráveis esteve associado, principalmente, a elevações no *quantum*, enquanto a variação nos preços mostrou-se determinante para o acréscimo das importações de combustíveis e lubrificantes.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários registraram média diária de US\$182 milhões, com crescimento anual de 20,8%, e passaram a representar 49,5% do total das importações, ante 51,4% em 2005. Destacaram-se as compras de produtos químicos e farmacêuticos, 27% do total; minerais, 20,4%; intermediários – partes e

peças, 17,3%; e acessórios de equipamentos de transporte, 13,9%. As importações dos principais grupos de produtos dessa categoria apresentaram ampliação no valor, em geral associada à maior aceleração nos índices de *quantum* do que nos de preços.



As importações de matérias-primas e produtos intermediários originadas da UE alcançaram média diária de US\$44 milhões, equivalente a 24,4% das importações dessa categoria e a 54,9% do total importado do bloco. Esse valor representou crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior, com destaque para as importações de autopeças, motores para automóveis, compostos heterocíclicos, rolamentos e engrenagens e partes e peças para aviões. Os principais países fornecedores foram Alemanha, 30,7% do total das compras originárias do bloco; França, 16,3%; e Itália, 10,6%.

A média diária das compras provenientes da Ásia, segundo principal bloco de origem das importações de matérias-primas e produtos intermediários, atingiu US\$43 milhões, 23,4% do total da categoria. Com crescimento de 32,6% relativamente a 2005, essas importações representaram 46,3% do total adquirido dos países da região e 11,6% do total das compras externas brasileiras em 2006. Os principais produtos dessa categoria importados da Ásia foram circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, partes e acessórios de computadores, fios de fibras têxteis sintéticas ou artificiais, autopeças, e partes de aparelhos transmissores e receptores. Os principais fornecedores de matérias-primas e produtos intermediários na região foram China, 28,1% do total; Japão, 19%; Coréia do Sul, 14,5%; e Taiwan, 8,7%.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários originárias da Aladi somaram US\$40 milhões diários, com crescimento anual de 35,7%. Esse total representou 61,2% das compras brasileiras ao bloco e 22,1% do total das importações de produtos classificados nessa categoria, com origem, especialmente, na Argentina, 47,8% do total; e no Chile, 26,5%. Destacaram-se as importações de catodos de cobre, minérios de cobre, trigo e naftas.

Quadro 5.13 – Importações – FOB – Principais produtos

Variação % de 2006 sobre 2005 – Média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação ^{3/}
Bens de capital				100,0
Maquinaria industrial	25,9	-3,5	30,5	28,1
Máq. e aparelhos de escritório, serviço científico	28,3	-6,1	36,6	22,8
Partes e peças para bens de capital para indústria	15,9	1,3	14,4	10,6
Equipamento móvel de transporte	46,0	16,3	25,6	7,4
Acessórios de maquinaria industrial	9,5	-2,4	12,2	7,1
Ferramentas	30,0	0,7	29,0	1,7
Demais bens de capital	19,8	-70,1	300,4	22,3
Matérias-primas e produtos intermediários				100,0
Produtos químicos e farmacêuticos	15,3	9,9	4,9	27,0
Produtos minerais	46,4	11,0	31,9	20,4
Produtos intermediários – Partes e peças	17,6	-6,1	25,3	17,3
Acessórios de equipamento de transporte	7,2	9,3	-1,9	13,9
Produtos agropecuários não alimentícios	36,2	11,7	22,0	7,0
Outras matérias-primas para agricultura	1,4	-7,2	9,3	6,7
Produtos alimentícios	31,3	5,6	24,4	3,8
Demais matérias-primas e produtos intermediários	23,0	8,7	13,2	3,9
Bens de consumo não duráveis				100,0
Produtos farmacêuticos	29,9	21,4	7,0	36,7
Produtos alimentícios	26,8	20,2	5,4	29,2
Vestuário e outras confecções têxteis	65,4	16,3	42,3	7,6
Produtos de tocador	18,2	12,5	5,0	5,5
Bebidas e tabacos	36,4	7,3	27,1	4,8
Demais bens de consumo não duráveis	31,6	2,8	28,1	16,2
Bens de consumo duráveis				100,0
Automóveis de passageiros	135,7	9,1	116,0	31,5
Objetos de adorno ou de uso pessoal	24,9	4,1	20,0	22,9
Máquinas e aparelhos de uso doméstico	58,7	7,9	47,0	21,3
Peças para bens de consumo duráveis	19,1	10,0	8,2	12,4
Móveis e outros equipamentos para casa	38,9	7,0	29,8	4,5
Demais bens de consumo duráveis	38,7	7,5	29,0	7,4
Combustíveis e lubrificantes				100,0
Combustíveis	28,2	26,1	1,7	97,9
Lubrificantes e eletricidade	38,4	57,3	-12,0	2,1

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual em cada categoria de uso final.

As matérias-primas e produtos intermediários originários dos EUA somaram US\$34 milhões diários, com expansão de 14,2% em relação a 2005. Esse total representou

57,2% das importações provenientes dos EUA e 18,8% da categoria e concentrou-se em motores e turbinas para aviação e partes e peças para aviões.

As importações de matérias-primas e produtos intermediários oriundas dos demais países totalizaram média diária de US\$21 milhões, com crescimento de 14,5% em relação a 2005. Esse total representou 29,9% do total importado desses países e 11,4% das importações dessa categoria de uso final, com destaque para os itens naftas, cloreto de potássio e adubos ou fertilizantes. Os principais países de origem das importações dessa categoria de uso foram Rússia, 17,5% do total; Canadá, 13,8%; Suíça, 9,9%; África do Sul, 7,3%; e Israel, 7,1%.



Fonte: MDIC/Secex
1/ Sobre igual período do ano anterior.

As importações de bens de capital somaram US\$76 milhões diários em 2006, com crescimento anual de 23,9%. Esse valor representou 20,7% do total importado pelo País no ano e refletiu, principalmente, a evolução das compras de maquinaria industrial, máquinas e aparelhos de escritório e partes e peças para bens de capital para a indústria.

A média diária das compras de bens de capital da Ásia, principal região fornecedora desses bens ao Brasil em 2006, alcançou US\$29 milhões, com aumento anual de 39,4%. Esse total, que representou 31,3% das importações provenientes da Ásia e 37,9% do total das importações de bens de capital em 2006, concentrou-se em partes de aparelhos transmissores e receptores, computadores e partes, dispositivos de cristais líquidos, motores, geradores e transformadores elétricos, e circuitos impressos. Os principais países fornecedores na região foram China, 42,1% do total; Japão, 17,5%; Coreia do Sul, 14,4%; e Taiwan, 9%. As importações procedentes da China elevaram-se 51,3% no ano.

As importações de bens de capital provenientes de países da UE atingiram US\$23 milhões diários em 2006, com crescimento anual de 10,7%. Esse valor representou 28,8% do total importado dessa região e 30,7% das compras brasileiras de produtos dessa categoria de uso final, com destaque para as importações de instrumentos e aparelhos de medida e de verificação; bombas, compressores e ventiladores; motores, geradores e transformadores elétricos; e aparelhos para interrupção e proteção de energia. Ressalte-se a expansão

anual de 83,5% das importações de motores, geradores e transformadores elétricos. Os principais países fornecedores de bens de capital nesse bloco foram Alemanha, 39% do total; Itália, 17,6%; e França, 10,1%.

Quadro 5.14 – Importações por categoria de uso e região – FOB

US\$ milhões – Média diária

Produto	2005		2006		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2005	Participação %	
				No total	No bloco
Total	293	367	25,2	100,0	-
Bens de capital	61	76	23,9	20,7	-
Bens de consumo duráveis	16	24	56,0	6,7	-
Bens de consumo não duráveis	18	24	31,0	6,5	-
Combustíveis e lubrificantes	48	61	28,4	16,6	-
Matérias-primas e produtos intermediários	151	182	20,8	49,5	-
Aladi	46	66	41,7	17,9	100,0
Bens de capital	4	5	32,2	1,3	7,1
Bens de consumo duráveis	2	6	159,6	1,6	8,9
Bens de consumo não duráveis	5	6	22,7	1,6	8,8
Combustíveis e lubrificantes	6	9	47,5	2,5	14,0
Matérias-primas e produtos intermediários	30	40	35,7	10,9	61,2
Mercosul	28	36	28,2	9,8	100,0
Bens de capital	3	4	26,1	1,0	9,8
Bens de consumo duráveis	2	4	123,4	1,2	11,9
Bens de consumo não duráveis	4	4	19,8	1,2	12,3
Combustíveis e lubrificantes	2	2	19,5	0,5	5,5
Matérias-primas e produtos intermediários	18	22	20,9	5,9	60,5
EUA ^{1/}	51	60	16,5	16,2	100,0
Bens de capital	13	16	18,4	4,3	26,3
Bens de consumo duráveis	2	2	27,1	0,6	3,7
Bens de consumo não duráveis	3	4	22,1	1,0	6,1
Combustíveis e lubrificantes	3	4	18,3	1,1	6,7
Matérias-primas e produtos intermediários	30	34	14,2	9,3	57,2
União Européia	72	81	11,8	22,0	100,0
Bens de capital	21	23	10,7	6,4	28,8
Bens de consumo duráveis	4	5	29,4	1,4	6,3
Bens de consumo não duráveis	5	6	27,7	1,8	8,0
Combustíveis e lubrificantes	1	2	27,3	0,4	2,0
Matérias-primas e produtos intermediários	41	44	8,2	12,1	54,9
Ásia	67	92	36,8	25,0	100,0
Bens de capital	21	29	39,4	7,8	31,3
Bens de consumo duráveis	7	11	49,9	2,9	11,7
Bens de consumo não duráveis	3	5	46,7	1,3	5,2
Combustíveis e lubrificantes	4	5	24,9	1,4	5,5
Matérias-primas e produtos intermediários	32	43	32,6	11,6	46,3
Demais	56	69	22,8	18,8	100,0
Bens de capital	3	4	24,6	1,0	5,2
Bens de consumo duráveis	1	1	-3,9	0,1	0,8
Bens de consumo não duráveis	2	3	45,0	0,8	4,5
Combustíveis e lubrificantes	33	41	26,3	11,2	59,7
Matérias-primas e produtos intermediários	18	21	14,5	5,6	29,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclusive Porto Rico.

As compras diárias de bens de capital dos EUA cresceram 18,4% em 2006, para US\$16 milhões, o que representou 20,6% do total dessa categoria de uso e 26,3% do total importado daquele país. Os principais produtos adquiridos foram instrumentos e aparelhos de medida e de verificação; computadores e suas unidades; máquinas e aparelhos de terraplanagem e perfuração; instrumentos e aparelhos médicos e bombas, compressores e ventiladores.

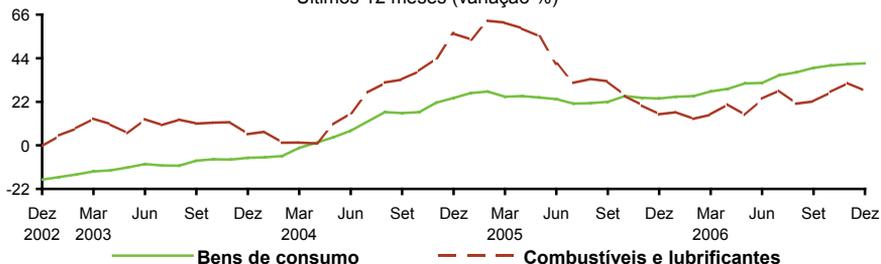
Os bens de capital originários da Aladi somaram US\$5 milhões diários, com expansão de 32,2% em relação a 2005. Esse total representou 7,1% das importações provenientes da região e 6,1% da categoria, e concentrou-se em veículos de carga; instrumentos e aparelhos de medida e de verificação; e ônibus e outros veículos para mais de dez pessoas. Os principais países fornecedores dessa categoria de produtos no bloco foram Argentina, 74,7% do total; e México, 20,1%.

As importações de bens de capital provenientes dos demais países totalizaram média diária de US\$4 milhões, com aumento anual de 24,6% em relação a 2005. Esse total representou 5,2% do total importado desses países e 4,7% das importações dessa categoria de uso final, com destaque para as compras de máquinas e aparelhos de terraplanagem e perfuração; instrumentos e aparelhos de medida e de verificação; e bombas, compressores e ventiladores. Os principais países fornecedores nesse bloco foram Suíça, 37,1% do total; Canadá, 23,8%; Noruega, 10,6%; e Israel, 9,8%.

As importações de combustíveis e lubrificantes atingiram média diária de US\$61 milhões em 2006, com elevação anual de 28,4% impulsionada, fundamentalmente, pelo comportamento dos preços. As importações de petróleo em bruto representaram 59,8% do total da categoria, seguindo-se as relativas a óleos combustíveis, hulhas e gás natural. Os principais países fornecedores de combustíveis e lubrificantes foram Nigéria, com 24,6% do total; Argélia, 10,8%; Arábia Saudita, 10,1%; Bolívia, 9,2%; EUA, 6,6%; e Índia, 5%. As importações provenientes da Nigéria, da Argélia e da Arábia Saudita foram responsáveis por 74,8% do petróleo importado no ano.

As compras de bens de consumo duráveis cresceram 56% em 2006, para US\$24 milhões diários, representando 6,7% das importações brasileiras. Desse total, 44% foram provenientes da Ásia, 23,8% da Aladi e 21% da UE. Se considerarmos os países individualmente, as compras originárias da China atingiram 20,7% do total da categoria, seguindo-se as oriundas da Argentina, 16,2%; da Alemanha, 9,1%; e dos EUA, 8,9%. As importações de bens de consumo duráveis argentinos e mexicanos concentraram-se em automóveis de passageiros e representaram 89,1% e 87,3%, respectivamente, das compras da categoria, com aumentos anuais superiores a 100% e a 1.000%. Esse desempenho traduziu-se na expansão de 116% no *quantum* importado de automóveis em relação a 2005, cuja participação nas compras da categoria atingiu 31,5%.

Gráfico 5.9
Importação por categoria de uso final – FOB
 Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

A média diária das importações de bens de consumo não duráveis atingiu US\$23,8 milhões em 2006, com aumento anual de 31%, o que representou 6,5% do aumento das compras externas do País. A participação das compras de produtos farmacêuticos atingiu 36,7% do total dessa categoria, seguindo-se produtos alimentícios, vestuários e outras confecções têxteis, produtos de toucador, bebidas e tabacos. Em sentido inverso ao observado na categoria de bens duráveis, o crescimento do valor importado de bens não duráveis evidenciou, em especial, aumentos nos índices de preços, a exemplo dos registrados em produtos farmacêuticos, alimentícios e de toucador.

As importações de bens de consumo não duráveis provenientes da UE, em especial da Alemanha e da França, aumentaram 27,7% em 2006, o que representou 27,3% das compras da categoria. Os países da Aladi forneceram 24,3% das importações desses produtos, com elevação anual de 22,7%, com destaque para as compras originadas da Argentina, que totalizaram 15,8% do total da categoria. A participação dos países asiáticos atingiu 20,2%, evidência do crescimento das vendas chinesas, que representaram mais da metade do valor dos bens de consumo não duráveis importados dessa região em 2006.

Intercâmbio comercial

A corrente de comércio atingiu US\$228,9 bilhões em 2006. Esse recorde histórico representou média diária de US\$919 milhões, com elevação de 20,2% em relação ao ano anterior, com aumentos significativos no intercâmbio com a maioria dos parceiros comerciais, especialmente China, 35,5%; e países da Aladi, 29,8%. O saldo comercial com a maioria dos blocos e regiões mostrou-se mais favorável ao Brasil em 2006, exceto no caso da Ásia que, traduzindo a evolução do comércio bilateral com a China, apresentou reversão de superávit médio diário de US\$7 milhões, em 2005, para déficit de US\$8 milhões.

Os maiores fluxos comerciais ocorreram com os países da UE, com média diária de US\$203 milhões e aumento anual de 14%. As médias diárias das exportações e das

importações atingiram US\$122 milhões e US\$81 milhões, respectivamente, com elevações 15,6% e 11,8% em relação a 2005. A corrente de comércio com a Alemanha, principal parceiro comercial nesse bloco, atingiu o fluxo médio diário de US\$49 milhões, com as importações brasileiras totalizando US\$26 milhões e as exportações, US\$23 milhões, o que significa crescimentos anuais respectivos de 13,9% e 6,7%. A corrente de comércio com os Países Baixos totalizou US\$26 milhões diários, com as exportações brasileiras situando-se em US\$23 milhões, enquanto o fluxo comercial com a França mostrou-se equilibrado e atingiu média diária de US\$22 milhões. Assinale-se o crescimento de 36,6% na média diária do intercâmbio com a Bélgica-Luxemburgo, para US\$16 milhões, com elevação de 38,3% nas exportações e de 32,2% nas importações.

A corrente de comércio com os países da Aladi atingiu US\$192 milhões diários, com elevação de 29,8% em relação a 2005. As exportações somaram US\$126 milhões, e as importações, US\$66 milhões, com crescimentos de 24,4% e 41,7%, respectivamente. O intercâmbio médio diário com a Argentina cresceu 23,4% e totalizou US\$79 milhões. As exportações brasileiras atingiram média diária de US\$47 milhões, e as importações, de US\$32 milhões, com crescimentos anuais de 19,1% e 30,1%, respectivamente, traduzindo-se em estabilidade do superávit comercial brasileiro no ano.

O fluxo comercial diário com o Chile equivaleu a US\$27 milhões, resultado de crescimentos de 67,9% nas importações, que se situaram em US\$12 milhões; e de 8,7% nas exportações, que atingiram US\$16 milhões. O comércio bilateral com o México registrou elevações de 56,5% nas importações médias diárias brasileiras e de 10,2% nas exportações, que atingiram US\$5 milhões e US\$18 milhões, respectivamente. Ressalte-se que os países da Aladi mantiveram-se como o principal destino das manufaturas brasileiras e consolidaram a posição do Brasil na região como importante fornecedor de produtos mais dinâmicos no mercado internacional e com maior conteúdo tecnológico.

A corrente de comércio com a Ásia cresceu 24,3% em 2006, resultado de elevações de 13% nas exportações e de 36,8% nas importações, que somaram US\$84 milhões e US\$92 milhões, respectivamente. A China foi o principal parceiro comercial do Brasil, com fluxo médio diário de US\$66 milhões, com aumento de 50,4% nas importações de produtos chineses, US\$32 milhões, e de 23,9% nas exportações brasileiras, US\$34 milhões. O comércio bilateral com o Japão manteve-se em equilíbrio, com as exportações alcançando US\$16 milhões diários, e as importações, US\$15 milhões, enquanto o intercâmbio com a Coreia do Sul cresceu 21% em relação a 2005, evidência das elevações de 34,6% nas importações médias diárias e de 4,3% nas exportações, que somaram US\$12 milhões e US\$8 milhões, respectivamente.

Os EUA permaneceram, em 2006, como o principal parceiro comercial do Brasil. A corrente de comércio com aquele país atingiu US\$159 milhões diários, com registro de aumentos de 9,4% nas exportações e de 16,5% nas importações, que totalizaram US\$99 milhões e US\$60 milhões, respectivamente. O superávit comercial favorável ao Brasil permaneceu no mesmo patamar assinalado em 2005.

Quadro 5.15 – Balança comercial por países e blocos – FOB

Média diária – US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	471	293	178	552	367	185
Aelc ^{1/}	4	6	- 2	6	7	- 1
Aladi	101	46	55	126	66	60
Mercosul	47	28	19	56	36	20
Argentina	40	25	15	47	32	15
Paraguai	4	1	3	5	1	4
Uruguai	3	2	1	4	2	2
Chile	14	7	7	16	12	4
México	16	3	13	18	5	13
Demais	24	8	16	37	13	24
Canadá	8	4	4	9	5	4
União Européia	106	72	33	122	81	41
Alemanha	20	24	- 4	23	26	- 3
Bélgica/Luxemburgo	9	3	6	12	4	8
Espanha	9	5	3	9	6	4
França	10	11	- 1	11	11	- 1
Itália	13	9	4	15	10	5
Países Baixos	21	2	19	23	3	20
Reino Unido	10	5	5	11	6	6
Demais	14	12	2	17	14	3
Europa Oriental	15	5	11	18	6	12
Ásia ^{2/}	74	67	7	84	92	- 8
Japão	14	14	0	16	15	0
China	27	21	6	34	32	2
Coreia, República da	8	9	- 2	8	12	- 5
Demais	25	23	2	26	32	- 6
EUA ^{3/}	91	51	39	99	60	39
Outros	73	41	31	89	51	37
Memo:						
Nafta	115	59	56	126	70	56
Opep	30	33	- 3	42	40	2

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.^{2/} Exclui o Oriente Médio.^{3/} Inclui Porto Rico.

As transações comerciais com os países da Europa Oriental promoveram superávit médio diário de US\$12 milhões, o que traduz exportações da ordem de US\$18 milhões e importações de US\$6 milhões, com crescimentos anuais de 17,4% e 29,5%, respectivamente. As exportações para a Rússia representaram 76,6% do total exportado

para a Europa Oriental, e as importações provenientes daquele país, 62,5% das compras brasileiras àquela região.

Serviços

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US\$9,4 bilhões em 2006, ante US\$8,3 bilhões no ano anterior, com aumentos de 21,1% nas receitas e de 18,4% nas despesas. O desempenho das despesas esteve associado, em parte, aos resultados das contas viagens internacionais, transportes e aluguel de equipamentos. Assinale-se que apenas os déficits das contas seguros, serviços financeiros e serviços governamentais não se elevaram em 2006.

O déficit da conta viagens internacionais, que tem apresentado trajetória crescente, aumentou 68,7% em 2006, para US\$1,4 bilhão, com elevações tanto nas receitas quanto nas despesas.

As receitas com viagens internacionais, resultantes dos gastos de não-residentes no país, em ascensão desde maio de 2002, aumentaram 11,8% no ano e atingiram o recorde de US\$4,3 bilhões. As despesas, com aumento contínuo e mais acentuado desde agosto de 2003, somaram US\$5,8 bilhões em 2006, com acréscimo anual de 22,1%. O resultado em viagens internacionais, com a ampliação das remessas em ritmo superior ao dos ingressos, é compatível com o cenário de crescimento da renda doméstica e de apreciação da taxa nominal de câmbio.

As despesas da conta viagens internacionais, em 2006, derivaram, fundamentalmente, da elevação de 22,9% nas despesas de residentes com turismo no exterior, que atingiram US\$5,3 bilhões, ante US\$4,3 bilhões, em 2005. Os dispêndios de turistas estrangeiros no País cresceram 11,9%, resultando em despesas líquidas de US\$1,1 bilhão no item turismo, ante US\$560 milhões, em 2005. Os resultados negativos acentuaram-se no segundo semestre, quando o déficit dessa conta acumulou US\$812 milhões, ante US\$290 milhões, no primeiro semestre. As saídas líquidas com cartões de crédito, principal componente do item, somaram US\$958 milhões. As receitas líquidas de *free shop* atingiram US\$229 milhões. As outras despesas com turismo apresentaram déficit de US\$149 milhões, ante US\$319 milhões em 2005. O item viagens de negócios, menos sensível à flutuação cambial e reflexo dos níveis de atividade econômica doméstica e mundial, cresceu 12,2% e apresentou déficit de US\$239 milhões, ante US\$213 milhões em 2005.

O déficit na conta de transportes atingiu US\$2,9 bilhões em 2006, com crescimento anual de 47,7%, consistente com o comportamento do comércio exterior e de viagens internacionais. O desempenho da balança comercial de bens acarretou elevação de 32% nas despesas líquidas com fretes em 2006, evidência do aumento anual das importações.

As receitas e as despesas de fretes marítimos, em sua quase totalidade constituídas por transporte de bens, registraram, respectivamente, crescimentos de 13,2% e 21%.

Quadro 5.16 – Serviços

US\$ milhões

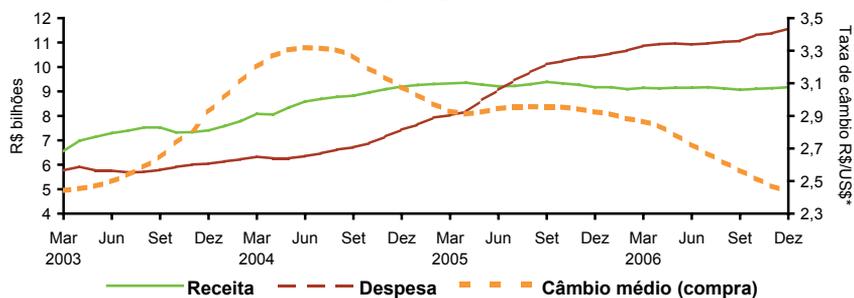
Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-3 556	-4 753	-8 309	-4 066	-5 343	-9 408
Receitas	7 513	8 535	16 047	9 134	10 304	19 438
Despesas	11 069	13 287	24 356	13 199	15 647	28 847
Transportes	- 776	-1 174	-1 950	-1 248	-1 632	-2 881
Receitas	1 495	1 643	3 139	1 600	1 814	3 415
Despesas	2 272	2 817	5 089	2 849	3 446	6 295
Viagens	- 220	- 639	- 858	- 469	- 979	-1 448
Receitas	1 868	1 993	3 861	2 195	2 121	4 316
Despesas	2 088	2 632	4 720	2 664	3 099	5 764
Seguros	- 283	- 285	- 568	- 198	- 233	- 430
Receitas	33	101	134	100	225	324
Despesas	316	385	702	297	458	755
Financeiros	- 58	- 171	- 230	- 4	- 119	- 123
Receitas	248	259	507	327	411	738
Despesas	307	430	737	331	530	861
Computação e informações	- 813	- 813	-1 626	- 989	- 915	-1 903
Receitas	35	53	88	43	58	102
Despesas	847	866	1 713	1 032	973	2 005
Royalties e licenças	- 602	- 701	-1 303	- 700	- 813	-1 513
Receitas	54	48	102	65	85	150
Despesas	655	749	1 404	765	898	1 664
Aluguel de equipamentos	-1 974	-2 156	-4 130	-2 352	-2 535	-4 887
Receitas	34	44	78	31	46	77
Despesas	2 007	2 201	4 208	2 383	2 580	4 964
Serviços governamentais	- 247	- 509	- 755	- 93	- 357	- 450
Receitas	542	650	1 192	733	784	1 517
Despesas	788	1 159	1 947	826	1 141	1 967
Outros serviços	1 416	1 695	3 111	1 988	2 239	4 227
Receitas	3 204	3 743	6 947	4 039	4 761	8 800
Despesas	1 788	2 047	3 836	2 051	2 522	4 573

Quadro 5.17 – Viagens internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Turismo	- 72	- 488	- 560	- 290	- 812	-1 103
Receita	1 831	1 938	3 769	2 150	2 068	4 217
Despesa	1 903	2 426	4 329	2 440	2 880	5 320
<i>Free shop</i> (líquido)	89	111	200	120	109	229
Cartões de crédito	- 3	- 291	- 295	- 356	- 602	- 958
Receita	1 043	1 058	2 101	1 109	1 061	2 170
Despesa	1 046	1 350	2 396	1 466	1 663	3 128
Serviços turísticos	- 41	- 106	- 147	- 97	- 128	- 225
Receita	122	121	243	148	147	295
Despesa	163	226	390	245	275	520
Outros	- 117	- 202	- 319	43	- 192	- 149
Receita	566	632	1 198	757	741	1 498
Despesa	684	833	1 517	714	933	1 646
Negócios	- 100	- 113	- 213	- 126	- 112	- 239
Receita	17	23	40	20	23	43
Despesa	117	136	253	147	136	282
Estudantes	- 45	- 41	- 85	- 45	- 57	- 102
Receita	3	4	7	4	5	9
Despesa	48	44	93	49	62	111
Funcionários do governo	- 6	- 4	- 10	- 15	- 2	- 17
Receita	11	17	28	8	12	20
Despesa	16	22	38	23	14	37
Saúde	4	6	10	8	5	13
Receita	7	11	18	14	12	26
Despesa	3	4	8	6	7	13
Total	- 220	- 639	- 858	- 469	- 979	-1 448
Receita	1 868	1 993	3 861	2 195	2 121	4 316
Despesa	2 088	2 632	4 720	2 664	3 099	5 764

Gráfico 5.10
Turismo
Acumulado 12 meses



*Taxa média do mês

Contribuiu para a elevação do déficit em transportes o fluxo internacional de viajantes, com acréscimo de 68,2% nos gastos líquidos com passagens, total de US\$1,5 bilhão. As receitas declinaram 34,8%, para US\$261 milhões, enquanto as despesas aumentaram 36,2%, para US\$1,7 bilhão. Esse comportamento foi influenciado pela redução na malha operacional da empresa aérea brasileira Varig, detentora de participação significativa nas rotas internacionais, o que provocou decréscimo nas receitas com passagens e ampliação nas despesas. Os outros itens de transporte, que incluem o afretamento e serviços aeroportuários, somaram despesas líquidas de US\$262 milhões, acréscimo anual de 26,6%.

Arubrica aluguel de equipamentos foi responsável pela maior contribuição para o déficit na conta de serviços e registrou remessas líquidas de US\$4,9 bilhões, ante US\$4,1 bilhões em 2005. A elevação dessas remessas esteve associada, em parte, ao processo já mencionado de maior utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes, com desdobramentos positivos sobre o nível da capacidade produtiva da economia. As receitas mantiveram-se estáveis e apresentam valores pouco expressivos.

Os serviços de seguros registraram saídas líquidas de US\$430 milhões, ante US\$568 milhões em 2005. A redução refletiu o crescimento de 142% nas receitas, que atingiram US\$324 milhões, comportamento ligado à ampliação de operações de seguros diretos – que excluem os seguros de fretes e de vida – realizadas no segundo semestre. As despesas somaram US\$755 milhões, 7,5% acima dos gastos de 2005.

Os gastos líquidos com serviços financeiros registraram US\$123 milhões, ante US\$230 milhões no ano anterior. Esse resultado evidenciou expansões de 45,5% nas receitas, para US\$738 milhões, e de 16,8% nas despesas, para US\$861 milhões.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação atingiram US\$1,9 bilhão, ante US\$1,6 bilhão em 2005. As receitas alcançaram US\$102 milhões, e as despesas, US\$2 bilhões.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui franquias, direitos autorais, licenças para uso de marcas e de exploração de patentes, fornecimento de tecnologia, entre outros, totalizaram US\$1,5 bilhão em 2006. A elevação anual de 16,2% decorreu de crescimentos de 18,5% nas remessas e de 47,9% nas ainda pouco expressivas receitas recebidas.

Serviços governamentais registraram despesas líquidas de US\$450 milhões em 2006, ante US\$755 milhões no ano anterior, observando-se aumento de 27,3% nos gastos de governos estrangeiros no Brasil, que atingiram US\$1,5 bilhão, e estabilidade, em US\$2 bilhões, nas despesas do governo brasileiro no exterior.

Quadro 5.18 – Transportes

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 776	-1 174	-1 950	-1 248	-1 632	-2 881
Receitas	1 495	1 643	3 139	1 600	1 814	3 415
Despesas	2 272	2 817	5 089	2 849	3 446	6 295
Transporte marítimo	- 259	- 433	- 693	- 465	- 575	-1 040
Receitas	1 182	1 419	2 601	1 362	1 512	2 874
Despesas	1 442	1 852	3 294	1 827	2 087	3 914
Passagens	- 7	0	- 8	- 1	- 1	- 1
Receitas	0	0	0	0	0	0
Despesas	7	0	8	1	1	1
Fretes	- 385	- 453	- 838	- 465	- 617	-1 082
Receitas	411	450	861	460	515	974
Despesas	796	903	1 699	925	1 131	2 056
Outros	133	20	153	0	42	43
Receitas	771	969	1 740	902	997	1 899
Despesas	638	949	1 587	902	955	1 857
Transporte aéreo	- 516	- 745	-1 261	- 790	-1 054	-1 844
Receitas	272	171	444	181	244	425
Despesas	788	916	1 705	971	1 298	2 269
Passagens	- 338	- 534	- 871	- 631	- 845	-1 476
Receitas	207	100	306	99	161	260
Despesas	544	633	1 178	730	1 006	1 736
Fretes	- 2	- 17	- 19	- 13	- 41	- 54
Receitas	46	44	90	41	36	76
Despesas	48	61	109	54	76	130
Outros	- 176	- 195	- 371	- 145	- 169	- 314
Receitas	19	28	47	42	47	89
Despesas	196	223	418	187	216	403
Outras vias de transporte ^{1/}	- 1	4	3	6	- 3	4
Receitas	41	53	94	57	58	115
Despesas	42	49	91	51	61	112
Passagens	1	0	1	1	0	1
Receitas	1	0	1	1	0	1
Despesas	0	0	0	0	0	0
Fretes	- 8	- 1	- 8	1	- 7	- 7
Receitas	34	47	81	51	53	104
Despesas	41	48	90	50	61	111
Outros	6	5	11	5	4	10
Receitas	6	6	12	6	5	10
Despesas	1	1	1	0	0	1

1/ Inclui transporte terrestre.

Quadro 5.19 – Outros serviços

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 416	1 695	3 111	1 988	2 239	4 227
Receita	3 204	3 743	6 947	4 039	4 761	8 800
Despesa	1 788	2 048	3 836	2 051	2 522	4 573
Comunicações	72	55	127	68	36	104
Receita	138	102	239	109	96	205
Despesa	65	47	112	41	60	102
Construção	3	5	8	14	5	18
Receita	3	5	8	14	8	23
Despesa	0	0	0	1	4	4
Comerciais e corretagem	- 144	- 135	- 279	- 28	28	1
Receita	242	364	606	409	558	967
Despesa	386	499	885	437	530	967
Pessoais, cult. e de recreação	- 196	- 199	- 396	- 247	- 205	- 452
Receita	20	36	56	31	50	81
Despesa	216	235	451	278	255	533
Negócios, prof. e técnicos	1 681	1 969	3 651	2 181	2 375	4 556
Receita	2 801	3 236	6 038	3 476	4 048	7 524
Serv. téc. especializados	1 633	1 647	3 280	1 655	1 841	3 496
Demais	1 168	1 590	2 758	1 820	2 207	4 028
Despesa	1 120	1 267	2 387	1 294	1 673	2 967
Serv. téc. especializados	831	876	1 707	804	1 077	1 881
Demais	289	391	681	490	596	1 086

O item outros serviços somou receitas líquidas de US\$4,2 bilhões, com expansão anual de 35,9%. Nesse grupo, os serviços administrativos e os serviços técnicos especializados apresentaram, igualmente, receitas líquidas de US\$1,6 bilhão, com crescimentos anuais de 5,3% e 2,6%, respectivamente.

Rendas

A evolução da conta de rendas esteve condicionada, em 2006, por dois aspectos inovadores em relação a anos anteriores. Em primeiro lugar, a remessa líquida de renda para o exterior refletiu saídas líquidas relativas a investimento direto, o que não se verificava desde 1994. De 1995 a 2005, a maior contribuição para as despesas líquidas dessa conta originou-se nos fluxos de investimentos em carteira. A outra mudança referiu-se ao patamar das remessas líquidas de lucros e dividendos, superior ao relativo às remessas de juros, reflexo da predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e em carteira no País sobre o estoque do endividamento externo, na composição do passivo externo.

O déficit da conta de rendas cresceu 5,7% em 2006, total de US\$27,4 bilhões. Se considerarmos componentes da conta, o item lucros e dividendos somou remessas líquidas de US\$16,4 bilhões, ante US\$12,7 bilhões em 2005, comportamento relacionado, fundamentalmente, ao progressivo aumento do estoque de investimentos externos no Brasil, à maior lucratividade das empresas no País e à continuidade de apreciação do

Quadro 5.20 – Rendas

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-12 528	-13 440	-25 967	-14 563	-12 881	-27 444
Receitas	1 609	1 586	3 194	3 644	2 839	6 483
Despesas	14 136	15 025	29 162	18 208	15 720	33 927
Salários e ordenados	132	82	214	95	82	177
Receitas	162	164	325	192	205	397
Despesas	30	82	111	97	123	220
Renda de investimentos	-12 660	-13 522	-26 181	-14 658	-12 963	-27 621
Receitas	1 447	1 422	2 869	3 453	2 634	6 086
Despesas	14 107	14 944	29 050	18 111	15 596	33 707
Renda de investimento direto	-4 184	-6 118	-10 302	-6 100	-6 711	-12 811
Receitas	404	329	733	885	188	1 073
Despesas	4 588	6 447	11 035	6 985	6 899	13 884
Lucros e dividendos	-3 765	-5 376	-9 142	-5 425	-6 006	-11 431
Receitas	346	295	641	795	133	928
Despesas	4 111	5 671	9 783	6 220	6 138	12 359
Juros de empréstimos intercompanhias	- 419	- 742	-1 161	- 675	- 705	-1 380
Receitas	58	34	92	89	55	145
Despesas	477	776	1 253	765	761	1 525
Renda de investimento em carteira	-6 359	-5 419	-11 778	-6 804	-4 202	-11 006
Receitas	436	349	785	1 666	1 429	3 095
Despesas	6 795	5 768	12 563	8 469	5 631	14 101
Lucros e dividendos	-2 352	-1 192	-3 544	-3 425	-1 499	-4 924
Receitas	5	6	10	16	5	21
Despesas	2 357	1 198	3 554	3 441	1 504	4 945
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-4 007	-4 227	-8 234	-3 379	-2 703	-6 083
Receitas	431	343	775	1 649	1 424	3 073
Despesas	4 438	4 571	9 009	5 029	4 128	9 156
Renda de outros investimentos ^{1/}	-2 117	-1 984	-4 101	-1 754	-2 050	-3 804
Receitas	607	744	1 351	902	1 016	1 919
Despesas	2 723	2 728	5 452	2 656	3 066	5 723
Memo:						
Juros	-6 543	-6 953	-13 496	-5 809	-5 458	-11 267
Receitas	1 096	1 122	2 218	2 641	2 496	5 137
Despesas	7 639	8 075	15 713	8 450	7 954	16 404
Lucros e dividendos	-6 117	-6 569	-12 686	-8 850	-7 505	-16 354
Receitas	351	301	651	812	138	949
Despesas	6 468	6 869	13 337	9 661	7 642	17 303

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

real. Muito embora a comparação anual aponte expansão, a variação na margem tem indicado estabilidade desde junho de 2006.

As remessas líquidas de juros, após apresentarem média anual de US\$13,6 bilhões, de 1998 a 2005, totalizaram US\$11,3 bilhões em 2006, o menor valor desde 1997. A redução anual de US\$2,2 bilhões refletiu ampliações de 131,6% nas receitas e de 4,4% nas despesas. O significativo crescimento das receitas de juros, superiores em US\$2,9 bilhões às de 2005, decorreu da elevação de haveres de brasileiros no exterior, especialmente reservas internacionais. Complementarmente, foram apropriadas receitas de juros referentes a títulos oferecidos em garantia do serviço da dívida relativa a bônus *Bradies*, liberados após a amortização integral desses papéis. As despesas com juros cresceram ligeiramente, reflexo da elevação das taxas de juros internacionais, da expansão de ingressos de capitais e da política de recompras de títulos da República, cuja antecipação de pagamento de juros, no primeiro momento, pressiona a despesa, e, posteriormente, proporciona decréscimo nos dispêndios com juros.

Os recebimentos líquidos de salários e ordenados atingiram US\$177 milhões, com redução anual de 17,2%. Registraram-se elevações de 22,1% na renda paga a trabalhadores domiciliados no País, para US\$397 milhões, e de 97,5% nos pagamentos a não-residentes, que somaram US\$220 milhões.

Consideradas de forma desagregada, as remessas líquidas de renda de investimento direto somaram US\$12,8 bilhões, com acréscimo anual de 24,3%, evidência do aumento do estoque de investimentos estrangeiros diretos. Nessa conta, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$11,4 bilhões, ante US\$9,1 bilhões em 2005, resultado de elevações de 44,8% nas receitas e de 26,3% nas despesas. As empresas do setor industrial foram responsáveis pelo envio de 51,7% das remessas brutas, e as do setor de serviços, por 45,9%. Verificou-se baixa concentração das remessas brutas por atividade econômica, e o setor de intermediação financeira respondeu por 12,2%, seguindo-se os relativos a eletricidade, gás e água quente, 11,9%; e a fabricação e montagem de veículos automotores, 11,4%.

As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias cresceram 18,9%, com registro de US\$1,4 bilhão, enquanto as associadas a investimento em carteira recuaram 6,6% em 2006, total de US\$11 bilhões. As despesas líquidas de juros de títulos de renda fixa, de maior relevância para o resultado da rubrica, apresentaram decréscimo de 26,1%, para US\$6,1 bilhões, reflexo da acentuada elevação das receitas, de US\$775 milhões para US\$3,1 bilhões, devido, em parte, à remuneração crescente da parcela de reservas internacionais aplicadas em títulos.

As remessas líquidas de lucros e dividendos relativos a recursos aplicados em investimento em carteira cresceram 38,9% em 2006, total de US\$4,9 bilhões. A distribuição de lucros e dividendos referentes a ações de companhias brasileiras negociadas no exterior foi

expressiva, em especial no que se refere às empresas cujas receitas de exportação têm peso relativamente maior na receita total.

As rendas de outros investimentos, que incluem juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizaram remessas líquidas de US\$3,8 bilhões, redução de 7,2% no ano, trajetória observada pelo sétimo ano consecutivo. As receitas atingiram US\$1,9 bilhão, ampliando-se em 42% no ano, resultado associado, em parte, à remuneração das reservas internacionais, enquanto as despesas aumentaram 5%, para US\$5,7 bilhões.

Transferências unilaterais correntes

A tendência de crescimento ininterrupto das transferências unilaterais líquidas prosseguiu em 2006, quando elevaram-se 21% em relação a 2005. Os ingressos líquidos acumularam US\$4,3 bilhões, ante US\$3,6 bilhões no ano anterior, e confirmaram a trajetória ascendente iniciada em maio de 2005.

Em 2006, as remessas brutas de manutenção de residentes para o País aumentaram 16,5% em relação ao ano anterior, somando US\$2,9 bilhões e representando 59,6% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 49%, e Japão, 22,5%.

Conta financeira

A evolução da conta de transações correntes e o cenário de estabilidade econômica reforçaram a posição do País como pólo atrativo para investidores internacionais, com desdobramentos favoráveis quanto à aceitação das colocações internacionais de bônus e à redução nos diferenciais de taxas de juros. Em ambiente de melhoria do perfil dos passivos, as emissões de dívida em moeda nacional também foram favorecidas. A performance exportadora e a consistência das políticas fiscal e monetária contribuíram para consolidar a confiança dos investidores internacionais e favoreceram a acumulação de reservas internacionais. Ao reduzir a exposição a fatores externos, o ajuste verificado nas transações correntes do balanço de pagamentos permitiu administrar com significativo conforto a conta financeira.

A elevada liquidez existente no mercado financeiro internacional persistiu em 2006 e propiciou ao Brasil oferta de créditos externos em condições favoráveis. A captação líquida de recursos externos foi bem superior às verificadas nos dois anos anteriores. A rolagem da dívida externa do setor privado de médio e longo prazos, cuja taxa reflete novos desembolsos em relação às amortizações ocorridas, foi mais que o dobro da

Quadro 5.21 – Transferências unilaterais correntes

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 683	1 874	3 558	2 036	2 270	4 306
Receitas	1 893	2 157	4 051	2 279	2 568	4 847
Despesas	210	283	493	243	298	541
Transferências correntes governamentais	- 3	- 55	- 59	- 3	- 32	- 35
Receitas	34	47	81	40	46	86
Despesas	38	102	140	43	78	122
Transferências correntes privadas	1 687	1 930	3 616	2 040	2 302	4 342
Receitas	1 859	2 110	3 969	2 239	2 522	4 761
Despesas	172	181	353	200	220	419
Manutenção de residentes	1 060	1 158	2 217	1 259	1 321	2 581
Receitas	1 180	1 300	2 480	1 402	1 488	2 890
Estados Unidos	631	717	1 349	698	716	1 415
Japão	304	276	581	324	325	649
Demais países	244	306	551	1 402	1 488	551
Despesas	121	142	263	143	167	309
Outras transferências	627	772	1 399	780	981	1 761
Receitas	679	811	1 490	837	1 034	1 871
Despesas	52	39	91	57	53	110

observada em 2005, com os percentuais de rolagem de bônus e empréstimos externos de médio e longo prazos situando-se em 206%.

A conta financeira tem passado por modificações significativas, com importantes movimentos de constituição e aumento de ativos externos, o que explicita o processo de expansão de empresas brasileiras em direção a mercados no exterior. As instituições envolvidas ampliaram sua escala e passaram a ter participações relevantes no mercado mundial, com mudança expressiva no patamar dos valores da conta investimentos brasileiros no exterior. Essa evolução ficou evidenciada pelo aumento no estoque de investimentos diretos no exterior, que totalizavam US\$87 bilhões, de acordo com a última posição disponível, relativa a setembro de 2006. Observe-se que esse valor não retrata ainda as operações de maior impacto, ocorridas no quarto trimestre do ano, inclusive a principal delas, realizada por empresa brasileira do setor de mineração.

A conta financeira do balanço de pagamentos apresentou ingressos líquidos de US\$16,4 bilhões e reverteu o déficit de US\$10,1 bilhões registrado em 2005, que incluía pagamentos de US\$23,3 bilhões ao FMI. No ano, apesar de os investimentos diretos registrarem saídas líquidas de US\$8,5 bilhões, os investimentos em carteira e os outros investimentos proporcionaram ingressos líquidos de US\$8,6 bilhões e US\$15,9 bilhões, respectivamente.

Quadro 5.22 – Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo^{1/}

US\$ milhões

Período	Saldo de transações correntes			Investimentos Estrangeiros Diretos			Necessidade de financiamento externo			
	Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB	
	Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos	
	12 meses		12 meses	12 meses		12 meses	12 meses		12 meses	
2001	Dez	-1 787	-23 215	-4,19	3 659	22 457	4,06	-1 872	757	0,14
2002	Dez	- 84	-7 637	-1,51	1 503	16 590	3,29	-1 419	-8 954	-1,78
2003	Dez	343	4 177	0,75	1 409	10 144	1,83	-1 752	-14 321	-2,59
2004	Dez	1 207	11 738	1,76	3 150	18 166	2,73	-4 357	-29 903	-4,49
2005	Jan	797	11 791	1,73	1 203	18 329	2,69	-2 000	-30 121	-4,42
	Fev	131	11 723	1,68	844	18 158	2,60	- 975	-29 881	-4,28
	Mar	1 729	12 699	1,77	1 395	18 854	2,63	-3 124	-31 553	-4,41
	Abr	715	14 171	1,93	3 037	21 514	2,93	-3 753	-35 685	-4,86
	Mai	593	13 284	1,77	709	22 016	2,93	-1 302	-35 300	-4,69
	Jun	1 284	12 550	1,63	1 325	22 617	2,93	-2 609	-35 166	-4,56
	Jul	2 540	13 290	1,68	2 029	23 060	2,92	-4 569	-36 351	-4,61
	Ago	771	12 314	1,52	1 090	18 061	2,23	-1 861	-30 375	-3,76
	Set	2 359	12 927	1,56	31	17 446	2,11	-2 390	-30 373	-3,67
	Out	845	12 741	1,51	823	16 957	2,01	-1 668	-29 698	-3,52
	Nov	1 691	14 657	1,70	1 172	16 810	1,95	-2 863	-31 467	-3,64
	Dez	530	13 985	1,58	1 406	15 066	1,71	-1 936	-29 051	-3,29
2006	Jan	- 308	12 880	1,44	1 474	15 337	1,71	-1 167	-28 218	-3,15
	Fev	647	13 396	1,47	854	15 347	1,68	-1 501	-28 743	-3,16
	Mar	1 278	12 945	1,40	1 629	15 581	1,68	-2 907	-28 526	-3,08
	Abr	117	12 347	1,31	790	13 334	1,42	- 908	-25 681	-2,73
	Mai	441	12 195	1,28	1 577	14 203	1,49	-2 018	-26 398	-2,76
	Jun	618	11 529	1,19	1 060	13 938	1,44	-1 678	-25 467	-2,63
	Jul	3 030	12 019	1,22	1 586	13 494	1,37	-4 616	-25 513	-2,59
	Ago	2 171	13 418	1,34	1 182	13 587	1,36	-3 353	-27 005	-2,70
	Set	2 279	13 339	1,31	1 752	15 307	1,50	-4 031	-28 646	-2,82
	Out	1 500	13 993	1,35	1 722	16 206	1,57	-3 222	-30 199	-2,92
	Nov	1 367	13 670	1,30	2 667	17 701	1,68	-4 035	-31 371	-2,98
	Dez	388	13 528	1,27	2 487	18 782	1,76	-2 875	-32 310	-3,03

^{1/} Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias).

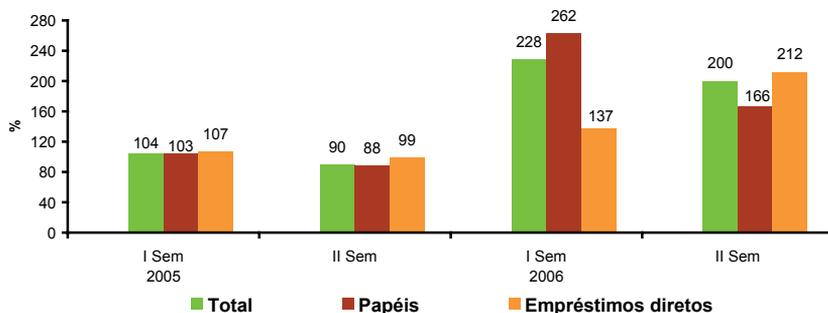
Quadro 5.23 – Taxas de rolagem do setor privado^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total (a/b)	104%	90%	96%	228%	200%	206%
Desembolsos (a)	3 928	5 059	8 988	6 174	20 920	27 094
Amortizações	3 944	6 997	10 941	3 404	10 479	13 883
Remetidas (b)	3 770	5 632	9 403	2 709	10 467	13 176
Convertidas em IED	174	1 364	1 538	695	12	707
Bônus, notes e commercial papers (a/b)	103%	88%	94%	262%	166%	206%
Desembolsos (a)	3 020	4 016	7 037	5 154	4 504	9 658
Amortizações	3 093	5 919	9 012	2 646	2 723	5 369
Remetidas (b)	2 921	4 575	7 496	1 964	2 718	4 681
Convertidas em IED	172	1 344	1 516	683	5	688
Empréstimos diretos (a/b)	107%	99%	102%	137%	212%	205%
Desembolsos (a)	908	1 043	1 951	1 020	16 416	17 436
Amortizações	851	1 078	1 929	757	7 756	8 514
Remetidas (b)	849	1 057	1 906	745	7 750	8 495
Convertidas em IED	2	20	23	12	7	19

1/ Operações de médio e longo prazos.

Gráfico 5.11
Taxas de rolagem do setor privado



Nota: Exclui conversões de dívidas em investimentos diretos

Pelo terceiro ano consecutivo, os fluxos globais de Investimento Estrangeiro Direto (IED) continuaram em recuperação. As estimativas preliminares da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) para 2006 indicam que os fluxos globais elevaram-se em 34% e atingiram US\$1,2 trilhão, total inferior ao recorde de US\$1,4 trilhão de 2000. A expansão do fluxo de IED para países desenvolvidos atingiu 47,7%, e para os países em desenvolvimento, 10%, o que mostra a distribuição desigual e a concentração em poucos países de destino. Nesse sentido, enquanto os fluxos direcionados à América Latina e ao Caribe recuaram 4,5%, os direcionados à Ásia e à África aumentaram 15% e 26,5%, respectivamente, com benefícios para países produtores de matérias-primas e detentores de indústrias relacionadas.

Quadro 5.24 – Investimentos Estrangeiros Diretos

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	8 514	6 552	15 066	7 385	11 397	18 782
Ingressos	12 142	17 920	30 062	14 141	18 156	32 297
Saídas	3 628	11 368	14 996	6 756	6 759	13 514
Participação no capital	6 050	8 995	15 045	5 376	9 998	15 373
Ingressos	7 936	14 107	22 043	9 548	13 159	22 706
Moeda	7 352	9 054	16 406	7 984	12 479	20 463
Autônomos	7 352	9 054	16 406	7 984	12 248	20 233
Privatizações	0	0	0	0	230	230
Conversões	560	5 043	5 603	1 559	675	2 234
Autônomos	560	5 043	5 603	1 559	675	2 234
Privatizações	0	0	0	0	0	0
Mercadoria	24	11	35	4	5	9
Saídas	1 886	5 112	6 998	4 172	3 161	7 333
Empréstimos intercompanhias	2 464	-2 442	21	2 010	1 399	3 409
Ingressos	4 205	3 813	8 018	4 593	4 997	9 590
Saídas	1 742	6 255	7 997	2 584	3 598	6 181
Das quais conversões	193	3 285	3 478	349	454	803
Memo:						
Contribuição líquida das conversões para IED	367	1 758	2 125	1 210	221	1 431
Desembolsos totais por meio de conversões	560	5 043	5 603	1 559	675	2 234
Saídas de conversões de empr. intercompanhias	193	3 285	3 478	349	454	803

Apesar da redução dos fluxos para a América Latina, os fluxos de IED para o Brasil apresentaram ingressos líquidos de US\$18,8 bilhões, com acréscimo anual de 24,7%. Desse total, a participação no capital de empresas no País somou US\$15,4 bilhões, dos quais US\$2,2 bilhões eram relativos às operações de conversões de dívida externa em investimentos. Ressalte-se que, dessas conversões, US\$803 milhões originaram-se de amortizações de empréstimos intercompanhias, já incluídos no total dos IEDs. Dessa forma, a contribuição líquida das conversões aos investimentos situou-se em US\$1,4 bilhão. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US\$3,4 bilhões, ante US\$21 milhões, em 2005.

Os IEDs originados nos EUA, principal investidor direto no País, somaram US\$4,4 bilhões em 2006, com participação de 19,9% no total. Os fluxos provenientes dos Países Baixos totalizaram US\$3,5 bilhões; seguindo-se Ilhas Cayman, US\$2 bilhões; Suíça, US\$1,6 bilhão; Espanha, US\$1,5 bilhão; e Canadá, US\$1,3 bilhão. Em 2006, os demais países investiram no Brasil montantes inferiores a US\$1 bilhão.

Quadro 5.25 – IED – Participação no capital – Ingressos brutos

Participação por país

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	7 744	13 894	21 638	9 326	12 899	22 225
Estados Unidos	1 939	2 705	4 644	2 301	2 132	4 433
Países Baixos	1 595	1 613	3 208	1 060	2 435	3 495
Ilhas Cayman	236	842	1 078	1 278	697	1 974
Suíça	202	140	342	376	1 255	1 631
Espanha	488	732	1 220	696	817	1 514
Canadá	460	975	1 435	803	483	1 285
Alemanha	231	1 157	1 388	189	659	848
México	36	1 625	1 661	6	775	782
Luxemburgo	68	71	139	595	150	745
França	401	1 057	1 458	333	412	745
Japão	165	615	779	228	419	648
Bermudas	12	27	39	226	289	515
Reino Unido	65	88	153	75	320	395
Noruega	16	27	43	67	272	339
Portugal	53	282	335	206	94	300
Ilhas Virgens Britânicas	111	143	255	127	153	280
Bélgica	651	35	686	4	268	272
Colômbia	0	1	1	1	231	232
Uruguai	66	101	167	140	90	229
Costa Rica	0	1	1	0	212	212
Itália	138	208	346	127	74	201
Panamá	77	88	166	48	91	139
Argentina	37	75	112	39	86	125
Austrália	78	848	926	22	95	117
Coréia do Sul	67	101	168	42	63	105
Hong Kong	10	7	17	82	19	101
Demais países	540	330	870	257	307	564

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

O setor serviços manteve-se como o maior receptor de IED e absorveu 54,5% do total direcionado ao País no ano. Esse resultado refletiu, por um lado, as elevações registradas nos segmentos intermediação financeira, correios e telecomunicações, atividades imobiliárias e comércio, e, por outro lado, as reduções nos recursos direcionados aos serviços prestados a empresas, eletricidade, gás e água, e seguros. O IED destinado ao setor industrial expandiu-se 31,2% em 2006 e totalizou US\$8,6 bilhões, com ênfase para os segmentos metalurgia básica, celulose e papel, produtos químicos e têxteis. Os fluxos destinados à agropecuária e à indústria extrativa mineral decresceram 29,9%, para US\$1,5 bilhão, em especial nas atividades de extração de minerais metálicos e de extração de petróleo, com diminuições de US\$603 milhões e US\$163 milhões, respectivamente.

Quadro 5.26 – IED – Participação no capital – Ingressos brutos^{1/}

Participação por setor

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	7 744	13 894	21 638	9 326	12 899	22 225
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	348	1 846	2 194	666	872	1 538
Extração de petróleo e serviços relacionados	129	768	897	357	377	734
Extração de minerais metálicos	78	917	996	213	179	393
Silvicultura, exploração florestal e serv. relac.	21	16	36	3	211	214
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	100	110	210	83	93	176
Demais	20	35	55	9	12	21
Indústria	3 687	2 842	6 529	3 624	4 941	8 565
Metalurgia básica ^{2/}	165	146	310	904	815	1 719
Celulose, papel e produtos do papel	41	126	167	77	1 542	1 619
Produtos químicos	459	305	764	453	674	1 127
Produtos alimentícios e bebidas	1 642	433	2 075	152	586	738
Produtos têxteis	6	121	127	627	30	658
Máquinas e equipamentos	139	115	255	238	191	430
Material eletrônico e eqs.de comunicação	90	306	396	245	80	325
Fabricação e montagem de veículos automotores ^{2/}	411	633	1 044	223	65	288
Edição, impressão e reprodução de gravações	12	13	26	254	25	279
Fabricação de coque, petróleo, combustíveis e álcool	3	5	8	16	244	260
Artigos de borracha e plástico	314	168	481	157	61	218
Máquinas, aparelhos e mat.elétricos	43	121	164	33	173	206
Produtos minerais não metálicos	5	11	17	106	44	150
Produtos do fumo	10	9	19	0	114	114
Outros equipamentos de transportes	87	122	209	34	74	108
Produtos de metal	37	57	94	52	45	97
Outras indústrias	223	152	375	54	175	229
Serviços	3 708	9 206	12 915	5 036	7 087	12 123
Correio e telecomunicações	152	1 142	1 294	1 045	1 947	2 992
Comércio	244	1 327	1 571	1 144	1 188	2 332
Serviços prestados a empresas	853	1 982	2 835	769	716	1 485
Intermediação financeira	98	199	297	935	469	1 404
Eletricidade, gás e água quente	1 051	2 907	3 958	270	945	1 215
Alojamento e alimentação	493	419	912	387	680	1 067
Construção ^{4/}	60	68	128	43	306	350
Atividades de informática e conexas ^{5/}	109	94	203	53	268	321
Atividades imobiliárias	89	119	207	85	231	317
Seguros e previdência privada	128	733	861	116	136	252
Transporte	68	77	144	85	107	192
Captação, tratamento e distrib. de água	3	45	48	54	14	68
Outros serviços	362	94	457	49	79	127

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

2/ Inclui siderurgia.

3/ Inclui indústria de peças automotivas.

4/ Inclui obras de infra-estrutura relacionadas aos setores energético e de telecomunicações.

5/ Inclui internet.

Quadro 5.27 – Investimentos estrangeiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	5 545	1 111	6 655	-1 753	10 804	9 051
Receitas	23 690	35 686	59 376	52 209	47 108	99 317
Despesas	18 146	34 575	52 721	53 962	36 304	90 266
Investimentos em ações	2 510	3 941	6 451	4 141	3 575	7 716
Receitas	13 685	20 348	34 033	26 886	24 401	51 287
Despesas	11 175	16 407	27 582	22 745	20 826	43 571
Negociadas no país	2 056	3 365	5 421	2 334	3 525	5 859
Receitas	12 945	19 387	32 332	24 600	23 911	48 511
Despesas	10 889	16 022	26 911	22 266	20 386	42 652
Negociadas no exterior (ADR)	454	576	1 030	1 807	50	1 857
Receitas	740	961	1 701	2 286	490	2 776
Despesas	286	385	671	480	440	919
Títulos de renda fixa	3 034	-2 830	204	-5 894	7 229	1 335
Receitas	10 005	15 338	25 344	25 323	22 707	48 030
Despesas	6 971	18 169	25 139	31 217	15 478	46 695
Negociados no País	263	426	689	6 066	4 976	11 042
Médio e longo prazos	158	255	413	3 941	3 031	6 971
Receitas	982	1 469	2 450	10 121	7 655	17 776
Despesas	824	1 213	2 037	6 180	4 625	10 805
Curto prazo	105	170	276	2 125	1 945	4 070
Receitas	654	979	1 633	5 881	4 519	10 400
Despesas	549	809	1 358	3 756	2 574	6 330
Negociados no exterior	2 771	-3 256	- 485	-11 960	2 253	-9 707
Bônus	2 957	- 750	2 207	-13 304	81	-13 223
Privados	- 599	0	- 599	0	25	25
Desembolsos	0	0	0	0	125	125
Amortizações	599	0	599	0	100	100
Públicos	3 557	- 750	2 806	-13 304	56	-13 248
Desembolsos	4 502	7 987	12 490	2 060	3 390	5 450
Novos ingressos	4 502	3 479	7 981	1 862	2 890	4 752
Refinanciamentos	0	4 509	4 509	198	500	698
Amortizações	945	8 738	9 683	15 364	3 334	18 698
Pagas	945	4 229	5 174	15 166	2 601	17 767
Refinanciadas	0	4 509	4 509	198	733	931
Valor de face	0	4 509	4 509	148	500	648
Descontos obtidos	0	0	0	- 50	- 233	- 283
Notes e commercial papers	- 849	-2 278	-3 127	1 743	1 682	3 425
Desembolsos	3 020	4 316	7 337	5 454	4 739	10 194
Amortizações	3 870	6 594	10 463	3 712	3 057	6 769
Títulos de curto prazo	663	- 228	435	- 399	490	91
Desembolsos	847	587	1 434	1 806	2 278	4 084
Amortizações	184	815	999	2 205	1 788	3 993

Os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros em carteira totalizaram US\$9,1 bilhões em 2006, ante US\$6,7 bilhões no ano anterior, com aumentos de 67,3% nos ingressos e de 71,2% nas remessas. Os investimentos líquidos em ações somaram ingressos de US\$7,7 bilhões, ante US\$6,5 bilhões em 2005, enquanto os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa registraram desembolsos líquidos de US\$1,3 bilhão, ante US\$204 milhões no período anterior. Tal comportamento refletiu, em parte, as captações líquidas recordes de US\$11 bilhões nos títulos de renda fixa negociados no País, com desembolsos brutos de US\$28,2 bilhões e amortizações de US\$17,1 bilhões.

Os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros em ações, em recuperação desde 2003, registraram fluxos expressivos em 2006, em especial na segunda metade do ano. Os valores relativos a receitas e despesas totalizaram US\$51,3 bilhões e US\$43,6 bilhões, respectivamente, com crescimentos de 50,7% e 58% em relação ao ano anterior.

Os ingressos líquidos em ações negociadas no País somaram US\$5,9 bilhões e responderam por 76% do ingresso líquido dos investimentos estrangeiros em ações. As colocações de ADR somaram ingressos líquidos de US\$1,9 bilhão, ante US\$1 bilhão, em 2005.

Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa, após registrarem saídas líquidas no primeiro semestre, apresentaram desembolsos líquidos de US\$1,3 bilhão em 2006. O resultado é pouco significativo diante dos valores recordes negociados no ano, de US\$48 bilhões nos ingressos e de US\$46,7 bilhões nas remessas, o que representa acréscimos de 89,5% e 85,7% em relação a 2005. Esse resultado refletiu, em parte, os efeitos da MP 281, publicada em fevereiro, posteriormente convertida na Lei 11.312, que desonerou do imposto de renda os ganhos de aplicadores estrangeiros em títulos de renda fixa no País.

O mercado de bônus soberanos registrou remessas líquidas de US\$13,2 bilhões em 2006, em função tanto do programa de recompras, ofertas públicas e exercícios de cláusulas de antecipação de pagamentos, como do cronograma original de vencimentos. Do ponto de vista das novas colocações, destaquem-se a emissão e as reaberturas do Global BRL 22 e o lançamento do Global 17. No primeiro caso, ampliou-se em R\$1,4 bilhão, equivalente a US\$647 milhões, o montante emitido do segundo papel soberano denominado em reais. Se considerarmos a emissão em setembro de 2006 e as reaberturas em outubro e dezembro, o Global BRL 22 somou R\$3 bilhões, equivalentes a US\$1,4 bilhão, o que propiciou o início da construção de uma curva referencial para operações em reais no mercado internacional. O lançamento do Global 17 significou acréscimo de US\$1,5 bilhão às reservas internacionais em novembro, além de contribuir para completar a curva de juros de referência para o País. Com o prazo de captação de dez anos, a taxa de retorno proporcionada aos investidores equivaleu a *spread* de 159 pontos básicos, a mais baixa entre todas as captações da República em títulos

efetuadas no período pós-1994, e condizente com decisões recentes das agências de classificação de risco. A Standard&Poor's manteve a nota da dívida externa soberana brasileira a dois níveis do grau de investimento, mas alterou sua perspectiva de neutra para positiva em novembro.

Quadro 5.28 – Outros investimentos estrangeiros

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-7 958	-14 528	-22 486	6 009	13 028	19 036
Crédito comercial (de fornecedores)	406	3 179	3 585	7 275	3 169	10 443
Longo prazo	- 583	- 358	- 941	- 345	- 496	- 841
Desembolsos	354	386	740	417	395	812
Amortizações	937	744	1 681	762	890	1 653
Curto prazo (líquido)	988	3 538	4 526	7 620	3 665	11 284
Empréstimos	-8 838	-17 915	-26 753	-2 272	9 204	6 932
Autoridade monetária	-2 909	-20 493	-23 402	- 69	- 69	- 138
Operações de regularização	-2 843	-20 427	-23 271	0	0	0
FMI	-2 843	-20 427	-23 271	0	0	0
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	2 843	20 427	23 271	0	0	0
Outros empréstimos de longo prazo	- 66	- 66	- 132	- 69	- 69	- 138
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	66	66	132	69	69	138
Demais setores	-5 928	2 578	-3 351	-2 203	9 273	7 070
Longo prazo	-2 943	651	-2 291	952	9 460	10 412
Desembolsos	2 734	5 242	7 976	7 345	19 791	27 136
Organismos ^{1/}	638	2 080	2 718	3 608	1 497	5 105
Agências	413	806	1 219	752	717	1 469
Compradores	586	847	1 433	1 001	1 116	2 117
Empréstimos diretos	1 098	1 509	2 606	1 985	16 461	18 446
Amortizações	5 676	4 591	10 267	6 394	10 331	16 725
Organismos ^{1/}	1 394	1 136	2 530	1 049	1 081	2 130
Agências	1 810	813	2 624	3 131	339	3 470
Compradores	1 227	1 216	2 443	1 257	1 056	2 313
Empréstimos diretos	1 245	1 426	2 671	957	7 855	8 812
Curto prazo	-2 986	1 926	-1 059	-3 154	- 187	-3 342
Moeda e depósitos	440	127	567	1 002	654	1 656
Outros passivos	34	81	115	4	1	5
Longo prazo	0	0	0	0	0	0
Curto prazo	34	81	115	4	1	5

1/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

Os desembolsos líquidos de *notes e commercial papers* alcançaram US\$3,4 bilhões, frente a amortizações líquidas de US\$3,1 bilhões no ano anterior. Os títulos de curto prazo registraram ingressos líquidos de US\$91 milhões, comparativamente a US\$435 milhões, em 2005. Ainda que o saldo tenha sido bem menor, os ingressos elevaram-se 185%, e as saídas, 300%.

O segmento outros investimentos registrou ingressos líquidos de US\$15,9 bilhões, ante saídas líquidas de US\$27,5 bilhões em 2005. Outros investimentos estrangeiros no País apresentaram desembolsos líquidos de US\$19 bilhões, ante remessas líquidas de US\$22,5 bilhões na mesma comparação, ressaltando-se que, dessa reversão de US\$41,5 bilhões, US\$6,9 bilhões referiram-se à ampliação líquida de créditos comerciais e US\$33,7 bilhões à concessão líquida de empréstimos e financiamentos. O resultado de 2005 incluiu a amortização de US\$23,3 bilhões de pagamento ao FMI, que quitou o endividamento do país com aquele organismo.

O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos de US\$10,4 bilhões, ante US\$3,6 bilhões, em 2005. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram remessas líquidas de US\$841 milhões, e os de curto prazo, ingressos líquidos de US\$11,3 bilhões.

Os empréstimos e financiamentos dos demais setores apresentaram desembolsos líquidos de US\$7,1 bilhões, ante saídas líquidas de US\$3,4 bilhões em 2005. Os empréstimos de longo prazo totalizaram ingressos líquidos de US\$10,4 bilhões, concentrados em empréstimos diretos, US\$9,6 bilhões (incluindo US\$14,5 bilhões de desembolsos para financiar a mencionada operação de investimento brasileiro direto no exterior no setor de mineração), e de organismos, US\$3 bilhões. Adicionalmente, ocorreram amortizações líquidas de agências, US\$2 bilhões, e de empréstimos de compradores, US\$196 milhões.

Os empréstimos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US\$3,3 bilhões, ante US\$1,1 bilhão no ano anterior. Os ingressos líquidos de recursos de não-residentes mantidos no País sob a forma de depósitos e moeda somaram US\$1,7 bilhão, comparados a US\$567 milhões em 2005.

A constituição líquida de novos investimentos brasileiros diretos no exterior, em 2006, atingiu o recorde de US\$27,3 bilhões, ante US\$2,5 bilhões em 2005. Esse resultado foi fortemente influenciado por operação do setor de mineração, ocorrida em outubro e novembro, e fez com que os investimentos brasileiros diretos no exterior superassem, pela primeira vez, os fluxos de IED, ambos em valores líquidos. Do total das remessas líquidas, US\$22,5 bilhões referiram-se a aumento de participações no capital, ante US\$2,7 bilhões em 2005. Os empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior representaram saídas líquidas de US\$4,8 bilhões, frente a retornos de US\$178 milhões em 2005.

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram saídas líquidas de US\$429 milhões, comparados a US\$1,8 bilhão em 2005, com remessas líquidas de US\$1,9 bilhão de investimentos em ações, ante US\$831 milhões em 2005. Os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram retornos líquidos de US\$1,4 bilhão, ante saídas líquidas de US\$940 milhões, no ano anterior.

Quadro 5.29 – Investimentos brasileiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 782	- 735	-2 517	-4 502	-22 749	-27 251
Retornos	477	1 037	1 515	501	628	1 129
Saídas	2 259	1 773	4 032	5 003	23 377	28 380
Participação no capital	-1 847	- 847	-2 695	-4 525	-17 937	-22 462
Retornos	371	809	1 180	390	613	1 002
Saídas	2 218	1 657	3 875	4 915	18 550	23 465
Empréstimos intercompanhias	66	112	178	23	-4 812	-4 789
Ingressos	107	228	335	111	15	126
Saídas	41	116	157	88	4 827	4 915

Quadro 5.30 – Investimentos brasileiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 044	- 727	-1 771	1 034	-1 463	- 429
Receitas	1 914	1 245	3 159	3 857	2 167	6 024
Despesas	2 957	1 972	4 929	2 823	3 629	6 453
Investimentos em ações	- 708	- 123	- 831	- 387	-1 480	-1 867
Receitas	16	54	70	160	247	406
Despesas	724	177	901	546	1 727	2 273
<i>Brazilian Depositary Receipts (BDR)</i>	0	- 4	- 4	- 291	- 323	- 614
Receitas	0	0	0	3	3	6
Despesas	0	4	4	294	326	620
Demais	- 708	- 120	- 827	- 96	-1 156	-1 252
Receitas	16	54	70	156	244	400
Despesas	724	173	897	252	1 400	1 652
Títulos de renda fixa	- 336	- 604	- 940	1 421	17	1 438
Receitas	1 898	1 191	3 089	3 698	1 920	5 618
Despesas	2 233	1 795	4 029	2 277	1 903	4 180

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram saídas líquidas de US\$3,2 bilhões, ante US\$5 bilhões em 2005. Ressalte-se a redução de US\$3,3 bilhões no saldo de moeda e depósitos no exterior, principalmente devido aos investimentos na forma de moeda e depósitos de bancos, que apresentaram retornos líquidos de US\$1,9 bilhão, ante saídas líquidas de US\$1,2 bilhão, em 2005. Adicionalmente, o resultado foi influenciado pela concessão líquida de US\$2,9 bilhões de empréstimos ao exterior, cujo saldo dos empréstimos de longo prazo somou remessas líquidas de US\$3 bilhões, ante US\$1,9 bilhão, no ano anterior. Os outros ativos totalizaram remessas líquidas de US\$658 milhões, dos quais US\$460 milhões foram de ativos de curto prazo.

Quadro 5.31 – Outros investimentos brasileiros

US\$ milhões

Discriminação	2005			2006		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	503	-5 538	-5 035	-3 039	- 126	-3 165
Empréstimos	-1 056	- 784	-1 840	-1 092	-1 761	-2 853
Longo prazo	-1 048	- 824	-1 872	-1 206	-1 764	-2 970
Receitas	722	1 347	2 069	788	725	1 513
Despesas	1 770	2 171	3 941	1 993	2 490	4 483
Curto prazo (líq.)	- 8	40	32	113	4	117
Moeda e depósitos	1 636	-4 567	-2 930	-1 698	2 045	346
Bancos	3 061	-4 248	-1 187	- 703	2 558	1 855
Demais setores	-1 425	- 319	-1 744	- 995	- 514	-1 509
Demais	-1 425	- 319	-1 744	- 995	- 514	-1 509
Outros ativos	- 78	- 187	- 265	- 248	- 410	- 658
Longo prazo	- 47	- 122	- 169	- 51	- 147	- 198
Receitas	1	1	2	3	0	4
Despesas	48	123	171	54	147	201
Curto prazo	- 31	- 65	- 96	- 197	- 262	- 460

Reservas internacionais

O consistente fluxo de recursos externos, ao longo de 2006, permitiu ao Banco Central efetuar compras líquidas no mercado doméstico de câmbio de US\$34,3 bilhões, o que contribuiu decisivamente para que as reservas internacionais atingissem, ao final do ano, o valor recorde de US\$85,8 bilhões e superassem em US\$32 bilhões o apurado no ano anterior.

As operações externas do Banco Central somaram despesas líquidas de US\$2,3 bilhões. Os desembolsos totais de US\$6,6 bilhões se concentraram no lançamento de bônus, US\$5,5 bilhões, discriminados a seguir: Euro 15, US\$362 milhões; Global 17,



US\$1,5 bilhão; Global 37, US\$2 bilhões; Global 34, US\$198 milhões; e Global BRL 22, US\$1,4 bilhão. Os desembolsos junto a organismos internacionais atingiram US\$1,2 bilhão.

Quadro 5.32 – Fluxos financeiros por credor externo – Itens selecionados^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2003	2004	2005	2006
Bird^{2/3/}	- 872	- 615	- 121	1 261
Desembolsos	1 437	1 524	1 644	2 717
Amortizações	1 886	1 821	1 424	1 046
Juros	424	317	341	410
BID^{3/}	-1 640	-1 965	- 576	708
Desembolsos	1 179	719	1 073	2 388
Amortizações	2 093	2 026	1 106	1 084
Juros	725	658	543	596
FMI	3 673	-5 577	-24 370	- 125
Desembolsos	17 596	-	-	-
Amortizações	12 826	4 363	23 271	-
Juros	1 097	1 214	1 099	125
Agências governamentais				
Agências	-1 366	-2 314	-1 765	-2 443
Desembolsos	1 731	785	1 219	1 469
Amortizações	2 585	2 617	2 624	3 470
Juros	512	482	360	442
Memo:				
Clube de Paris	-1 474	-1 638	-1 090	-2 667
Amortizações	1 206	1 418	985	2 584
Juros	268	220	105	83
Bônus	-2 788	-5 815	-3 438	-18 727
Desembolsos	7 087	5 928	12 490	5 575
Novos ingressos	5 889	5 928	7 981	4 877
Refinanciamentos	1 198	0	4 509	698
Amortizações	4 768	6 368	10 282	18 798
Pagas	3 570	6 368	5 773	16 694
Refinanciadas	1 198	0	4 509	2 103
Juros	5 107	5 375	5 645	5 504
Notes e commercial papers	-4 055	-9 360	-6 392	- 99
Desembolsos	4 729	5 085	7 337	10 194
Amortizações	5 490	11 196	10 463	6 769
Juros	3 294	3 249	3 265	3 524
Intercompanhias – IED	- 325	-1 431	-1 231	1 884
Desembolsos	6 150	5 259	8 018	9 590
Amortizações	5 327	5 683	7 997	6 181
Juros	1 148	1 007	1 253	1 525
Bancos^{4/}	-4 164	-2 817	-2 403	7 614
Desembolsos	5 583	5 227	4 039	20 563
Amortizações	8 267	6 683	5 114	11 125
Juros	1 481	1 361	1 329	1 824
De empréstimos	951	866	992	1 481
De financiamentos	530	495	337	343

1/ Não inclui fornecedores.

2/ Inclui CFI.

3/ Inclui empréstimos e financiamentos.

4/ Inclui empréstimos de bancos e créditos de compradores.

Quadro 5.33 – Demonstrativo de variação das reservas internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	49 296	52 935	53 799
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenção)	5 274	21 491	34 336
Pronto	5 274	21 491	34 336
Linhas com recompra	-	-	-
Linhas para exportação	-	-	-
2. Operações externas do Banco Central	- 1 635	- 20 627	- 2 297
Desembolsos	6 741	12 490	6 605
Bônus	5 728	12 490	5 450
Organismos	1 013	-	1 155
Amortizações	- 6 813	- 27 914	- 12 856
Bônus e MYDFA	- 1 753	- 4 641	- 12 854
Organismos	- 4 365	- 23 273	- 2
Clube de Paris	- 696	-	-
Juros	- 2 797	- 2 261	2 417
Bônus e MYDFA	- 2 595	- 2 441	- 273
Organismos	- 1 214	- 1 099	- 125
Clube de Paris	- 119	- 2	-
Remuneração das reservas	1 131	1 280	2 815
Demais ^{1/}	1 235	- 2 941	1 537
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	3 639	864	32 040
III - Posição das reservas (final de período)	52 935	53 799	85 839
Memo:			
Mercado de câmbio liquidado:	5 274	21 491	34 336
Operações com clientes no país (líquido)	12 270	19 223	36 428
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	- 5 584	- 475	-
Variação da posição dos bancos (líquido) ^{2/}	- 1 413	2 743	- 2 092
Reservas líquidas ajustadas (exclui empréstimo do FMI) ^{3/}	27 541
Reservas líquidas ajustadas – Acordo FMI	25 321

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

3/ As reservas líquidas ajustadas denominadas em dólares consideram as paridades do mês anterior para mensurar os ativos denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano. Desde a liquidação da dívida com o FMI, ocorrida em dezembro de 2005, não mais se aplica esse conceito.

As amortizações totalizaram US\$12,9 bilhões, das quais US\$12,7 bilhões relativas a bônus e US\$138 milhões ao *Multiyear Deposit Facility Agreement* (MYDFA). Com relação aos pagamentos de bônus soberanos, ressaltou-se o pagamento antecipado de US\$5,8 bilhões dos bônus *Bradies* por meio do exercício da opção de *call* em abril.

A receita líquida de juros somou US\$2,4 bilhões, com receita de US\$2,8 bilhões proveniente da remuneração das reservas e despesas de US\$273 milhões relativas a bônus e de US\$125 milhões junto ao FMI.

As demais operações totalizaram receita líquida de US\$1,5 bilhão, reflexo das variações de US\$1,2 bilhão em paridade e de US\$305 milhões em preços de títulos, bem como da receita de US\$1,3 bilhão decorrente da liberação de colaterais dos bônus *Bradies*, contrapondo-se às despesas de US\$881 milhões relativas a ágio nas recompras antecipadas de títulos soberanos pelo TN, liquidadas com recursos das reservas internacionais.

Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional

Em 2006, diante da continuidade do desempenho favorável das contas externas do País, o TN manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado doméstico de câmbio para cumprir o serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus e ao Clube de Paris. Ao longo do ano, tais liquidações do TN em mercado somaram US\$12,3 bilhões, dos quais, US\$7,1 bilhões foram referentes a principal e US\$5,2 bilhões a juros. Dentre os pagamentos de principal, destacaram-se os relativos ao bônus Global 06, US\$1,5 bilhão; Samurai 06, US\$524 milhões; e Euro 06, US\$805 milhões; à operação de *Tender Offer*, US\$1,3 bilhão; aos bônus *Bradies* e *Pré-Bradies*, US\$697 milhões; e ao Clube de Paris, US\$2,6 bilhões. Dentre as despesas de juros, sobressaíram as relativas a bônus, US\$5 bilhões; aos *Bradies* e *Pré-Bradies*, US\$190 milhões; e ao Clube de Paris, US\$83 milhões.

Quadro 5.34 – Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa^{1/}

US\$ milhões

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
Jan	3 089	925	4 014	3 218	796	4 014
Fev	2 408	650	3 057	1 324	1 734	3 057
Mar	2 060	380	2 440	1 123	1 317	2 440
Abr	6 940	783	7 723	1 553	6 170	7 723
Mai	949	195	1 144	869	275	1 144
Jun	1 393	175	1 568	1 129	440	1 568
Jul	548	750	1 298	731	567	1 298
Ago	160	467	626	437	190	626
Set	319	308	627	315	312	627
Out	262	499	761	486	275	761
Nov	949	278	1 227	1 076	150	1 227
Dez	99	75	173	72	102	173
2006	19 176	5 484	24 661	12 333	12 327	24 661

1/ Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus e Clube de Paris.

O desempenho recente das contas externas propicia a ampliação, por parte do governo brasileiro, de medidas voltadas a melhorar o perfil do passivo externo brasileiro, principalmente via antecipação de amortizações. Tais medidas tiveram início em 2005, com a troca parcial do bônus *Brady C-Bond* por *A-Bond* e a posterior liquidação de seu saldo remanescente, seguidas da liquidação antecipada do programa de assistência financeira junto ao FMI, ao final do ano. Entre as principais ações, ao longo de 2006, o TN realizou a liquidação antecipada da dívida de US\$2,6 bilhões junto ao Clube de Paris, via contratação do câmbio em mercado; a antecipação e liquidação total, pelo exercício da opção de *call*, dos *Bradies*; além da implementação do programa de recompra de títulos da dívida externa.

Em abril de 2006, foi liquidado o saldo remanescente de bônus *Bradies* em mercado, US\$6,5 bilhões. Desse total, US\$5,8 bilhões relacionaram-se ao exercício da opção de resgate antecipado (*call*), os quais foram sacados das reservas internacionais, enquanto os demais US\$609 milhões originaram-se de amortizações normais, que já estavam anteriormente agendadas para o mês. Assim, foram eliminados por completo os títulos oriundos do programa de reestruturação da dívida externa, denominado Plano *Brady*.

Quadro 5.35 – Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa
Pela data de liquidação

US\$ milhões				
Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
Jan	774	22	84	881
Fev	1 684	50	216	1 949
Mar	1 269	48	184	1 501
Abr	369	8	68	446
Mai	270	5	44	319
Jun	113	3	22	138
Jul	548	19	85	652
Ago	160	7	28	195
Set	304	8	54	366
Out	262	13	51	326
Nov	144	6	26	177
Dez	98	4	20	121
2006	5 995	193	881	7 070

O Plano *Brady* resultou na novação da dívida entre o setor público e seus credores privados, por meio da emissão de sete diferentes bônus da República, em 15 de abril de 1992, no valor de US\$43 bilhões. A fim de facilitar o acordo, alguns títulos foram lastreados por garantias de principal e ou de juros. Com a liquidação do saldo remanescente de bônus *Bradies*, foram liberadas garantias de US\$1,4 bilhão relativas aos títulos *Par* e *Discount*, as quais foram incorporadas às reservas internacionais.

Inicialmente, o programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira em circulação no mercado internacional considerava títulos com vencimento até 2010, e incluiu, em setembro, títulos com vencimento até 2012 e os bônus da dívida reestruturada. Além de ter proporcionado economia com a redução do fluxo de pagamentos futuros de juros, o programa visou ao alongamento do perfil de vencimentos da dívida externa soberana.

A execução do programa em 2006 absorveu US\$7,1 bilhões das reservas internacionais, dos quais US\$6 bilhões foram gastos nas amortizações de principal por seu valor de face, o que correspondeu ao montante da efetiva redução da dívida externa: US\$193 milhões em juros decorridos e US\$881 milhões em despesas de ágio.

Paralelamente, outras medidas objetivaram reduzir distorções na curva de juros da dívida externa soberana brasileira ao retirar de mercado títulos com cupons elevados.

Nesse sentido, em junho, foi promovida operação de troca de títulos Global 30 por Global 34. Nessa operação, foram trocados US\$148 milhões, em valor de face, do Global 30, e retiraram-se de mercado cerca de 9% do estoque desse papel, por US\$198 milhões de emissão do Global 34, também em valor de face.

Ainda em junho, foi efetuada oferta pública de recompra parcial (*Tender Offer*) de bônus da dívida externa soberana, denominados em dólares e euros, com vencimentos distribuídos de 2007 a 2030. A operação resultou em amortizações de US\$1.280 milhões, a valor de face, despesas de ágio de US\$291 milhões e pagamentos de juros decorridos de US\$44 milhões. Do total recomprado, em termos de valor de face, 97,2% referiram-se a títulos denominados em dólares. Da despesa total de US\$1,6 bilhão, US\$1 bilhão foi proveniente de contratos de câmbio liquidados pelo TN em mercado, e o restante foi sacado das reservas internacionais.

Por fim, em agosto, o TN anunciou o resultado da operação de troca dos bônus da dívida externa soberana, denominada *Exchange Offer*. Tal operação envolveu a troca de cinco diferentes bônus soberanos (Globals 20, 24, 24B, 27 e 30) pela emissão de valor de face equivalente em bônus Global 37. Como resultado, foram emitidos US\$500 milhões desse título. A diferença de preço entre os títulos trocados e o preço de reabertura do Global 37 acarretou despesa de ágio de US\$233 milhões, paga com recursos advindos das reservas internacionais. A operação envolveu, ainda, despesa de US\$20,2 milhões em juros, também liquidada com recursos das reservas internacionais, oriunda da diferença entre o valor dos juros decorridos dos títulos trocados e o valor dos juros decorridos do Global 37 emitido.

Dívida externa

A dívida externa total atingiu US\$172 bilhões em dezembro de 2006, com elevação de US\$3 bilhões em relação ao estoque ao final de 2005. As dívidas de médio e longo prazos totalizaram US\$152,3 bilhões, e a de curto prazo, US\$20,2 bilhões, com aumentos de US\$1,6 bilhão e de US\$1,4 bilhão, respectivamente, no período. O estoque de empréstimos intercompanhias cresceu US\$8,2 bilhões, atingindo US\$26,8 bilhões.

Quadro 5.36 – Endividamento externo bruto^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006
A. Dívida total (B+C)	210 711	214 930	201 374	169 450	172 459
B. Dívida de médio e longo prazos ^{2/}	187 316	194 736	182 630	150 674	152 266
Programa de assistência financeira	20 793	28 255	24 946	-	-
FMI	20 793	28 255	24 946	-	-
BIS	-	-	-	-	-
BoJ	-	-	-	-	-
Bônus de dívida reestruturada (<i>Bradies</i>)	18 226	16 068	14 174	6 948	-
Demais bônus ^{3/}	39 848	45 747	48 059	55 842	51 968
Financiamentos de importações	48 321	47 869	42 609	38 877	39 983
Organismos internacionais	24 377	23 433	22 241	21 779	25 148
Agências governamentais	12 731	12 856	10 970	8 614	6 259
Outros financiadores	11 213	11 579	9 398	8 483	8 575
Empréstimos em moeda	60 127	56 797	52 842	49 007	60 315
<i>Notes</i> ^{4/}	48 539	46 661	42 037	38 257	40 151
Empréstimos diretos	11 588	10 136	10 805	10 750	20 164
Empréstimos diversos	-	-	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	23 395	20 194	18 744	18 776	20 192
Linhas de crédito de importação de petróleo	65	-	-	-	-
Bancos comerciais	15 059	14 822	15 991	15 701	16 396
Financiamento rural (Resolução 2.483)	-	-	-	-	-
Outras operações	8 271	5 372	2 753	3 075	3 796
Financiamentos	4 760	1 299	782	602	531
Empréstimos	3 512	4 073	1 971	2 473	3 264
D. Empréstimos intercompanhias	16 978	20 484	18 808	18 537	26 783
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A+D)	227 689	235 414	220 182	187 987	199 242

1/ A partir de 2001, contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui pré-*bradies* (BIB).

4/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

O estoque de bônus da dívida externa reduziu-se US\$10,8 bilhões em 2006, e a parcela composta por *Bradies* foi totalmente quitada. O estoque dos demais bônus diminuiu US\$3,9 bilhões, dos quais 97,6% referiram-se a bônus do setor público.

A composição da dívida externa de médio e longo prazos, em dezembro de 2006, revelava que 39,6% de seu total referiam-se a créditos relativos a empréstimos em moeda, 34,1% a bônus e 26,3% a financiamentos de comércio. O estoque de empréstimos em moeda aumentou US\$11,3 bilhões em 2006, dos quais US\$9,4 bilhões relativos a empréstimos diretos e US\$1,9 bilhão a *notes*. Os financiamentos de comércio elevaram-se US\$1,1 bilhão.

Quadro 5.37 – Dívida externa registrada

US\$ milhões

Devedor	Credor			
	Bônus	Organismos ^{1/}	Bancos	Notes ^{2/}
A. Total	51 968	25 158	24 415	41 939
B. Médio e longo prazos	51 968	25 148	22 897	40 151
Setor público	50 741	22 096	5 027	3 665
Setor público não financeiro	50 741	18 729	2 435	1 642
Tesouro Nacional	50 741	10 970	1 260	-
Banco Central do Brasil	-	-	138	-
Estatais	-	1 564	853	1 642
Estados e municípios	-	6 195	183	-
Setor financeiro	-	3 367	2 592	2 023
Setor privado	1 228	3 052	17 870	36 485
Não financeiro	1 003	2 255	15 823	23 550
Financeiro	225	797	2 047	12 935
C. Curto prazo	-	10	1 518	1 788
Empréstimos	-	-	1 343	-
Não financeiro	-	-	674	-
Financeiro	-	-	669	-
Financiamento de importações	-	10	175	1 788
Não financeiro	-	-	26	188
Financeiro	-	10	149	1 600
D. Empréstimos intercompanhias	232	-	-	2 211
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	52 200	25 158	24 415	44 150

(continua)

Quadro 5.37 – Dívida externa registrada (continuação)

US\$ milhões

Posição: 31.12.2006

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	6 259	5 216	1 108	156 062
B. Médio e longo prazos	6 259	4 869	974	152 266
Setor público	3 192	387	1	85 109
Setor público não financeiro	2 328	387	1	76 263
Tesouro Nacional	690	274	-	63 935
Banco Central do Brasil	19	-	-	157
Estatais	1 185	110	1	5 355
Estados e municípios	434	3	-	6 815
Setor financeiro	864	-	-	8 846
Setor privado	3 068	4 482	973	67 158
Não financeiro	2 997	4 481	444	50 553
Financeiro	71	1	529	16 605
C. Curto prazo	0	347	134	3 796
Empréstimos	-	-	134	1 477
Não financeiro	-	-	18	692
Financeiro	-	-	116	785
Financiamento de importações	0	347	-	2 319
Não financeiro	0	346	-	559
Financeiro	-	1	-	1 760
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	24 340	26 783
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	6 259	5 216	25 447	182 845

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

A dívida de curto prazo aumentou US\$1,4 bilhão no ano, reflexo do desempenho tanto das operações de bancos comerciais, que aumentaram US\$695 milhões, como das operações de empréstimos, que cresceram US\$791 milhões.

Em dezembro de 2006, considerando somente o estoque de dívida externa registrada, equivalente a 90,5% da dívida externa total, o setor público figurava como maior devedor – 54,8% do total da dívida – e acumulava US\$85,1 bilhões em recursos de médio e longo prazos e US\$425 milhões em recursos de curto prazo. A dívida externa registrada de responsabilidade do setor privado dividia-se em US\$67,2 bilhões de médio e longo prazos e US\$3,4 bilhões de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazos do setor privado concentrava-se na modalidade *notes*, US\$36,5 bilhões, responsável por 54,3% do total.

O setor público não financeiro detinha, em dezembro de 2006, US\$76,3 bilhões em dívida externa de médio e longo prazos. Desse total, 83,8% concentravam-se no TN, dos quais US\$50,7 bilhões na modalidade bônus. Da dívida externa do Banco Central, depois da quitação antecipada da dívida com o FMI ao final de 2005, restam US\$157 milhões, US\$138 milhões provenientes do MYDFA, empréstimo originário de dívida reestruturada; e US\$19 milhões de empréstimos de agências governamentais. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 8,9% do total do setor público não financeiro, concentrada em créditos de organismos internacionais; e a dívida das estatais, 7%, distribuída entre créditos de organismos internacionais, bancos, *notes* e agências.

Quadro 5.38 – Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista

US\$ milhões

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006
Governo federal (contratada diretamente)	75 323	76 729	75 345	75 161	63 942
Estados e municípios	6 149	6 364	6 904	6 474	6 815
Direta	3	2	-	-	-
Com aval	6 146	6 363	6 904	6 474	6 815
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	39 650	48 328	43 041	14 953	14 777
Direta	13 539	13 708	12 280	9 447	9 041
Com aval	26 111	34 620	30 761	5 505	5 735
Setor privado (com aval do setor público)	328	225	128	98	89
Total geral	121 450	131 646	125 418	96 686	85 622
Direta	88 866	90 439	87 625	84 608	72 983
Com aval	32 584	41 207	37 793	11 087	12 640
Pelo governo federal	32 376	41 023	37 604	11 044	12 597
Pelos estados e municípios	-	-	-	-	3
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	208	184	188	44	40

A dívida contratada com aval do setor público atingiu US\$12,6 bilhões em dezembro de 2006. Desse total, apenas US\$89 milhões constituíam dívida do setor privado.

O esquema de amortização da dívida externa bruta registrada de médio e longo prazos, de acordo com a posição de dezembro de 2006, revelava concentração de 49,6% do total de vencimentos nos próximos cinco anos. A dívida de médio e longo prazos do setor público não financeiro concentrava 33,3% dos vencimentos até 2011 e a dívida do setor privado, 67,2%. Em relação ao esquema de amortização da dívida externa registrada, por credor, os empréstimos em moeda e os bônus correspondiam a 70,6% dos vencimentos de médio e longo prazo nesse mesmo período, enquanto os organismos internacionais correspondiam a 14,8% dos vencimentos.

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2007	2008	2009	2010	2011
A. Dívida total (B+C)	156 062	23 653	22 067	10 987	12 282	10 272
B. Dívida de médio e longo prazos	152 266	20 219	21 705	10 987	12 282	10 272
Setor público não financeiro	76 263	6 714	4 585	4 219	4 648	5 268
Governo central	64 093	5 077	3 023	3 089	3 669	3 974
Demais	12 170	1 637	1 562	1 130	979	1 293
Setor público financeiro	8 846	1 090	1 309	433	791	1 302
Setor privado	67 158	12 416	15 811	6 335	6 843	3 702
C. Dívida de curto prazo	3 796	3 433	362	-	-	-
Setor público não financeiro	6	6	-	-	-	-
Setor público financeiro	419	417	1	-	-	-
Setor privado	3 371	3 010	361	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	26 783	8 606	4 191	1 653	1 634	2 162
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	182 845	32 258	26 258	12 640	13 916	12 434

(continua)

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Posição: 31.12.2005

Discriminação	2012	2013	2014	2015	2016	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	8 850	9 362	5 563	8 651	7 269	37 107
B. Dívida de médio e longo prazos	8 850	9 362	5 563	8 651	7 269	37 107
Setor público não financeiro	6 148	3 779	2 950	5 114	3 233	29 608
Governo central	5 226	2 868	2 353	4 239	2 587	27 988
Demais	922	910	597	875	646	1 620
Setor público financeiro	415	1 045	364	325	284	1 489
Setor privado	2 287	4 538	2 250	3 212	3 753	6 010
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	- 0
Setor público não financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	664	496	709	749	1 239	4 681
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	9 514	9 858	6 272	9 400	8 508	41 787

^{1/} Inclui operações de regularização.

Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2007	2008	2009	2010	2011
A. Dívida total (B+C)	156 062	23 653	22 067	10 987	12 282	10 272
B. Dívida de médio e longo prazos	152 266	20 219	21 705	10 987	12 282	10 272
Organismos internacionais	25 148	1 936	1 965	2 293	2 487	2 484
Agências governamentais	6 259	767	778	821	813	611
Compradores	3 707	1 006	751	605	372	283
Fornecedores	4 869	1 589	547	386	1 431	240
Empréstimos em moeda	60 315	11 041	15 624	4 980	4 699	3 549
Notes ^{2/}	40 151	7 888	5 302	3 693	3 742	1 928
Empréstimo diretos	20 164	3 153	10 322	1 287	957	1 621
Bônus	51 968	3 879	2 039	1 902	2 480	3 105
C. Dívida de curto prazo	3 796	3 433	362	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	26 783	8 606	4 191	1 653	1 634	2 162
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	182 845	32 258	26 258	12 640	13 916	12 434

(continua)

Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Posição: 31.12.2006

Discriminação	2012	2013	2014	2015	2016	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	8 850	9 362	5 563	8 651	7 269	37 107
B. Dívida de médio e longo prazos	8 850	9 362	5 563	8 651	7 269	37 107
Organismos internacionais	3 331	2 035	1 409	1 285	1 143	4 780
Agências governamentais	568	486	386	335	257	437
Compradores	297	156	130	74	10	22
Fornecedores	74	152	36	48	31	335
Empréstimos em moeda	1 623	4 254	1 928	3 256	3 611	5 750
Notes ^{2/}	986	3 353	1 632	2 760	3 481	5 386
Empréstimo diretos	637	901	296	496	130	364
Bônus	2 957	2 278	1 675	3 654	2 216	25 783
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	664	496	709	749	1 239	4 681
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	9 514	9 858	6 272	9 400	8 508	41 787

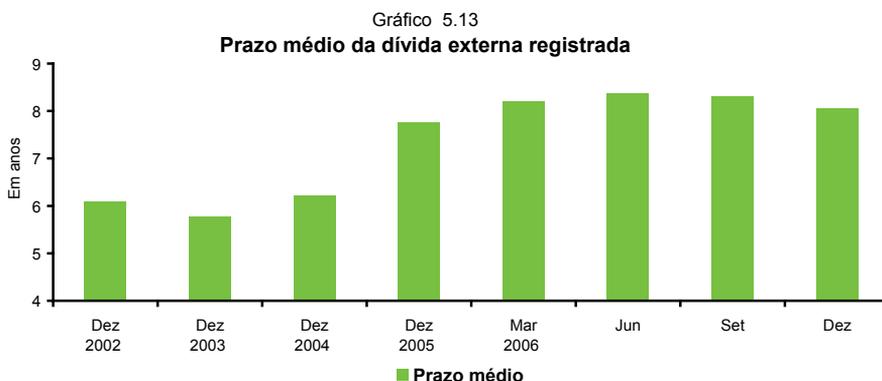
^{1/} Inclui operações de regularização.^{2/} Inclui *commercial papers* e *securities*.

O prazo médio da dívida externa registrada aumentou de 7,8 anos, em dezembro de 2005, para 8,1 anos, em dezembro de 2006. Nesta última posição, a dívida referente a fornecedores/compradores constituía-se na modalidade de menor prazo médio, 3,1 anos, e a parcela referente a bônus, na de prazo médio mais longo, 12,6 anos. O prazo médio relativo a organismos internacionais passou de 6,5 anos, em dezembro de 2005, para 6,7 anos, ao final de 2006.

Quadro 5.41 – Prazo médio de amortização

Dívida externa registrada ^{1/}		
US\$ milhões		
Discriminação	2006	Prazo médio (anos)
A. Total	154 910	8,06
Organismos internacionais	25 148	6,74
Agências governamentais	6 252	5,09
Fornecedores/compradores	8 292	3,15
Empréstimos em moeda + curto prazo	63 250	4,82
Bônus	51 968	12,62
<i>Bradies</i>	217	4,00
Global/Euro	50 524	12,82
Outros	1 228	5,99
B. Empréstimos intercompanhias	23 626	4,98
C. Total + intercompanhia	178 536	7,31

1/ Exclui vencidos.

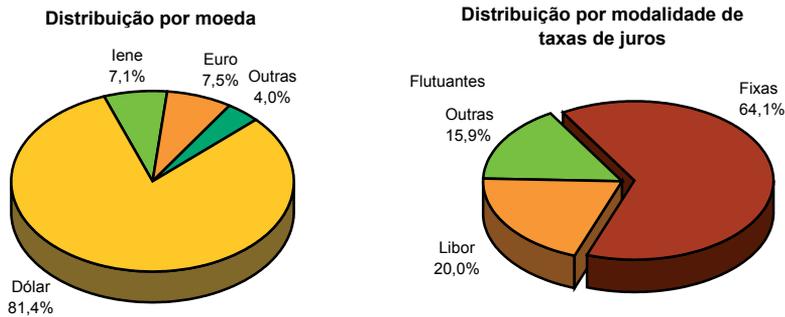


Em relação à composição da dívida externa registrada por moeda, a participação do dólar norte-americano reduziu-se de 82,1% do total, em dezembro de 2005, para 81,4% ao final de 2006. A participação do euro recuou de 8,5% para 7,5%, no período, e a do iene aumentou de 6,8% para 7,1%.

Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, o estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes aumentou de 31,4% do total, ao final de 2005, para 35,9% em dezembro de 2006. Do total da dívida contratada sob taxas flutuantes, a *Libor* semestral permaneceu como principal indexador, com aumento de sua participação relativa no estoque da dívida sob taxas flutuantes de 55,1% para 55,7%, no período.

Gráfico 5.14
Composição da dívida externa registrada

Dezembro de 2006



Quadro 5.42 – Indicadores de sustentabilidade externa^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006
Serviço da dívida	49 893	52 988	51 800	66 048	56 858
Amortizações ^{2/}	35 677	38 809	37 561	51 587	41 979
Juros brutos	14 216	14 179	14 239	14 460	14 879
Dívida de médio e longo prazos (A)	187 316	194 736	182 630	150 674	152 266
Dívida de curto prazo (B)	23 395	20 194	18 744	18 776	20 192
Dívida total (C)=(A+B)	210 711	214 930	201 374	169 450	172 459
Reservas internacionais (D)	37 823	49 296	52 935	53 799	85 839
Créditos brasileiros no exterior (E) ^{3/}	2 798	2 915	2 597	2 778	2 939
Haveres de bancos comerciais (F)	5 090	11 726	10 140	11 790	8 984
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	164 999	150 993	135 702	101 082	74 697
Exportações	60 362	73 084	96 475	118 308	137 470
PIB	504 359	553 603	663 783	882 729	1067 325
Indicadores (em porcentagem)					
Serviço da dívida/exportações	82,7	72,5	53,7	55,8	41,4
Serviço da dívida/PIB	9,9	9,6	7,8	7,5	5,3
Dívida total/exportações	349,1	294,1	208,7	143,2	125,5
Dívida total/PIB	41,8	38,8	30,3	19,2	16,2
Dívida total líquida/exportações	273,4	206,6	140,7	85,4	54,3
Dívida total líquida/PIB	32,7	27,3	20,4	11,5	7,0

^{1/} Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

^{2/} Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

^{3/} Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

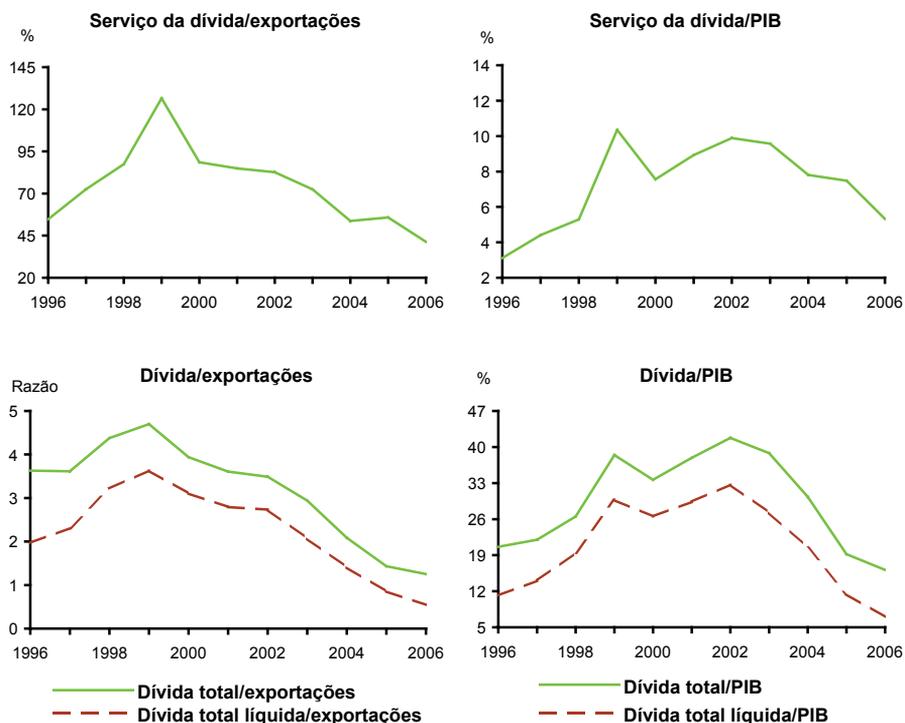
Indicadores de sustentabilidade

Os indicadores de sustentabilidade externa apresentaram evolução amplamente favorável em 2006, resultado consistente com a elevação das reservas internacionais e com a redução do serviço da dívida externa, em especial das amortizações, em cenário de aumento no valor em dólares das exportações e do PIB.

O valor do serviço da dívida acumulado em doze meses reduziu-se 13,9% em 2006, evidência da diminuição das amortizações associada às antecipações dos pagamentos do *Brady C-bond* e ao FMI, em 2005, que elevaram o valor do serviço da dívida naquele ano. As exportações acumuladas em doze meses aumentaram 16,2% em 2006, ante o mesmo período do ano anterior, e contribuíram para que a participação do serviço da dívida nas exportações recuasse 14,4 p.p., para 41,4%, em 2006, expressivamente inferior ao indicador recorde de 126,5% observado ao final de 1999. No mesmo sentido, a relação dívida externa total/PIB reduziu-se de 19,2% para 16,2%, enquanto a dívida total líquida em relação ao PIB passou de 11,5% para 7%, em ambos os casos, percentuais muito abaixo dos máximos históricos observados em 1984 de, respectivamente, 53,8% e 46,3%. Por fim, o quociente entre a dívida total líquida e as exportações apresentou o menor patamar de toda a série histórica, desde 1970, e declinou para 0,5, enquanto o maior quociente já observado atingiu 4,6 em 1986.

Gráfico 5.15

Indicadores de sustentabilidade externa



Captações externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2006 somou US\$5,5 bilhões. Ocorreram captações distribuídas ao longo do ano no mercado internacional, denominadas nas seguintes moedas: em euro, com a reabertura do Euro 15; em dólar, com os lançamentos dos títulos Global 37 e Global 17 e com a reabertura do Global 34; e em reais, com o lançamento do título Global BRL 22. Os prazos de vencimento dos títulos variaram de 9 a 31 anos. Os prêmios de risco, definido como

Quadro 5.43 – Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Global 27 ^{2/}	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Eurolira ^{3/}	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08 ^{4/}	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8,97	328
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30 ^{5/}	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Global 07 ^{6/}	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07 ^{7/}	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11,000	12,60	754
Global 08N	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11,500	11,74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11,500	12,12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12,000	12,38	7
Global 07N	6.5.2003	16.1.2007	4	440	11,500	10,70	646
Global 13	17.6.2003	17.6.2013	10	1 000	12,000	10,58	719
Global 11 ^{8/}	7.8.2003	7.8.2011	8	1 000	10,000	11,15	783
Global 24B	7.8.2003	15.4.2024	21	1 250	10,250	12,59	738
Global 10N	22.10.2003	22.10.2010	7	1 250	10,000	9,45	701
Global 34	20.1.2004	20.1.2034	30	1 500	8,250	8,75	377
Global 09 N	28.6.2004	29.6.2009	5	750	Libor 3m	Libor 3m	359
					+5,76	+ 5,94	

(continua)

Quadro 5.43 – Emissões da República (continuação)

Global 14 ^{9/}	14.7.2004	14.7.2014	10	1 250	10,500	10,80	538
Euro 12 ^{10/}	24.9.2004	24.9.2012	8	1 228	8,500	8,570	474
Global 19	14.10.2004	14.10.2019	15	1 000	8,875	9,150	492
Euro 15	3.2.2005	3.2.2015	10	652	7,375	7,55	399
Global 25	4.2.2005	4.2.2025	20	1 250	8,750	8,90	431
Global 15	7.3.2005	7.3.2015	10	1 000	7,875	7,90	353
Global 19 (Reabertura)	17.5.2005	14.10.2019	14	500	8,875	8,83	458
Global 34 (Reabertura)	2.6.2005	20.1.2034	29	500	8,250	8,81	440
Global 15 (Reabertura)	27.6.2005	7.3.2015	10	600	7,875	7,73	363
A-Bond 18 (Troca C Bond)	1.8.2005	15.1.2018	13	4 509	8,000	7,58	336
Global 25 (Reabertura)	13.9.2005	4.2.2025	20	1 000	8,750	8,52	417
Global BRL 16	26.9.2005	5.1.2016	10	1 479	12,500	12,75	-
Global 15 (Reabertura)	17.11.2005	7.3.2015	9	500	7,875	7,77	312
Global 34 (Reabertura)	6.12.2005	20.1.2034	28	500	8,250	8,31	363
Global 37	18.1.2006	20.1.2037	31	1 000	7,125	7,56	295
Euro 15 (Reabertura)	3.2.2006	3.2.2015	9	362	7,375	5,45	185
Global 37 (Reabertura)	23.3.2006	20.1.2037	31	500	7,125	6,83	204
Global 34 (Reabertura)	2.6.2006	20.1.2034	28	198	8,250	8,24	-
Global 37 (Reabertura)	15.8.2006	20.1.2037	30	500	7,125	7,15	205
Global BRL 22	13.9.2006	5.1.2022	15	743	12,500	12,88	-
Global BRL 22 (Reabertura)	13.10.2006	5.1.2022	15	301	12,500	12,47	-
Global 17	14.11.2006	17.1.2017	10	1 500	6,000	6,25	159
Global BRL 22 (Reabertura)	11.12.2006	5.1.2022	15	346	12,500	11,66	-

1/ Sobre *US Treasury*, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$3 bilhões em 9.6.1997 e US\$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: IRL500 bilhões em 26.6.1997 e IRL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ *Step-down* – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps,

e US\$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US\$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US\$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.

8/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US\$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US\$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.

9/ A emissão do Global-14 ocorreu em duas *tranches*: US\$ 750 milhões, com *spread* de 632 bps, em 7.7.2004, e US\$ 500 milhões, com *spread* de 398 bps, em 6.12.2004.

10/ A emissão do Euro-12 ocorreu em duas *tranches*: EUR 750 milhões, com *spread* de 482 bps, em 8.9.2004, e EUR 250 milhões, com *spread* de 448 bps, em 22.9.2004.

a diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos brasileiros e a dos títulos do Tesouro Americano (*spread*), nos lançamentos de 2006, apresentaram o menor valor para o lançamento do Global 17, de 159 pontos básicos, e o maior valor para o lançamento do Global 37, de 295 pontos básicos. A amplitude da variação deveu-se ao comportamento do risco-país, que apresentou tendência de queda ao longo do ano. Em setembro, o TN realizou a segunda emissão da dívida soberana externa denominada em reais, com o lançamento do Global BRL 22, com reaberturas em outubro e em dezembro.

Quadro 5.44 – Dívida externa reestruturada – *Bradies*, *Pré-Bradies* e MYDFA

Discriminação	Saldo em 31.12.2006	Data de
	US\$ milhões	vencimento
<i>Capitalization Bonds</i> (C Bonds)	-	-
<i>Debt Conversion Bonds</i> (DCB)	-	-
<i>Discount Bonds</i>	-	-
<i>Eligible Interest Bonds</i> (EI)	-	-
<i>Front Loaded Interest Reduction Bond</i> (FLIRB)	-	-
<i>New Money Bond 1994</i> (NMB)	-	-
<i>Par Bonds</i>	-	-
<i>Exit Bond</i> (BIB) – (<i>Pré-Bradies</i>)	217	15.9.2013
<i>Multiyear Deposit Facility Agreement</i> (MYDFA)	138	15.9.2007
Total	355	-

A dívida externa reestruturada totalizou US\$355 milhões em dezembro de 2006, com redução de US\$7,1 bilhões em relação a dezembro de 2005. A maior parte dessa redução deveu-se à operação de *call* dos *Bradies*, efetuada em abril de 2006. Assim, o saldo remanescente da dívida externa reestruturada, em dezembro de 2006, refere-se apenas ao *Brazil Investment Bond* (BIB), no valor de US\$217 milhões, e ao MYDFA, no valor de US\$138 milhões.

Títulos da dívida externa brasileira

Em 2006, em linha com a melhora na percepção do risco-país pelos investidores externos, registrou-se elevação nas cotações dos principais papéis da dívida externa brasileira.

A cesta de títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, ao longo de 2006, diferencial médio de remuneração em relação a títulos do Tesouro Americano (*spread*), calculado com base em observações diárias, de 235 p.b., comparativamente a 399 pontos em 2005 e a 542 pontos em 2004. O índice de risco-Brasil, que iniciara o ano em 311 p.b., recuou para 192 pontos no fechamento de 2006.

Gráfico 5.16

Cotações de títulos brasileiros no exterior

Mercado secundário – Cotação de compra, final de período – 2006

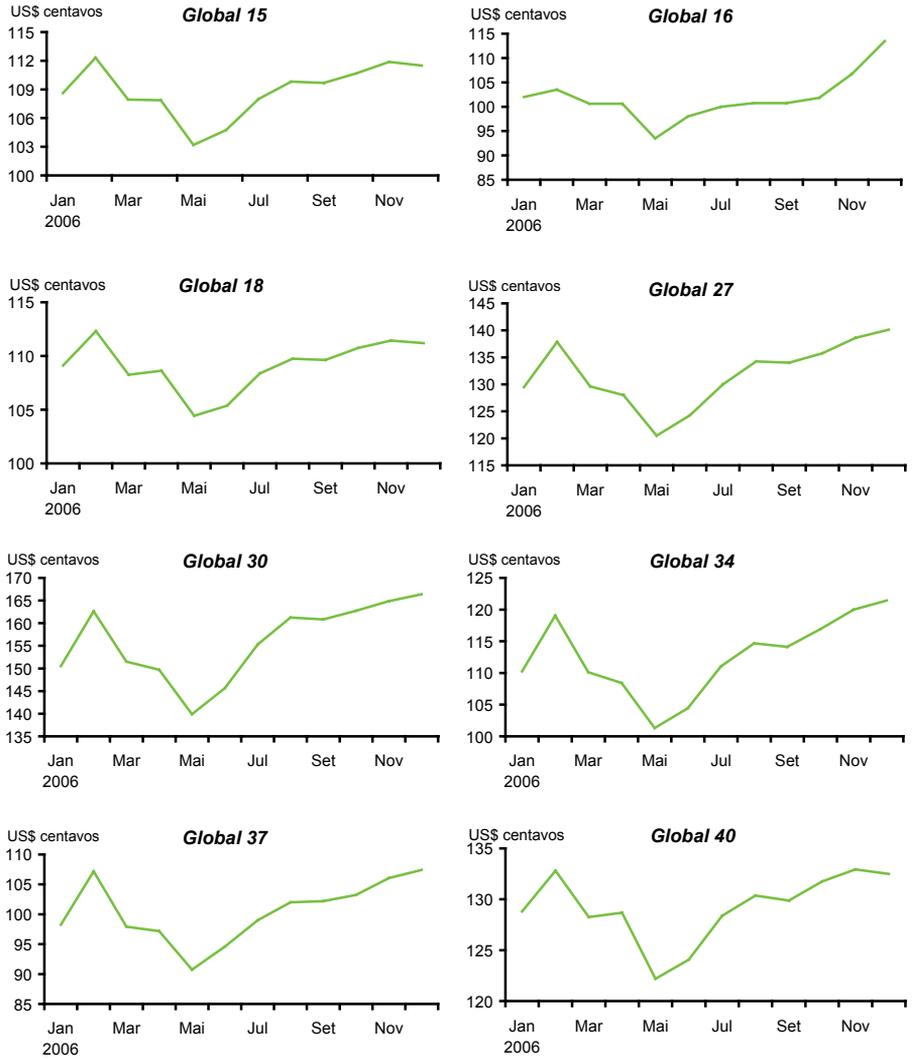
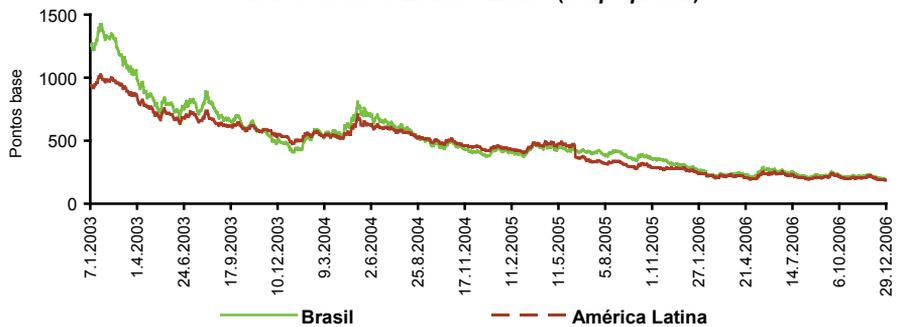


Gráfico 5.17

Índice de risco-Brasil – Embi+ (Strip spread)



Fonte: JPMorgan

Posição Internacional de Investimento

O passivo externo líquido cresceu 8,8% entre dezembro de 2005 e setembro de 2006, totalizando US\$358 bilhões. A variação da Posição Internacional de Investimento (PII) refletiu aumentos de US\$57,7 bilhões no passivo externo e de US\$28,9 bilhões no ativo externo.

Em relação à evolução do estoque dos ativos externos em 2006, até setembro, destaque-se o aumento de US\$19,6 bilhões nas reservas internacionais, que somaram US\$73,4 bilhões ao final do período. Assinale-se, ainda, os crescimentos de US\$7,8 bilhões no total de investimentos diretos brasileiros no exterior, que alcançaram US\$87 bilhões, e de US\$3,8 bilhões nos outros investimentos, dos quais US\$3,6 bilhões provenientes de moeda e depósitos. Além disso, observou-se a redução de US\$2,1 bilhões nos investimentos brasileiros em carteira, causada pela redução de US\$2,6 bilhões nos investimentos em títulos de renda fixa, parcialmente compensada pela elevação de US\$540 milhões nos investimentos em ações.

Na evolução do estoque dos passivos externos, o investimento em carteira aumentou US\$30,5 bilhões, devido integralmente à variação no estoque de investimento em

Quadro 5.45 – Posição internacional de investimento

US\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006-Set
Posição internacional de investimento (A-B)	- 297 609	- 328 985	- 357 796
Ativo (A)	148 536	170 282	199 213
Investimento direto brasileiro no exterior	69 196	79 259	87 049
Participação no capital ^{1/}	54 027	65 418	71 793
Empréstimos intercompanhia	15 169	13 842	15 256
Investimentos em carteira ^{2/}	9 353	10 834	8 782
Investimentos em ações	2 352	2 809	3 349
Títulos de renda fixa	7 001	8 026	5 433
Bônus e notas	4 028	4 850	2 491
Dos quais títulos colaterais (principal)	1 129	1 249	-
Títulos de curto prazo	2 973	3 176	2 941
Derivativos	109	119	- 119
Outros investimentos	16 943	26 271	30 108
Crédito comercial (de fornecedores)	68	98	98
Empréstimos	631	2 826	3 194
Moeda e depósitos	10 418	17 077	20 643
Outros ativos	5 826	6 269	6 173
Dos quais títulos colaterais (juros)	-	-	-
e cotas em organismos internacionais	1 230	1 363	1 102
Ativos de reservas	52 935	53 799	73 393

(continua)

Quadro 5.45 – Posição internacional de investimento (continuação)

US\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006-Set
Passivo (B)	446 145	499 268	557 009
Investimento estrangeiro direto	161 259	195 562	221 914
Participação no capital ^{1/}	142 451	177 024	199 140
Empréstimos intercompanhia	18 808	18 537	22 775
Investimentos em carteira	184 758	232 627	263 145
Investimentos em ações	77 261	125 532	156 013
No país	27 118	50 394	68 547
No exterior	50 143	75 138	87 466
Títulos de renda fixa	107 497	107 096	107 133
Bônus e notas	107 497	107 096	107 133
No país	2 982	5 147	14 511
No exterior	104 515	101 949	92 622
Médio e longo prazos	104 271	101 047	90 299
Curto prazo	244	901	2 323
Derivativos	320	219	639
Outros investimentos	99 809	70 859	71 310
Crédito comercial (de fornecedores)	4 728	4 772	5 168
Médio e longo prazos	4 414	4 424	4 843
Curto prazo	314	349	325
Empréstimos	92 133	62 729	61 770
Autoridade monetária	25 394	301	157
FMI	24 946	-	-
Outros empréstimos de longo prazo	448	301	157
Curto prazo	-	-	-
Demais setores	66 739	62 428	61 613
Médio e longo prazos	48 553	44 902	46 172
Organismos	22 241	21 779	24 749
Agências	10 970	8 614	6 192
Crédito de compradores	4 984	4 059	3 775
Empréstimos diretos	10 358	10 449	11 456
Curto prazo	18 186	17 527	15 441
Moeda e depósitos	2 948	3 358	4 372
Autoridade monetária	100	111	81
Bancos	2 848	3 246	4 291
Outros passivos	-	-	-

1/ Inclui lucros reinvestidos.

2/ Contempla títulos de emissão de residentes.

ações. No mesmo sentido, o estoque de IED cresceu US\$26,4 bilhões e alcançou US\$221,9 bilhões em setembro de 2006. O estoque de outros investimentos cresceu US\$451 milhões no período.



A Economia Internacional

A economia mundial manteve sólido ritmo de expansão em 2006, favorecida pelo desempenho robusto da economia dos EUA e pelo crescimento acelerado das principais economias emergentes, com destaque para China e Índia. As economias do Japão e da Área do Euro, em particular, confirmaram a sustentabilidade de suas recuperações e cresceram a taxas mais aceleradas que em 2005. As principais regiões econômicas continuaram apresentando, simultaneamente, baixas taxas de inflação e de desemprego.

Apesar da elevação adicional dos preços do petróleo e da remoção gradual do estímulo monetário em diversas economias desenvolvidas, o crescimento anual do PIB global situou-se em 4,9%, segundo estimativas do FMI, e igualou a expansão alcançada em 2005. A retração observada no mercado imobiliário contribuiu negativamente para o desempenho do PIB norte-americano, sobretudo no segundo semestre, mas seus efeitos sobre outros setores da economia foram pouco significativos. Da mesma forma, a desaceleração econômica norte-americana na segunda metade do ano não resultou em impacto expressivo sobre outros países.

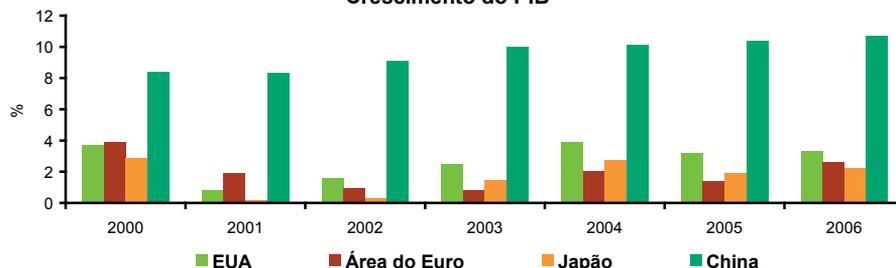
Atividade econômica

A evolução do nível de atividade nos EUA ao longo de 2006 esteve condicionada ao esfriamento do mercado imobiliário, que se seguiu ao esgotamento do ciclo de valorização dos imóveis e à elevação gradual das taxas de juros hipotecários. Os preços dos imóveis residenciais mantiveram-se relativamente estáveis no ano, mas ocorreram fortes retrações nas vendas e, sobretudo, no início de novas construções, o que resultou em recuo de 4,2% no componente do PIB relativo ao investimento em residências. Assinale-se que, no último trimestre do ano, o desempenho das vendas de imóveis e do índice de expectativas dos construtores de imóveis residenciais sinalizaram a possibilidade de estabilização do setor.

A evolução dos gastos de consumo, favorecida tanto pelo recuo dos preços do petróleo no segundo semestre quanto pelo quadro positivo observado no mercado de trabalho – ao longo de 2006, a taxa de desemprego recuou de 4,9% para 4,5%, com aumento de 2,26 milhões de postos de trabalho, foi determinante para o crescimento de 3,3% do PIB

norte-americano em 2006. Esse desempenho, ligeiramente superior ao observado em 2005, refletiu, ainda, as expansões de 7,3% nos investimentos não residenciais, e de 8,9% nas exportações.

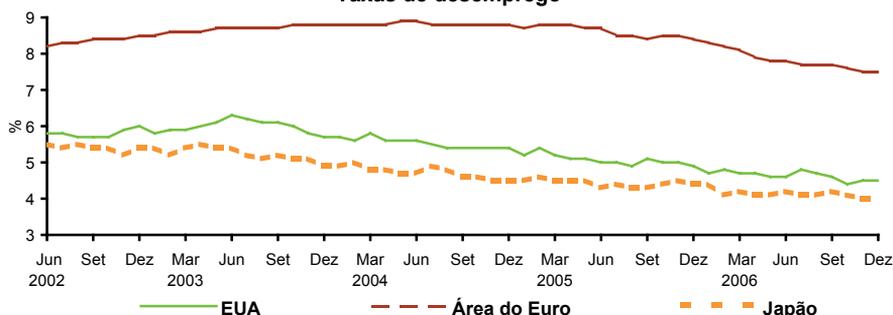
Gráfico 6.1
Crescimento do PIB^{1/}



Fontes: *Bureau of Economic Analysis, Eurostat, Economic and Social Research Institut, Bloomberg*
1/ Variações anuais.

Na Área do Euro, a recuperação econômica ganhou impulso em 2006, em ambiente de elevado otimismo empresarial e de expansão modesta, porém continuada, dos gastos de consumo, que passaram a assumir importância crescente na determinação do nível de atividade. O PIB avançou 2,6%, melhor desempenho desde 2000, impulsionado, ainda, pela evolução positiva das exportações e dos investimentos. A recuperação econômica favoreceu o declínio da taxa de desemprego, de 8,4%, no final de 2005, para 7,5%, em dezembro de 2006. Na Alemanha, principal economia da região, a recuperação foi fortalecida tanto pelos efeitos econômicos associados à realização da Copa do Mundo quanto pela significativa antecipação de consumo ao final do ano, em razão da elevação do imposto sobre valor agregado em janeiro de 2007.

Gráfico 6.2
Taxas de desemprego



Fontes: *Bureau of Labor Statistics, Eurostat, Ministry of Internal Affairs and Communications*

A sustentabilidade da recuperação econômica no Japão foi reforçada pelo desempenho das despesas de consumo, que, apesar de situarem-se em patamar inferior ao assinalado nos dois anos anteriores, foram decisivas para a superação do longo período de deflação de preços. Em relação ao desempenho das empresas, o saneamento das posições patrimoniais, as elevadas taxas de lucratividade e o renovado otimismo dos empresários

estimularam o crescimento da FBCF. Nesse contexto, a economia japonesa cresceu 2,2%, depois de registrar expansão de 1,9% em 2005, taxas bastante significativas em relação às observadas em anos anteriores e superiores à taxa de crescimento potencial do produto. O mercado de trabalho seguiu evoluindo favoravelmente, com a taxa de desemprego situando-se em 4% ao final de 2006, e a oferta de postos de trabalho superando o número de candidatos.

A China manteve ritmo de expansão acelerado, constituindo-se em um dos principais propulsores do nível de atividade econômica mundial, não obstante a continuidade da adoção de medidas com objetivo de reduzir a liquidez e o investimento excessivo em setores específicos da economia, que visava assegurar uma trajetória sustentável de crescimento. O PIB cresceu 10,7% em 2006, maior taxa desde 1995, reflexo tanto do desempenho da demanda externa, evidenciado em saldo comercial recorde, quanto da elevação de 24% nos investimentos fixos em áreas urbanas. O consumo doméstico seguiu ganhando representatividade, com elevação anual de 13,7% nas vendas ao varejo.

O crescimento econômico da América Latina alcançou 5,3% em 2006, segundo estimativa da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU). Como em anos anteriores, esse desempenho esteve impulsionado pelos desdobramentos da continuada expansão da economia global sobre as exportações das principais economias latino-americanas. O desempenho da região refletiu, ainda, a contribuição da demanda doméstica, com aumentos de 6% nos gastos de consumo, beneficiados pelo recuo das taxas de desemprego, e de 10,5% nos investimentos. Ao mesmo tempo, evoluiu positivamente a sustentabilidade externa das principais economias, a partir da redução do endividamento externo e da forte acumulação de reservas internacionais, bem como da consolidação macroeconômica resultante da crescente estabilidade de preços, do progressivo ajuste nas contas fiscais e da continuada recuperação econômica.

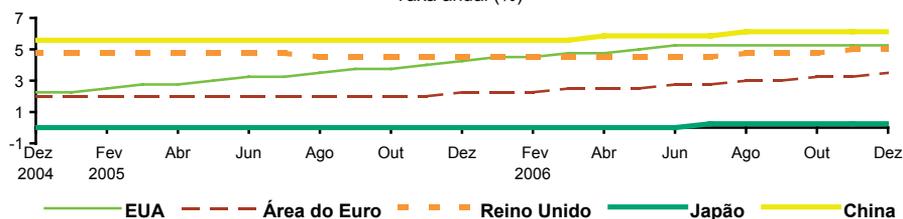
Política monetária e inflação

Nos Estados Unidos, o comportamento ascendente do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e do deflator do PIB-Despesas Pessoais de Consumo (DPC) registrado no primeiro semestre de 2006, mesmo em contexto de início de desaceleração econômica, contribuiu para que o Fed desse prosseguimento à política de elevação da meta para os *Fed funds*, que alcançou 5,25% a.a., em junho.

Depois de atingir 4,3% a.a. em julho, o IPC começou a recuar e alcançou 1,3% a.a. em outubro. Esse cenário benigno, que evidenciou a redução dos preços do petróleo e o esfriamento do mercado imobiliário e da atividade econômica, possibilitou que o Fed mantivesse os juros inalterados ao longo de todo o segundo semestre, apesar de a taxa de desemprego permanecer abaixo de 5% e de o núcleo do DPC manter-se

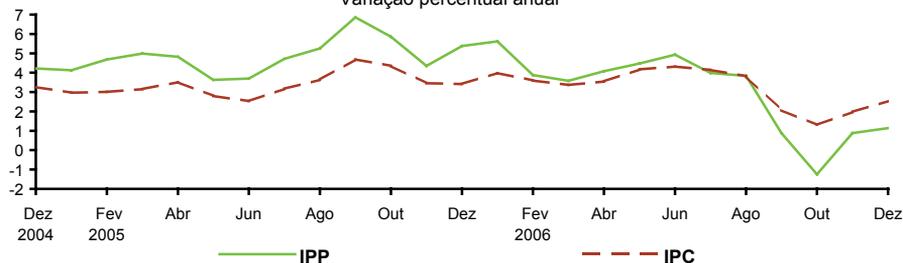
acima de 2% a.a. Essa alteração de política monetária, ocorrida quando os juros reais, deflacionados pelo núcleo do DPC, alcançaram 2,9% a.a., determinou o término de um ciclo de contração monetária que, iniciado em junho de 2004, manteve-se por dezessete reuniões do Comitê de Política Monetária (FOMC).

Gráfico 6.3
Taxas de juros oficiais^{1/}
 Taxa anual (%)



Fontes: EUA – FED, Área do Euro – BCE, Reino Unido – BoE, Japão – BoJ e China – BPC
 1/ EUA – Fed funds, Área do Euro – Taxa mínima de referência, Reino Unido – Securities repurchase, Japão – Overnight call rate e China – Capital de giro de 1 ano.

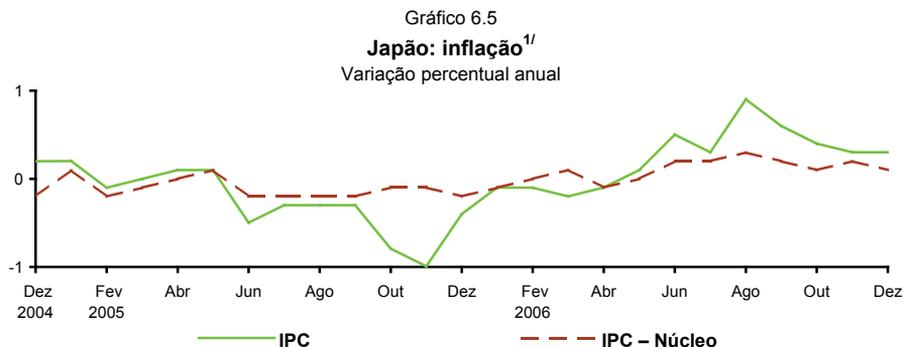
Gráfico 6.4
EUA: inflação^{1/}
 Variação percentual anual



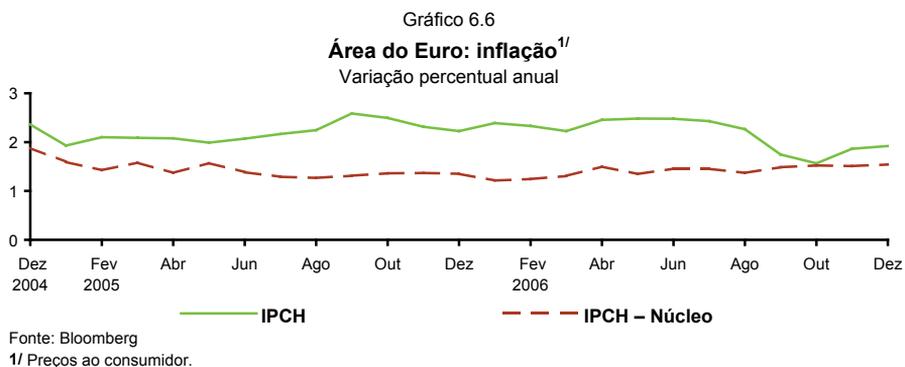
Fonte: Bureau of Labor Statistics
 1/ Preços ao produtor e ao consumidor.

O Banco do Japão (BoJ) voltou a privilegiar, em março de 2006, o monitoramento das taxas de juros como principal instrumento de política monetária, em detrimento da política de flexibilização quantitativa, em vigor desde 2001, e passou a focar sua atenção sobre o prazo de 1 a 2 anos e a considerar o intervalo de 0 e 2% a.a. como referência para a estabilidade de preços.

Essa nova postura da autoridade monetária objetivou enxugar o excesso de liquidez e garantir a manutenção da taxa *overnight* em 0%. Tendo em vista, entretanto, o cenário de preços ao consumidor não negativos desde maio, a expansão econômica bem distribuída entre demanda externa e interna, a redução do excesso de capacidade de produção, o mercado de trabalho apertado, a concessão de crédito recorde em dez anos e projeções de que os preços deveriam seguir trajetória positiva, o BoJ decidiu, em julho, elevar a taxa *overnight* em 25 p.b., mantendo-a inalterada até o final de 2006.

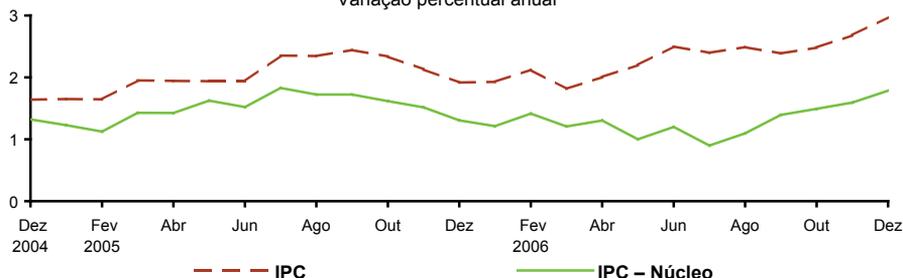


Em 2006, o Banco Central Europeu (BCE) deu seqüência ao ciclo de contenção monetária iniciado em dezembro de 2005 e promoveu, no primeiro semestre do ano, duas elevações de 25 p.b. na *refi rate*. Essa decisão objetivou não apenas conter a inflação, então acima de 2% a.a., mas, em especial, restringir a oferta de moeda e crédito e coibir a formação de bolhas imobiliárias. Considerando que tais elevações haviam sido insuficientes para conter a ampliação do volume de empréstimos bancários, o BCE acelerou sua atuação no segundo semestre e elevou os juros a cada dois meses. A *refi rate* atingiu 3,50% a.a., ao final do ano.



A inflação no Reino Unido, ao contrário das expectativas predominantes ao final de 2005, apresentou trajetória crescente em 2006. Esse processo, não obstante o recuo dos preços do petróleo, ocorreu com maior ênfase no segundo semestre do ano e evidenciou a elevação de impostos e a ampliação das despesas com alimentação e educação, com a variação do índice de preços ao consumidor acumulada em doze meses atingindo o recorde de 3% em dezembro. Nesse cenário de inflação em alta, em que foram registrados expansão significativa do crédito, elevado grau de utilização da capacidade instalada e deterioração das expectativas em relação à inflação, o Banco da Inglaterra (BoE) implementou duas elevações de 0,25 p.p. da taxa *repo*, que alcançou 5% a.a., em novembro.

Gráfico 6.7
Reino Unido: inflação^{1/}
 Variação percentual anual

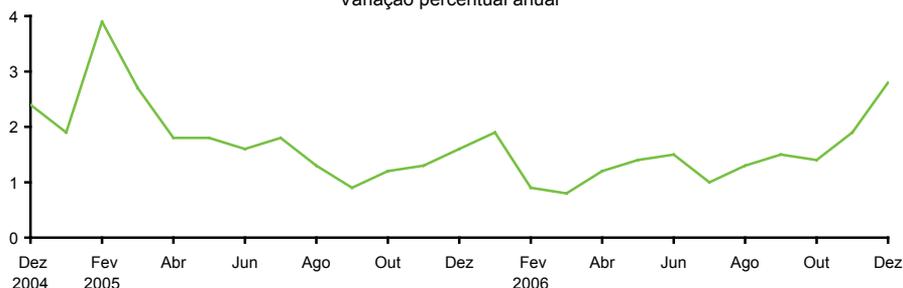


Fonte: Bloomberg
 1/ Preços ao consumidor.

O superávit comercial superior a US\$177 bilhões exerceu impacto acentuado sobre a ampliação da liquidez e do crédito no sistema financeiro da China e suscitou a adoção de uma série de medidas restritivas pelo Banco do Povo da China (BPC). Nesse sentido, assinala-se o aumento na emissão de bônus com objetivo de inibir a formação de bolhas de ativos e esterilizar moeda. As taxas de juros foram mantidas em 6,12% a.a., e a taxa do recolhimento compulsório imposto aos bancos comerciais, elevada para 9%.

Apesar da continuidade da política de controles administrativos de preços, apenas parcialmente relaxada em 2006, do excesso de capacidade instalada em diversos setores (veículos, vestuário, aço, alumínio e telefonia celular) e das restrições monetárias adotadas, a inflação, em alta ao longo do segundo semestre, atingiu, sob forte influência do preço dos alimentos, 2,8% a.a. em dezembro.

Gráfico 6.8
China: inflação – Preços ao consumidor
 Variação percentual anual



Fonte: Bloomberg

Mercado financeiro internacional

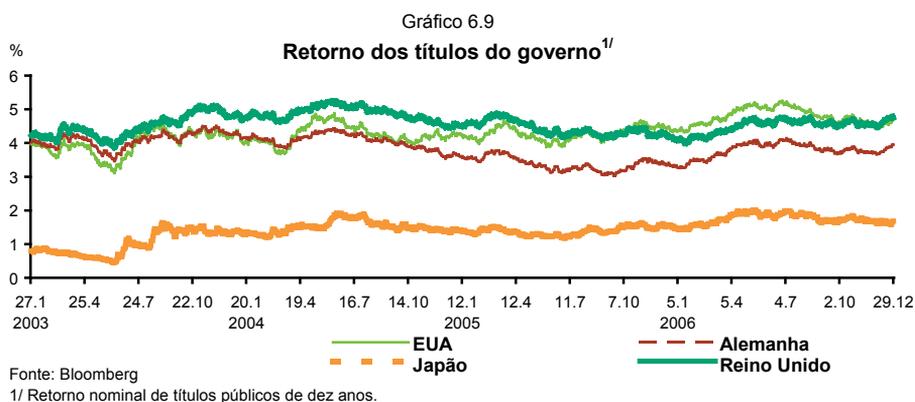
Os mercados financeiros internacionais apresentaram ampla liquidez e baixa aversão ao risco na maior parte de 2006, com apenas no bimestre encerrado em junho, aumento

generalizado da volatilidade e elevação da percepção de risco por parte dos investidores, e com impacto adverso sobretudo nos ativos das economias emergentes.

As taxas de juros de longo prazo permaneceram em níveis baixos, em geral pouco acima dos registrados ao final de 2005, apesar de os bancos centrais das principais economias terem elevado as taxas de juros de curto prazo. Esse fato provocou maior horizontalização, nos casos da Área do Euro e do Japão, e até mesmo inversão, nos casos dos EUA e do Reino Unido, da estrutura a termo das taxas de juros.

A persistência de patamares reduzidos nos rendimentos dos títulos de longo prazo pode ser atribuída tanto ao excesso de liquidez quanto à maior confiança na atuação dos bancos centrais, de economias desenvolvidas e emergentes, que têm reafirmado seus compromissos com a estabilidade de preços, com reflexos positivos sobre a volatilidade das expectativas de inflação.

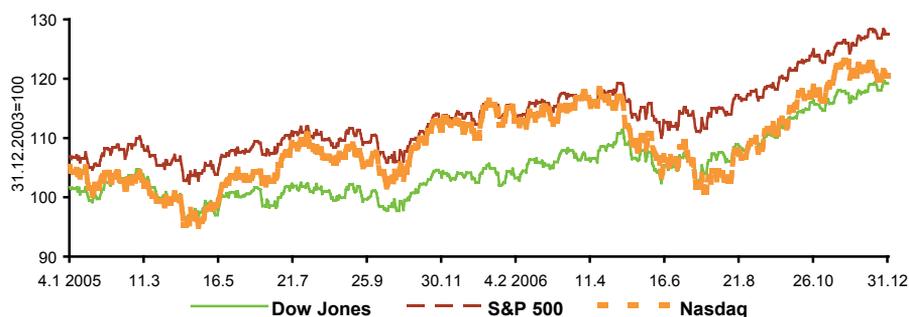
Nos EUA, a média da remuneração anual dos títulos do Tesouro de dez anos atingiu 4,78% em 2006, ante 4,28% em 2005. Os rendimentos de títulos correspondentes das economias europeias e do Japão registraram comportamento semelhante, no período, com as taxas anuais dos títulos de dez anos da Alemanha, do Reino Unido e do Japão elevando-se de 3,38%, 4,42% e 1,39%, respectivamente, para 3,78%, 4,5% e 1,75%.



As bolsas de valores evoluíram positivamente em 2006. A valorização das bolsas foi fundamentada em indicadores favoráveis de lucros corporativos e fortemente impulsionada pelo excesso de liquidez e pela baixa percepção ao risco predominante em quase todo o ano. Nos EUA, o índice Dow Jones, após manter-se estável em 2005, cresceu 16,3% em 2006, enquanto os índices da Inglaterra (FTSE 100) e da Alemanha (DAX) subiram 10,7% e 22%, respectivamente, ante 16,7% e 27,1%, na mesma ordem, em 2005. No Japão, o índice Nikkei avançou 6,9%, ante 40,2% no ano anterior. Dentre as economias emergentes, destaque para o índice composto da bolsa de Xangai, que evoluiu 130,4% em 2006, ante redução de 8,3% no ano anterior. Os índices da Rússia (*Russian Trading System Index – RTSI*), do México (*Índice de Precios y Cotizaciones*

– IPC) e do Brasil (Ibovespa) aumentaram 56,4%, 48,6% e 32,9%, respectivamente, comparativamente a 90%, 37,8% e 27,7%, em 2005.

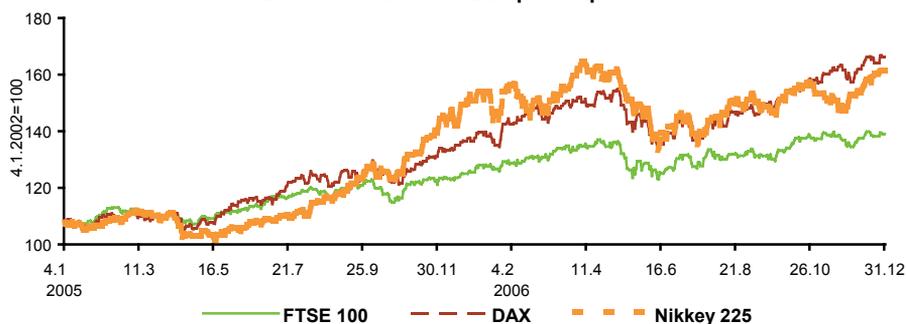
Gráfico 6.10
Bolsas de valores – EUA



Fonte: Bloomberg

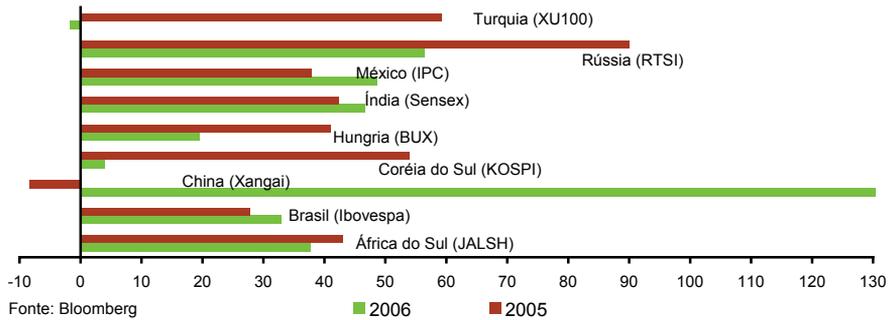
À medida que a política monetária global se tornou mais restritiva, intensificaram-se as incertezas quanto ao impacto sobre o nível de atividade mundial. Entre 10 de maio e 28 de junho, os mercados financeiros passaram a precificar aumentos adicionais na taxa dos *Fed funds*, para além dos níveis antecipados. Esse quadro proporcionou uma onda de desvalorização de ativos financeiros, em especial aqueles associados às economias emergentes, mais sensíveis aos humores do mercado. Nesse período, os índices Dow Jones (EUA), DAX (Alemanha) e Nikkei (Japão) alcançaram, nesta seqüência, desvalorizações máximas de 8%, 13,8% e 17,3%; enquanto o Ibovespa (Brasil), o RTSI (Rússia) e o *Istanbul Stock Exchange National 100 Index* (XU100 – Turquia) chegaram a desvalorizar, nesta ordem, 21,8%, 30,1% e 28,3%.

Gráfico 6.11
Bolsas de valores – Europa e Japão



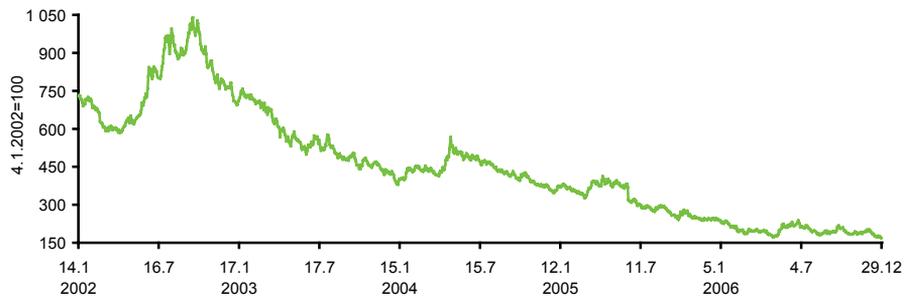
Fonte: Bloomberg

Gráfico 6.12
Bolsas de Valores – Mercados emergentes
 Variação percentual em 2005 e 2006, em moedal local



Em 2006, os *spreads* praticados nos mercados de crédito permaneceram em patamar historicamente reduzido. O indicador de risco associado a mercados emergentes, Embi+, registrou média de 199 pontos no ano, comparativamente a 316 pontos em 2005. Essa trajetória foi favorecida pela redução da exposição externa de diversos países emergentes, pelos reduzidos rendimentos dos ativos de renda fixa nos mercados financeiros centrais e pela receptividade dos mercados à elevação da exposição ao risco, resultante da liquidez ainda excessiva. Os Embi+ do Brasil, do México, da Rússia e da Turquia registraram, nesta ordem, reduções de 38,3%, 22,2%, 18,6% e 7,2% entre os finais de 2005 e de 2006, com o indicador referente ao Brasil situando-se pela primeira vez, ao final de um ano, abaixo dos 200 pontos.

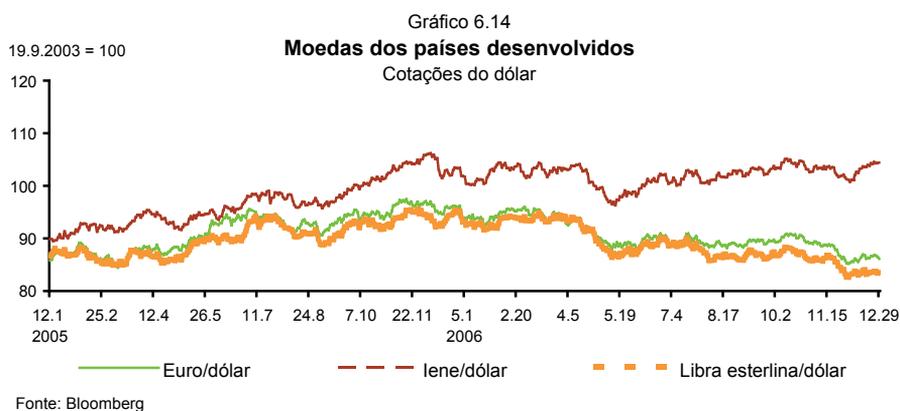
Gráfico 6.13
Emerging Markets Bond Index Plus (Embi+)



O quadro de valorização de ativos financeiros observado durante a maior parte do ano favoreceu o financiamento do elevado e ainda crescente déficit em transações correntes da economia norte-americana e, a despeito do período de aumento da aversão ao risco, entre maio e junho de 2006, determinou a permanência em nível elevado dos fluxos líquidos de capitais estrangeiros para economias emergentes.

Esse cenário, paralelo ao melhor balanceamento do crescimento das grandes economias desenvolvidas, em favor da Europa e, em menor medida, do Japão; à continuidade do crescimento do comércio internacional; e ao aumento do preço das *commodities*, que continuou a favorecer a acumulação de saldos comerciais pelos países emergentes, contribuiu para a depreciação do dólar em relação às principais moedas de pagamento internacional e às moedas das maiores economias emergentes.

As cotações médias do dólar diante do euro, da libra esterlina e do iene, em dezembro de 2006 foram, respectivamente, 10,2% e 11,1% e 0,8% inferiores às médias relativas a dezembro do ano anterior.

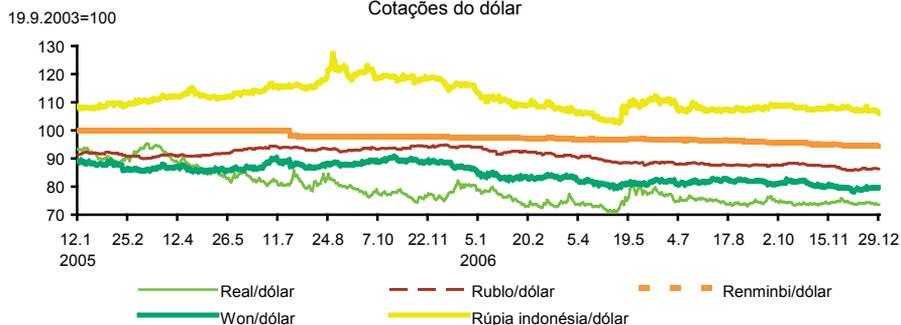


Os períodos de maior depreciação do dólar frente ao euro e à libra esterlina, entre abril e maio e entre outubro e dezembro de 2006, coincidiram, no primeiro período, com a intensificação das expectativas quanto à interrupção no processo de retirada de estímulo monetário pelo banco central dos EUA e, no segundo período, com o fortalecimento relativo da atividade econômica nas economias européias ante os EUA.

Embora entre abril e maio de 2006 o dólar tenha depreciado 8,1% frente ao iene, a partir de julho, a despeito do primeiro aumento da taxa de juros básica no Japão, a moeda norte-americana voltou a apreciar diante do iene, e encerrou o ano em nível muito próximo ao observado ao final de 2005. Um dos fatores que influenciaram esse comportamento foi o enfraquecimento do nível de atividade econômica do Japão, que induziu a postergação das expectativas quanto a novos aumentos da taxa de juros básica. Ao final de dezembro, a visão mais otimista quanto ao desempenho econômico dos EUA também contribuiu para a apreciação do dólar, ainda que os indicadores econômicos do Japão já se apresentassem mais satisfatórios.

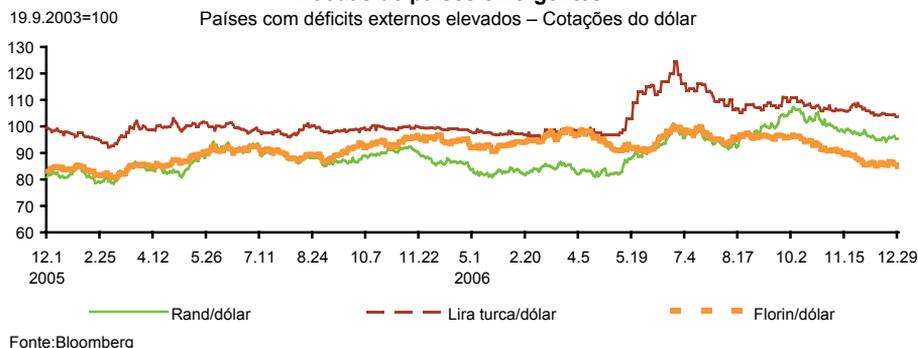
O dólar tendeu a depreciar-se também diante das moedas de diversos países emergentes, tendo em vista o processo de flexibilização de regimes cambiais nos países emergentes da Ásia, a preferência de vários países emergentes europeus por administrar a taxa

Gráfico 6.15
Moedas de países emergentes
 Cotações do dólar



de câmbio tendo como referência o euro e a confortável posição da conta-corrente e da conta financeira de outras economias emergentes. De acordo com a evolução das cotações médias mensais entre dezembro de 2006 e 2005, a moeda norte-americana depreciou-se, respectivamente, 9,5%, 8,7%, 7,7%, 6% e 3,1% frente ao won sul-coreano, o rublo russo, a rúpia indonésia, o real brasileiro e o renminbi chinês. O período de maior aversão ao risco influenciou temporariamente as cotações do real e da rúpia indonésia frente ao dólar e determinou apreciações episódicas do dólar de, respectivamente, 14,2% e 8,7%.

Gráfico 6.16
Moedas de países emergentes
 Países com déficits externos elevados – Cotações do dólar



Para outros países emergentes, entretanto, especialmente para aqueles que apresentaram elevados déficits em transações correntes e dependência de capitais de curto prazo para seu financiamento, notadamente a Turquia e a África do Sul, o período de maio a junho revelou-se volátil. A fuga de capitais e a queda dos preços de ativos financeiros em seus mercados causaram, além de prolongada tensão nos mercados cambiais, o ajuste de políticas macroeconômicas, especialmente do seu componente monetário, com vistas ao combate a pressões inflacionárias provenientes da depreciação cambial e do elevado nível de atividade.

Depois de apresentar depreciação de 22,3% e 18,9% entre 10 de maio e o pico das tensões cambiais, a lira turca e o rand sul-africano encerraram 2006 com depreciações de 5,5% e 9,7%, quando comparadas suas cotações médias em dezembro de 2006 e 2005. As estimativas para o déficit em transações correntes da Turquia e da África do Sul, em 2006, apontam desequilíbrios externos equivalentes a 8,5% e 6,1% do PIB, respectivamente, ante 6,4% e 3,8%, em 2005.

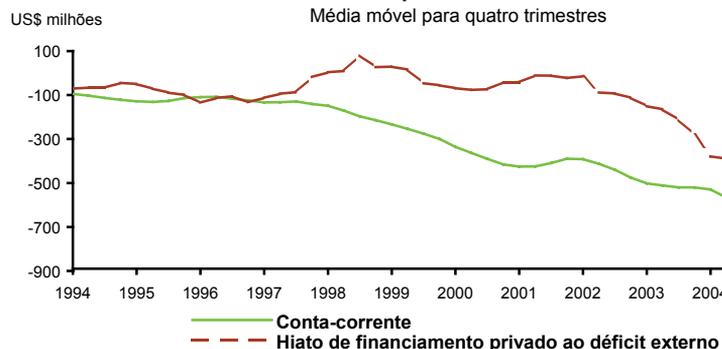
Assinale-se, porém, dentre as moedas de países que apresentaram déficit externo elevado, o comportamento do florim húngaro, que após depreciar 9,7% frente ao dólar entre o início e o auge da turbulência nos mercados financeiros internacionais, encerrou o ano com apreciação de 9,6%. Esse desempenho evidenciou tanto a postura do governo do país quanto a efetivação de ajustes em suas contas fiscais e na política monetária, como a maior interação com fontes de financiamento privado da União Européia, decorrente do processo de integração econômica.

Gráfico 6.17
Câmbio real efetivo multilateral
Cotações do dólar



O câmbio real efetivo multilateral do dólar norte-americano depreciou 4,7% em 2006 e retornou a tendência iniciada em maio de 2002 e interrompida em 2005, devido, principalmente, à diferenciação, em favor da economia dos Estados Unidos, do nível de atividade e do ciclo de política monetária entre os países desenvolvidos. A depreciação acumulada desde maio de 2002 totalizou 17% em dezembro de 2006.

Gráfico 6.18
Hiato de financiamento privado ao déficit externo dos EUA



A tendência de depreciação do dólar coincidiu com o aumento de US\$65,1 bilhões para US\$856,6 bilhões no déficit em transações correntes do País e com o crescimento de US\$89 bilhões no hiato de financiamento privado ao déficit externo⁴.

Em sintonia com o papel de centro de intermediação financeira internacional desempenhado pelo país, o crescimento do hiato refletiu a expansão de US\$606,9 bilhões nos investimentos privados norte-americanos em outros países. Os fluxos de capitais privados estrangeiros para os Estados Unidos aumentaram US\$451,6 bilhões⁵ em relação ao ano anterior.

Os investimentos diretos líquidos realizados por residentes nos Estados Unidos em outros países aumentaram US\$239,8 bilhões em 2006, reflexo, em parte, da exaustão dos efeitos do *Homeland Investment Act* sobre a repatriação de lucros auferidos por empresas norte-americanas no exterior.

Outro aspecto relevante da evolução do financiamento do déficit externo norte-americano em 2006 foi o crescimento de US\$101 bilhões para US\$300,5 bilhões, dos fluxos líquidos de capitais oficiais para o país, o que completou as necessidades de financiamento externo da economia.

Quadro 6.1 – Países emergentes: componentes do balanço de pagamentos

US\$ bilhões

	2003	2004	2005	2006
Saldo em conta-corrente	104,5	150,2	257,8	317,0
Fluxo líquido de capitais privados estrangeiros	228,8	348,9	509,2	501,7
Investimentos diretos ^{1/}	97,6	156,0	198,7	185,3
Portifólio de ações	37,1	39,1	55,8	69,7
Empréstimos bancários	26,9	60,9	141,8	143,3
Títulos de dívida e outros	67,2	92,9	112,9	103,4
Variação de reservas internacionais	267,9	398,2	439,8	536,0

Fonte: IIF

1/ Inclui investimentos de residentes no exterior.

Segundo o *Institute of International Finance* (IIF), o crescimento das reservas internacionais em trinta⁶ das maiores economias emergentes atingiu US\$536 bilhões em 2006, ante US\$439,8 bilhões em 2005. O aumento, segundo o mesmo Instituto, de

4/ Refere-se ao resultado em transações correntes, deduzido o valor total do fluxo líquido de capitais privados e o saldo dos erros e omissões.

5/ Para fins do cálculo do hiato de financiamento privado ao déficit externo, o ajuste entre as duas contas é realizado pela conta de erros e omissões, que teve um crescimento nas entradas líquidas equivalente a US\$131 bilhões.

6/ Essas economias emergentes estão distribuídas entre a Ásia (sete países), América Latina (nove países), Europa (nove países) e África e Oriente Médio (cinco países).

US\$59,2 bilhões para US\$317 bilhões, do saldo consolidado em transações correntes dessas economias equivaleu a 60,5% do aumento na acumulação de reservas internacionais.

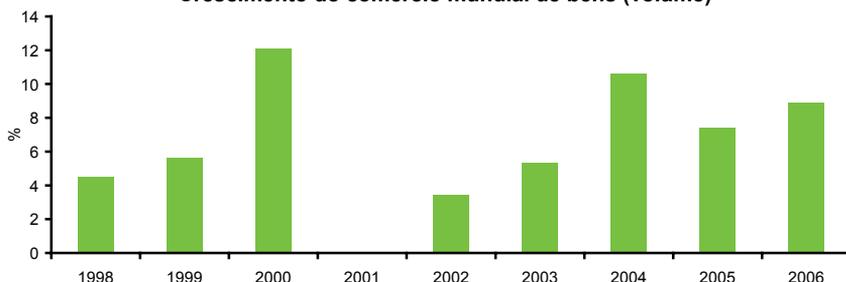
Ainda segundo o IIF, o crescimento dos empréstimos bancários e dos investimentos de *portfolio* foi determinante para que os fluxos de capitais privados para economias emergentes atingisse US\$502 bilhões em 2006, com redução de 1,5% em relação ao recorde registrado em 2005, tendo em vista as reduções de US\$13,4 bilhões e US\$9,5 bilhões, respectivamente, registradas nos fluxos líquidos de investimentos diretos e na emissão líquida de títulos no exterior.

Dados preliminares da UNCTAD para países em desenvolvimento apontam crescimento de US\$334,3 bilhões para US\$367,7 bilhões nos fluxos globais de investimento direto estrangeiro (o que exclui do cômputo líquido de cada país o valor dos investimentos de nacionais no exterior) para essas economias.

Comércio mundial

A expansão do comércio internacional em 2006 foi estimada em 7,1% pelo FMI. Esse crescimento confirma a tendência recente de expansão do comércio a taxas mais altas que as do crescimento econômico. A ampliação dos fluxos comerciais tem sido crescentemente influenciada pelo comportamento das economias emergentes, cujos volumes de exportações e, sobretudo, de importações, aumentam a taxas significativamente superiores às das economias desenvolvidas. Tal dinâmica é influenciada pelo desempenho comercial da China, cuja integração à economia mundial avança em ritmo acelerado.

Gráfico 6.19
Crescimento do comércio mundial de bens (volume)



Fonte: FMI
2005 = Estimativa.
2006 = Previsão.

A flutuação dos preços do petróleo ao longo de 2006 resultou em impactos expressivos sobre as balanças comerciais das grandes economias. A alta nos preços de diversas *commodities*, sobretudo as metálicas, favoreceu a melhoria dos termos de troca para países emergentes exportadores, a exemplo de Chile, Brasil, Peru, Austrália e África do Sul.

O déficit comercial dos Estados Unidos, embora recuasse a partir de agosto, evidência da redução dos preços do petróleo e, em menor escala, da depreciação do dólar e do relativo arrefecimento da demanda doméstica, atingiu US\$765,3 bilhões em 2006, o que corresponde a 5,8% do PIB. Esse resultado superou o registrado em 2005 em 6,8%, reflexo das elevações de 12,7% nas exportações e de 10,5% nas importações.

A Área do Euro apresentou déficit comercial de €16,2 bilhões em 2006, ante superávit de €8,2 bilhões no ano anterior, resultado associado, especialmente, à elevação anual de 22,4% no déficit da conta petróleo, que totalizou €245,6 bilhões. Entre os países da região, o maior superávit ocorreu na Alemanha, US\$161,9 bilhões, enquanto Reino Unido, França e Itália apresentaram déficits comerciais de US\$128 bilhões, US\$35,6 bilhões e US\$21,4 bilhões, respectivamente.

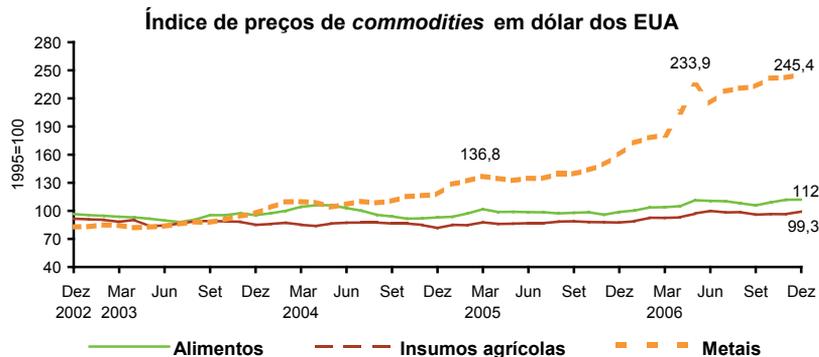
Favorecidas pelas importações de automóveis e autopeças pelos EUA, bem como pela demanda chinesa, as exportações japonesas mantiveram bom desempenho em 2006, particularmente nos últimos quatro meses do ano. O crescimento das exportações atingiu 9,6%, e o das importações, sob o efeito da alta dos preços do petróleo, 12,8%. Assinale-se que a redução dos custos da energia e a depreciação do iene contribuíram, no segundo semestre, para a melhora dos saldos comerciais.

Na China, as exportações prosseguiram em trajetória de sólido crescimento e lideraram o processo de expansão da economia, o que contribuiu para a ampliação dos saldos comerciais. Em 2006, as vendas ao exterior totalizaram US\$969,1 bilhões e conferiram ao país a condição de segundo maior exportador mundial, abaixo apenas dos EUA. A intensa utilização de insumos importados na cadeia produtiva da indústria exportadora, por sua vez, determina aumento acelerado das importações, a despeito do forte investimento em setores substitutivos de importações. Apesar dessa evolução, o superávit comercial alcançou o valor recorde de US\$177,8 bilhões em 2006, 74,3% superior ao verificado no ano anterior.

As principais *commodities* agrícolas e metálicas apresentaram desempenho positivo em 2006. A despeito da tendência ascendente, as cotações das *commodities* agrícolas situaram-se em patamar inferior ao de fevereiro a abril de 2004, enquanto as das metálicas atingiram valores recordes. Esse comportamento esteve relacionado, fundamentalmente, ao desempenho da economia mundial, em especial ao crescimento acelerado das economias chinesa e indiana.

Os preços das *commodities* agrícolas registraram elevação de 14,2% em 2006, com evoluções positivas das cotações de milho, trigo, café, soja e açúcar, impulsionadas pela demanda crescente e por compras especulativas. O JPMorgan Chase & Co estima que os 250 fundos de *commodities* mundiais monitorados pelo banco tenham recebido US\$53 bilhões em aplicações, e que aproximadamente metade desses recursos tenha

Gráfico 6.20



sido investida nos chamados “fundos beta”, que reproduzem o desempenho de índices de *commodities*.

Em relação às cotações dos principais componentes do “complexo ração” – trigo, milho e soja, somente as dos dois primeiros, cujos estoques são os mais baixos dos últimos vinte anos, situaram-se acima da média histórica. O preço do trigo avançou 67% em 2006 e atingiu, em outubro, a maior cotação dos últimos dez anos, enquanto o do milho, como evidência da redução da produção norte-americana e da demanda pelo grão para produção de etanol naquele país, subiu 83% e alcançou, em novembro, o maior valor dos últimos dez anos. A expansão dos investimentos e a demanda por biocombustíveis contribuíram, ainda, para que o preço do açúcar atingisse o maior nível dos últimos 25 anos.

Os preços das *commodities* metálicas aumentaram 68,9% em 2006, beneficiados tanto pela demanda crescente das economias emergentes, com destaque para China e Índia, como pela relativa escassez da oferta frente à elevada demanda do setor siderúrgico. No caso do níquel, por exemplo, a oferta permaneceu em níveis baixos no decorrer de 2006, que equivaliam a menos de um dia de seu consumo global.

Gráfico 6.21

Petróleo U.K. Brent – Mercado à vista



O mercado internacional de petróleo apresentou intensa oscilação de preços ao longo de 2006, quando o barril tipo *Brent* iniciou o ano cotado a US\$61. Após a volatilidade observada no período abril-agosto, quando os preços atingiram pela primeira vez US\$70, em 13 de abril, e o recorde de US\$78,63, em 7 de agosto, os preços se acomodaram aos níveis praticados no início do ano. No último trimestre do ano, apesar dos cortes na oferta de petróleo da Rússia, da política de cortes programados na produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e das dificuldades geopolíticas no Oriente Médio, um inverno menos rigoroso nos EUA contribuiu para reduzir a demanda por óleo para calefação, o que aliviou a pressão nos preços. Nesse contexto, o barril tipo *Brent* encerrou 2006 cotado a US\$60,13.



Organismos Financeiros Internacionais

Fundo Monetário Internacional

Criado em 1945 e composto atualmente de 185 países membros, o FMI tem como funções precípuas promover a cooperação monetária internacional; buscar a estabilidade cambial; propiciar crescimento econômico e altos níveis de emprego; prover assistência financeira temporária aos países em fase de ajustamento do balanço de pagamentos; e facilitar a expansão equilibrada do comércio internacional. O Organismo ainda monitora e analisa anualmente as economias dos países-membros e realiza variados estudos, com destaque para as “Perspectivas da Economia Mundial” (WEO) e para o Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global (GFSR), editados semestralmente.

Como parte de sua atividade de análise e supervisão macroeconômica multilateral, o Fundo estimou em 4,9% o crescimento da economia mundial em 2007, ante 5,1% registrados em 2006. Estima-se que, em 2006, o volume do comércio mundial tenha aumentado 8,8% em relação a 2005, resultado associado, em parte, às elevações dos preços em dólares do petróleo, 29,7%, e do conjunto das demais *commodities* internacionais, 22,1%.

Além de analisar a economia e as finanças internacionais, o FMI também efetua as consultas estabelecidas pelo Artigo IV de seu Acordo Constitutivo – dedicadas à supervisão macroeconômica de cada país-membro, normalmente com periodicidade anual – bem como realiza as Revisões de Programa, normalmente trimestrais, quando um país se encontra sob Programa de Assistência Financeira patrocinado pelo Organismo. O conjunto desses trabalhos é fonte de informações para o acompanhamento da economia internacional pelo Banco Central do Brasil.

Além dos relatórios já mencionados, o FMI, em conjunto com o Banco Mundial, produz os Relatórios de Observância a Códigos e Padrões (ROSCs), avaliações do grau de adoção, pelos países, dos códigos e padrões reconhecidos internacionalmente em doze áreas: qualidade dos dados; transparência da política monetária e financeira; transparência fiscal; supervisão bancária; regulação de mercados de capitais; supervisão de seguros; sistemas de pagamento; combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; governança corporativa; contabilidade; auditoria; e, por último, insolvência e direitos dos credores.

Outra importante atividade, também realizada em conjunto com o Banco Mundial, o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) é voluntário e decorrente de solicitação do país-membro. Além de propiciar a elaboração de ROSC, o FSAP verifica, mediante a aplicação de testes de estresse, o grau de estabilidade financeira diante de choques econômicos e produz um relatório com recomendações às autoridades, além de dois relatórios sintéticos: “Avaliação da Estabilidade do Sistema Financeiro” (FSSA) e “Avaliação do Setor Financeiro” (FSA), que são apresentados à diretoria do FMI e à do Banco Mundial, respectivamente.

Com referência à divulgação de dados econômicos, 64 países haviam subscrito, até o final de 2006, o Padrão Especial de Disseminação de Dados (SDDS), inclusive o Brasil. O SDDS pretende se estabelecer como guia para a divulgação ao público de dados econômicos e financeiros de forma tempestiva e abrangente, e contribuir para políticas macroeconômicas sólidas e para o aperfeiçoamento dos mercados financeiros.

A agenda do FMI em 2006 se pautou pela implementação de sua estratégia de médio prazo, com ênfase na modernização de sua supervisão. Nesse sentido, iniciou-se a revisão da Decisão de 1977 de Supervisão sobre Taxas de Câmbio. Adicionalmente, foi analisada a adoção de um *remit* para supervisão, compreendida como uma codificação dos objetivos, prioridades e responsabilidades da supervisão com a finalidade de torná-la mais efetiva. Em 2006, foram realizadas 128 consultas do Artigo IV, das quais 122 foram publicadas.

Uma importante inovação adotada pelo FMI na Reunião de Primavera, em abril, foi a criação do mecanismo de consultas multilaterais, que objetiva solucionar problemas de maneira compatível com o crescimento sustentado e a responsabilidade compartilhada. O tema escolhido para a primeira consulta foi “desequilíbrios globais”, e os participantes foram EUA, Japão, China, área do Euro e Arábia Saudita.

A primeira fase da reforma de quotas e voz no FMI foi iniciada em setembro de 2006, com aumentos *ad-hoc* concedidos aos quatro países mais sub-representados: China, Coréia, México e Turquia. Estabeleceu-se o prazo de setembro de 2008 para a conclusão da reforma, que implicará a adoção de nova fórmula simplificada e o realinhamento das quotas de modo a refletir a posição relativa dos países na economia mundial. O compromisso adotado, de pelo menos duplicar os votos básicos, ajudará a corrigir a erosão do poder de voto dos países de baixa renda.

Adicionalmente, foi iniciada uma discussão sobre um novo instrumento de liquidez que atenderia às economias emergentes que passam por dificuldades de balanço de pagamentos. Contudo, ainda não foram resolvidas questões importantes relacionadas ao uso do instrumento, como o critério de pré-qualificação e perda de elegibilidade, denominado *exit problem*.

O tema sustentabilidade financeira do FMI foi debatido ao longo de 2006. O cerne da questão é a procura por um novo modelo financeiro capaz de proporcionar ao Fundo receitas suficientes para satisfazer sua crescente oferta de serviços, uma vez que as taxas aplicadas sobre empréstimos, principal fonte de recursos, reduziram-se significativamente em função da redução do volume de empréstimos. Nesse contexto, a Diretoria-Executiva do Fundo estabeleceu um comitê de notáveis, cujo objetivo consistiu na avaliação de fontes adicionais e diversificadas de receita para a Instituição.

O capital total do FMI alcançou DES224 bilhões, e o crédito total pendente de recebimento, DES9,8 bilhões, ao final de 2006. A cota do Brasil no Fundo totalizou DES3.036 milhões, 1,39 % do capital total do organismo.

A Assembléia Anual de Governadores do FMI e do Banco Mundial ocorreu em Cingapura, em 16 e 17 de setembro de 2006. No primeiro semestre, em 15 e 16 de abril, em Washington, foram realizadas as reuniões do Comitê de Assuntos Monetários e Financeiros Internacionais (IMFC) e do Comitê de Desenvolvimento.

Grupo dos 20

A dificuldade de as Instituições de Bretton Woods (IBW – FMI, Banco Mundial e OMC) assumirem papel mais ativo na coordenação econômica global aumentou a importância das discussões de questões-chave da economia global no âmbito de Fóruns Informais.

Esses fóruns têm permitido que os países discutam de forma mais aberta e direta as questões relacionadas à arquitetura do sistema financeiro internacional e, por serem informais, permitem a articulação de posições, ações e respostas de forma mais ágil e efetiva em relação às questões-chave colocadas.

A crise financeira asiática nos anos 1990 mostrou que desequilíbrios das economias de países emergentes importantes também podem contaminar a economia global, o que evidencia a necessidade de incluir no debate financeiro internacional os países emergentes considerados sistemicamente importantes.

Assim, em 1999, foi criado o Grupo dos 20 (G-20), que reuniu países industrializados (todo o Grupo dos 7 – G-7⁷ e mais a Austrália e a representação da União Européia) e em desenvolvimento sistemicamente importantes (África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, Rússia e Turquia), além do FMI e do Banco Mundial, como observadores. Esses membros, juntos, representam 90% do PIB mundial, 80% do comércio global e 2/3 da população mundial.

7/ O G-7 é um grupo que reúne o G-3 (Alemanha, EUA e Japão), Canadá, França, Inglaterra e Itália para discutir questões-chave da economia global.

Ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais participam do G-20 com vistas a promover tanto o diálogo sobre políticas nacionais e questões-chave relacionadas à estabilidade financeira global, quanto ações que possibilitem o fortalecimento da arquitetura financeira internacional e o aumento da cooperação internacional. Nele também se constrói o consenso possível em antecedência às reuniões do FMI/Banco Mundial⁸.

Os temas atuais em discussão no G-20 são exatamente os mesmos que estão em destaque na agenda política e econômica internacional nos últimos anos, ou seja, a reforma das IBW: integração regional, demografia e transferências unilaterais, espaço fiscal, sistema financeiro e mercados de energia e de *commodities*.

A questão central em relação às IBW consiste, para sua adaptação eficiente à nova realidade financeira internacional, no aprimoramento dos arcabouços de governança e de estratégia operacional. No caso do FMI, assinalem-se as discussões acerca dos temas quotas e voz (poder de cada país no Organismo, representativo de sua participação no capital); supervisão (*Surveillance*); criação de linhas financeiras contingenciais (*Reserve Augmentation Line* – RAL); controles de capital; liberalização da conta capital; assistência técnica; e políticas gerais para prevenção e resolução de crises financeiras. No que diz respeito ao Banco Mundial, são destaques as discussões a respeito da composição do seu capital, colaboração com o FMI, relacionamento com os países de renda média e as políticas e prioridades da assistência financeira e técnica.

Por ser um fórum informal, o G-20 funciona com a realização de uma reunião de ministros (presidentes e BCs e ministros de finanças), precedida de duas reuniões de *deputies* (em geral os equivalentes aos diretores internacionais do BCs e aos secretários de Assuntos Internacionais dos Ministérios das Finanças), alguns seminários sobre temas específicos e grupos de trabalho e discussão, além da manutenção do sítio *web* do grupo⁹.

Anualmente, um país anfitrião diferente fica responsável pela organização desses eventos. O país anfitrião é informalmente chamado de Presidente do G-20, escolhido em revezamento entre os diversos grupos de componentes do G-20.

De forma a se evitar descontinuidade dos trabalhos, o grupo é gerenciado na forma de uma tróica, constituída pelo último anfitrião, o atual e o próximo.

O Brasil foi eleito em 2006 para ser o país anfitrião das reuniões do G-20 em 2008, o que o faz participar da sua gestão a partir de 2007, compondo tróica em conjunto com a Austrália, presidente de 2006, e a África do Sul, presidente de 2007.

8/ Por ser informal, sem presença de imprensa e sem registros ou gravações das reuniões, os participantes têm condições de expor mais aberta e diretamente suas posições.

9/ <http://www.g20.org/>.

A presidência do G-20 representa uma oportunidade de o Brasil participar mais ativamente de discussões e decisões referentes a temas estratégicos, o que favorece a percepção em relação às possibilidades de realização de alterações eficientes nos arcabouços de governança e estratégia operacional das IBW.

Banco de Compensações Internacionais

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), organismo fundado em 1930, tem como função principal fomentar internacionalmente a cooperação financeira e monetária e atua também como fórum nos processos de coordenação entre os bancos centrais e a comunidade financeira; como centro de pesquisa financeira e monetária; e como agente fiduciário em operações internacionais de bancos centrais.

O Banco Central do Brasil é acionista do BIS desde 25 de março de 1997, com 3.000 ações subscritas no valor de DES15 milhões, equivalentes a 0,55% do capital do organismo.

Sediado na Basileia, o BIS coordena comitês e organizações que têm por objetivo promover a estabilidade financeira, entre os quais o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária; o Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos, o Comitê do Sistema Financeiro Global e o Comitê de Mercado. Estabelecidos ao longo dos últimos quarenta anos pelos bancos centrais dos países do G-10¹⁰, esses comitês possuem elevado grau de autonomia na estruturação de suas agendas e atividades.

O BIS também secretaria o Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), criado em 1999 para debater questões referentes ao fortalecimento da arquitetura financeira internacional e promover a cooperação entre autoridades nacionais e organismos internacionais e órgãos reguladores.

Os ativos do BIS somavam, ao final do último ano fiscal, terminado em 31 de março de 2006, o valor recorde de DES220,1 bilhões, com expansão de 22% em relação ao ano anterior. O lucro líquido atingiu DES599 milhões, ante DES371 milhões no ano anterior. Os depósitos em moeda estrangeira, que compõem a maior parte das obrigações do BIS, totalizaram DES186 bilhões e os depósitos em ouro, DES9,2 bilhões, comparativamente a DES150,6 bilhões e DES7,1 bilhões, respectivamente, no ano fiscal anterior.

Em janeiro de 2001, o BIS decidiu pelo fechamento de seu capital a agentes privados e procedendo à compra das antigas ações em mão de particulares, mantendo-as em tesouraria. Em 2005, o BIS decidiu revender tais ações aos bancos centrais membros, ressaltando-se que a posse dessas ações não implicaria aumento da participação no

10/ Grupo de países industrializados composto por Alemanha, Bélgica, Canadá, EUA, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia e Suíça.

Organismo, mas apenas um investimento financeiro. O Banco Central do Brasil optou por não comprar tais ações, dadas sua baixa liquidez e rentabilidade.

Dentre as atividades regulares do organismo, destacam-se as do Comitê do Sistema Financeiro Global e as discussões no âmbito do Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos, que trabalha em parceria com a *International Organization of Securities Commissions* (Iosco), no sentido de promover a segurança dos sistemas de pagamentos, fortalecer a infra-estrutura de mercado e reduzir o risco sistêmico.

O Comitê da Basiléia de Supervisão Bancária, por sua vez, continuou com os esforços direcionados ao fortalecimento da supervisão prudencial das instituições bancárias, à adoção de práticas mais transparentes em registros financeiros, e ao encorajamento para que o sistema bancário avance na avaliação de riscos.

Finalmente, no papel de banco dos bancos centrais, o BIS oferece uma larga variedade de serviços bancários, especialmente desenhados para auxiliar no gerenciamento de reservas. Aproximadamente 140 instituições, entre elas diversos bancos centrais, fazem uso desse serviço. Em média, ao longo dos últimos anos, cerca de 6% das reservas internacionais globais foram aplicadas por bancos centrais junto ao BIS.

Centro de Estudos Monetários Latino-Americano

O Centro de Estudos Monetários Latino-Americano (Cemla), organismo estabelecido em 1952, é uma associação civil com domicílio legal na Cidade do México. Permeiam-se entre todas as suas atribuições os assuntos relacionados à estabilidade monetária e financeira e ao funcionamento do sistema financeiro internacional. Em 2006, foi aprovado novo estatuto para o Cemla, com ênfase na maior eficiência em questões relacionadas à sua governabilidade.

Mais especificamente, o Cemla tem como objetivos a promoção de melhor entendimento sobre assuntos monetários e bancários na América Latina e no Caribe, assim como os aspectos pertinentes às políticas fiscal e cambial dos países membros; a assistência na capacitação do corpo funcional dos bancos centrais e outros órgãos financeiros na América Latina e no Caribe; a pesquisa e sistematização dos resultados nos campos acima mencionados; e a divulgação de informações aos membros sobre fatos de interesse internacional e regional no âmbito das políticas monetária e financeira.

O Cemla é composto atualmente por cinquenta instituições, trinta das quais são bancos centrais associados, com poder de voto e voz. As demais instituições estão divididas entre membros colaboradores e assistentes, que possuem unicamente poder de voz.

A regência do Cemla ocorre por meio de dois órgãos de governo: a Assembléia de Governadores e a Junta de Governo. A Assembléia de Governadores, órgão máximo da Instituição, é composta pelos presidentes dos bancos centrais de todos os membros associados, com voz e voto nas deliberações. O poder de voto é definido de acordo com a cota de contribuição anual.

A Junta de Governo – composta pelos presidentes de sete bancos centrais associados, sendo o do México um participante permanente pela condição de país-sede, e por dois bancos extra-regionais, na qualidade de colaboradores – atua subsidiariamente à Assembléia, e seus integrantes são eleitos para um mandato de dois anos, em representação do grupo de associados que o elegeu e na proporção do poder de voto desse grupo. A Argentina ocupa, no biênio 2005–2007, a presidência da Junta de Governo.

Para o melhor desempenho de suas atribuições e auxílio no acompanhamento das atividades diárias do Cemla, a Junta de Governo conta com o apoio de duas instâncias subordinadas a ela, o Comitê de Alternos e o Comitê de Auditoria.

A maior parte do orçamento do Cemla, da ordem de US\$2,576 milhões no exercício de 2006, é composta pelas contribuições anuais tanto de membros associados como de membros colaboradores e assistentes. A contribuição anual do Brasil manteve-se inalterada nos últimos anos, no valor de US\$283 mil.

Durante 2006, o Cemla organizou 57 eventos, entre cursos, seminários e *workshops* com temas de interesse de bancos centrais. Dentre os cursos e seminários oferecidos, assinalem-se onze eventos sobre estabilidade macroeconômica e do sistema financeiro; sete sobre sistemas de pagamentos, de informações de crédito e remessas; oito sobre estatísticas; um sobre cooperativas de poupança e crédito; sete sobre gerenciamento de dívidas e fluxos de capital; e nove em áreas operacionais de bancos centrais.



Principais Medidas de Política Econômica

Emenda Constitucional

53, de 19.12.2006 – Criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), previsto para vigorar de 2007 a 2020, em substituição ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização e Valorização do Magistério (Fundef), autorizado pela Emenda Constitucional 14, de 12.9.1996, para ser aplicado nos exercícios de 1997 a 2006.

Com esse novo Fundo, o quantitativo de alunos da rede pública a serem beneficiados passará de 30 milhões para 48,1 milhões, uma vez que o Fundef contemplava somente os alunos do curso fundamental. A inclusão dos alunos da pré-escola e do ensino médio se dará de forma gradativa (1/3 do quantitativo a cada ano) e só alcançará a plenitude no terceiro ano de execução do Fundo, ou seja, em 2009. No tocante à fonte de financiamento do programa, foram mantidas as receitas que alimentavam o Fundef (Fundos de Participação dos Estados e Municípios, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – Exportação), além da inclusão de recursos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* (ITCM) e o Imposto Territorial Rural (ITR). A estimativa é que, no primeiro ano de execução do Fundeb, sejam utilizados R\$43,1 bilhões, dos quais R\$2 bilhões correspondem à participação da União. A partir do quarto ano, o volume de recursos deverá se estabilizar em R\$55,8 bilhões (atualizados monetariamente a cada ano), sendo de 10% o aporte de recursos da União.

Leis Complementares

122, de 12.12.2006 – Prorrogou para 1º de janeiro de 2011 a entrada em vigor de dispositivo da Lei Complementar 87, de 13.9.1996, que permite às empresas abater do imposto a pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) embutido no preço das mercadorias adquiridas para uso e consumo próprio, como material de escritório e de limpeza, e nas contas de energia elétrica e telefone. Atualmente, só geram crédito tributário de ICMS as aquisições de matérias-primas e insumos, ou seja,

produtos que entram diretamente no processo produtivo. No caso da energia elétrica, só pode ser considerada aquela consumida no processo de industrialização.

123, de 14.12.2006 – Instituiu o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), no contexto do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Entende-se por Simples Nacional, um sistema diferenciado de tributação que unificou seis tributos da União (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins, Programa de Integração Social – PIS/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público – Pasep e contribuição patronal para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS) com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência dos estados, e com o Imposto sobre Serviços (ISS), de competência dos municípios. Para efeito de enquadramento nesse novo sistema de tributação, consideram-se microempresas aquelas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$240 mil. Por sua vez, empresas de pequeno porte são aquelas com faturamento anual acima de R\$240 mil e até R\$2,4 milhões. A lei também aprovou mecanismos destinados a facilitar o acesso ao crédito, a reduzir a burocracia na abertura e no encerramento de empresas, e a criar condições favoráveis para essas empresas participarem de licitações públicas.

Leis

11.281, de 20.2.2006 – Alterou dispositivos da Lei 6.704, de 26.10.1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação. Autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex); altera o Decreto-Lei 37, de 18.11.1966; revoga a Lei 10.659, de 22.4.2003; e dá outras providências. Conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 267, de 28.11.2005.

11.289, de 30.3.2006 – Autorizou a União a prestar auxílio financeiro complementar aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País. Conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 271, de 26.12.2005.

11.306, de 16.5.2006 – Aprovou o Orçamento Geral da União para 2006. As receitas foram estimadas em R\$1.702.918 milhões, dos quais R\$1.660.772 milhões se referem ao Orçamento do Tesouro Nacional, e R\$42.146 milhões ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. As receitas do Tesouro Nacional apresentam o seguinte desdobramento:

I – orçamento fiscal: R\$542.006 milhões;

- II – orçamento da Seguridade Social: R\$281.225 milhões; e
- III – refinanciamento da Dívida Pública Federal: R\$837.541 milhões.

11.307, de 19.5.2006 (conversão da Medida Provisória 275, de 29.12.2005) – Alterou a Lei 9.317, de 5.12.1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), para atender à alteração promovida pela Lei 11.196, de 21.11.2005.

11.311, de 13.6.2006 (conversão da Medida Provisória 280, de 15.2.2006) – Reajustou em 8% a tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, com vigência a partir de 1.2.2006. Com o reajuste, a tabela progressiva mensal passou a ter as seguintes faixas de rendimento:

- I – rendimentos até R\$1.257,12 estão isentos do tributo;
- II – rendimentos de R\$1.257,13 até R\$2.512,08, alíquota de 15% com parcela a deduzir de R\$188,57 ;
- III – rendimentos acima de R\$2.512,08, alíquota de 27,5% e parcela a deduzir de R\$502,58.

11.312, de 27.6.2006 (conversão da Medida Provisória 281, de 15.2.2006) – Reduziu a zero as alíquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) incidentes sobre investimentos de não-residentes em títulos públicos federais e em investimentos de capital de risco (*venture capital*).

11.321, de 7.7.2006 (conversão da Medida Provisória 288, de 30.3.2006) – Elevou de R\$300,00 para R\$350,00, o valor do salário mínimo que passou a vigorar em 1º de abril de 2006. Considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de 1.5.2005 a 31.3.2006, de 2,78%, o reajuste traduziu ganho real de 13,52%.

11.322, de 13.7.2006 (conversão da Medida Provisória 285, de 6.3.2006) – Autorizou a repactuação de dívidas de operações originárias de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações, até 15 de janeiro de 2001, de valor originalmente contratado até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, nas condições estabelecidas nesta Medida Provisória.

11.324, de 19.7.2006 (conversão da Medida Provisória 284, de 6.3.2006) – Permitiu a dedução, no valor do imposto apurado na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, da contribuição paga à Previdência Social pelo empregador doméstico, com empregado doméstico a seu serviço. A dedução, que será permitida até o exercício de 2012 (ano-base de 2011), restringe-se à contribuição patronal calculada sobre um salário mínimo mensal, sobre o 13º salário e sobre a remuneração adicional de

férias, referidos também a um salário mínimo. A dedução está limitada a um empregado doméstico por declaração, inclusive no caso de declaração em conjunto.

11.326, de 24.7.2006 – Estabeleceu os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e a Empreendimentos Familiares Rurais.

11.371, de 28.11.2006 (conversão da Medida Provisória 315, de 3.8.2006) – Dispôs sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento de lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do parágrafo 1º do artigo 26 da Lei 9.491, de 9.9.1997.

11.429, de 26.12.2006 – Determinou que os depósitos judiciais em dinheiro referentes a tributos e seus acessórios, de competência dos estados e do Distrito Federal, inclusive os inscritos em dívida ativa, serão efetuados em instituição financeira oficial da União ou do estado, mediante a utilização de instrumento que identifique sua natureza tributária.

11.438, de 29.12.2006 – Determinou que até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do Imposto de Renda devido, apurado na declaração de ajuste anual pela pessoa física, ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. As deduções estão limitadas a 6% do imposto devido, no caso das pessoas físicas, e a 4% no caso das pessoas jurídicas.

11.439, de 29.12.2006 – Aprovou as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007, com destaque para as seguintes determinações:

- a) a elaboração do orçamento será compatível com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado, equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo 2,45% para os orçamentos fiscal e da seguridade social e 0,70% para o programa de dispêndios globais das estatais;
- b) a despesa empenhada no exercício de 2007, relativa a publicidade, diárias, passagens aéreas e locomoção, no âmbito de cada Poder, não poderá exceder 90% dos valores empenhados em 2006;
- c) o excesso verificado em relação à meta de superávit primário para o conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social e das empresas estatais federais (3,15% do PIB) poderá ser utilizado para atendimento de programação relativa ao Projeto Piloto de Investimentos Públicos (PPI) no exercício de 2007, desde que obtida a meta de superávit primário para o setor público consolidado, no exercício de 2006, equivalente a 4,25% do PIB;
- d) o superávit consolidado para 2007 poderá ser reduzido em até R\$4.590 milhões para o atendimento da programação relativa ao PPI.

Medidas Provisórias

280, de 15.2.2006 – Reajustou em 8% a tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, com vigência a partir de 1º.2.2006. Com o reajuste, a tabela progressiva mensal passou a ter as seguintes faixas de rendimento:

- I – rendimentos até R\$1.257,12 estão isentos do tributo;
- II – rendimentos de R\$1.257,13 até R\$2.512,08; alíquota de 15% e parcela a deduzir de R\$188,57;
- III – rendimentos acima de R\$2.512,08; alíquota de 27,5% e parcela a deduzir de R\$502,58.

Ressalta-se que o limite de desconto simplificado, que substituiu todas as deduções admitidas na legislação do Imposto de Renda, para efeito da declaração de ajuste anual, passou de R\$10.340,00 para R\$11.167,20. Por sua vez, o limite individual de deduções relativas a despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes elevou-se de R\$2.198,00 para R\$2.373,84; enquanto o limite de despesas por dependente passou de R\$1.404,00 para R\$1.516,32.

281, de 15.2.2006 – Reduziu a zero a alíquota do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de investidores, aplicada exclusivamente às novas aquisições de títulos por investidores não residentes, as quais deverão ser realizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), sem benefícios a aplicações em operações compromissadas. Dessa forma, os investimentos já existentes na data de publicação desta Medida Provisória continuariam a ser tributados na forma da legislação vigente, facultado ao investidor estrangeiro migrar, até 31.8.2006, para o novo regime tributário, com antecipação do pagamento do imposto devido na forma do regime anterior. Complementarmente, com o propósito de incentivar o desenvolvimento do segmento de capital de risco (*venture capital*), foi reduzida a zero, desde que atendidas certas condições, a alíquota de Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos auferidos por investidor não residente em Fundos de Investimento em Empresas Emergentes (FIEE), em Fundos de Investimento em Participações (FIP) e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações (FCFIP). Além disso, reduziu a zero a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) incidente sobre o lançamento a débito de conta-corrente de depósito para a liquidação das operações de ofertas públicas de ações de empresas no mercado de balcão. A legislação atualmente em vigor já previa a não-incidência da CPMF nas transações realizadas na bolsa de valores.

284, de 6.3.2006 – Permitiu a dedução, no valor do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, da contribuição paga à Previdência Social pelo empregador doméstico com empregado doméstico a seu serviço. A dedução, que será permitida até o exercício de 2012 (ano-base de 2011), restringe-se à contribuição calculada sobre um salário mínimo, e aplica-se somente a um empregado doméstico.

285, de 6.3.2006 – Dispôs sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), de valor originalmente contratado até R\$50 mil, e não renegociadas nos termos da Lei 10.177, de 12.1.2001. A medida prevê a concessão de um desconto para as parcelas pagas até a data dos respectivos vencimentos, o que ocasionará um impacto nominal de cerca de R\$2,89 bilhões aos cofres públicos, no decorrer do prazo de renegociação, e proporcionará um benefício médio aos mutuários da ordem de 68,8% de bônus sobre o saldo devedor.

288, de 30.3.2006 – Determinou que, a partir de 1º de abril de 2006, após aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ocorrido no período de 1º de maio de 2005 a 31.3.2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$300,00 (trezentos reais), o novo salário mínimo será de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

291, de 13.4.2004 – Reajustou em 5%, com vigência a partir de 1º.4.2006, os benefícios mantidos pela Previdência Social.

294, de 8.5.2006 – Criou o Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, de composição tripartite e paritária, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com as seguintes finalidades:

- a) promover o entendimento entre trabalhadores, empregadores e governo federal, em busca de soluções acordadas sobre temas relativos às relações do trabalho e à organização sindical;
- b) promover a democratização das relações de trabalho, o tripartismo e o primado da justiça social no âmbito das leis do trabalho e das garantias sindicais; e
- c) fomentar a negociação coletiva e o diálogo social.

303, de 29.6.2006 – Dispôs sobre o parcelamento de débitos de pessoas jurídicas com a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A MP 303 determina que os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003 poderão ser parcelados em até 130 prestações mensais e sucessivas, com correção pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e desconto de 50% na multa.

O parcelamento dos débitos deverá ser requerido até 15 de setembro de 2006, e o valor mínimo de cada prestação não poderá ser inferior a:

- I – R\$200,00 para empresas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples); e
- II – R\$2.000,00 para as demais empresas.

Essa modalidade de parcelamento não se aplica a débitos:

- a) relativos a impostos e contribuições retidos na fonte ou descontados de terceiros e não recolhidos à Fazenda Nacional ou ao INSS;
- b) de valores recebidos pelos agentes arrecadadores não recolhidos aos cofres públicos; e
- c) relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

315, de 3.8.2006 – Dispôs sobre as seguintes medidas de natureza cambial:

- a) flexibilizou a exigência de cobertura cambial nas exportações brasileiras. Os recursos em moeda estrangeira relativos aos recebimentos de exportações brasileiras de mercadorias e de serviços, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, poderão ser mantidos em instituições financeiras no exterior, observado o limite fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) – 30% –, vedado o tratamento diferenciado por setor ou atividade econômica. Os recursos mantidos no exterior somente poderão ser utilizados para a realização de investimento, aplicação financeira ou pagamento de obrigações próprias do exportador, vedada a realização de empréstimo de qualquer natureza;
- b) a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País que mantiver recursos em moeda estrangeira no exterior relativos ao recebimento de exportações deverá declarar à Secretaria da Receita Federal (SRF) a utilização desses recursos;
- c) não haverá incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) sobre a parcela mantida no exterior dentro do limite de 30%;
- d) o CMN poderá estabelecer formas simplificadas de contratação de operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira, relacionadas a recursos provenientes de exportações;
- e) transferiu do Banco Central do Brasil (Bacen) para a SRF o controle de natureza cambial sobre as operações de exportações. O Banco Central do Brasil se responsabilizará pela manutenção do registro das operações de câmbio e pela informação à Secretaria da Receita Federal dos dados referentes a esses registros na forma estabelecida em ato conjunto;
- f) facultou a utilização do formulário de contrato de câmbio na forma definida pelo Banco Central do Brasil nas operações de compra e venda de moeda estrangeira de até US\$3 mil norte-americanos, ou do seu equivalente em outras moedas;
- g) ficou sujeito a registro em moeda nacional, no Bacen, o capital estrangeiro investido em empresas fixadas no País, ainda não registrado e não sujeito a outra forma de registro no Bacen, desde que os valores correspondentes constem dos registros contábeis da empresa brasileira receptora do capital estrangeiro. O montante de capital estrangeiro em moeda nacional existente em 31.12.2005 deverá ser regularizado até 30.6.2007;
- h) foram permitidos pagamentos em reais nas compras em lojas francas localizadas em portos ou aeroportos brasileiros, observados os limites de compras fixados pela legislação;

- i) foi eliminada a multa sobre as operações de importação brasileira, por atraso ou não-contratação da respectiva operação de câmbio.

Outras medidas, de natureza não cambial, foram contempladas na Medida Provisória (MP) 315, tais como:

- a) dispensa-se o Banco Central do Brasil de inscrever em dívida ativa e de promover a execução fiscal dos débitos provenientes de multas administrativas de sua competência considerados de pequeno valor ou de comprovada impossibilidade de cobrança;
- b) reduz-se a zero, em relação aos fatos geradores ocorridos até 31.12.2013, a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente nas operações de aluguel com opção de compra (*leasing* financeiro) de aeronaves, efetuadas até 31.12.2008;
- c) autoriza-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) a converter 80% de uma dívida de US\$7 bilhões com o Tesouro Nacional (parágrafo 1º, art. 26, da Lei 9.491/1997), em patrimônio de referência. Com isso, o patrimônio, hoje limitado a R\$24 bilhões, será aumentado para cerca de R\$30 bilhões, o que possibilitará ao banco ampliar sua oferta de crédito às empresas. A legislação prevê que os empréstimos do BNDES ao setor público estejam limitados a 45% do patrimônio de referência do banco e a 25% ao setor privado; e
- d) revoga-se o inciso IV do art.7º da MP 303/2006, possibilitando às empresas em débito com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) participarem do Refis 3, o programa de parcelamento de dívidas com o governo federal.

316, de 11.8.2006 – Reajustou em 5,01%, com vigência a partir de 1º.4.2006, os benefícios mantidos pela Previdência Social.

320, de 25.8.2006 – Criou o Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (Clia), que substituirá os atuais recintos alfandegados de uso público conhecidos como Portos Secos. A principal vantagem dessa medida é a desburocratização na montagem dos Clias, pois estes poderão ser estabelecidos na área em que a Receita Federal possui suas unidades, sem restrições sobre local e quantidade. Além disso, podem ser instalados vários estabelecimentos no mesmo recinto, o que facilita a participação de pequenas empresas.

321, de 12.9.2006 – Permitiu que os contratos de financiamento celebrados a partir de 13.9.2006, pelas entidades integrantes dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento, com recursos dos depósitos da caderneta de poupança, possam ser realizados com ou sem cláusula de atualização pela remuneração básica aplicável aos respectivos depósitos, no caso, a Taxa de Referência (TR).

328, de 1.11.2006 – Elevou em R\$1,95 bilhão o montante de recursos destinados aos estados e municípios, ao amparo da Lei Complementar 87/1996 (Lei Kandir), com o objetivo de fomentar as exportações do País. Do montante acima, R\$975 milhões serão entregues em novembro, restando duas parcelas de R\$487,5 milhões para serem entregues em dezembro de 2006 e em janeiro de 2007.

339, de 28.12.2006 – Regulamentou dispositivos da Emenda Constitucional 53, de 19.12.2006, que instituiu no âmbito de cada estado e no Distrito Federal o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

340, de 29.12.2006 – Adotou as seguintes providências relacionadas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):

- a) corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas que será adotada em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º.1.2007, bem como os valores das deduções com dependentes e instrução. Além disso, divulgou as tabelas que passarão a ser adotadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, todas elas corrigidas em 4,5%, em relação ao exercício precedente;
- b) dilatou até 2008 o prazo para utilização do crédito relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à razão de 25% sobre a depreciação contábil de máquinas e equipamentos novos incorporados ao ativo imobilizado e empregados em processo industrial do adquirente;
- c) reduziu para zero a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) nas operações de crédito destinadas à liquidação antecipada de dívida e à simultânea abertura de nova linha de crédito, em instituição financeira distinta, e na movimentação das chamadas contas-salário, criadas exclusivamente para recebimento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;
- d) promoveu modificações na Lei 6.194/1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), de modo a vincular o valor da indenização a ser paga ao valor da cobertura vigente à época da ocorrência do sinistro;
- e) prorrogou até 31.12.2007 o prazo para que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) possa utilizar recursos federais na recuperação de rodovias transferidas aos estados;
- f) instituiu o parcelamento de débitos relativos à Taxa de Fiscalização cobrada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que permite redução de 30% nas multas e juros legalmente exigíveis; e
- g) prorrogou de 8.1.2007 para 8.1.2012 a não-incidência do Adicional de Frete da Marinha Mercante sobre mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado nas regiões Norte e Nordeste do País, para as navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre.

Decretos

5.663, de 9.1.2006 – Dispôs sobre a execução do 32º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica 14, entre Brasil e Argentina de 29.12.2005. Foram prorrogadas, pelo período de sessenta dias, a partir de 1º.1.2006, as condições aplicadas

em 2005 relativas ao Regime Automotivo entre os dois países, conforme disposições do 31º Protocolo Adicional.

5.664, de 10.1.2006 – Delegou competência ao ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para autorizar o funcionamento no Brasil de sociedade estrangeira, bem como suas alterações estatutárias ou contratuais, nacionalização e cassação da autorização, nas formas previstas nos arts. 1.134, 1.139 e 1.141 da Lei 10.406, de 10.1.2002 – Código Civil, e nos arts. 59 a 73 do Decreto-Lei 2.627, de 26.9.1940.

5.685, de 25.1.2006 – Instituiu o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), no âmbito do Ministério da Fazenda, com a finalidade de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular.

O Comitê, que tem caráter consultivo, será integrado pelo presidente do Banco Central do Brasil e por um diretor dessa autarquia; pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários e por um diretor dessa autarquia; pelo secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, e por um diretor dessa autarquia; e pelo superintendente da Superintendência de Seguros Privados e por um diretor dessa Superintendência.

Ao Coremec compete, conforme pautas previamente apresentadas por seus membros para discussão, as seguintes atribuições:

- a) propor adoção de medidas de qualquer natureza com vistas ao melhor funcionamento dos mercados sob a regulação e a fiscalização das entidades e dos órgãos referidos acima;
- b) debater iniciativas de regulação e procedimentos de fiscalização que possam ter impacto nas atividades de mais de uma das entidades e órgão citados, com a finalidade de harmonizar as mencionadas iniciativas e procedimentos;
- c) facilitar e coordenar o intercâmbio de informações entre as entidades mencionadas, inclusive com entidades estrangeiras e organismos internacionais;
- d) debater e propor ações coordenadas de regulação e fiscalização, inclusive as aplicáveis aos conglomerados financeiros; e
- e) aprovar o seu regimento interno.

5.691, de 3.2.2006 – Suspendeu a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep-importação e da Cofins-importação para bens novos destinados à incorporação ao ativo imobilizado de pessoa jurídica importadora estabelecida na Zona Franca de Manaus.

5.697, de 7.2.2006 – Reduziu as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre diversos produtos utilizados na construção civil. Produtos como torneiras e registros usados em banheiros e cozinhas, bem como válvulas tipo gaveta,

tiveram as alíquotas reduzidas de 12% para 5%. Tintas, vernizes, argamassa, pias e lavatórios de plástico ou de aço inoxidável, vasos sanitários, azulejos cerâmicos, vidro, e fios de cobre tiveram as alíquotas reduzidas de 10% para 5%. Por último, produtos como tubos e conexões de plástico, caixas d'água, portas, janelas, caixilhos, alizares, soleiras, vergalhão para concreto, material para andaimes, chapas, barras, entre outros materiais, tiveram as alíquotas reduzidas de 5% para zero.

5.698, de 8.2.2006 – Dispôs sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo, até a publicação da lei orçamentária de 2006.

Para fins de cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foram estabelecidas as seguintes metas quadrimestrais para o superávit primário do governo federal, no corrente exercício:

- I – R\$28,7 bilhões no primeiro quadrimestre;
- II – R\$55,2 bilhões até o segundo quadrimestre; e
- III – R\$70,5 bilhões até o terceiro quadrimestre.

5.705, de 16.2.2006 – Promulgou o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica.

5.710, de 24.2.2006 – Regulamentou a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as montadoras de veículos e para fabricantes de autopeças instaladas na região Nordeste.

5.712, de 2.3.2006 – Regulamentou o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes), instituído pelos artigos 1º a 11 da Lei 11.196, de 21.11.2005.

5.713, de 2.3.2006 – Dispôs sobre os bens e serviços amparados pelo Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes), na forma dos artigos 4º, § 4º; e 5º, § 3º, da Lei 11.196, de 21.11.2005.

5.716, de 9.3.2006 – Dispôs sobre a execução do 33º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica 14 (Acordo Automotivo) entre Brasil e Argentina, de 1º.3.2006. Como as partes acordaram não implementar o livre comércio a partir de 1º.1.2006, durante o período compreendido entre 2.3.2006 até 30.6.2006, serão mantidas as condições estabelecidas no 31º Protocolo Adicional correspondentes a 2005.

5.730, de 20.3.2006 – Estabeleceu os procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, no que se refere à determinação da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/ Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep), da

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), nas operações realizadas em mercados de liquidação futura.

5.738, de 30.3.2006 – Dispôs sobre a execução da Decisão 37/2005 do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, que aprova a regulamentação transitória da Decisão CMC 54/2004 “Eliminação da Dupla Cobrança e Distribuição de Renda Aduaneira”, adotada em Montevideu, em 8.12.2005.

5.749, de 12.4.2006 – Determinou que o Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$120,00 e R\$60,0, respectivamente. Antes os valores eram R\$100,00 e R\$50,00.

5.756, de 13.4.2006 – Determinou que a partir de 1º.4.2006, o limite máximo do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício é de R\$2.801,56; e estabelece que em 2006 o pagamento do 13º salário aos segurados da Previdência Social será feito em duas parcelas, sendo a primeira equivalente a até cinquenta por cento do valor do benefício correspondente a agosto, paga em setembro.

5.780, de 19.5.2006 – Dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006. Os valores constantes do cronograma de desembolso foram reduzidos em R\$14,2 bilhões, comparativamente ao montante de gastos autorizados pelo Congresso Nacional. O contingenciamento é uma medida de caráter administrativo, que vem sendo adotada a cada exercício. Todavia, à medida que as estimativas de arrecadação se confirmem, o bloqueio de recursos poderá ser liberado.

5.788, de 25.5.2006 – Dispôs sobre os bens adquiridos ou importados por estaleiro naval brasileiro sob amparo do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), na forma do inciso II do parágrafo 3º do art. 13 da Lei 11.196, de 21.11.2005.

5.789, de 25.5.2006 – Dispôs sobre os bens amparados pelo Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), na forma do art. 16 da Lei 11.196, de 21.11.2005.

5.796, de 6.6.2006 – Regulamentou a Lei 11.124, de 16.6.2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

5.798, de 7.6.2006 – Regulamentou os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei 11.196/2005, e revoga o Decreto 4.928/2003.

5.816, de 26.6.2006 – Promulgou o Memorando de Entendimento entre Brasil e Índia referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes, celebrado em Nova Delhi, em 8.4.2002.

5.821, de 29.6.2006 – Reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/ Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação dos produtos que menciona (produtos químicos farmacêuticos), conforme disposições do § 3º do art. 2º da Lei 10.637, de 30.12.2002; do § 3º do art. 2º da Lei 10.833, de 29.12.2003; e do § 11 do art. 8º da Lei 10.865, de 30.4.2004.

5.835, de 7.7.2006 – Dispôs sobre a execução do 35º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica 14, entre Brasil e Argentina, de 28.6.2006. O acordo, com duração de dois anos, estabelece um índice para cada país e mantém um limite no valor de 1,95, que poderá oscilar até 2,1.

5.861, de 28.7.2006 – Ampliou em R\$4,8 bilhões os limites para movimentação e empenho das despesas discricionárias do Governo Central, comparativamente aos valores estabelecidos no Decreto 5.780, de 19.5.2006.

5.872, de 11.8.2006 – Determinou que, a partir de 1º.8.2006, o limite máximo do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício é de R\$2.801,82; estabelece que em 2006 o pagamento do 13º salário aos segurados da Previdência Social será feito em duas parcelas, sendo que a primeira será equivalente a até cinquenta por cento do valor do benefício correspondente a agosto, e será paga em setembro.

5.881, de 31.8.2006 – Regulamentou o art. 55 da Lei 11.196, de 21.11.2005, que instituiu o regime de suspensão da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS)/ Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) na aquisição de máquinas e equipamentos para a produção de papéis destinados à impressão de jornais e periódicos.

5.891, de 12.9.2006 – Dispôs sobre a adoção de medidas destinadas à substituição, por sementes produzidas em conformidade com os ditames da Lei 10.711, de 5.8.2003, de grãos de soja geneticamente modificados tolerantes a glifosato reservados para uso próprio pelos produtores rurais do estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

5.906, de 27.9.2006 – Regulamentou o art. 4º da Lei 11.077, de 30.12.2004; os arts. 4º, 9º, 11 e 16-A da Lei 8.248, de 23.10.1991; e os arts. 8º e 11 da Lei 10.176, de 11.1.2001, que dispõem sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologias da informação.

5.908, de 27.9.2006 – Deu nova redação ao Anexo do Decreto 5.789, de 25.5.2006, que relaciona os bens de capital amparados pelo Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), na forma do art. 16 da Lei 11.196, de 21.11.2005.

5.969, de 21.11.2006 – Promulgou a Decisão 18/2005, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que dispôs sobre a Integração e o Funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), adotada em Assunção, em 19.6.2005.

5.985, de 13.12.2006 – Promulgou a Decisão 24/2005, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que aprovou o Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), adotado em Montevideu, em 8.12.2005.

5.987, de 19.12.2006 – Determinou que a pessoa jurídica que adquirir no mercado interno ou importar hidrocarbonetos líquidos poderá compensar, com tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, o valor da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide – combustíveis) pago pela pessoa jurídica vendedora, no caso de aquisição no mercado interno, ou pago diretamente, no caso de importação.

6.003, de 28.12.2006 – Estabeleceu que a contribuição social do salário-educação obedecerá aos mesmos prazos, condições, sanções e privilégios relativos às contribuições sociais e demais importâncias devidas à Seguridade Social, com aplicação no que for cabível, das disposições legais e dos demais atos normativos atinentes às contribuições previdenciárias, ressalvada a competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sobre a matéria.

6.006, de 28.12.2006 – Aprovou a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ipi).

Resoluções do Conselho Monetário Nacional

3.339, de 26.1.2006 – Alterou e consolidou as normas disciplinadoras das operações compromissadas que envolvem títulos de renda fixa. As principais alterações efetuadas visam maior estímulo para a realização de operações compromissadas com títulos de renda fixa privados, o que permite maior desenvolvimento do mercado secundário para

esses títulos. Nesse sentido, foi facultada a realização de operações compromissadas com Cédulas de Produto Rural com cláusula de liquidação financeira, com certificados e letras de crédito vinculados a agronegócios e com cédulas e notas de crédito à exportação. Por outro lado, foi vedada, a partir de julho de 2006, a realização de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceite próprio. Adicionalmente, foi permitida a contratação de operações compromissadas com pessoas físicas e jurídicas não financeiras que tenham por objeto títulos privados, dado que anteriormente esses contratantes só podiam efetuar essas operações com títulos públicos federais. Outra flexibilização adotada foi a permissão para negociação, em operações compromissadas, de títulos a preço unitário notadamente diferente dos praticados pelo mercado.

3.340, de 3.2.2006 – Dispôs sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) para safra da uva 2005/2006.

3.341, de 3.2.2006 – Alterou o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.342, de 3.2.2006 – Reprogramou parcelas de financiamentos destinados à recuperação de áreas de pastagens cultivadas degradadas, localizadas no Estado do Acre, contratados com recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro).

3.343, de 3.2.2006 – Alterou as condições estabelecidas para os financiamentos de custeio de soja e dispôs sobre a comercialização de café, safra 2004/2005.

3.344, de 3.2.2006 – Fixou o fator de ponderação incidente sobre o saldo das operações do Banco do Brasil S.A., com recursos captados em depósitos de poupança rural (MCR 6-4), para efeito de cumprimento da exigibilidade.

3.345, de 3.2.2006 – Reprogramou o pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

3.346, de 8.2.2006 – Instituiu e regulamentou o Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (Procapcred), destinado ao fortalecimento da estrutura patrimonial das cooperativas singulares de crédito, por meio de financiamentos concedidos a associados para aquisição de cotas partes de capital.

3.347, de 8.2.2006 – Dispôs sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

Aplica o fator de multiplicação de 1,5 no cumprimento da exigibilidade relativa às aplicações em imóveis com valores entre R\$80 mil e R\$100 mil. Essa sistemática, anteriormente restrita aos financiamentos sob a égide do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), foi estendida para as operações concedidas a taxas de mercado, desde que adotado o instituto do patrimônio de afetação. Ademais, admite, para efeito de cômputo da exigibilidade, aplicações em aquisição de material de construção, reforma ou ampliação de imóveis sob as regras do SFH, e em obras de infra-estrutura em loteamentos urbanos residenciais e comerciais ou a imóveis comerciais com taxas de mercado.

3.348, de 23.2.2006 – Autorizou o enquadramento de operações de custeio de lavouras irrigadas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

3.349, de 23.2.2006 – Dispôs sobre aplicações de investidor residente, domiciliado ou com sede no exterior nos mercados financeiro e de capitais. Fixou em 30.6.2006 a data-limite para que investimentos estrangeiros no Brasil registrados no Banco Central do Brasil e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ao amparo do Regulamento Anexo III à Resolução 1.289, de 20.3.1987, sejam transferidos para a modalidade prevista na Resolução 2.689, de 26.1.2000.

3.350, de 24.2.2006 – Dispôs sobre ajustes nas normas de financiamentos ao amparo de recursos controlados do crédito rural.

3.351, de 24.2.2006 – Alterou o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.352, de 24.2.2006 – Instituiu o Programa de Integração Lavoura/Pecuária (Prolapec).

3.353, de 31.3.2006 – Definiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2006.

3.354, de 31.3.2006 – Alterou e consolidou as normas relativas à metodologia de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR), com modificações na referência do gradiente do parâmetro “b” do redutor da TR, que passa a ser o valor da própria TBF do dia de referência. Essa medida visa impossibilitar a ocorrência de TR negativa no caso em que haja descolamento expressivo da TBF em relação à meta para a taxa Selic.

3.355, de 31.3.2006 – Alterou a Resolução 3.059, de 2002, que dispôs sobre o registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras. Refere-se ao registro ativo de crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal na apuração do imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a ser realizado mediante a ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições. A principal alteração refere-se à mudança do prazo máximo de realização do crédito tributário, que passou de cinco anos

para dez anos; portanto, só poderão ser registrados como ativo os valores de créditos tributários com expectativa de realização em dez anos.

3.356, de 31.3.2006 – Alterou a Resolução 3.265, de 2005, que dispôs sobre o Mercado de Câmbio e deu outras providências.

3.357, de 31.3.2006 – Alterou o Regulamento anexo à Resolução 3.121, de 2003, que dispôs sobre as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

3.358, de 31.3.2006 – Alterou o Regulamento anexo à Resolução 3.308, de 2005, que dispôs sobre a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como sobre a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.

3.359, de 5.4.2006 – Dispôs sobre a comercialização de trigo ao amparo da Linha Especial de Crédito (LEC).

3.360, de 5.4.2006 – Instituiu, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), linhas de crédito destinadas ao financiamento da colheita e estocagem de café do período agrícola 2005/2006 e para Financiamento para Aquisição de Café (FAC) pelas indústrias; e dispôs sobre comercialização dos cafês arábica e robusta da safra 2005/2006, ao amparo da Linha Especial de Crédito (LEC).

3.361, de 5.4.2006 – Dispôs sobre substituição de garantias em operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF) e sobre crédito para comercialização de milho ao amparo dos recursos obrigatórios (MCR 6-2).

3.362, de 26.4.2006 – Dispôs sobre créditos à comercialização com recursos controlados.

3.363, de 26.4.2006 – Dispôs sobre a reprogramação de parcelas vencidas e sobre a concessão de prazo para pagamento de parcelas vincendas, em 2006, de financiamentos de custeio.

3.364, de 26.4.2006 – Dispôs sobre a reprogramação de parcelas vencidas e sobre a concessão de prazo para pagamento de parcelas vincendas, em 2006, de operações de investimento agropecuário.

3.365, de 26.4.2006 – Incluiu o art. 9º-F na Resolução 2.827, de 30.3.2001 – Programa de Intervenções Viárias (Provias).

3.366, de 26.5.2006 – Alterou prazos para comprovação de perdas ocorridas em empreendimentos amparados pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) – safra 2005/2006 – e autorizou o Banco Central do Brasil a alterá-los quando for indispensável para a execução do programa.

3.367, de 26.5.2006 – Dispôs sobre despesas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

3.368, de 26.5.2006 – Dispôs sobre a aplicação, no exterior, de disponibilidades em moeda estrangeira de bancos autorizados a operar no mercado de câmbio. Disciplinou as aplicações em moeda estrangeira no exterior, por parte das instituições bancárias autorizadas a operar em câmbio.

3.369, de 14.6.2006 – Dispôs sobre ajustes nas normas de financiamentos contratados com recursos controlados do crédito rural, a partir da safra 2006/2007, e sobre concessão de prazo adicional para as parcelas relativas ao custeio da safra 2005/2006, de operações formalizadas com recursos equalizáveis pelos bancos cooperativos e Banco do Brasil S.A, ao amparo do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – grupos “d” e “e”.

3.370, de 14.6.2006 – Dispôs sobre alterações em programas de investimento, amparados em recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e sobre a linha de crédito Finame Agrícola Especial.

3.371, de 16.6.2006 – Dispôs sobre concessão de bônus de adimplência para os agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em financiamento de custeio de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho, soja e da atividade leiteira, com vencimento em 2006; e sobre alteração dos prazos de vencimento dessas operações.

3.372, de 19.6.2006 – Alterou a Resolução 2.827, de 30.3.2001, que dispõe sobre contingenciamento de crédito ao setor público.

3.373, de 16.6.2006 – Dispôs sobre a reprogramação de parcelas vencidas e a concessão de prazo para pagamento de parcelas vincendas, em 2006, de operações de investimento agropecuário.

3.374, de 19.6.2006 – Dispôs, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sobre a reprogramação de parcelas vencidas e sobre a concessão de prazo para pagamento de parcelas vincendas de operações de custeio e investimento e sobre a concessão de financiamento de investimento para reconversão e revitalização de unidades de produção.

3.375, de 19.6.2006 – Alterou o regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outros dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR).

3.376, de 19.6.2006 – Dispôs sobre a reprogramação de parcelas vencidas e sobre a prorrogação de parcelas vincendas em 2006 de financiamentos de custeio e de investimento.

3.377, de 29.6.2006 – Reduziu de 8,15% a.a para 7,5% a.a a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a vigorar no terceiro trimestre de 2006.

3.378, de 29.6.2006 – Fixou, para 2008, a meta para inflação de 4,5%, e seu intervalo de tolerância de menos e de mais 2,0 p.p.

3.379, de 29.6.2006 – Definiu as exigibilidades de aplicação de crédito rural ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2) e de poupança rural (MCR 6-4).

3.380, de 29.6.2006 – Determinou às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional. Trata-se de medida que visa à implementação no Brasil do novo Acordo de Basileia (Basileia II), o qual estabelece requerimentos de capital não somente para risco de crédito e de mercado, mas também para o risco operacional inerente às atividades do sistema financeiro. Conforme a Resolução, define-se risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas provenientes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se as fraudes internas e externas, as práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços e as falhas em sistemas de tecnologia da informação. As instituições financeiras deverão implementar, até 31 de dezembro de 2007, estrutura que faça identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional.

3.381, de 29.6.2006 – Prorrogou o prazo estabelecido no art. 1º da Resolução 3.105/2003, e estabeleceu novo cronograma para enquadramento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no limite de aplicação de recursos no Ativo Permanente.

3.382, de 29.6.2006 – Facultou a bancos comerciais, bancos de investimento, bancos múltiplos com carteira comercial ou de investimento, bancos de desenvolvimento e caixas econômicas o acolhimento de empréstimos, em reais, de organismo financeiro multilateral autorizado a captar recursos no mercado brasileiro. Esses recursos recebidos pelas referidas instituições financeiras deverão ser direcionados para empreendimentos privados produtivos no território nacional.

3.383, de 4.7.2006 – Incluiu entre os beneficiários do grupo “A” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens.

3.384, de 4.7.2006 – Alterou a remuneração dos agentes financeiros nas operações ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.385, de 4.7.2006 – Alterou dispositivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.386, de 4.7.2006 – Alterou a data constante do art. 1º, § 1º, da Resolução 3.345, de 2006, que reprograma o pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

3.387, de 21.7.2006 – Dispôs sobre ajustes no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota).

3.388, de 28.7.2006 – Alterou as condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

3.389, de 4.8.2006 – Dispôs sobre o recebimento do valor das exportações brasileiras e revogou os normativos que menciona. Fixou em no máximo 30% da receita de exportação o valor que os exportadores brasileiros de mercadorias e de serviços podem manter no exterior. A parcela restante (70%) fica sujeita à obrigatoriedade de ingresso no Brasil, porém, sob regras mais flexíveis e de melhor adaptação à realidade atual. Caso haja interesse na manutenção de recursos no exterior acima do limite de 30%, o exportador tem a faculdade de celebrar, de forma simplificada, operações simultâneas de câmbio, com a mesma instituição bancária e à mesma taxa de câmbio, sem emissão ou recepção de ordens de pagamento para e do exterior. Essa Resolução foi regulamentada pela Circular Banco Central do Brasil 3.325, de 24.8.2006.

3.390, de 4.8.2006 – Dispôs sobre ajustes nas normas vigentes para financiamentos com recursos controlados do crédito rural, inseriu o amendoim entre as atividades beneficiadas pela reprogramação de parcelas vencidas e prorrogação de parcelas vincendas em 2006 e alterou as Resoluções 3.373 e 3.376, ambas de 2006, que tratam da reprogramação de parcelas vencidas e da concessão de prazo para pagamento de parcelas vincendas, em 2006, de operações de custeio e de investimento.

3.391, de 9.8.2006 – Dispôs sobre prazos e vencimentos dos Empréstimos do Governo Federal (EGF).

3.392, de 18.8.2006 – Dispôs sobre cobertura de perdas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), exclusivamente na safra 2004/2005, na forma do art. 12 da Lei 11.322, de 2006.

3.393, de 18.8.2006 – Autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a repassar recursos equalizados pelo Tesouro Nacional a cooperativas singulares e centrais de crédito credenciadas, na safra 2006/2007, para aplicação nas linhas de crédito de custeio agropecuário dos grupos “D” e “E” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.394, de 18.8.2006 – Dispôs sobre a formalização das operações de crédito de que trata o art. 15 da Lei 11.322, de 2006, referentes às operações contratadas ao amparo das Resoluções 2.238, de 1996; 2.471, de 1998; e 2.681, de 1999; e alterações posteriores.

3.395, de 18.8.2006 – Dispôs sobre concessão de bônus de adimplência para os agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em financiamento de custeio de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho, soja e da atividade leiteira, com vencimento em 2006.

3.396, de 18.8.2006 – Alterou normas do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e elevou, para o produtor rural, o somatório do limite de crédito para comercialização de café, na safra 2005/2006.

3.397, de 29.8.2006 – Dispôs sobre o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq) de que trata a Resolução 3.227, de 5 de agosto de 2004.

3.398, de 29.8.2006 – Dispôs sobre medidas aplicáveis no caso de descumprimento dos limites operacionais pelas instituições financeiras. Essa Resolução estabelece a extensão dos procedimentos aplicáveis no caso de descumprimento de padrões mínimos de capital para os casos de inobservância dos limites operacionais de exposição por cliente e de aplicação de recursos no Ativo Permanente (AP). De acordo com esses procedimentos, o Banco Central do Brasil, tendo constatado o descumprimento dos padrões mínimos de capital e patrimônio líquido exigidos conforme Resolução 2.099, convocará os representantes legais da instituição a apresentarem um plano de regularização com as devidas medidas saneadoras. O plano deverá ser apresentado em prazo não superior a sessenta dias, contados a partir da data da convocação, e conter as diretrizes necessárias para o enquadramento e o respectivo cronograma de execução, o qual não poderá ser superior a seis meses, prorrogáveis, a critério desta Autarquia, por mais dois períodos idênticos. Além disso, a mencionada Resolução 2.099, prevê a efetivação de depósito vinculado como forma de promover o enquadramento da instituição e estabelece condicionantes ao procedimento de distribuição de resultados de maneira a não comprometer os padrões mínimos de capital e patrimônio líquido exigidos. Em razão da eficácia dessa sistemática, entendeu-se pertinente aplicá-la igualmente aos casos de

descumprimento dos limites de exposição por cliente e de aplicação de recursos no AP, previstos na Resolução 2.844 e na Resolução 2.669.

3.399, de 29.8.2006 – Dispôs sobre a captação e sobre a realização de depósitos interfinanceiros. Com o intuito de ampliar as possibilidades de gerenciamento de liquidez em segmentos de menor porte, essa Resolução inclui no rol de instituições financeiras aptas a receber e efetuar depósitos interfinanceiros as companhias hipotecárias e as cooperativas de crédito. Além disso, autoriza as sociedades corretoras de câmbio a realizar esse tipo de depósito. Por outro lado, as instituições autorizadas a aplicar em depósitos interfinanceiros passam a observar o limite de diversificação de risco estabelecido na Resolução 2.844 para essas aplicações, que corresponde ao máximo de 25% por cliente, eximindo-se, porém, as cooperativas de crédito, que dispõem de limites próprios.

3.400, de 6.9.2006 – Dispôs sobre alterações e aperfeiçoamentos na regulamentação atinente ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Essa Resolução aumenta o valor máximo da garantia proporcionada pelo FGC, de R\$20 mil para R\$60 mil, e autoriza o conselho de administração desse fundo a reduzir o percentual da contribuição mensal ordinária devida pelas instituições associadas, de 0,025% para 0,0125%. O aumento do teto de cobertura do FGC para R\$60 mil, além de retratar uma atualização que não ocorria desde 1995, ampliou o universo de depósitos garantidos, elevou o grau de confiança dos clientes e promoveu a melhoria das condições de concorrência entre as instituições financeiras. Quanto à modificação do percentual de contribuição para 0,0125%, argumenta-se que, em um cenário de crescente hígidez do sistema financeiro como o atual, decorrente do fortalecimento das instituições financeiras e do aprimoramento da regulamentação prudencial, essa redução pode gerar mais eficiência sem detrimento da segurança e da credibilidade sistêmica. Adicionalmente, tendo em vista o aperfeiçoamento da regulamentação do FGC, essa Resolução inclui no rol dos créditos objeto da garantia proporcionada por esse fundo os saldos existentes em contas não movimentáveis por cheques, destinadas ao controle dos fluxos de pagamentos de salários, aposentadorias, pensões e similares.

3.401, de 6.9.2006 – Dispôs sobre a quitação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil, a cobrança de tarifas nessas operações, bem como sobre a obrigatoriedade de fornecimento de informações cadastrais.

3.402, de 6.9.2006 – Dispôs sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas. Com vistas à conciliação de interesses de empregadores, de empregados e de instituições financeiras, essa Resolução tornou obrigatório, a partir de 1º de janeiro de 2007, que os créditos de pagamentos de salários e similares em nome dos beneficiários sejam concedidos mediante utilização de contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos. A instituição financeira contratada deverá assegurar a transferência facultativa dos créditos,

com disponibilidade no mesmo dia, para contas de depósitos dos beneficiários, sendo vedada a cobrança de tarifas sobre saques totais ou parciais. Além disso, a instituição financeira ficará obrigada a aceitar a indicação de conta depósito a ser creditada no prazo de cinco dias úteis a partir do recebimento de comunicação do beneficiário.

3.403, de 15.9.2006 – Dispôs sobre a concessão de crédito de comercialização destinado a financiar a proteção de preços e/ou prêmios de risco e de equalização de preços e, conforme previsto no art. 16 da Lei 11.322, de 2006, sobre a concessão desse crédito a arrematantes de prêmios lançados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para negociação de soja da safra 2005/2006.

3.404, de 22.9.2006 – Dispôs sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

3.405, de 22.9.2006 – Dispôs sobre individualização, repactuação, assunção e prorrogação de prazos para formalização de renegociação de dívidas de operações de crédito rural amparadas no Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inclusive aquelas realizadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme disposto no art. 10 da Lei 11.322, de 2006.

3.406, de 27.9.2006 – Reduziu de 7,5% a.a para 6,85% a.a a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a vigorar no quarto trimestre de 2006.

3.407, de 27.9.2006 – Dispôs sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

3.408, de 28.9.2006 – Dispôs sobre renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, formalizadas até 15 de janeiro de 2001, relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

3.409, de 27.9.2006 – Definiu a metodologia de cálculo do percentual referente à remuneração básica dos depósitos de poupança de que trata o parágrafo único do art. 18-A da Lei 8.177, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 321, de 2006. Esse percentual será calculado mensalmente a partir da média aritmética simples das Taxas Referenciais (TR) efetivas-dia dos noventa dias imediatamente anteriores, e divulgado pelo Banco Central, juntamente com o limite máximo de taxas de juros para os contratos prefixados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), no último dia útil de cada mês.

3.410, de 28.9.2006 – Alterou o art. 16 do Regulamento anexo à Resolução 3.347, de 2006, que dispôs sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

3.411, de 28.9.2006 – Admitiu o enquadramento no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) de custeio de lavouras formadas com grãos de soja transgênica no estado do Rio Grande do Sul, safra 2006/2007.

3.412, de 27.9.2006 – Alterou a Resolução 3.265, de 2005, que dispôs sobre o Mercado de Câmbio e deu outras providências. Eliminou a restrição para a aplicação no exterior no mercado de capitais e de derivativos por parte de pessoas físicas e jurídicas em geral. Revogou as Resoluções 1.968, de 1992 (aplicações em bolsa no Mercosul); 2.356, de 1997 (*Depositary Receipts* – DR); e 2.763, de 2000 (*Brazilian Depositary Receipts* – BDR), que tratavam de aplicações no mercado de capitais e de derivativos de forma diferenciada, uma vez que essa norma engloba todas as aplicações brasileiras no exterior sem requisitos específicos que aqueles normativos exigiam. Quanto às transferências financeiras relativas a aplicações no exterior por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e por fundos de qualquer natureza, essa Resolução manteve a necessidade de observância das disposições do Conselho Monetário Nacional (CMN) e de acordo com as respectivas áreas de competência de regulamentação específica do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

3.413, de 4.10.2006 – Dispôs sobre reprogramação do pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

3.414, de 4.10.2006 – Dispôs sobre a concessão de prazo para as instituições financeiras formalizarem os aditivos referentes às reprogramações de prestações de operações de que tratam as Resoluções 3.363, 3.373 e 3.376, todas de 2006.

3.415, de 13.10.2006 – Regulamentou o inciso II do art. 5º da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que trata do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

3.416, de 24.10.2006 – Acrescentou nova disposição ao contido no art. 13 do Regulamento anexo à Resolução 3.198, de 2004, que dispôs sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, para as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação. Essa Resolução estabeleceu o prazo de até 31 de maio de 2007 para que as instituições de capital fechado, cujo controle seja detido pela União, pelos estados ou pelo Distrito Federal, estejam adaptadas às condições básicas para o exercício de integrante do comitê de auditoria contidas no art. 13 do Regulamento anexo à Resolução 3.198.

3.417, de 27.10.2006 – Alterou a Resolução 3.265, de 4 de março de 2005, que dispôs sobre o mercado de câmbio e deu outras providências, e a Resolução 3.389, de 4 de agosto de 2006, que dispôs sobre o recebimento do valor das exportações brasileiras e deu outras providências.

3.418, de 3.11.2006 – Dispôs sobre a formalização das operações de crédito de que tratam os arts. 15 e 15-A da Lei 11.322, de 2006, referentes às operações contratadas ao amparo das Resoluções 2.238, de 1996, 2.471, de 1998, e 2.681, de 1999, e alterações posteriores.

3.419, de 3.11.2006 – Dispôs sobre alteração nas normas dos Empréstimos do Governo Federal (EGF) de leite, formalizados ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2).

3.420, de 3.11.2006 – Dispôs sobre a concessão de prazo para as instituições financeiras formalizarem os aditivos referentes às reprogramações de prestações de operações de que tratam as Resoluções 3.363, 3.373 e 3.376, todas de 2006.

3.421, de 3.11.2006 – Dispôs sobre o fator de ponderação incidente sobre o saldo das operações com recursos captados por meio de depósitos de poupança rural (MCR 6-4), para efeito de cumprimento da exigibilidade.

3.422, de 30.11.2006 – Revogou a Resolução 3.310, de agosto de 2005, aumentando os valores-limites para a realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Nesse sentido, os limites foram revisados da seguinte forma: i) de R\$600,00 para R\$1.000,00, para operações com pessoas físicas com contas simplificadas ou de baixa renda; ii) de R\$1.500,00 para R\$3.000,00, para operações destinadas a viabilizar empreendimentos produtivos; iii) de R\$5.000,00 para R\$10.000,00, para operações concedidas no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei 11.110, de 25.4.2005. Além disso, essa Resolução estabeleceu outras modificações, como segue: i) revisão de R\$1.000,00 para R\$3.000,00 do saldo médio mensal máximo em contas de depósito (exceto as simplificadas) para pessoas físicas beneficiárias de operação de microcrédito; ii) elevação de R\$10.000,00 para R\$15.000,00 no somatório máximo das operações de crédito de responsabilidade de cada empreendedor ou microempresas beneficiárias, exceto as operações de crédito habitacional; iii) fixação de percentual único para abertura de crédito de operações de microcrédito produtivo orientado – 3% do valor da operação –, eliminando-se o escalonamento do limite com base no prazo da operação, que variava de 2% a 4%.

3.423, de 1.12.2006 – Dispôs sobre linha de crédito destinada ao financiamento das despesas de custeio de café da safra 2006/2007, ao amparo de recursos do Funcafé.

3.424, de 21.12.2006 – Prorrogou o prazo estabelecido no art. 1º da Resolução 3.402, de 2006, e dispôs sobre a aplicação do contido naquele normativo à prestação dos

serviços objeto de convênios ou contratos efetivamente implementados pelas instituições financeiras até 5 de setembro de 2006.

3.425, de 21.12.2006 – Dispôs sobre a realização de empréstimos e financiamentos pelas companhias hipotecárias, que passaram a contemplar a aquisição de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos, bem como aqueles garantidos por hipoteca ou pela alienação fiduciária de bens imóveis próprios ou de terceiros.

3.426, de 21.12.2006 – Dispôs sobre a constituição e o funcionamento de instituições financeiras especializadas na realização de operações de câmbio. A regulamentação criou condições normativas para a constituição de instituições financeiras de perfil diferenciado das demais. Essas novas instituições devem apresentar a expressão “Banco de Câmbio” nas suas denominações e podem viabilizar operações de câmbio especialmente para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, a exemplo de transferências internacionais de pequeno valor e de operações simplificadas de exportação e de importação. Em suas atividades, podem empregar, além de recursos próprios, os provenientes de repasses interbancários, de depósitos interfinanceiros e de recursos captados no exterior. A medida aumentará a concorrência e ampliará as oportunidades de acesso dos agentes econômicos no mercado de câmbio.

3.427, de 21.12.2006 – Estabeleceu, como política a ser observada no mercado de valores mobiliários e como orientação geral das atividades da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a adoção de um modelo de regulação e supervisão baseado em risco. Tal modelo deve compreender um sistema que identifique, dimensione e estabeleça formas de mitigar os riscos a que está exposto o mercado supervisionado, bem como controle e monitore a ocorrência de tais riscos. Para tal fim, essa Resolução determinou a implantação, pela CVM, de um Sistema de Supervisão Baseada em Risco (SBR) do mercado de valores mobiliários que contemplasse os seguintes mecanismos institucionais mínimos a serem enviados para conhecimento do Conselho Monetário Nacional (CMN): Plano Bienal de Supervisão e Relatório Semestral de Monitoramento de Riscos.

3.428, de 21.12.2006 – Reduziu de 6,85% a.a. para 6,5% a.a. a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a vigorar no primeiro trimestre de 2007.

3.429, de 21.12.2006 – Alterou os prazos estabelecidos no *caput* dos arts. 9º-F e 9º-G da Resolução 2.827, de 30.3.2001 – Programa de Intervenções Viárias (Provias).

3.430, de 21.12.2006 – Incluiu o art. 9º-H na Resolução 2.827, de 30.3.2001 – Estabelecimento de Linha de Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais.

3.431, de 21.12.2006 – Dispôs sobre reprogramação do pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

3.432, de 21.12.2006 – Dispôs sobre a concessão de prazo para os agricultores familiares solicitarem o financiamento de investimento para reconversão e revitalização de unidades de produção.

3.433, de 21.12.2006 – Alterou a Resolução 3.407, de 2006, que trata da renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), em face das modificações introduzidas na Lei 11.322, de 2006, por meio da Lei 11.420, de 2006.

3.434, de 21.12.2006 – Dispôs sobre repactuação, alongamento e individualização de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), cujos pedidos tenham sido protocolados ou apresentados formalmente aos agentes financeiros, até 31.5.2004, conforme autorizado pelo art. 11 da Lei 11.322, de 2006, com a redação dada pela Lei 11.420, de 2006.

3.435, de 21.12.2006 – Dispôs sobre crédito destinado à integralização de cotas-partes.

3.436, de 21.12.2006 – Dispôs sobre a garantia de preços nos financiamentos de custeio de arroz, feijão, milho, mandioca, soja e leite, concedidos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Resoluções da Câmara de Comércio Exterior

2, de 22.2.2006 – Alterou para 2%, até 31.12.2007, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre bens de capital da lista anexa, na condição de ex-tarifários, e adotou outras providências.

3, de 22.2.2006 – Alterou para 2%, até 31.12.2007, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre bens de informática da lista anexa, na condição de ex-tarifários, e adotou outras providências.

4, de 22.2.2006 – Alterou a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC). Foram incluídos álcool etílico não desnaturado e cimento.

5, de 16.3.2006 – Alterou para 2%, até 31.12.2007, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre bens de informática e telecomunicações, da lista anexa, na condição de ex-tarifários, e adotou outras providências.

6, de 16.3.2006 – Alterou para 2%, até 31.12.2007, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre bens de capital da lista anexa, na condição de ex-tarifários, e adotou outras providências.

8, de 4.5.2006 – Alterou para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre bens de informática e telecomunicações especificados, na condição de ex-tarifários, e adotou outras providências.

9, de 4.5.2006 – Alterou para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre bens de capital especificados, na condição de ex-tarifários, e adotou outras providências.

11, de 8.6.2006 – Ficaram alteradas para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre os bens de capital e dos sistemas integrados especificados, na condição de ex-tarifários.

12, de 8.6.2006 – Ficaram alteradas para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre bens de informática e telecomunicações especificados, na condição de ex-tarifários.

15, de 29.6.2006 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a Tarifa Externa Comum (TEC), de que trata o Anexo I da Resolução 42, de 26.12.2001.

17, de 5.7.2006, e 20, de 27.7.2006 – Alterou para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre os bens de capital e sistemas integrados especificados, na condição de ex-tarifários.

21, de 9.8.2006, republicada em 16.8.2006 – Alterou para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os componentes dos sistemas integrados que relaciona.

24, de 25.8.2006 – Alterou para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os bens de informática e telecomunicações especificados, na condição de ex-tarifários.

25, de 25.8.2006 – Alterou para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre os bens de capital e os componentes dos sistemas integrados que relaciona, na condição de ex-tarifários; e modificou as Resoluções 1/2005, 8/2005, 14/2005, 2/2006, 6/2006, 9/2006, 11/2006 e 20/2006.

27, de 22.9.2006 – Alterou para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre os bens de capital e os componentes de sistemas

integrados que especifica, na condição de ex-tarifários. Alterou as Resoluções 41/2005, 2/2006, 9/2006, 11/2006, 20/2006, 25/2006.

28, de 22.9.2006 – Alterou para 2%, até 30.6.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre os bens de informática e telecomunicações que especifica, na condição de ex-tarifários.

29, de 27.9.2006 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e as alíquotas do Imposto de Importação dos produtos especificados – hélio líquido, produtos químicos, resinas, polímeros, microconjuntos eletrônicos – que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC) de que trata o Anexo I da Resolução 42/2001.

35, de 22.11.2006 – Estabeleceu procedimento para a concessão de ex-tarifários e revogou a Resolução 8 de 22.3.2001.

39, de 6.12.2006 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre os bens de informática e telecomunicações que relaciona, na condição de ex-tarifários; e prorrogou, até a data referida, o prazo de vigência dos ex-tarifários que especifica, contidos na Resolução 1/2005.

40, de 6.12.2006 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação (II) incidentes sobre os bens de capital e componentes dos sistemas integrados que relaciona, na condição de ex-tarifários; prorrogou, até a data referida, o prazo de vigência dos itens relacionados nas Resoluções 27/2002, 38/2002, 7/2003, 26/2004, 33/2004, 1/2005, 3/2005 e 8/2005; alterou as Resoluções 8/2005, 14/2005, 31/2005, 41/2005, 6/2006, 17/2006, 20/2006, 25/2006, 28/2006, 32/2006 e 31/2006; e excluiu os itens relacionados nas Resoluções 2/2006 e 11/2006.

42, de 19.12.2006 – Estabeleceu que os couros e peles curtidos de bovinos (incluídos os búfalos), depilados, mesmo divididos, mas não preparados de outra forma, classificados nas posições Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4104.11 e 4104.19, ficam sujeitos à incidência do Imposto de Exportação (IE) à alíquota de 9%; e revogou a Resolução 42/2005 a partir de 1º.1.2007.

43, de 22.12.2006 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e as alíquotas do Imposto de Importação (II) que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC) e revogou os normativos que menciona. Definiu, no Anexo II da Resolução, a Lista de Exceção à TEC. A Lista de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações (BITs), com as respectivas alíquotas do II, passou a vigorar até 30.6.2007, conforme Anexo III dessa Resolução, permanecendo vigentes as reduções das alíquotas já concedidas, na condição de ex-tarifários, aos BITs. Com a prorrogação, para 1º.1.2009, da vigência do Regime Comum de Bens de Capital Não Produzidos no Mercosul, permanecerão vigentes as reduções das alíquotas do II concedidas na condição de ex-tarifários para

bens de capital e para sistemas integrados, na forma e prazos indicados nas resoluções que os deferiram.

Resolução do Conselho Nacional de Petróleo

4, de 21.11.2006 – Estabeleceu diretrizes e recomendou ações para a implementação de Projetos de Importação de Gás Natural Liquefeito (GNL), a serem disponibilizados ao mercado brasileiro, de forma a garantir suprimento confiável, seguro e diversificado de gás natural.

Resolução do Senado Federal

33, de 13.7.2006 – Autorizou o Distrito Federal, os estados e os municípios a ceder às instituições financeiras a sua dívida ativa consolidada, para cobrança por endosso-mandato, mediante a antecipação de receita de até o valor de face dos créditos, desde que respeitados os limites e as condições estabelecidos pela Lei Complementar 101, de 4.5.2000, e pelas Resoluções 40 e 43, de 2001.

Circulares do Banco Central do Brasil

3.308, de 4.1.2006 – Alterou a seção 13 do capítulo 12 do título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), que trata sobre multa em operações de importação, tendo em vista a Lei 11.196, de 2005.

3.309, de 12.1.2006 – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução 2.809, de 2000, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

3.310, de 12.1.2006 – Estabeleceu procedimentos para a remessa de informações mensais de clientes, no âmbito do sistema Central de Risco de Crédito (CRC) e do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR).

3.311, de 2.2.2006 – Estabeleceu procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, relativamente à instrução dos processos de eleição ou à nomeação para exercício de cargos em órgãos estatutários.

3.312, de 2.2.2006 – Facultou a realização de operações compromissadas tendo por objeto obrigações emitidas pela *International Finance Corporation* (IFC) e revogou a Circular 3.265, de 2004.

3.313, de 2.2.2006 – Estabeleceu forma, limites e condições de declaração de bens e de valores detidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País.

3.314, de 2.2.2006 – Dispôs sobre as modificações no capital social, sobre a constituição do fundo de reserva, sobre a destinação das sobras e sobre a compensação das perdas das cooperativas de crédito.

3.315, de 17.2.2006 – Alterou o capítulo 16 do título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), para atualizá-lo no tocante a Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

3.316, de 9.3.2006 – Aprovou o novo Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O novo regulamento permite a adequação das operações registradas no Selic à legislação atual, bem como a adoção de novas funcionalidades para a otimização do sistema. Quanto às alterações referentes aos tipos de operações, tem-se a inclusão das operações compromissadas a termo entre as que são passíveis de registro no Selic, as quais foram regulamentadas pela Resolução 3.339, de 2006, bem como a extinção da possibilidade de estorno de operações a termo.

3.317, de 29.3.2006 – Dispôs sobre procedimentos a serem observados na formalização de pleitos para participação ou aumento de participação estrangeira no capital de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em complemento às disposições da Circular 3.179, de 2003, bem como para instalação, no País, de agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior.

3.318, de 3.4.2006 – Dispôs sobre o fornecimento de informações para a apuração da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa de Referência (TR), de que trata a Resolução 3.354, de março de 2006.

3.319, de 3.4.2006 – Ajustou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) disposto na Resolução 3.356, de 2006.

3.320, de 12.4.2006 – Alterou os prazos para a realização de comprovação de perdas ocorridas em empreendimentos amparados pelo “Proagro Mais”, safra 2005/2006.

3.321, de 17.4.2006 – Alterou o Capítulo 16 do Título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), para atualizá-lo no tocante ao Decreto 5.694, de 2006, referente à Costa do Marfim.

3.322, de 17.5.2006 – Dispôs sobre o horário de atendimento ao público nas dependências das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos dias de jogos da seleção brasileira de futebol, durante a Copa do Mundo de 2006.

3.323, de 30.5.2006 – Alterou o limite para a utilização das disponibilidades das instituições financeiras no cumprimento do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos à vista, de que trata a Circular 3.274, de 10.2.2005, e deu outras providências.

3.324, de 20.7.2006 – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução 3.354, de 2006, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

3.325, de 24.8.2006 – Regulamentou a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.389, de 4.8.2006. O prazo de liquidação dos contratos de câmbio de exportação foi ampliado de até 210 para até 360 dias. Foi mantido o mesmo prazo de 360 dias entre a contratação e a liquidação das operações de câmbio de importação. Além disso, previu o uso das disponibilidades mantidas em banco no exterior para realizar pagamentos externos em nome do próprio titular da conta, ressalvadas as especificidades previstas na MP 315, convertida na Lei 11.371, de 29.11.2006, para esses pagamentos. Eliminou os limites na contratação de câmbio simplificado de importação e de exportação, quando realizada com instituição bancária. Foi equiparado em US\$20 mil o limite das operações de câmbio simplificado de exportação e de importação, quando realizadas nas demais instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) autorizadas a operar no mercado de câmbio. Além disso, foram definidos os procedimentos para contratação simultânea de câmbio simplificado de exportação para fins de constituição de disponibilidades no exterior.

3.326, de 12.9.2006 – Dispôs sobre as transferências interbancárias de recursos de que tratam as Resoluções 3.401 e 3.402, de 6 de setembro de 2006. Essa Circular determinou que seja utilizada exclusivamente a Transferência Eletrônica Disponível (TED), na transferência de recursos da conta de registro e controle de fluxo de pagamento de salários e similares, bem como na transferência destinada à liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil.

3.327, de 26.9.2006 – Alterou e consolidou as disposições relativas à base de cálculo e ao recolhimento das contribuições ordinárias das instituições associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

3.328, de 10.10.2006 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.329, de 13.10.2006 – Divulgou a realização do Censo 2006 de Capitais Estrangeiros no País.

3.330, de 27.10.2006 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.331, de 16.11.2006 – Alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

3.332, de 4.12.2006 – Definiu forma de apuração do limite para operações de microcrédito produtivo orientado e critérios para aferição do cumprimento da exigibilidade de aplicação dos depósitos à vista em operações de microcrédito e estabeleceu procedimentos para a remessa de informações relativas às mencionadas operações.

3.333, de 5.12.2006 – Alterou de 30% para 60% o limite de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, de que trata o art. 1º da Resolução 2.606, de 27.5.1999. Revogou a Circular 3.156, de 11.10.2002.

3.334, de 5.12.2006 – Dispôs sobre a inclusão e a exclusão, no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), de ocorrências relativas a cheques emitidos contra contas conjuntas e contra contas tituladas por pessoa jurídica, de direito privado ou de direito público.

3.335, de 14.12.2006 – Instituiu a Transferência Especial de Crédito (TEC), dispôs sobre sua liquidação interbancária e sobre liquidação interbancária da Transferência Eletrônica Disponível (TED) e do Documento de Crédito (DOC), bem como sobre o momento do crédito dos recursos na conta do beneficiário.

3.336, de 14.12.2006 – Dispôs sobre as transferências interbancárias de recursos de que tratam as Resoluções 3.401 e 3.402, de 2006.

3.337, de 19.12.2006 – Alterou tarifas do Sistema de Transferência de Reservas (STR), de que trata o Anexo II do Regulamento anexo à Circular 3.100, de 2002.

3.338, de 19.12.2006 – Estabeleceu condições adicionais para o funcionamento e a operacionalização das contas de registro e controle referidas no art. 1º da Resolução 3.402 e na Resolução 3.424, ambas de 2006.

3.339, de 19.12.2006 – Dispôs sobre os procedimentos a serem observados pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo para o acompanhamento das movimentações financeiras de pessoas politicamente expostas.

Circulares da Secretaria de Comércio Exterior

2, de 5.1.2006 – Tornou público que se encontram disponíveis na página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), informações consolidadas e selecionadas, direcionadas ao Brasil, sobre o Regime Geral do esquema

do Sistema Geral de Preferências (SGP) da União Européia, válido de 1º.1.2006 a 31.12.2008.

3, de 6.1.2006 – Tornou públicas as modificações introduzidas no Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos, conforme publicado no *Federal Register*, em 29.12.2005, volume 70, nº 249.

9, de 9.3.2006 – Distribuiu, entre as empresas que relaciona, a quota de importação de 210.000 veículos, tendo em vista as regras para o comércio Brasil-México no setor automotivo, definidas no Acordo de Complementação Econômica (ACE) 55, entre Mercosul e México; e revogou a Circular 24/2005.

7, de 5.7.2006 – Tornou público que as autoridades norte-americanas deram início ao processo de revisão anual de 2006 do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos da América.

50, de 18.7.2006 – Tornou público o resultado final da Revisão Anual 2005 do Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano.

52, de 3.8.2006 – Distribuiu, entre as empresas que especifica, a cota de 6.500 unidades de automóveis e veículos comerciais leves até 1.500kg de capacidade de carga, contempladas com o benefício de 100% de preferência tarifária, nas exportações do Brasil para o Uruguai.

54, de 14.8.2006 – Tornou público que o *United States Trade Representative* (USTR) divulgou edital em seu sítio eletrônico (http://www.ustr.gov/assets/Document_Library/Federal_Register_Notices/2006/August/asset_upload_file105_9726.pdf) a respeito do início da revisão da elegibilidade de certos países beneficiários de seu Sistema Geral de Preferências (SGP) e da manutenção dos *waivers* das *Competitive Need Limitations* (CNL).

75, de 1.11.2006 – Tornou pública a forma de redistribuição, entre empresas nacionais, da quota de 6.500 unidades de automóveis e veículos comerciais leves de até 1.500 kg de capacidade de carga, compreendidos nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que figuram no Apêndice I do 31º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica 18 e que cumpram as disposições contidas no 62º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica 2, contemplada com o benefício de 100% de preferência tarifária nas exportações do Brasil para o Uruguai, e revogou a Circular 52/2006.

87, de 22.12.2006 – Tornou pública a decisão de homologar o Acordo sobre Critérios de Cooperação celebrado entre a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) e a *China Chamber of Commerce for I/E of Light and Industrial Products & Art-Crafts* e *China Toy Association* (CTA), no âmbito do Memorando de Entendimento

sobre o Fortalecimento da Cooperação em Comércio e Investimentos, firmado entre Brasil e China.

Comunicado do Banco Central do Brasil

15.144, de 14.12.2006 – Divulgou informações a respeito do mecanismo eletrônico de transmissão de dados de que trata a Portaria Conjunta Secretaria da Receita Federal (SRF)/ Banco Central do Brasil (BCB) 1.064, de 26.10.2006, e a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.417, de 27.10.2006.

Portaria Interministerial

23, de 2.2.2006 – Dispôs sobre a compensação de ofício de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e de débitos inscritos em dívida ativa da União e sobre a extinção de débito relativo às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24.7.1991, ou às contribuições instituídas a título de substituição e em relação à dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma do disposto no art. 7º do Decreto-lei 2.287, de 23.7.1986, alterado pelo art. 114 da Lei 11.196, de 21.11.2005 (Ministério da Fazenda – MF/Ministério da Previdência Social – MPAS).

Portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

82, de 4.4.2006 – Publicou a cota adicional para a exportação de açúcar com destino ao mercado norte-americano, referente a 2005/2006.

Portaria do Ministério da Fazenda

364, de 1.11.2006 – Alterou a Portaria 204/1996, que estabeleceu termos e condições para instalação e funcionamento de lojas francas no País, as quais passam a ter alternativa de pagamento em moeda nacional, antes permitido somente em moeda estrangeira conversível. Além disso, promoveu outros ajustes ao regime, entre os quais aqueles em relação ao controle de pagamento da mercadoria importada recebida em consignação por lojas francas, por meio de Declaração de Importação (DI) de admissão própria para o regime. Essas importações entram no País com suspensão de tributos, que é convertida em isenção após a comprovação da venda a passageiros, com a ressalva de que as aquisições não devam ultrapassar US\$500,00; do contrário, estarão sujeitas ao

regime de tributação especial, pelo qual será exigido o recolhimento do imposto de importação, calculado à alíquota de 50% sobre o valor que exceder o limite.

Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional

305, de 31.3.2006 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$18.431.468,30, referenciadas a 15.3.2006, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

334, de 24.4.2006 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$27.131.957,15, referenciadas a 15.4.2006, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

413, de 24.5.2006 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$13.200.839,91, referenciadas a 15.5.2006, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

546, de 1.8.2006 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$21.784.033,16, referenciadas a 15.7.2006, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

627, de 31.8.2006 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$17.950.202,10, referenciadas a 15.8.2006, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

709, de 27.9.2006 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$23.713.740,08, referenciadas a 15.9.2006, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

859, de 23.11.2006 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$ 15.270.334,10, referenciadas a 15.11.2006, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Portarias da Secretaria de Comércio Exterior

10, de 16.5.2006 – Definiu os critérios para distribuição das cotas de importação de têxteis e vestuários oriundos da China entre as empresas para 2006.

13, de 28.6.2006 – Alterou, no Anexo C da Portaria 15/2004, que consolida as disposições regulamentares das operações de exportação, os termos do Capítulo 2 – Carnes de Animais da Espécie Bovina, tendo em vista a necessidade de tornar público o critério de distribuição entre empresas nacionais do contingente exportável de 5.000 toneladas de carne bovina *in natura*, na modalidade Cota Hilton, concedida pela União Europeia ao Brasil, por meio do Regulamento da Comissão das Comunidades Europeias (CE) 936/97, para o período compreendido entre 1º.7.2006 a 30.6.2007.

35, de 24.11.2006 – Consolidou toda a legislação referente a procedimentos administrativos de importação e exportação.

Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal

611, de 18.1.2006 – Dispôs sobre a utilização de declaração simplificada na importação e na exportação. Aumentou, de US\$10 mil para US\$20 mil, o limite de exportações amparadas pela Declaração Simplificada de Exportação (DSE).

645, de 18.4.2006 – Disciplinou o tratamento de mercadorias importadas e exportadas que cumpriram a Política Tarifária Comum do Mercosul.

646, de 18.4.2006 – Disciplinou o tratamento de mercadorias importadas e exportadas que cumpriram o Regime de Origem do Mercosul.

650, de 12.5.2006 – Estabeleceu as regras para habilitação das empresas que desejam operar no comércio exterior e que queiram cadastrar senha no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). O objetivo da medida é dar agilidade às operações de importação e exportação, sem abrir mão da segurança aduaneira, o que somente se tornou possível graças ao aperfeiçoamento da administração aduaneira. A mudança mais significativa envolveu a modalidade de habilitação simplificada, que passou a abranger um número maior de empresas, pois, além dos casos específicos, inclui aquelas que operam no período de seis meses, com valor de US\$150 mil.



Apêndice

Membros do Conselho Monetário Nacional

Administração do Banco Central do Brasil

Unidades centrais (departamentos) do Banco Central do Brasil

Unidades regionais do Banco Central do Brasil

Siglas

Membros do Conselho Monetário Nacional (31 de dezembro de 2006)

Guido Mantega

Ministro da Fazenda – Presidente

Paulo Bernardo

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Henrique de Campos Meirelles

Presidente do Banco Central do Brasil

Administração do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2006)

Diretoria Colegiada

Henrique de Campos Meirelles

Presidente

Afonso Sant’Anna Bevilaqua

Diretor

Alexandre Antonio Tombini

Diretor

Antonio Gustavo Matos do Vale

Diretor

Mário Magalhães Carvalho Mesquita

Diretor

Paulo Sérgio Cavalheiro

Diretor

Paulo Vieira da Cunha

Diretor

Rodrigo Telles da Rocha Azevedo

Diretor

Secretaria-Executiva da Diretoria

Secretário-Executivo:

Milton Luiz de Melo Santos

Secretário da Diretoria e do
Conselho Monetário Nacional:

Sérgio Albuquerque de Abreu e Lima

Secretário de Relações Institucionais:

Emidio Rodrigues Cordeiro

Consultores da Diretoria

Alexandre Pundek Rocha

Carolina de Assis Barros

Clarence Joseph Hillerman Júnior

Dalmir Sérgio Louzada

Eduardo Fernandes

Flávio Pinheiro de Melo

Katherine Hennings

Marco Antonio Belem da Silva

Sidinei Corrêa Marques

Unidades centrais do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2006)

Assessoria Parlamentar (Aspar)

Edifício-Sede – 19º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Luiz do Couto Neto

Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil (CGBCB)

Edifício-Sede – 17º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Corregedor-Geral: Jaime Alves de Freitas

Departamento de Administração Financeira (Deafi)

Edifício-Sede – 16º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Jefferson Moreira

Departamento de Auditoria Interna (Deaud)

Edifício-Sede – 15º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: José Aísio Catunda Aragão

Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais (Decic)

Edifício-Sede – 7º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Ricardo Lião

Departamento de Controle de Gestão e Planejamento da Supervisão (Decop)

Edifício-Sede – 14º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Sérgio Almeida de Souza Lima

Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos (Decap)

Edifício-Sede – 14º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Claudio Jaloretto

Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin)

Edifício-Sede – 4º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Ivan Simas

Departamento Econômico (Depec)

Edifício-Sede – 10º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Altamir Lopes

Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep)

Edifício-Sede – 9º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Departamento de Gestão de Pessoas e Organização (Depes)

Edifício-Sede – 17º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Miriam de Oliveira

Departamento de Liquidações Extrajudiciais (Delij)

Edifício-Sede – 13º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: José Irenaldo Leite de Ataíde

Departamento do Meio Circulante (Mecir)

Av. Rio Branco, 30 – Centro
20090-001 Rio de Janeiro (RJ)
Chefe: João Sidney de Figueiredo Filho

Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor)

Edifício-Sede – 15º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Amaro Luiz de Oliveira Gomes

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban)

Edifício-Sede – 18º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: José Antonio Marciano

Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab)

Av. Presidente Vargas, 730 – 6º andar
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)
Chefe: Ivan Luis Gonçalves de Oliveira Lima

Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin)

Edifício-Sede – 5º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Márcio Barreira de Ayrosa Moreira

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)

Edifício-Sede – 19º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Luiz Edson Feltrim

Departamento de Planejamento e Orçamento (Depla)

Edifício-Sede – 9º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: José Clóvis Batista Dattoli

Departamento de Recursos Materiais e Patrimônio (Demap)

Edifício-Sede – 1º subsolo
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Dimas Luís Rodrigues da Costa

Departamento de Segurança (Deseg)

Edifício-Sede – 1º subsolo
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Sidney Furtado Bezerra

Departamento de Supervisão de Bancos e de Conglomerados Bancários (Desup)

Av. Paulista, 1.804 – 14º andar – Bela Vista
01310-922 São Paulo (SP)
Chefe: Osvaldo Watanabe

Departamento de Supervisão de Cooperativas e Instituições Não Bancárias e de Atendimento a Demandas e Reclamações (Desuc)

Edifício-Sede – 16º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Americo Ciccotti

Departamento de Supervisão Indireta e Gestão da Informação (Desig)

Edifício-Sede – 6º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Cornélio Farias Pimentel

Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf)

Edifício-Sede – 2º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Fernando de Abreu Faria

Ouvidoria do Banco Central do Brasil (Ouvid)

Edifício-Sede – 13º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Ouvidor: Hélio José Ferreira

Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC)

Edifício-Sede – 11º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Procurador-Geral: Francisco José de Siqueira

Gerência-Executiva de Desestatização (Gedes)

Edifício-Sede – 12º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Geraldo Pereira Junior

Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence)

Edifício-Sede – 3º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Geraldo Magela Siqueira

Gerência-Executiva do Proagro (GTPRO)

Edifício-Sede – 19º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Deoclécio Pereira de Souza

Gerência-Executiva de Projetos (Gepro)

Edifício-Sede – 17º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Nivaldo Peçanha de Oliveira

Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin)

Edifício-Sede – 13º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Renato Jansson Rosek

Gerência-Executiva de Risco da Diretoria de Política Monetária (Gepom)

Edifício-Sede – 5º andar
SBS – Quadra 3 – Zona Central
70074-900 Brasília (DF)
Chefe: Isabela Ribeiro Damaso Maia

Unidades regionais do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2006)

1ª Região – Gerência-Administrativa em Belém (ADBEL)

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 Belém (PA)
Gerente-Administrativa: Maria de Fátima Moraes de Lima

Jurisdição: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima

2ª Região – Gerência-Administrativa em Fortaleza (ADFOR)

Avenida Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 Fortaleza (CE)
Gerente-Administrativo: Luiz Edivam Carvalho

Jurisdição: Ceará, Maranhão e Piauí

3ª Região – Gerência-Administrativa em Recife (ADREC)

Rua da Aurora, 1.259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1445
50040-090 Recife (PE)
Gerente-Administrativo: Cleber Pinto dos Santos

Jurisdição: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte

4ª Região – Gerência-Administrativa em Salvador (ADSAL)

Avenida Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40176-900 Salvador (BA)
Gerente-Administrativo: Antonio Carlos Mendes Oliveira

Jurisdição: Bahia e Sergipe

5ª Região – Gerência-Administrativa em Belo Horizonte (ADBHO)

Avenida Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 Belo Horizonte (MG)
Gerente-Administrativo: Anthero de Moraes Meirelles

Jurisdição: Minas Gerais, Goiás e Tocantins

6ª Região – Gerência-Administrativa no Rio de Janeiro (ADRJA)

Avenida Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-001 Rio de Janeiro (RJ)
Gerente-Administrativo: Paulo dos Santos

Jurisdição: Espírito Santo e Rio de Janeiro

7ª Região – Gerência-Administrativa em São Paulo (ADSPA)

Avenida Paulista, 1.804 – Bela Vista
Caixa Postal 894
01310-922 São Paulo (SP)
Gerente-Administrativo: Fernando Roberto Medeiros

Jurisdição: São Paulo

8ª Região – Gerência-Administrativa em Curitiba (ADCUR)

Avenida Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 Curitiba (PR)
Gerente-Administrativo: Salim Cafruni Sobrinho

Jurisdição: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

9ª Região – Gerência-Administrativa em Porto Alegre (ADPAL)

Rua 7 de Setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 Porto Alegre (RS)
Gerente-Administrativo: José Afonso Nedel

Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Siglas

a.a.	Ao ano
Abrinq	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ACE	Acordo de Complementação Econômica
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
Adene	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Anda	Associação Nacional para Difusão de Adubos
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP	Agência Nacional do Petróleo
Apec	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
Apex-Brasil	Agência de Promoção de Exportações e Investimentos
Bacen	Banco Central do Brasil
Basiléia II	Acordo da Basiléia
BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
BDR	Recibos de Depósito Brasileiros (<i>Brazilian Depositary Receipt</i>)
BIB	<i>Brazil Investment Bond</i>
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BIT	Bens de informática e telecomunicações
BK	Bens de Capital
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BoE	Banco da Inglaterra
BoJ	Banco do Japão
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
BPC	Banco do Povo da China
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CCF	Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos
CCR	Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificados de Depósito Interfinanceiro
CD	Centro de Distribuição
CE	Comissão das Comunidades Européias
Cemla	Centro de Estudos Monetários Latino-Americano
Cepal	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CLIA	Centro Logístico e Industrial Aduaneiro
CMC	Conselho Mercado Comum
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNL	<i>Competitive need limitations</i>

CNRT	Conselho Nacional de Relações do Trabalho
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Copom	Comitê de Política Monetária
Coremec	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CRC	Central de Risco de Crédito
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTA	<i>China Toy Association</i>
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DAX	<i>Deutscher Aktienindex</i>
DBGG	Dívida Bruta do Governo Geral
DI	Declaração de Importação
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DNIT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
DPC	Despesas Pessoais de Consumo
DPMFi	Dívida Pública Mobiliária Federal interna
DPVAT	Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
DR	<i>Depositary Receipts</i>
DSE	Declaração Simplificada de Exportação
EC	Emenda Constitucional
EGF	Empréstimos do Governo Federal
Embi+	<i>Emerging Markets Bond Index Plus</i>
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EUA	Estados Unidos da América
FAC	Financiamento para Aquisição de Café
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBC	Formação Bruta de Capital
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCFIP	Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações
Fecomercio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fed	<i>Federal Reserve System</i>
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
FGE	Fundo de Garantia à Exportação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
FIDC	Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios
FIEE	Fundos de Investimento em Empresas Emergentes
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial
Finame-Modermaq	Programa Finame de Modernização do Parque Industrial Nacional
Finex	Fundo de Financiamento à Exportação
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FIP	Fundos de Investimento em Participações
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP-FGTS	Fundos Mútuos de Privatização com recursos do FGTS
FMP-FGTS-CL	Fundos Mútuos de Privatização – Carteira Livre
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
Focem	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
FOMC	<i>Federal Open Market Committee</i> (Comitê Federal de Mercado Aberto)
FSA	Avaliação do Setor Financeiro
FSAP	Programa de Avaliação do Setor Financeiro
FSF	Fórum de Estabilidade Financeira
FSSA	Avaliação de Estabilidade do Sistema Financeiro
FTSE 100	<i>Financial Times Securities Exchange Index</i>
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Funcex	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb	Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
G-7	Grupo dos 7
G-20	Grupo dos 20
GFSR	Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GNL	Gás Natural Liquefeito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibovespa	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
IBW	Instituições de Bretton Woods
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Icea	Índice de Condições Econômicas Atuais
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IE	Imposto de Exportação
IEC	Índice de Expectativas do Consumidor
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IGC	Índice de Governança Corporativa
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado
II	Imposto de Importação
IIF	Índice de Intenções Futuras
IIF	<i>Institute of International Finance</i>
IMFC	Comitê de Assuntos Monetários e Financeiros Internacionais
INC	Índice Nacional de Confiança
INCC	Índice Nacional de Custo da Construção
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Iosco	<i>International Organization of Securities Commissions</i> (Organização Internacional das Comissões de Valores)

IPA-DI	Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPC	<i>Índice de Precios y Cotizaciones</i>
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPC-Br	Índice de Preços ao Consumidor – Brasil
IPC-Fipe	Índice de Preços ao Consumidor – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRPF	Imposto de Renda das Pessoas Físicas
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
ITCMD	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação
ITR	Imposto Territorial Rural
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEC	Linha Especial de Crédito
LFT	Letras Financeiras do Tesouro
LGN	Líquidos de Gás Natural
LOA	Lei Orçamentária Anual
Loas	Lei Orgânica da Assistência Social
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
LTN	Letras do Tesouro Nacional
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MME	Ministério de Minas e Energia
Moderagro	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais
Moderfrota	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
Modermaq	Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional
MP	Medida Provisória
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MYDFA	Acordo Plurianual de Facilidade de Depósito
Nafta	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
Nasdaq	<i>National Association of Securities Dealers Automated Quotation</i>
NBCE	Notas do Banco Central do Brasil – Série Especial
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NTN-B	Notas do Tesouro Nacional – Série B
NTN-C	Notas do Tesouro Nacional – Série C
NTN-D	Notas do Tesouro Nacional – Série D
NTN-F	Notas do Tesouro Nacional – Série F
NUCI	Nível Médio de Utilização da Capacidade Instalada
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
p.b.	Pontos-base
p.p.	Pontos percentuais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

Paex	Pagamento e Parcelamento Excepcional
PAF	Plano Anual de Financiamento
PAP	Plano Agrícola e Pecuário
Pasep	Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
Petrobras	Petróleo Brasileiro S/A
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Posição Internacional de Investimento
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PIS	Programa de Integração Social
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPI	Projeto Piloto de Investimento
Proagro	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Procapcred	Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito
Procera	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Proger Rural	Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
Progex	Programa Nacional de Apoio Tecnológico à Exportação
Prolapec	Programa de Integração Lavoura/Pecuária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Provias	Programa de Intervenções Viárias
RAL	<i>Reserve Augmentation Line</i>
RDB	Recibo de Depósito Bancário
Recap	Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras
Redesim	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
Repes	Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação
Reporto	Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RMCCI	Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
ROSC	Relatório de Observância de Códigos e Padrões
RTSI	<i>Russian Trading System Index</i>
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SBR	Sistema de Supervisão Baseada em Risco
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito
SCR	Sistema de Informações de Crédito
SDDS	Padrão Especial de Disseminação de Dados
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Secex	Secretaria de Comércio Exterior

Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SGP	Sistema Geral de Preferências
SI	Sistemas Integrados
Simples	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
Simples Nacional	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Sisbov	Norma Operacional do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
Siscomex	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SRF	Secretaria da Receita Federal
STR	Sistema de Transferência de Reservas
TBF	Taxa Básica Financeira
TEC	Tarifa Externa Comum
TED	Transferência Eletrônica Disponível
TIPI	Tabela de Incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TN	Tesouro Nacional
TR	Taxa Referencial
UE	União Européia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
USTR	<i>United States Trade Representative</i>
WEO	Perspectivas da Economia Mundial
XU100	<i>Istanbul Stock Exchange National 100 Index</i>